

**Proposta Interacionista para a Prática de Revisão de  
Texto: o padrão discursivo dos textos académicos**

**Rute Isabel Alves Rosa**

**Dissertação de Mestrado  
em Consultoria e Revisão Linguística**

**Março de 2015**

**Proposta Interacionista para a Prática de Revisão de  
Texto: o padrão discursivo dos textos académicos**

**Rute Isabel Alves Rosa**

**Dissertação de Mestrado  
em Consultoria e Revisão Linguística**

**Março de 2015**

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Consultoria e Revisão Linguística realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Matilde Gonçalves.

## DECLARAÇÃO

Declaro que esta Dissertação é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

O candidato,

---

Lisboa, .... de ..... de .....

Declaro que esta Dissertação se encontra em condições de ser apreciada pelo júri a designar.

O (A) orientador (a),

---

Lisboa, .... de ..... de .....



## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à minha orientadora, Professora Doutora Matilde Gonçalves, pela disponibilidade, pelos conhecimentos partilhados, pelas palavras de apoio, pelo interesse e pela dedicação com que me orientou neste trabalho.

Agradeço, também, a todos os professores que fizeram parte deste percurso académico, pelos conhecimentos transmitidos nos seminários.

Aos meus colegas de mestrado, pelo companheirismo e pela partilha. Em especial, à Inês, pelas palavras de apoio, pela amizade que construámos, pelos sorrisos e pensamentos partilhados.

Agradeço à minha família, em especial, ao meu marido e à minha filha, pelo amor, pelo incentivo, pela compreensão, e por estarem sempre presentes.

Ao Gonçalo, pela amizade e pelo apoio em todos os momentos.

Por fim, agradeço à minha querida avó, pelo exemplo de vida, pelos valores transmitidos e pela sua eterna presença em mim.

# **PROPOSTA INTERACIONISTA PARA A PRÁTICA DE REVISÃO DE TEXTO: O PADRÃO DISCURSIVO DOS TEXTOS ACADÊMICOS**

**RUTE ISABEL ALVES ROSA**

## **RESUMO**

Palavras-Chave: Interacionismo Sociodiscursivo, gêneros de texto, tipos de discurso, revisão de texto, padrão discursivo.

Nesta dissertação, apresenta-se uma proposta interacionista para a prática de revisão de texto, através de um instrumento de recurso que integra os pressupostos do Interacionismo Sociodiscursivo (ISD), bem como contributos dos principais modelos de revisão da escrita que têm sido desenvolvidos a partir da perspectiva da Psicologia Cognitiva. Além disso, propõe-se, a partir das noções de *gêneros de texto* e de *tipos de discurso*, centrais no quadro teórico do ISD, a integração neste instrumento da noção de *padrão discursivo* – noção por nós desenvolvida. Para discutir a aplicabilidade desta proposta, analisa-se um *corpus* constituído por textos de dois gêneros académicos – o *artigo científico* e a *recensão crítica* – de duas áreas científicas – a área da Linguística e a área da Sociologia. A partir desta aplicação e análise, defende-se, por um lado, a transposição dos pressupostos do Interacionismo Sociodiscursivo para a prática de revisão de texto e, por outro, a aplicação da noção de *padrão discursivo* no âmbito dessa mesma prática, bem como o seu contributo para novas perspetivas de análise dos textos e dos gêneros textuais, sobretudo no que respeita à sua operacionalidade na identificação e distinção dos segundos.

## ABSTRACT

KEYWORDS: Socio-discursive Interactionism, text genres, types of discourse, text revision, standard discursive.

In this dissertation, we present a interactionist proposal for text revision practice, through a resource tool integrating the assumptions of Socio-discursive Interactionism (ISD), as well as contributions from the major models of revision of writing that have been developed from perspective of Cognitive Psychology. In addition, it is proposed, from the notions of *text genres* and *types of discourse*, central in theoretical framework of ISD, the integration of the *standard discursive* notion in this tool – notion developed by us. To discuss the applicability of this proposal, we examine a *corpus* consisting of texts of two academic genres – the *scientific paper* and the *critical review* – from two scientific fields – the field of Linguistics and the field of Sociology. From this application and analysis, it is argued, on one hand, the transposition of the assumptions of Socio-discursive Interactionism to the text revision practice and, on the other, the application within the same practice of the notion *standard discursive*, as well as its contribution for new perspectives of analysis of text and of textual genres, especially with regard to its effectiveness in identification and distinction of the latter.

# Índice

Introdução .....	1
Organização do estudo.....	3
<b>Capítulo I: Contributos da Linguística do Texto e do Discurso .....</b>	<b>5</b>
I. 1. Texto, discurso e género.....	5
I. 2. Quadro teórico e epistemológico do Interacionismo Sociodiscursivo .....	9
I. 2.1 <i>Géneros de texto</i> .....	11
I. 2.2 <i>Modelo da arquitetura textual</i> .....	16
I. 2.3 <i>Tipos de discurso</i> .....	17
I. 3. Noção de <i>padrão discursivo</i> .....	21
<b>Capítulo II: Proposta interacionista para a prática de revisão de texto .....</b>	<b>24</b>
II. 1. Noção de <i>revisão</i> .....	24
II. 2. Modelos descritivos do processo de revisão.....	27
II. 3. O processo de revisão de texto .....	29
II. 4. Instrumento de recurso para a prática de revisão de texto.....	33
II. 5. A revisão de textos académicos numa perspetiva interacionista .....	46
II. 5.1 Apresentação do <i>corpus</i> .....	47
II. 5.2 O género <i>artigo científico</i> .....	49
II. 5.3 O género <i>recensão crítica</i> .....	49
II. 6. Aplicação do instrumento de recurso .....	50
<b>Capítulo III: O padrão discursivo dos géneros <i>artigo científico</i> e <i>recensão crítica</i> ..</b>	<b>57</b>
III. 1. Análise.....	58
III. 1.1 Aplicabilidade e contributos .....	64

Conclusão .....	67
Referências bibliográficas .....	69
Referências do <i>corpus</i> .....	74
ANEXO A: Quadros referentes à aplicação do instrumento .....	LXXVII
ANEXO B: Análise exemplificativa .....	LXXXIII
ANEXO C: <i>Corpus</i> .....	XCVII

## Introdução

Geralmente, a revisão de texto é entendida como uma atividade profissional exclusivamente focada na correção dos aspetos ortográficos e gramaticais dos textos e o revisor como um profissional purista que corrige os textos de acordo com a norma padrão veiculada nos instrumentos de normalização linguística.

Nos estudos realizados nas últimas décadas, a revisão de texto tem sido analisada, sobretudo, no âmbito da Didática e a partir da Psicologia Cognitiva (cf. Pereira, 2000; Aleixo, 2006). Para além disso, constatamos que, na escassa bibliografia existente sobre a revisão como atividade profissional, são especialmente abordadas questões relacionadas com a correção estritamente linguística. Deste modo, verificamos que há falta de instrumentos de recurso para a prática de revisão de texto como atividade profissional que abordem os aspetos contextuais e pragmáticos dos textos, bem como os aspetos relacionados com a diversidade dos géneros textuais. Por outro lado, verificamos também que, nos trabalhos realizados nas últimas décadas, no âmbito da Linguística do Texto e do Discurso, as condições de produção dos textos e as relações entre noções de *géneros de texto* e *tipos de discurso* têm sido, sobretudo, analisadas no processo de produção textual, especialmente, nos trabalhos de investigação desenvolvidos a partir de uma das mais importantes perspetivas teóricas atuais: o Interacionismo Sociodiscursivo (ISD). A partir deste quadro teórico têm sido realizados trabalhos de investigação que aprofundam e clarificam de forma relevante as relações que se estabelecem entre os *géneros de texto* e os *tipos de discurso*, nomeadamente, os trabalhos de investigação desenvolvidos por Maria Antónia Coutinho (cf. 2003; 2004; 2005; 2006; 2008) e por Florencia Miranda (cf. 2008; 2009; 2010; 2012). Todavia, ainda não foram feitos trabalhos que analisem a relevância das condições de produção dos textos e das noções de *géneros de texto* e *tipos de discurso* no âmbito da revisão de texto como atividade profissional.

Assim, na presente dissertação, a partir das noções de *géneros de texto* e de *tipos de discurso*, centrais no quadro do ISD, apresentamos uma proposta interacionista para a prática de revisão de texto, na qual são integrados os princípios teóricos do Interacionismo Sociodiscursivo e os seus instrumentos de análise (*modelo da ação de linguagem* e o

*modelo da arquitetura interna dos textos*), a noção de *padrão discursivo*<sup>1</sup>, bem como as etapas e recursos constitutivos dos modelos descritivos do processo de revisão da escrita.

Esta proposta é apresentada através de um instrumento de recurso para a prática de revisão de texto, no qual procuramos demonstrar que, no processo de revisão de texto, não são apenas mobilizados conhecimentos linguísticos, pois partimos do princípio que a *textualidade* de um texto depende também de parâmetros contextuais, pragmáticos e intertextuais (cf. Beaugrande & Dressler, 1981: 3).

Neste sentido, optamos por utilizar a expressão *revisão de texto* em vez da expressão *revisão linguística* porque pretendemos apresentar uma proposta de revisão mais abrangente, que ultrapasse os limites da tradicional correção ortográfica e gramatical dos textos.

Assim, a partir do *modelo de ação de linguagem*, procuramos demonstrar que, na realização de uma *ação de linguagem* materializada no texto revisto, não são apenas mobilizados conhecimentos linguísticos mas também conhecimentos e representações de ordem contextual e “arquitextual”. Deste modo, procuramos descrever a forma como esses conhecimentos e representações influenciam os procedimentos do revisor, bem como a sua importância na prática de revisão de texto. A operacionalidade desta proposta é demonstrada através da aplicação do referido instrumento de recurso à revisão de textos de dois géneros académicos (o *artigo científico* e a *recensão crítica*).

Apesar da unicidade de cada texto e da diversidade dos géneros textuais, verifica-se que os textos também possuem características estáveis que permitem ao revisor identificar a sua pertença a um dado género e perspetivar alguma identidade discursiva. Deste modo, partindo do princípio de que os tipos de discurso não podem ser por si só indícios do género a que pertence um texto, integramos no instrumento de recurso a noção de *padrão discursivo*. Assim, e a partir de uma análise exemplificativa, procuramos

---

<sup>1</sup> A noção de *padrão discursivo* foi proposta no Seminário de Análise do Discurso, na realização do trabalho *A Deixis como mecanismo linguístico-discursivo nos géneros de texto e nos tipos de discurso* (julho 2014).

averiguar se a aplicação desta noção permite distinguir os géneros *artigo científico* e *recensão crítica*, bem como se é aplicável no âmbito da revisão textual.

Apesar de considerarmos que, idealmente, a aplicação do instrumento de recurso e a análise do padrão discursivo deveriam ser apresentadas em dois trabalhos de investigação distintos, ou pelo menos num trabalho cujas dimensões pré-estabelecidas para a sua realização fossem maiores, parece-nos que o facto de a noção de *padrão discursivo* integrar o instrumento de recurso justifica a apresentação de uma análise exemplificativa.

## **Organização do estudo**

A presente dissertação divide-se em quatro partes: contributos da Linguística do Texto e do Discurso (capítulo I), apresentação e aplicação da proposta (capítulo II), análise exemplificativa (capítulo III) e conclusão. No primeiro capítulo, é feito um enquadramento geral das principais abordagens teóricas das noções *texto*, *discurso* e *género*. No segundo ponto do mesmo capítulo, fazemos o enquadramento teórico e epistemológico do Interacionismo Sociodiscursivo, no qual é dada especial atenção às relações entre linguagem e conhecimento, aos instrumentos de análise deste quadro (o *modelo da ação de linguagem* e o *modelo da arquitetura textual*), bem como às noções de *géneros de texto* e *tipos de discurso*. Depois de abordarmos o quadro teórico que orienta a nossa proposta, no terceiro ponto do mesmo capítulo, apresentamos e contextualizamos a noção de *padrão discursivo*.

O segundo capítulo, central na dissertação, é totalmente dedicado à apresentação da nossa proposta interacionista para a prática de revisão de texto. Primeiramente, abordamos a noção de *revisão*, seguindo-se uma descrição sumária dos principais modelos descritivos do processo de revisão da escrita. Tendo como ponto de partida os elementos convergentes destes modelos, fazemos uma abordagem interacionista do processo de revisão, transpondo para a revisão de texto os princípios teóricos do Interacionismo Sociodiscursivo, bem como a noção de *padrão discursivo*, que desenvolvemos ao longo desta investigação. Assim, numa segunda fase, apresentamos



um instrumento de recurso para a prática de revisão de texto, seguindo-se uma descrição explicativa dos elementos que o integram, nomeadamente, as etapas, os procedimentos, as representações e conhecimentos mobilizados, bem como os recursos cognitivos. No último ponto deste capítulo, demonstramos o contributo desta proposta aplicando o instrumento de recurso à revisão de dois géneros de textos académicos: o *artigo científico* e a *recensão crítica*. No terceiro capítulo, apresentamos uma análise exemplificativa do padrão discursivo, demonstrando a sua aplicabilidade na revisão de textos académicos.

Por último, na conclusão, fazemos uma síntese da proposta desenvolvida neste trabalho, bem como as conclusões que a mesma nos facultou, salientando a sua relevância para a prática de revisão de texto, bem como o seu contributo para novas perspetivas de análise dos textos e dos géneros.

## Capítulo I

### Contributos da Linguística do Texto e do Discurso

#### I. 1. Texto, discurso e género

No início da década de 70 do século XX, com o nascimento e desenvolvimento da Gramática do Texto, estabeleceu-se que a unidade máxima de análise seria a frase e que o texto seria o seu prolongamento, ou seja, o termo *texto* designava uma sucessão de frases. No entanto, esta proposta inicial da noção de *texto* como entidade abstrata e a análise estritamente linguística das frases revelar-se-iam insuficientes e limitadas. A partir do final da década de 90, este modelo de análise seria ultrapassado pelas propostas de autores como François Rastier (1995), Jean-Paul Bronckart (1997) e, em parte, também Jean-Michel Adam (1999). Contudo, nas últimas décadas, têm surgido diversas orientações teóricas e diferentes critérios para a definição da noção de *texto*, bem como para a descrição das características que possuem os referentes para que remetem o termo.

Enquanto Halliday e Hasan definem *texto* como “(...) qualquer sequência, falada ou escrita, de qualquer extensão, que forme um **todo unificado**” (Halliday & Hasan, 1976: 1), Paul Ricoeur exclui os textos orais ao definir o texto “como um discurso fixado pela escrita” (Ricoeur, 1986: 185). Segundo a definição proposta por Halliday e Hasan, o que define um texto não é a sua dimensão, nem o seu suporte, mas sim a presença de um conjunto de características.

Por outro lado, desde a Antiguidade que há necessidade de diferenciar, classificar e definir tipologias para os textos. As primeiras propostas de classificação e definição de tipologias remontam a Aristóteles e a Platão. Aristóteles propunha uma classificação em que os géneros retóricos correspondiam aos três tipos de ouvintes a que se destinava a exposição oral e Platão estabeleceu uma divisão tripartida dos géneros que se tornaria num marco fundamental da teoria dos géneros literários. A partir do início do século XX, com o advento da linguística moderna, a definição de tipologias, que tradicionalmente se aplicava apenas aos textos literários, passou a estar gradualmente direcionada para todo o tipo de textos que circulam na sociedade.

Na obra *Marxismo e filosofia da linguagem* ([1929] 1977), Voloshinov, numa perspectiva marxista e a partir da Filosofia da Linguagem, bem como da questão das condições de desenvolvimento da ideologia<sup>2</sup> que, por sua vez, remete para o questionamento das condições de constituição do pensamento humano, introduz a noção de *formas de enunciação* que está na gênese da noção de *gêneros do discurso* – noção, posteriormente, desenvolvida por Bakhtine.<sup>3</sup> Voloshinov defende que a enunciação é de natureza social (cf. Voloshinov, [1929] 1977: 119): “la situation sociale la plus immédiate et le milieu social plus large déterminent entièrement, et cela de l’intérieur, pour ainsi dire, la structure de l’énonciation” Voloshinov, [1929] 1977: 124). Para além da indissociabilidade das *formas de enunciação* dos processos de interação social, o autor sublinha ainda a sua diversidade e variabilidade. Segundo o autor:

Chaque époque et chaque groupe social a son répertoire de formes de discours dans la communication socio-idéologique. A chaque groupe de formes appartenant au même registre, c'est-à-dire à chaque forme de discours social, correspond un groupe de thèmes. Entre la forme de communication (par exemple, relations entre collaborateurs dans un contexte purement technique), la forme d'énonciation (« courte réplique » en « langage d'affaires ») et enfin le thème, il existe une unité organique que rien ne saurait détruire. C'est pourquoi la classification des formes d'énonciation doit s'appuyer sur une classification des formes de la communication verbale. Ces dernières formes sont entièrement déterminées par les rapports de production et la structure socio-politique.

Voloshinov, [1929] 1977: 40

Nas últimas décadas, com as diferentes perspectivas de análise dos textos surgiram vários trabalhos de investigação sobre as noções de *gênero* e de *discurso*, bem como sobre as relações que se estabelecem entre estas noções no âmbito da Teoria do Texto (Coutinho, 2003), da Análise do Discurso e da Análise Textual dos Discursos (Adam,

---

<sup>2</sup> “La seule façon d'amener la méthode sociologique marxiste à rendre compte de toutes les profondeurs et de toutes les subtilités des structures idéologiques «immanentes» est de partir de la philosophie du langage conçue comme philosophie du signe idéologique. Et cette base de départ doit être tracée et élaborée par le marxisme lui-même” (Voloshinov, [1929] 1977): 34).

<sup>3</sup> “Chaque sphère d'utilisation de la langue élabore ses types relativement stables d'énoncés, et c'est ce que nous appelons les genres du discours.” (Bakhtine, 1984: 265). Contudo, como nota Bronckart, verifica-se, a partir da análise de alguns dos textos de Bakhtine, que o uso da terminologia na sua obra apresenta algumas oscilações e imprecisões (cf. Bronckart, [1997] 1999: 143).

2005). Relativamente à noção de *discurso*, alguns linguistas filiados nos postulados de Saussure definem este termo como sinónimo de fala (*parole*), ou seja, como manifestação do uso individual do sistema de uma língua. Por seu lado, Émile Benveniste contrapõe a noção de *discurso* à noção de *língua*, isto é, a língua como “sistema de sinais formais” e o discurso como a expressão da língua enquanto “instrumento de comunicação” (cf. Benveniste, 1966: 130). Além disso, Benveniste postula outra noção de *discurso* quando estabelece a distinção entre *plano da história* e *plano do discurso*, como diferentes planos da enunciação.

Com as propostas desenvolvidas por Austin (1962) e Searle (1969) sobre a teoria dos atos de linguagem, o discurso passa a ser entendido como uma forma de ação (cf. Maingueneau, 2006: 168-176). Segundo Ducrot, “(...) o discurso é fundamentalmente orientado, inscrevendo uma orientação argumentativa nas próprias unidades da língua (Anscombre e Ducrot, 1983, Carel e Ducrot, 1999)” (*apud* Maingueneau, 2006: 168-176). Numa outra perspetiva, Jean-Michel Adam (1999) defende que o *discurso* é entendido como a “inclusão de um texto em seu contexto” (*apud* Maingueneau, 2006: 168-176). Dominique Maingueneau propõe a noção de *género do discurso* sublinhando que o discurso deve ser perspectivado “(...) como intricação de um texto e de um lugar social: o seu objeto não é nem a organização textual nem a situação de comunicação, mas o que as liga através de um modo de enunciação específico” (Maingueneau, 2005: 85). No quadro da Semântica Textual desenvolvida por François Rastier, os *tipos de discurso* correspondem a práticas linguísticas codificadas que, por sua vez, estão associadas a determinadas práticas sociais (cf. Rastier, 2001).

Neste sentido, na proposta de Rastier, como descreve Florencia Miranda:

(...) a cada tipo de prática social corresponde um tipo de discurso. Cada prática social se divide em atividades específicas às quais corresponde um sistema de géneros em coevolução; portanto, são específicos aos discursos. Além disso, Rastier propõe a noção de *campo genérico* para dar conta de grupos de géneros que contrastam no interior de um mesmo domínio de atividade.

Miranda, 2012: 124

De acordo com Florencia Miranda, aquilo que são os *tipos de discurso* na perspectiva de Rastier corresponde à noção de *atividade de linguagem* assumida no quadro do Interacionismo Sociodiscursivo (cf. Miranda, 2012: 123). No quadro do ISD, defende-se que todos os textos se inscrevem num género que, por sua vez, é constituído por diferentes segmentos que identificamos através da regularidade de unidades linguísticas que se articulam na sua constituição.<sup>4</sup> A este tipo de diferentes segmentos constituídos por formas linguísticas, Bronckart designa por discurso que, consoante as regularidades linguísticas, pode ser classificado em tipos de discurso (cf. Bronckart, [1997] 1999: 138).<sup>5</sup>

---

<sup>4</sup> Tal como Bronckart, Rastier defende a ideia de que todo o texto releva de um género (cf. 2001: 299).

<sup>5</sup> A partir das noções anteriormente apresentadas, verifica-se que Bronckart apresenta uma noção de *discurso* mais “reduzida” do que as que são propostas por Maingueneau, Rastier e Jean-Michel Adam. Neste sentido, a proposta de Bronckart aproxima-se das propostas de Benveniste (1966) e Weinrich (1973).

## I. 2. Quadro teórico e epistemológico do Interacionismo Sociodiscursivo

Os trabalhos desenvolvidos pelo movimento denominado Interacionismo Sociodiscursivo (ISD) – do qual faz parte Jean-Paul Bronckart como figura cimeira e principal teorizador – filiam-se “(...) a uma psicologia da linguagem, ela própria inscrita num quadro epistemológico da corrente das ciências humanas/sociais que qualificamos como ‘interacionismo social’ (Bronckart, 2006: 121). O quadro teórico do ISD dá continuidade aos princípios do Interacionismo Social de Voloshinov<sup>6</sup> e Vygotsky e apoia-se “(...) na análise saussureana do *arbitrário do signo* (1916), que constitui uma contribuição teórica essencial para a compreensão do estatuto das relações de interdependência entre a linguagem, as línguas e o pensamento humano” (Bronckart, [1997] 1999: 23).<sup>7</sup>

Neste sentido, no quadro do ISD:

(...) a linguagem não é (apenas) um meio de expressão de processos que seriam, eles, estritamente psicológicos (percepção, cognição, sentimentos, emoções), mas que é, na realidade, um instrumento fundador e organizador desses mesmos processos, em todo o caso nas suas dimensões especificamente humanas (...).

Bronckart, 2006: 122

Nesta perspetiva, devemos entender que o conhecimento e desenvolvimento humano são adquiridos através da linguagem e não o inverso, ou seja, a linguagem tem um papel fundamental e central na constituição do pensamento consciente e no

---

<sup>6</sup> A já referida obra de Voloshinov, *Marxismo e filosofia da linguagem* ([1929] 1977), assinala o nascimento do interacionismo social.

<sup>7</sup> O quadro teórico do ISD afasta-se da inicial dicotomia saussureana *langue/parole* (1916) e aproxima-se dos princípios postulados nos escritos de Saussure descobertos em 2002: “Il revient à constater que toute la langue entre d’abord dans notre esprit par le discursif” (Saussure, 2002: 118).

desenvolvimento humano.<sup>8</sup> Assim, é a realização de ações de linguagem<sup>9</sup>, através do uso da língua e dos seus signos que se materializam em textos, que permite o desenvolvimento do pensamento consciente na pessoa humana.<sup>10</sup>

Segundo Bronckart, o trabalho do ISD articula três níveis de análise: no primeiro nível, o autor inclui as *dimensões da vida social (pré-construídos históricos)* que, por sua vez, incluem as *formações sociais*, as *atividades coletivas gerais*, as *atividades de linguagem* e os *mundos formais*; no segundo nível de análise, estão *os processos de mediação formativa*; o terceiro nível de análise diz respeito aos *efeitos que esses processos de mediação exercem* sobre os indivíduos (cf. Bronckart, 2006: 129). Nesta perspectiva, e tendo em conta que Bronckart defende que deve ser adotada uma abordagem descendente, do global para o local, as práticas devem ser relacionadas, em primeiro lugar, com a atividade humana em geral, só depois com as atividades de linguagem, seguindo-se os textos e, por fim, as unidades linguísticas.<sup>11</sup> Na perspectiva do ISD, o texto é entendido como o resultado de uma “ação de linguagem situada”, ou seja, o texto constitui uma realização concreta do sistema linguístico numa determinada situação comunicativa.

La réalisation effective d'une action langagière requiert la mobilisation des ressources d'une langue naturelle et donne lieu au produit concret que constitue le **texte**. Quelles que soient sa taille et ses modalités de production (orale ou écrite), le texte peut dès lors être défini comme le correspondant linguistique d'une action langagière.

Bronckart, 2010: 28

---

<sup>8</sup> “O ISD retoma a tese de Vygotsky (1934/1997), já formulada por Voloshinov, mas que Vygotsky tentou validar experimentalmente, segundo a qual é a apropriação e a interiorização dos signos de uma língua natural que é constitutiva do pensamento humano consciente” (Bronckart, 2007: 22).

<sup>9</sup> De acordo com Bronckart, as ações de linguagem são “(...) *unidades psicológicas sincrônicas* que reúnem as representações de um agente sobre contextos de ação, em seus aspetos físicos, sociais e subjetivos” (Bronckart, [1997] 1999: 107).

<sup>10</sup> Vygotsky sublinha a importância da aprendizagem da escrita para o desenvolvimento da criança e para a tomada de consciência da linguagem. De acordo com o autor, “a criança começa a aprender a escrever quando ainda não tem as funções mentais requeridas pela linguagem escrita. É precisamente por essa razão que a aprendizagem da escrita desperta para a vida as funções em causa e conduz ao seu desenvolvimento” (Vygotsky, 2007: 273).

<sup>11</sup> A abordagem descendente era também defendida por Voloshinov ([1929] 1977), por Bakhtine (1984) e Rastier (2001).

Contudo, o autor sublinha que, apesar de todo o texto mobilizar unidades linguísticas, não é em si próprio uma unidade linguística, mas uma unidade comunicativa, porque as suas condições de abertura e fechamento são determinadas pela ação que o gerou, e não pelas unidades linguísticas (cf. Bronckart, 2010).

### I. 2.1 *Géneros de texto*

A produção de um texto implica sempre a existência de um *enunciador/emissor* que se encontra numa situação de ação de linguagem, de um *recetor/destinatário* e de um *contexto*.<sup>12</sup> No quadro do ISD, o *contexto* é entendido como o conjunto de parâmetros que influenciam a construção textual, que, por sua vez, se subdivide em dois tipos: o **contexto físico** e o **contexto sócio-subjetivo** (cf. Bronckart, [1997] 1999: 93). Assim, na distinção bronckartiana, temos, por um lado, os parâmetros do contexto físico que correspondem aos sujeitos físicos (emissor e recetor), ao momento e ao lugar da produção e, por outro, os parâmetros do contexto sócio-subjetivo, ou seja, parâmetros de ordem social e subjetiva: enunciador/destinatário (posição social), lugar social e objetivos (cf. Bronckart, [1997] 1999: 93). Por outro lado, o texto empírico que resulta da ação de linguagem, também depende das **representações mentais** que o emissor do texto possui em relação aos parâmetros do contexto físico e do contexto sócio-subjetivo, bem como dos conhecimentos que possui sobre o conteúdo temático.

---

<sup>12</sup> “(...) tais agentes da produção e da receção podem ser individuais ou coletivos, e, para o interlocutor, identificáveis ou não” (Miranda, 2010: 50).



Para Bronckart, a ação de linguagem convoca quatro conjuntos de parâmetros não hierarquizados, aos quais pertencem as representações que correspondem aos “(...) ensembles de connaissances relatives aux thèmes qui seront verbalisés, telles qu’elles sont disponibles (et organisées) dans la mémoire de l’agent de l’action” (Bronckart, 1996: 11).

Nesta perspectiva, a produção e a interpretação dos textos são também, em parte, influenciadas pelo conjunto de *referências arquitextuais* que os emissores e recetores possuem.<sup>13</sup> Isto significa que, quando lemos um texto jornalístico, um romance, um conto tradicional ou uma receita de culinária, temos um determinado “horizonte de expetativas”<sup>14</sup> condicionado pela leitura de modelos anteriores, que, por sua vez, enquadra e, em parte, rege e orienta a nossa interpretação textual. O mesmo sucede na produção dos textos, ou seja, quando produzimos, por exemplo, um artigo científico ou uma revisão crítica, o conjunto de referências *arquitextuais*, isto é, o conhecimento que possuímos destes géneros influencia, em parte, a nossa produção textual.<sup>15</sup>

No artigo “Langage et Représentations”, as afirmações de Bronckart esclarecem o papel das representações na produção textual, bem como a articulação das representações coletivas com as representações individuais.

---

<sup>13</sup> A expressão “referências arquitextuais” diz respeito ao conjunto de conhecimentos que integram o *arquitexto*, isto é, a memória textual. Em Bronckart ([1997] 1999) era ainda utilizado o termo *intertexto* para designar os conhecimentos e representações que integram a memória textual, mas, posteriormente o autor optou pela utilização do termo *arquitexto*, dado que este “(...) marca o facto de que aí se trata de uma organização – por mais vaga que seja – de textos preexistentes” (cf. Bronckart, 2006: 145 ).

<sup>14</sup> A expressão “horizonte de expetativas” foi difundida por Hans Robert Jauss nas décadas de 70 e 80. Segundo Jauss (1970), “uma obra não se apresenta nunca, nem mesmo no momento em que aparece, como uma absoluta novidade, num vácuo de informação, predispondo antes o seu público para uma forma bem determinada de receção, através de informações, sinais mais ou menos manifestos, indícios familiares ou referências implícitas. Ela evoca obras já lidas, coloca o leitor numa determinada situação emocional, cria, logo desde o início, expectativas a respeito do ‘meio e do fim’ da obra que, com o decorrer da leitura, podem ser conservadas ou alteradas, reorientadas ou ainda ironicamente desrespeitadas, segundo determinadas regras de jogo relativamente ao género ou ao tipo de texto” (Jauss, [1970] 1993: 66-67).

<sup>15</sup> Segundo Bronckart, “tout exemplaire de texte (ou texte empirique) peut dès lors être défini comme une entité linguistique correspondant d’une part à l’unité psychologique que constitue l’action langagière et élaborée d’autre part en interaction avec un des modèles de genre disponibles en un état de langue donnée” (Bronckart, 1996: 12).

Nas palavras do autor:

Dans le processus de production textuelle, l'individu ne peut qu'exploiter les modèles de genres disponibles dans l'intertexte, et donc les types discursifs que ces genres comportent. Mais chaque individu ne peut produire un texte que dans une situation particulière, telle qu'il se la représente. Tout discours nouveau est dès lors le produit de l'adoption d'un modèle collectif-historique, et l'adaptation de ce modèle à une situation particulière. Et les mondes discursifs exprimés par les différents types de discours constituent donc les lieux dans lesquels se déploie, en permanence, la dialectique entre représentations collectives et représentations individuelles.

Bronckart, 2001: 308

Neste sentido, o emissor que se encontra numa situação de ação de linguagem, para além de possuir as representações mentais, também “dispõe de um conhecimento pessoal e parcial do conjunto de géneros em uso na sua comunidade (denominado, a partir de Genette, *arquitexto*) e dos modelos de géneros disponíveis” (Miranda, 2008: 83). Relativamente a este tema, Maria Antónia Coutinho sublinha o seguinte:

(...) a produção de qualquer texto mobiliza a representação que o sujeito tem do contexto de ação e o seu conhecimento efetivo de diferentes géneros – ‘formas comunicativas’ elaboradas pela atividade de gerações precedentes e sincronicamente disponíveis, em termos de *arquitexto*, como instrumentos ou modelos que, no dizer de Bronckart, se apresentam aos utentes da língua sob a forma de nebulosa (onde coexistem géneros estabilizados e conjuntos de textos sem fronteiras fixas ou nítidas).

Coutinho, 2006: 4

Deste ponto de vista, o processo de produção dos textos deve ser também relacionado com as categorias gerais dos géneros textuais.<sup>16</sup> No entanto, quando produzimos um texto, não nos limitamos a copiar um modelo, mas adaptamos esse

---

<sup>16</sup> Mais à frente, demonstramos que o conhecimento das categorias gerais dos géneros de texto é também fundamental no processo de revisão.

modelo consoante o nosso conhecimento dos modelos, a nossa cosmovisão, os nossos objetivos comunicativos, bem como o modo singular como avaliamos e perspetivamos cada situação comunicativa, que, por sua vez, é também influenciada pelos parâmetros dos contextos físico e sócio-subjetivo em que é realizada a ação de linguagem. Assim, ainda que seja possível identificar características de modelos anteriores, produzir um texto é produzir um “texto novo”.

Nas palavras de Bronckart:

En fonction de son appréciation de la situation d’action dans laquelle il se trouve, il va choisir le modèle de genre textuel qui lui paraîtra le plus pertinente et le plus efficace et il va réaliser une production plus ou moins inspirée de (et donc plus ou moins conforme à) ce modèle.

Bronckart, 1996: 12

Neste sentido, devemos entender que os textos empíricos são o resultado do processo de interação de elementos diversos que variam consoante as representações mentais do produtor, que, por sua vez, dependem de fatores sociais, culturais, históricos e situacionais. Por este motivo, Bronckart sublinha que, devido ao seu dinamismo e à sua variabilidade, os géneros “(...) podem se separar das motivações que lhes deram origem, para ficarem autónomos e, assim, ficarem disponíveis para a expressão de outras finalidades (...)” (Bronckart, 2006: 144). Segundo o autor:

(...) os **géneros de textos** são produtos de configurações de escolhas entre esses possíveis, que se encontram momentaneamente “cristalizados” ou estabilizados pelo uso. Tais escolhas dependem do trabalho que as formações sociais de linguagem desenvolvem, para que os textos adaptados às atividades que eles comentam, adaptados a um dado meio comunicativo, eficazes diante um desafio social etc.

Bronckart, 2006: 144

Nesta perspetiva, não é possível estabelecer uma relação direta entre os géneros de textos e as formas de agir de linguagem, nem é possível estabelecer uma classificação estável e definitiva dos géneros.<sup>17</sup>

---

<sup>17</sup> Neste sentido, não pode haver tipologia genérica nem discursiva como aquelas que são propostas por Maingueneau (1991) e Rastier (2001).

## I. 2.2 *Modelo da arquitetura textual*

Para além do *modelo de ação de linguagem*, Bronckart propõe o *modelo da arquitetura textual* para descrever a organização interna dos textos. Neste modelo de análise textual, o texto é concebido como um “folhado” que integra três camadas que se sobrepõem. A camada mais superficial diz respeito aos *mecanismos de responsabilidade enunciativa* (*gestão de vozes e modalizações*) e é aquela que assegura a coerência pragmática do texto; a segunda, a camada intermédia, diz respeito aos *mecanismos de textualização* que asseguram a coerência temática, nomeadamente, a conexão e a coesão verbal e nominal; por último, a camada mais profunda deste modelo, que diz respeito à *infra-estrutura geral do texto* e que, por sua vez, integra o plano geral do texto, os tipos de discurso, as sequências<sup>18</sup> e as formas de articulação entre os tipos de discurso (encaixe e fusão)<sup>19</sup> (cf. Bronckart, [1997] 1999: 119). O plano geral de texto corresponde à “organização de conjunto do conteúdo temático; mostra-se visível no processo de leitura e pode ser codificado em um resumo”, e “é determinado pela combinatória dos tipos de discurso, das sequências e das outras formas de planificação que ocorrem no texto” (Bronckart, 1997: 121 *apud* Miranda, 2010: 136).

Porém, como nota Florencia Miranda:

Para Bronckart, não parece possível conceptualizar, categorizar e classificar os planos de texto. Todavia, o facto de o ISD introduzir este elemento no modelo demonstra a necessidade de identificar uma unidade de estruturação (ou composição) que permita apreender a globalidade do texto.

Miranda, 2010: 136

---

<sup>18</sup> Em Bronckart (2008), as sequências deixaram ser consideradas como parte da *infra-estrutura geral* dos textos porque existem textos sem sequências.

<sup>19</sup> Na articulação por encaixe, os tipos de discurso emergem delimitados e ordenados, ou seja, é explícita a relação de dependência entre os segmentos, mas na articulação por fusão, os diferentes tipos de discurso integram-se num mesmo segmento (cf. Bronckart, [1997] 1999: 253-254).

Para além disso, Bronckart, ao contrário de Adam, defende que os tipos de discurso têm mais importância ao nível da *infra-estrutura geral* do que as sequências. Segundo o autor:

Esta tese se baseia, de um lado, sobre o facto de que, se todo o texto é *necessariamente* composto de tipos de discurso baseados em operações constitutivas dos mundos discursivos, as sequências, tal como Adam as define, só aparecem no texto *eventualmente*, como manifestações de operações suplementares, de carácter dialógico.

Bronckart, [1997] 1999: 250

Deste ponto vista, a identificação de uma unidade de estruturação que permite apreender a globalidade do texto deve ter como ponto de partida a análise dos tipos de discurso. Assim, antes de mais, importa clarificar a definição e a importância da noção de *tipos de discurso* na proposta do ISD.

### **I. 2.3 Tipos de discurso**

Apesar de os géneros serem potencialmente heterogéneos e maleáveis, Bronckart sublinha que estes são constituídos por diferentes segmentos que identificamos através da regularidade de unidades linguísticas que se articulam na sua constituição. A este tipo de diferentes segmentos constituídos por formas linguísticas específicas, Bronckart designa de *discurso*, que consoante as regularidades linguísticas, pode ser classificado em *tipos de discurso*. Assim, a partir das unidades linguísticas que ocorrem nos textos podemos identificar quatro modos de enunciação que se constituem por dois tipos de relação: a relação de temporalidade (disjunção/conjunção) e a relação de participação do agente produtor da ação de linguagem e o que está semiotizado no texto (implicação/autonomia). Nesta perspetiva, ao contrário dos géneros que não podem ser classificados de forma inequívoca, os tipos de discurso podem ser diferenciados através das unidades linguísticas que os caracterizam.

Deste modo, as unidades linguísticas (em número limitado) dos segmentos que constituem os tipos de discurso, que fazem parte da constituição de qualquer género e de qualquer texto, possibilitam a realização de um número ilimitado de géneros de texto.<sup>20</sup>

Por outro lado, na perspectiva do ISD:

(...) os discursos constituem formas de semiotização linguística de mundos discursivos, que se constituem textualmente, na interface entre “mundos formais” (representações coletivas, organizadas segundo modalidades reguladas pela coletividade em causa) e o “mundo vulgar” do agente implicado (representações individuais, associadas à especificidade da história pessoal e relativas à ação concreta de linguagem e aos conteúdos nela envolvidos).

Coutinho, 2008: 202

Assim, através da ocorrência de determinadas unidades linguísticas (em maior ou menor número) nos textos, podemos identificar **quatro tipos de discurso**: interativo, teórico, narração e relato interativo.

Nas palavras de Florencia Miranda:

A configuração das unidades conforma “tipos linguísticos” específicos para cada língua natural, que semiotizam quatro “mundos discursivos”. Estes mundos surgem da relação que se estabelece na produção textual entre as coordenadas que organizam o conteúdo temático mobilizado no texto e as coordenadas do mundo ordinário (relativo à situação da ação).

Miranda, 2008: 85

Apresenta-se em seguida, no quadro de Bronckart, a forma como se conjugam, para a formação dos quatro *mundos discursivos*, as coordenadas temporais verbalizadas no texto e as coordenadas temporais da situação de enunciação com as instâncias de

---

<sup>20</sup> Podemos relacionar este aspeto com uma das propriedades da linguagem humana: a recursividade. A gramática de uma língua possui um número finito de elementos, mas a recursividade permite-nos formar um número ilimitado de expressões, pelo uso reiterado das regras de combinação desses elementos (cf. Duarte, 2000: 45).

*agentividade* mobilizadas no texto e as instâncias de *agentividade* associadas à situação de produção.<sup>21</sup>

		Organização temporal	
		Conjunção EXPOR	Disjunção CONTAR
Organização agentiva	Implicação	Discurso interativo	Relato interativo
	Autonomia	Discurso teórico	Narração

**Quadro 1 – Tipos de discurso. Adaptado de Bronckart [1997] 1999: 157**

A partir do quadro de Bronckart, verificamos que as coordenadas temporais dizem respeito à localização temporal dos acontecimentos representados em relação à situação de produção, ou seja, se as coordenadas temporais verbalizadas expressarem acontecimentos simultâneos à situação de enunciação, há um valor de conjunção temporal, mas se as coordenadas temporais verbalizadas expressarem acontecimentos que não são simultâneos à situação de enunciação, há um valor de disjunção temporal.

Por outro lado, as instâncias de *agentividade* verbalizadas no texto podem ter um valor de implicação, se se verificar a inscrição do sujeito da enunciação no discurso, mas se não se manifestar a presença do sujeito da enunciação, há uma relação de autonomia. Deste modo, confirma-se que, do cruzamento do valor *atorial* e das coordenadas temporais expressas textualmente com as coordenadas associadas à situação de enunciação (situação da ação de linguagem) resultam quatro tipos de discurso, que, como já foi referido, correspondem a quatro *mundos discursivos*.

---

<sup>21</sup> Segundo Bronckart: “la constitution du monde discursif se présente essentiellement comme une décision relative au mode d’organisation des représentations du monde sollicitées par la production textuelle” (Bronckart, 1996: 13).



Em suma, devemos entender que os tipos de discursos são considerados em função das suas condições de produção/enunciação e, por este motivo, correspondem a diferentes planos de enunciação que, por sua vez, podemos identificar e diferenciar através da ocorrência ou ausência de determinadas unidades linguísticas, cuja forma varia em função de cada língua natural. Porém, tendo em conta que uma forma linguística pode ser comum a mais do que um tipo de discurso, Bronckart sublinha que para a identificação de um tipo de discurso é necessário analisar a forma como interagem as unidades linguísticas e não apenas a ocorrência de uma unidade linguística isolada. De acordo com Bronckart:

Un même type de discours peut donc apparaître comme élément constitutif de nombreux genres différents. La narration, par exemple, apparaît généralement comme type majeur dans les genres roman, nouvelle, conte, polar, etc., mais elle peut aussi apparaître comme type mineur dans les genres encyclopédie, manuel, monographie scientifique, etc.,

Bronckart, 1997: 254-255

No entanto, como nota e sublinha Florencia Miranda:

Estas afirmações surgem na obra para argumentar a favor da transversalidade dos tipos de discurso (isto é, um mesmo tipo pode ocorrer em diferentes géneros), mas permite também argumentar a favor da relativa estabilidade que se pode observar na ocorrência dos tipos na diversidade dos géneros.

Miranda, 2010: 141

Para além disso, as expressões “*type majeur*” e “*type mineur*” (tipo maior e tipo menor) levantam algumas questões pertinentes: a disposição/organização dos tipos de discurso na globalidade do texto permitem identificar o género a que pertencem? Se um tipo de discurso pode ocorrer em diferentes géneros de texto, quais são as características que nos permitem identificar um texto como sendo um exemplar de um determinado género? Será que identificamos um género a partir da predominância de um tipo de discurso? Ou será que a identificação de um género resulta da articulação da

predominância de um (ou mais) tipo(s) de discurso com a sua disposição/organização na globalidade do texto?

Como foi mencionado no ponto anterior, segundo Bronckart, não é possível classificar os planos de texto, contudo, o autor defende que os tipos de discurso têm grande importância na sua organização. Além disso, e como já se referiu também, as afirmações de Bronckart levantam algumas questões sobre a ocorrência dos tipos de discurso nos géneros textuais, ou seja, permitem-nos questionar se esta ocorrência não nos possibilita, em parte, a identificação de um género. Por outro lado, tal como nota Florencia Miranda, há necessidade de encontrar uma unidade de estruturação que permita apreender a globalidade do texto (cf. I. 2.2). Tendo em conta esta necessidade, num trabalho anterior analisámos a forma como os tipos de discurso ocorrem na globalidade de textos de diferentes géneros e, a partir desta análise, foi desenvolvida a noção de *padrão discursivo*.

### **I. 3. Noção de *padrão discursivo***

A noção de *padrão discursivo* foi desenvolvida e apresentada por mim, em junho de 2014, no Seminário de Análise do Discurso, no âmbito da realização do trabalho *A Deixis como mecanismo linguístico-discursivo nos géneros de texto e nos tipos de discurso*.<sup>22</sup> Nesse trabalho, tendo como ponto de partida o quadro teórico do Interacionismo Sociodiscursivo e à luz da classificação proposta por Jean-Paul Bronckart, no que respeita aos tipos de discurso e aos géneros textuais, foram analisadas as formas linguísticas deícticas que ocorrem em diferentes géneros textuais, de modo a identificar o tipo de relações que se estabelece entre os géneros de texto e os tipos de discurso que os constituem.

Assim como se verificou se a ocorrência dos deícticos nos textos nos permite identificar e caracterizar os géneros de texto e se nos permite identificar os tipos de discurso que neles ocorrem. Assim, partindo da caracterização dos tipos e funções das

---

<sup>22</sup> Trabalho realizado sob a orientação da Professora Doutora Matilde Gonçalves.

principais formas linguísticas deíticas, foi analisada a sua ocorrência em três géneros textuais (género *graffiti*, género *decreto* e género *editorial*) relacionando-a com a tipologia discursiva proposta por Bronckart.

Desse trabalho resultaram as seguintes conclusões:

- Apesar de ser possível falar num determinado “padrão linguístico”, isto é, algumas formas linguísticas deíticas tendem a ocorrer em textos de determinados géneros, não é possível uma classificação inequívoca e definitiva a partir desta análise.
- Neste sentido, verificou-se, em consonância com Bronckart, que não se pode caracterizar e identificar os géneros de texto através da análise da ocorrência das formas linguísticas deíticas e, por isso, não é possível estabelecer uma relação biunívoca entre os géneros textuais e os tipos de discurso.
- Contudo, confirmou-se a possibilidade de identificar o tipo de discurso a partir da análise da ocorrência das formas linguísticas deíticas, embora esta análise deva incidir sobre a globalidade do texto.
- Por outro lado, verificou-se que a constituição discursiva dos géneros depende, em parte, do seu maior ou menor grau de maleabilidade, que, por sua vez, é condicionada pela presença ou ausência de convenções sociais associadas, bem como às finalidades comunicativas que pode servir.
- Por último, e este aspeto é aquele que se pretende evidenciar nesta dissertação, verificou-se que os géneros textuais mais padronizados e estabilizados tendem a apresentar na globalidade do texto um determinado **padrão discursivo**, isto é, que os géneros mais “convencionais” tendem a

apresentar uma organização específica.<sup>23</sup> Isto significa que em determinados géneros textuais, a ocorrência e a organização dos tipos de discurso ao nível textual tende a obedecer a um determinado padrão de organização e emergência.<sup>24</sup> Neste sentido, defendemos que, apesar de não ser possível identificar os géneros a partir dos tipos de discurso, a análise da emergência e organização dos tipos de discurso no plano de texto permite-nos distinguir os géneros textuais mais padronizados. Deste ponto de vista, o padrão discursivo dos textos permite que o revisor identifique o género e avalie a adequabilidade da organização do conteúdo temático dos géneros mais padronizados.

Nesta perspetiva, a questão é saber se a análise do padrão discursivo dos textos académicos nos permite uma distinção dos géneros textuais aplicável no âmbito da revisão de texto.

---

<sup>23</sup> Consideramos como sendo “convencionais” os géneros que, por terem um objetivo comunicativo relativamente estável associado a práticas sociais convencionadas e a instituições, tendem a adotar um determinado modelo pré-estabelecido e, consequentemente, uma organização e emergência discursiva mais estável. Neste sentido, os géneros “convencionais” são menos suscetíveis à variabilidade das opções individuais, porque estas estão relativamente condicionadas pelas características dos modelos anteriores.

<sup>24</sup> No trabalho realizado no seminário de Análise do Discurso, verificou-se, por exemplo, que os textos do género *editorial* caracterizam-se, na sua globalidade, pela alternância entre o discurso teórico e o discurso interativo (alternância entre os valores de autonomia e de implicação).

## Capítulo II

### Proposta interacionista para a prática de revisão de texto

No capítulo anterior, fez-se um enquadramento teórico do Interacionismo Sociodiscursivo e da noção de *padrão discursivo*, de modo a dar conta dos pressupostos que guiam esta proposta. Neste capítulo, procuramos transpor para a prática de revisão de texto os princípios teóricos expostos anteriormente. Em primeiro lugar, é abordada a noção de *revisão de texto* no que respeita à sua definição, objetivos e escopo. Numa segunda etapa, são apresentadas sumariamente as características e os pontos de convergência mais relevantes dos principais modelos criados para a descrição dos processos de revisão da escrita.

#### II. 1. Noção de *revisão*

O termo *revisão* deriva do substantivo latino *revisio*, *-onis*, e remete para o verbo *revideo*, que significa “ver novamente”, ou seja, numa aceção geral, o termo está associado a uma ação de verificação e de fiscalização. No âmbito da prática da revisão de texto, o termo remete para um ato de verificação, mas no sentido de uma “nova leitura” aplicada aos textos, cujo objetivo fundamental é a sua melhoria e aperfeiçoamento. Deste ponto de vista, a revisão textual deve ser entendida como um processo que envolve um conjunto de procedimentos que integram ações variáveis de correção e de reformulação textual e, por outro lado, como um produto, porque o texto revisto é o resultado desse processo.<sup>25</sup> Como referimos no início deste trabalho, geralmente, a atividade de revisão textual é entendida como uma tarefa focada na correção linguística dos textos. Esta perspetiva redutora deve-se, por um lado, ao facto de existir pouca bibliografia de autores

---

<sup>25</sup> No âmbito da didática, Cassany distingue dois modelos de correção da escrita: no modelo de correção tradicional, é dada relevância ao produto (versão final do texto); no modelo de correção processual, é dada relevância ao processo de revisão (cf. Cassany, 1993: 21). Segundo o autor, a correção processual é a mais adequada e aquela que deve ser adotada na correção da escrita.

portugueses sobre a revisão textual como atividade profissional, bem como poucos instrumentos de recurso para a atividade do revisor e, por outro lado, ao facto de a profissão de revisor ainda ser pouco (re)conhecida (cf. Fidalgo, 2014). Para além disso, os estudos realizados sobre a revisão da escrita circunscrevem-se ao contexto escolar e têm sido desenvolvidos a partir da perspectiva da Psicologia Cognitiva (cf. Pereira, 2000; Aleixo, 2006). De acordo com Sabine Petillon e Franck Ganier, as pesquisas sobre revisão de texto:

(...) sont généralement menées dans un cadre monodisciplinaire: psychologie cognitive, sciences du langage, didactique ou littérature permettent d'améliorer les connaissances, les différents méthodes d'analyse ou les divers outils impliqués dans les activités de révision ou leur étude, en dépassant toutefois rarement le cadre des disciplines impliquées.

Petillon & Ganier, 2006: 3 <sup>26</sup>

Por outro lado, como nota Laurent Heurley, a tradução e o significado da palavra *revisão* levantam algumas dificuldades e evidenciam algumas imprecisões. Nas palavras do autor:

Il faut ajouter à ces difficultés celles qui sont associées à la traduction même du mot «révision» de l'anglais vers le français. En anglais, trois termes sont utilisés : « *revision* », « *revising* » et « *reviewing* ». Tandis que le mot *revision* s'emploie généralement pour faire référence au processus qui consiste à réexaminer de manière systématique un texte dans le but de l'améliorer (cf. notamment Hayes et coll., 1987), *revising* désigne le retour sur le texte accompagné de modifications ou de corrections et *reviewing* le retour sur... (Piolat, 1997) ou le réexamen d'un texte ou d'un passage pouvant ou non déboucher sur des modifications de ce dernier (Flower & Hayes, 1981 cités par Hayes et coll., 1987).

Heurley, 2006: 12

---

<sup>26</sup> Na proposta de Petillon e Ganier (2006) defende-se que nas pesquisas sobre a revisão de texto deve ser adotada uma perspectiva pluridisciplinar, relacionando as diferentes perspectivas de análise da Psicologia Cognitiva, da Linguística e da Didática.

Heurley também nota o facto de autores como Monahan (1984) e Matsuhashi (1987) defenderem o uso da palavra *revisão* no plural, ou seja, o uso do termo *revisões* para designar as várias modificações que são executadas nos textos (cf. *apud* Heurley, 2006).

Apesar de a revisão textual poder ser analisada de diferentes perspetivas e de a própria definição e tradução da palavra não serem consensuais, verifica-se que a maioria dos autores utiliza o termo para designar a execução de modificações num texto já escrito. No presente trabalho, aborda-se a revisão de texto enquanto atividade profissional e apresenta-se uma proposta interacionista de revisão, na qual são integradas duas perspetivas de análise:

- A da Psicologia Cognitiva<sup>27</sup>
- A do Interacionismo Sociodiscursivo

Neste sentido, procura-se aplicar à revisão de texto, enquanto atividade profissional, os pontos de convergência dos principais modelos descritivos do processo de revisão da escrita, que têm sido perspetivados a partir da psicologia cognitiva e aplicados no âmbito da Didática e, por outro lado, procura-se transpor para a revisão de texto os princípios teóricos do Interacionismo Sociodiscursivo. Em suma, apresenta-se uma proposta que perspetiva a revisão textual como uma atividade interativa, na qual os conhecimentos e a linguagem têm um papel central.

---

<sup>27</sup> No âmbito da Psicologia Cognitiva (uma das áreas da Psicologia) é dada especial importância à forma como as cognições regulam o comportamento humano. Neste sentido, esta perspetiva afasta-se dos princípios defendidos por Bronckart, dado que no quadro do ISD a aquisição de conhecimento é realizada através da linguagem (cf. Bronckart, [1997] 1999: 49).

## II. 2. Modelos descritivos do processo de revisão

Nas últimas décadas, o interesse pela revisão como subprocesso do processo da escrita levou à elaboração de alguns modelos explicativos e descritivos do mesmo. No modelo inicial proposto por Flower, Hayes, Carey, Schiver e Stratman (cf. 1986 *apud* Aleixo, 2006), que constituiu a base que sustentou a elaboração dos modelos posteriores, “(...) os autores concebem a revisão (*reviewing*) como componente do modelo global da escrita, mas fazem-no atribuindo-lhe um estatuto de processo autónomo composto por dois subprocessos: leitura do texto já produzido e correção dos procedimentos (edição)” (Aleixo, 2006: 83). Neste modelo, o processo de revisão é constituído por quatro subprocessos sequenciais: *definição de tarefa*, *avaliação*, *seleção da estratégia* e *execução*. Além disso, neste modelo, é dada especial importância à *memória de longo prazo*, sobretudo no subprocesso de definição de tarefa, tendo em conta que esta representação depende dos conhecimentos prévios do autor (textuais e contextuais).

O segundo modelo foi proposto por Scardamalia e Bereiter (cf. 1983, 1986 *apud* Aleixo, 2006), no qual os autores apresentam um modelo de revisão que retoma as últimas três etapas do modelo de Flower *et al.* (cf. 1986 *apud* Aleixo, 2006), mas tendo em vista uma função pedagógica aplicada no ensino dos mais jovens que ainda não dominam totalmente a escrita. Neste modelo os autores entendem que “(...) a revisão pode ser expressa através de três operações cognitivas – **C**omparação, **D**iagnóstico e **O**peração, que designaram por CDO” (Aleixo, 2006: 84). Este procedimento está também implícito no modelo de revisão anterior, dado que são estes processos cognitivos que permitem ao revisor comparar a representação do texto escrito com o texto idealizado e identificar as dissonâncias entre as duas representações, evocando assim, necessariamente, os conhecimentos prévios e as representações armazenadas na *memória a longo prazo* e na *memória de trabalho*.<sup>28</sup>

O terceiro modelo foi proposto por Butterfield, Hacker e Albertson (cf. 1996 *apud* Aleixo, 2006), no qual os autores atualizam o modelo de Flower *et al.* (cf. 1986 *apud*

---

<sup>28</sup> A *memória a longo prazo* é um recurso cognitivo que permite o armazenamento de informações por um longo período de tempo. A *memória de trabalho* é um recurso cognitivo que permite o armazenamento temporário de informações e, ao contrário do anterior, é limitado.



Aleixo, 2006), mas “(...) acrescentando à descrição das diferentes etapas de revisão, a especificação do conhecimento e das estratégias necessárias implicadas na revisão, de uma forma que atribui um importante papel à memória de trabalho” (Aleixo, 2006: 84).

A especificação do conhecimento e das estratégias necessárias constituem aspetos essenciais num modelo de revisão de texto. Por um lado, porque possibilitam a antecipação de eventuais problemas e, por outro, porque possibilitam a reaplicação de estratégias através da mobilização de *modelos de conhecimento* e das estratégias especificadas disponíveis.

Quanto ao modelo de Fayol (cf. 1997 *apud* Aleixo, 2006), que também retoma o modelo de Flower *et al.*, neste é atribuída especial importância “(...) à discriminação dos processos e conhecimentos (representações) (...)” (Aleixo, 2006: 85). Tendo como ponto de partida as atitudes de quem faz uma revisão eficaz, o autor perspetiva quatro etapas no processo de revisão: *definição de tarefa, avaliação, deteção e instrução reflexiva*. Neste modelo, à semelhança dos anteriores, verifica-se que a mobilização dos *modelos de conhecimento* é um aspeto fundamental na atividade de revisão de texto. Assim, a eficácia nas diversas etapas de revisão textual depende, em grande parte, dos diversos modelos de conhecimento.

Relativamente ao modelo proposto por Hayes (cf. 1996 *apud* Aleixo, 2006), este é composto por três constituintes: a *estrutura de controlo*, como constituinte que engloba as funções de esquema de tarefa e ainda outras funções complementares; os *processos fundamentais*, como constituintes em que é atribuída uma “(...) função central à leitura crítica de apreciação do texto já produzido”; os *recursos* que integram a *memória de trabalho* e a *memória a longo prazo* (Aleixo. 2006: 87-88). Para além da importância da *memória de trabalho*, como componente que permite articular as funções da estrutura de controlo com os processos fundacionais, Hayes sublinha a importância da *memória a longo prazo*, como componente fundamental na definição do esquema de tarefa e no conhecimento do destinatário.

Por outro lado, Hayes relaciona ainda a *memória a longo prazo* com a prática intensiva da escrita, dado que é através desta que o revisor consegue aumentar a qualidade do seu trabalho realizando revisões cada vez mais eficazes e rigorosas, mas também é através da prática da escrita que se aprende a avaliar os textos de forma adequada. Nesta perspetiva, poder-se-á considerar que a qualidade da revisão de um texto e a adequação

das estratégias adotadas para a resolução de problemas dependem, por um lado, do nível de conhecimentos do revisor e, por outro, das suas competências na prática da escrita, que, por sua vez, dependem das atividades de escrita do revisor, ou seja, numa perspectiva interacionista, das ações de linguagem realizadas.

## II. 3. O processo de revisão de texto

A partir da descrição sumária dos cinco modelos descritivos do processo de revisão da escrita, conclui-se que, apesar das diferenças terminológicas, todos os modelos são consensuais no que respeita à natureza e etapas do processo de revisão (cf. Aleixo, 2006). Assim, são de salientar os seguintes aspetos: nos cinco modelos, a revisão é perspectivada como sendo relativamente autónoma do processo global da escrita.

Numa perspectiva interacionista, devemos considerar que a ação de linguagem realizada no processo de escrita do texto é relativamente autónoma da ação de linguagem realizada no processo de revisão. Deste ponto de vista, dever-se-á considerar que o revisor é, por um lado, recetor de uma ação de linguagem materializada no texto a ser revisto e, por outro, **agente produtor de uma nova ação de linguagem** (texto revisto), porque no processo de revisão da escrita o revisor é também **emissor de signos linguísticos**.

Regressando aos modelos descritivos do processo de revisão, verificamos que nos cinco modelos é sublinhada a importância da representação que o revisor tem da tarefa de revisão e da forma como este avalia o texto quando compara a representação do texto idealizado a ser escrito com o texto concreto a ser revisto, bem como dos conhecimentos que o revisor possui em relação à escolha e adequação das estratégias na resolução de problemas tendo em vista a melhoria do texto (cf. Aleixo, 2006).

Se transpusermos a centralidade da linguagem no quadro do Interacionismo Sociodiscursivo para o âmbito da revisão de texto, ou seja, que o conhecimento e desenvolvimento humanos são adquiridos através da linguagem e que é através da realização de atividades da linguagem, através do uso da língua e dos seus signos que se materializam em textos, que se adquire conhecimento, verificamos que a linguagem tem um papel central nos conhecimentos mobilizados na prática de revisão de texto (cf. I. 2).

A atividade do revisor mobiliza necessariamente conhecimentos e representações, assim como implica a realização de ações de linguagem e, conseqüentemente, um trabalho contínuo sobre os signos linguísticos. Neste sentido, o revisor utiliza os conhecimentos adquiridos através da linguagem para desempenhar a sua atividade, mas também adquire conhecimento e desenvolve competências na diversidade de operações que efetua (através da linguagem) aplicadas à língua materializada nos textos. Deste ponto de vista, compreende-se porque é que a eficácia da revisão textual tende a aumentar com a experiência do revisor.

Outro ponto de convergência dos modelos descritivos do processo de revisão é a atribuição de diferentes funções à *memória de trabalho* e à *memória a longo prazo*. A partir destes modelos, verifica-se que os processos cognitivos que integram as etapas do processo de revisão não convocam apenas conhecimentos linguísticos, mas vários tipos de conhecimentos textuais e contextuais armazenados nos dois tipos de memória que se complementam. No processo de revisão, o revisor tem armazenados na memória representações e conhecimentos prévios (textuais e contextuais) que lhe permitem definir a tarefa e os seus objetivos (representação da tarefa de revisão), avaliar o texto, selecionar estratégias e executar diferentes tipos de modificações. No que respeita aos conhecimentos textuais, o conhecimento dos modelos da categoria geral dos géneros textuais permitem ao revisor avaliar a sua adequabilidade à situação de interação em que foi produzido.

De acordo com Coutinho:

Na medida em que os textos correspondem a “ações de linguagem”, a sua produção mobiliza as representações que o sujeito tem do contexto de ação e o seu conhecimento efetivo de diferentes *gêneros* (...)

Coutinho, 2003: 109

Neste sentido, o revisor relaciona o conhecimento que tem dos géneros textuais com o seu contexto de produção, isto é, com o “conjunto de parâmetros que podem influenciar o modo como o texto se organiza” (Bronckart, [1997] 1999: 93).

Os procedimentos que integram as etapas do processo de revisão, isto é, a seleção de critérios de revisão e o tipo de revisão, a avaliação do texto, a seleção de estratégias e a execução de modificações, são condicionados pelo tipo de representações e conhecimentos prévios (textuais, contextuais, linguísticos). Por outro lado, como já foi referido, o nível de conhecimentos do revisor também depende das suas competências ao nível da escrita, porque um escritor experiente tem um maior conhecimento sobre a escrita e mais competências para avaliar as capacidades comunicativas dos textos, bem como um reportório mais alargado de procedimentos possíveis, ou seja, a prática intensiva das atividades de escrita permite a realização de revisões mais eficazes (cf. II. 2.).

Ponderar esse binómio esforço-liberdade, ajuda-nos a repensar a importância de uma prática intensiva. No fundo, essa é uma prática que proporciona momentos de apreciação da escrita e facilita o conhecimento de estratégias adequadas à resolução de diferentes tipos de problemas.

Aleixo, 2006: 88

Deste ponto de vista, “se aprende a escrever, escrevendo” (Aleixo, 2006: 88), mas também podemos afirmar que **se aprende a rever, escrevendo e revendo**.

Nesta perspetiva, a prática da escrita e consequente melhoramento da competência de escrita permitem ao revisor uma avaliação dos textos mais adequada, bem como uma definição de objetivos e critérios de revisão de forma clara e objetiva. Por outro lado, o distanciamento entre a escrita e a revisão permite rever os textos de forma mais eficaz. O facto de detetarmos com maior facilidade as incorreções nos textos escritos pelos outros do que nos nossos próprios textos, assim como o facto de que quando optamos por rever um texto dias depois da sua elaboração detetamos erros que não tínhamos identificado anteriormente, mostram que a proximidade da revisão com a escrita conduz muitas vezes não à leitura do texto “real”, mas à leitura do texto que idealizámos, ou seja, não lemos o que está representado graficamente, mas o que achamos que deveria estar representado (representação mental do texto idealizado).

No próximo ponto, apresenta-se um instrumento de recurso para a atividade de revisão de texto, no qual são cruzados os pressupostos do ISD, a noção de *padrão*

*discursivo*, os principais pontos de convergência dos modelos criados no âmbito da Psicologia Cognitiva, conceitos oriundos de instrumentos de normalização linguística (gramáticas) e conhecimentos adquiridos nos seminários que integram a componente letiva do mestrado, nomeadamente, nos seminários de Teoria do Texto, de Análise do Discurso, de Teoria e Práticas de Escrita e de Revisão de Texto, de Ortografia e Gramática: norma e variação, de Conhecimento Gramatical e de Instrumentos de Normalização Linguística.<sup>29</sup>

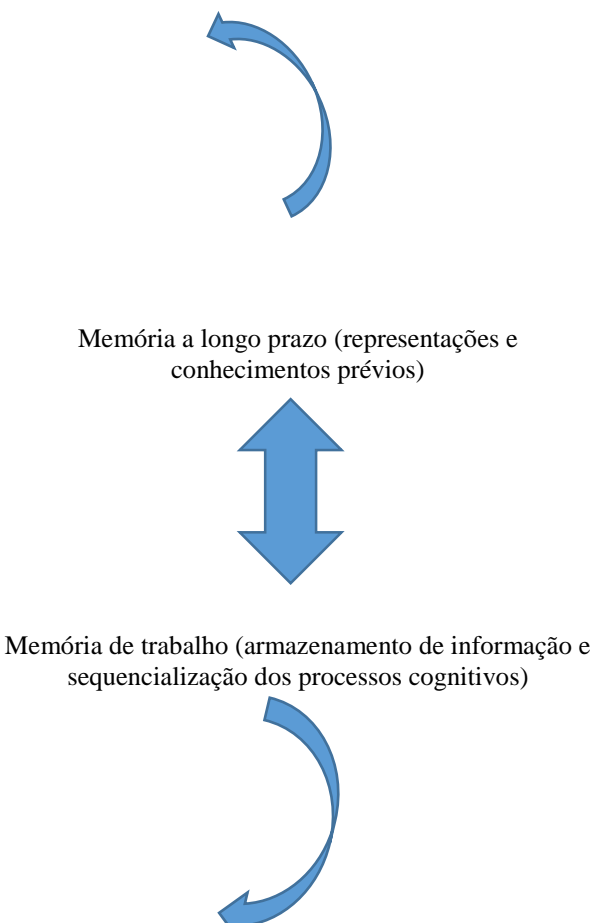
---

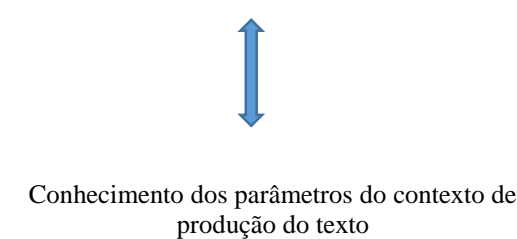
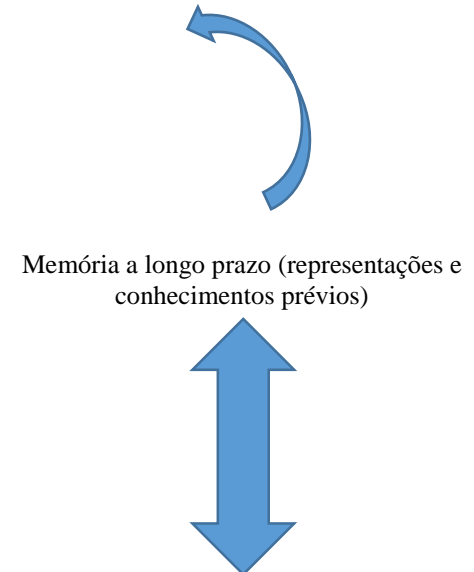
<sup>29</sup> A versão inicial deste instrumento de recurso foi elaborada sob a orientação da Professora Doutora Maria Antónia Coutinho no seminário de Teoria e Práticas de Escrita e de Revisão de Texto (junho 2014).

## II. 4. Instrumento de recurso para a prática de revisão de texto


Ao longo deste trabalho, foi desenvolvida uma abordagem teórica dos principais pressupostos que sustentam a presente proposta interacionista de revisão. A partir destes pressupostos, apresentamos um instrumento de recurso para a atividade de revisão de texto. Este instrumento foi criado tendo em conta a falta de instrumentos de recurso para a prática de revisão enquanto atividade profissional. Assim, no instrumento de recurso apresentado são descritas, na primeira coluna do lado esquerdo, as etapas que integram o processo de revisão, seguindo-se a coluna que enumera os procedimentos do revisor associados a cada etapa de revisão; na terceira coluna, são descritos os conhecimentos e representações mobilizados nos processos cognitivos necessários aos diversos procedimentos que integram as etapas do processo de revisão; por último, na quarta coluna, estão representados os recursos cognitivos que interagem e asseguram os procedimentos ao longo de todo o processo de revisão de texto: a *memória a longo prazo*, na qual estão armazenados os conhecimentos e representações prévias e a *memória de trabalho*, na qual estão armazenados conhecimentos recentes e temporários.






**Quadro 2 – Instrumento de recurso para a prática de revisão de texto**

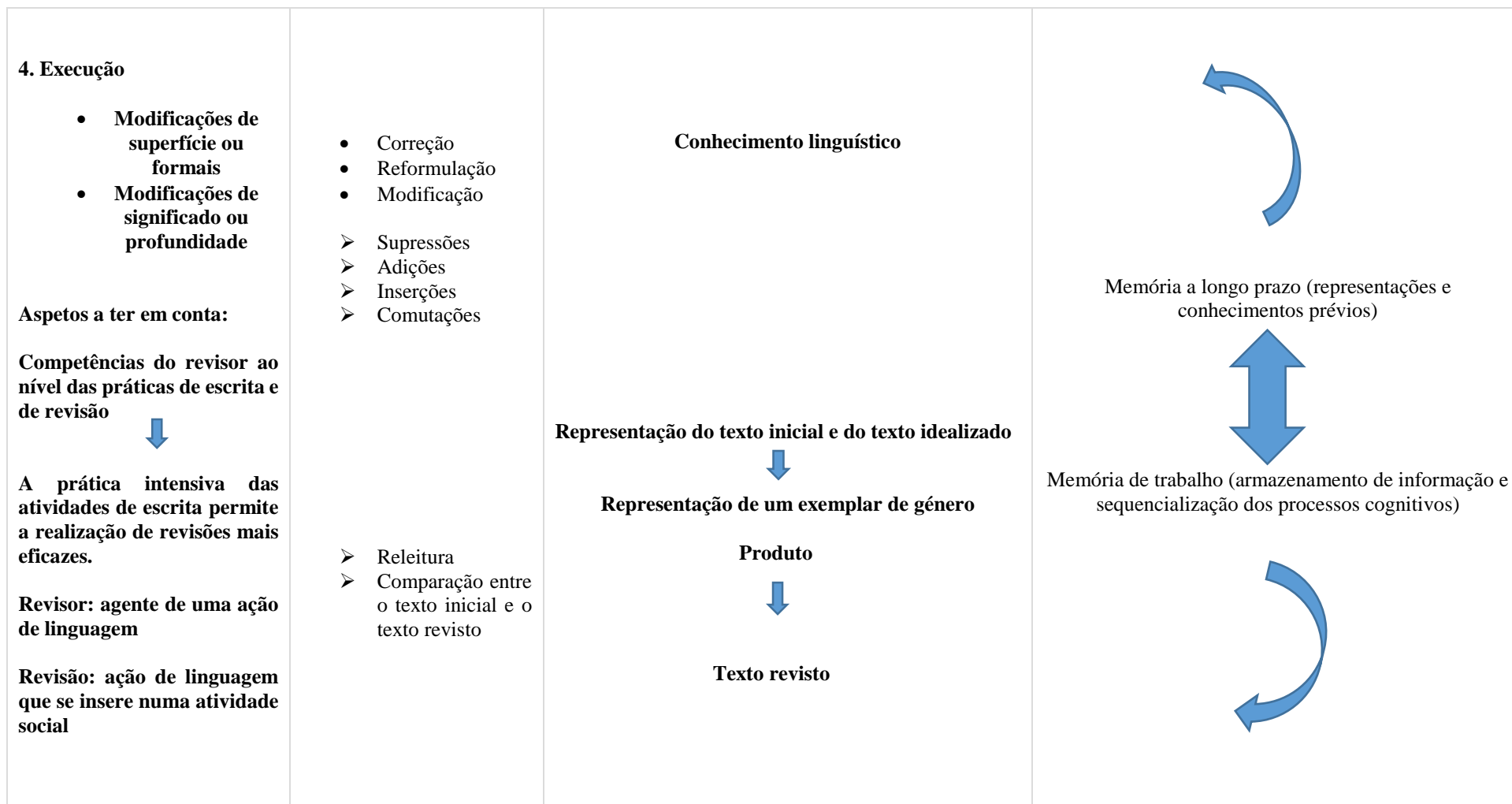
Etapas (processo)	Procedimentos	Representações e conhecimentos	Recursos cognitivos
<p><b>1. Definição de tarefa</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Revisão de texto</b></li> </ul> <p><b>Objetivos:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ <b>Correção</b></li> <li>✓ <b>Melhoria</b></li> <li>✓ <b>Uniformização do texto</b></li> </ul> <p><b>Aspetos a ter em conta:</b></p> <p><b>Texto:</b> materialização linguística de uma ação de linguagem</p> <p><b>Revisão:</b> atividade de linguagem interativa</p> <p><b>Revisor:</b> recetor de uma ação de linguagem</p>	<p><b>1. Definição do(s) tipo(s) de revisão a realizar e dos níveis de intervenção:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Global/Parcial</li> <li>• Revisão <i>spotcheck</i></li> <li>• Revisão linguística</li> <li>• Revisão científica</li> </ul> <p><b>2. Definição dos critérios de revisão:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ <b>Materiais fornecidos pelo agente produtor da ação de linguagem ou pela entidade:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Instruções</li> <li>• Guias de estilo</li> <li>• Glossários</li> <li>• Convenções</li> </ul> </li> <li>➤ <b>Recursos disponíveis</b></li> </ul> <p><b>Instrumentos de normalização linguística:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Dicionários</li> <li>• Gramáticas</li> </ul>	<p><b>Representações:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Da tarefa de revisão: <ul style="list-style-type: none"> <li>Do contexto físico da tarefa de revisão <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Produtor (revisor)</li> <li>✓ Recetor (cliente ou entidade)</li> <li>✓ Lugar</li> </ul> </li> <li>✓ Momento (representação do tempo destinado à revisão)</li> </ul> </li> <li>✓ Do contexto sócio-subjetivo da tarefa de revisão <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Lugar social</li> <li>✓ Posição social do enunciadador e do destinatário</li> </ul> </li> <li>Finalidade (s)</li> </ul> <p><b>Conhecimentos:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Do contexto de produção do texto a ser revisto:</li> <li>• <b>Contexto físico</b> da produção textual <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Produtor</li> <li>✓ Recetor</li> <li>✓ Lugar</li> <li>✓ Momento</li> </ul> </li> </ul>	 <p>Memória a longo prazo (representações e conhecimentos prévios)</p> <p>Memória de trabalho (armazenamento de informação e sequencialização dos processos cognitivos)</p>

	<p><b>Obras de divulgação:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Prontuários</li> <li>• Manuais</li> <li>• Vocabulários</li> </ul> <p><b>Outros recursos</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Dicionários enciclopédicos</li> <li>• Dicionários especializados</li> </ul>	<p>✓ <b>Contexto sócio-subjetivo</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Lugar social</li> <li>✓ Posição social do enunciador e do destinatário</li> <li>✓ Finalidade(s)</li> </ul>	
<p><b>2. Avaliação</b></p> <p><b>Objetivos:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ <b>Avaliar o texto como uma ação de linguagem no quadro de uma prática social com uma determinada função comunicativa</b></li> <li>✓ <b>Avaliar os parâmetros de textualidade</b></li> </ul>	<p>1. Leitura crítica do texto 2. Detecção de problemas 3. Identificação e diagnóstico da natureza dos problemas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Erros de significado e conteúdo (coerência)</li> <li>✓ Erros de ortografia e gramática (coesão)</li> <li>✓ Dissonâncias entre as propriedades de <i>textualidade</i> de ordem contextual e pragmática e os parâmetros do contexto de</li> </ul>	<p>✓ <b>Conhecimentos linguísticos</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Norma padrão e variedades dialetais</li> </ul> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Ortografia</li> <li>✓ Gramática</li> <li>✓ Vocabulário</li> <li>✓ Regras</li> <li>✓ Convenções</li> </ul> <p>Representações das propriedades de <i>textualidade</i></p>  <p>Conhecimento dos parâmetros do contexto de produção do texto</p>	<p><b>Recursos cognitivos</b></p>  <p>Memória a longo prazo (representações e conhecimentos prévios)</p>



<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ <b>Avaliar as formas estabilizadas de composição textual (tipos de discurso) associadas aos modelos de género</b></li> </ul> <p><b>Aspetos a ter em conta:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ <b>Os tipos de discurso são formas linguísticas que entram na composição dos géneros</b></li> <li>✓ <b>O padrão discursivo permite apreender a globalidade do texto</b></li> </ul>	<p>produção do texto a ser revisto</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Problemas ao nível da adequabilidade do género ao contexto de produção (físico e sócio-subjetivo) e/ou ao conteúdo temático</li> <li>✓ Parâmetros de género</li> <li>✓ Problemas ao nível das regularidades linguísticas que constituem os tipos de discurso: (articulação do parâmetro temático (conjunção/disjunção) e do parâmetro pragmático (implicação/autonomia)</li> <li>✓ Problemas de articulação entre os tipos de discurso</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ <b>Conhecimento de modelos de géneros de texto (arquitrato)</b></li> </ul> <p><b>Representações dos parâmetros de género</b></p> <p>↓</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Infraestrutura geral (organização/estruturação do conteúdo temático)</li> <li>✓ Representações dos <b>tipos de discurso</b>, como planos de enunciação selecionados e organizados de acordo com o género</li> </ul> <p>↓</p> <p><b>Padrão Discursivo</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Emergência e organização dos tipos de discurso ao nível do plano de texto</li> </ul> <p>Representações de géneros padronizados</p> <p>↓</p> <p>Representações da organização e da emergência discursiva no plano associado ao género</p>	<p>Memória de trabalho (armazenamento de informação e sequencialização dos processos cognitivos)</p> 
---	---	--	--

		<p>Padrão discursivo mais estável</p>  <p>Emergência e organização dos tipos de discurso regulada por um plano de texto associado ao gênero</p>	
<p><b>3. Seleção de estratégias</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Tomada de decisões</b></li> </ul>	<p><b>1.</b> Seleção dos aspetos a rever</p> <p><b>2.</b> Escolha das operações a realizar para corrigir os problemas detetados</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Conhecimento de estratégias adequadas à resolução de diferentes tipos de problemas:</b></li> </ul> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ <b>Conhecimentos linguísticos</b></li> <li>✓ <b>Reportório de estratégias</b></li> </ul>  <p><b>Representações de problemas e estratégias</b></p>	<p><b>Recursos:</b></p>  <p>Memória a longo prazo (representações e conhecimentos prévios)</p>  <p>Memória de trabalho (armazenamento de informação e sequencialização dos processos cognitivos)</p> 



## O processo de revisão: etapas, procedimentos, conhecimentos e recursos cognitivos

A *definição de tarefa* é a primeira etapa do processo de revisão. Nesta etapa, são definidos os objetivos gerais da tarefa de revisão (correção, melhoria e uniformização textual) e os objetivos específicos, ou seja, o tipo de revisão a realizar, os níveis de intervenção e os critérios que devem ser tidos em conta na revisão do texto, que, por sua vez, dependem do tipo de materiais (instruções, glossários e guias de estilo) fornecidos pelo produtor ou entidade responsável pelo texto.<sup>30</sup> Assim, em primeiro lugar, o revisor terá de verificar se existem critérios pré-estabelecidos para a revisão e se dispõe de todos os recursos necessários à tarefa (instrumentos de normalização linguística, obras de divulgação, entre outros). Na primeira etapa são mobilizadas, por um lado, as representações que o revisor possui em relação à tarefa de revisão, que, por sua vez, integram as representações que o revisor tem do contexto físico da tarefa de revisão (representação de si mesmo como revisor, representação do destinatário, do lugar e do tempo previsto para a realização da tarefa) e as representações do contexto sócio-subjetivo da tarefa de revisão (lugar social do revisor e da sua atividade, posição social do cliente<sup>31</sup> em relação ao revisor e as finalidades da tarefa de revisão). Nesta primeira etapa do processo de revisão, são também mobilizados os conhecimentos que o revisor possui em relação ao contexto de produção (físico e sócio-subjetivo) da ação de linguagem (texto a rever), que diz respeito aos conhecimentos que o revisor possui sobre o produtor do texto, sobre o lugar e o momento em que foi produzido, bem como sobre o papel social do autor do texto e do lugar social em que foi produzido. Para além disso, são também mobilizados os conhecimentos que o revisor possui em relação ao contexto de receção (físico e sócio-subjetivo), ou seja, os conhecimentos que o revisor possui em relação ao destinatário do texto, bem como a sua finalidade, o lugar e o momento em que será recebido. Esta primeira fase é fundamental no processo de revisão, porque é a partir dos materiais fornecidos pelo autor ou entidade

---

<sup>30</sup> Em Fidalgo (2014) é abordada a atividade de revisão no domínio da tradução técnica. Para além da revisão global/parcial e da revisão *spot check* (revisão de algumas partes do texto através de seleção aleatória), a autora indica ainda outros tipos de revisão, nomeadamente, a revisão muito cuidadosa e a revisão gráfica (cf. Fidalgo, 2014: 95).

<sup>31</sup> Utilizamos aqui o termo *cliente* para sublinhar que na revisão de texto como prática profissional, o recetor do texto é um cliente que solicita os serviços de um revisor mediante pagamento e, por isso, é fundamental que o revisor procure adequar a sua intervenção às diferentes necessidades de cada cliente.

responsável pelo texto, dos recursos aos quais tem acesso, bem como dos diversos conhecimentos e representações que possui, que o revisor irá orientar o seu trabalho ao longo de todo o processo. Assim, as informações iniciais são armazenadas na memória de trabalho do revisor, interagindo com as informações prévias armazenadas na memória a longo prazo, e vão sendo recuperadas cruzando-se com os conhecimentos e representações mobilizadas nas etapas seguintes.

A segunda etapa do processo de revisão diz respeito à *avaliação do texto*. Nesta etapa, o revisor faz uma leitura crítica do texto, tendo em vista a detecção de problemas e a natureza dos mesmos. Nesta fase, o revisor perspectiva o texto como uma ação de linguagem que se insere no quadro de uma prática social com uma determinada função comunicativa e, por isso, na avaliação do texto são também tidos em conta, além dos critérios estabelecidos na primeira etapa do processo, os parâmetros de textualidade. A *textualidade*, isto é, o conjunto de características e propriedades que fazem com que um “texto seja um texto” e não apenas uma sequência de frases isoladas, deverá ser avaliada não tendo apenas em conta os aspetos linguísticos, mas também os aspetos que dizem respeito ao contexto comunicativo da produção textual. Na perspectiva de Beaugrande e Dressler (1981: 3) existem sete parâmetros que definem a *textualidade*: a *intencionalidade*, a *aceitabilidade*, a *situacionalidade*, a *informatividade* e a *intertextualidade*, como parâmetros relacionados com as circunstâncias de produção e receção textual, e a *coesão* e a *coerência*, como propriedades centradas no próprio texto.

Deste ponto de vista, o revisor deve avaliar o texto tendo em conta, por um lado, os aspetos contextuais e, por outro, os aspetos textuais. Relativamente, às propriedades centradas no texto, verifica-se que a *coerência* textual “(...) é um fator de textualidade que resulta da interação entre os elementos cognitivos apresentados pelas ocorrências textuais e o nosso conhecimento do mundo” (Duarte, 2003: 115). Neste sentido, a avaliação que o revisor faz da *coerência* textual não depende apenas dos elementos que ocorrem na superfície do texto, mas também dos conhecimentos do revisor. Relativamente à *coesão* textual, esta diz respeito a “todos os processos de sequencialização que asseguram (ou tornam recuperável) uma ligação linguística significativa entre os elementos que ocorrem na superfície textual” (Duarte, 2003: 89). Deste ponto de vista, o revisor deve avaliar a forma como estas duas propriedades

interagem.<sup>32</sup> Quanto aos parâmetros de ordem contextual e pragmática, o revisor avalia a *textualidade* do texto a ser revisto comparando os parâmetros do contexto de produção do texto com as representações das propriedades que definem a *textualidade*, ou seja, a avaliação da *intencionalidade*, da *aceitabilidade*, da *situacionalidade*, da *informatividade* e da *intertextualidade* do texto depende dos parâmetros do contexto físico e sócio-subjectivo da produção textual.

Nesta segunda etapa do processo de revisão são mobilizados os conhecimentos linguísticos do revisor, como sejam o conjunto de regras da ortografia e da gramática que integram a norma padrão da língua. Contudo, na presente proposta defende-se que, na revisão textual, também deva ser tida em conta a variedade e diversidade linguísticas. Isto não significa que não deva ser observado o conjunto de regras e preceitos que integram a variedade padrão<sup>33</sup> da língua portuguesa; significa que o revisor deve encontrar um ponto de equilíbrio, adequando a sua intervenção às especificidades de cada texto.

Como Aristides Neto sublinha:

Parece-nos apreciável que um revisor deve conhecer as várias correntes, posicionar-se bem dentro de um contexto, tendo em mente a exata variedade linguística com que lida em um determinado trabalho de revisão textual. E desenvolver o bom senso, repetimos, cada vez mais, dentro de um processo democrático de interação revisor – autor ou revisor – editor. Trata-se do desenvolvimento necessário da visão crítica do revisor.

Neto, 2008: 52

---

<sup>32</sup> Um texto pode ser coeso mas não ser coerente. Por outro lado, tendo em conta que a coerência textual depende “(...) do *universo de conhecimento* de que dispõem os interlocutores, e da sua efetiva capacidade de o projetar sobre os instrumentos verbais atualizados, é linear que diferentes indivíduos num mesmo momento ou em momentos diversos, ou ainda, que um mesmo indivíduo, em ocasiões diferentes, experimentem flutuações no julgamento na avaliação da *coerência de um mesmo texto*” (Fonseca, 1992: 53). Esta perspectiva é também defendida por Bernárdez (2003).

<sup>33</sup> A língua portuguesa tem duas variedades padrão: a norma padrão do português do Brasil e a norma padrão do português europeu. Em Portugal, a norma é difundida através dos instrumentos de normalização linguística (dicionários e gramáticas) e outros instrumentos criados a partir deles (prontuários, manuais, entre outros) (cf. Mateus & Cardeira, 2007). Os instrumentos de normalização linguística são recursos fundamentais para a atividade de revisão de texto.

Deste ponto de vista, verifica-se que, apesar de a correção linguística ser um aspeto central na atividade de revisão textual, a qualidade de um texto não pode ser avaliada apenas por critérios estritamente linguísticos. Na verdade, para além dos conhecimentos linguísticos, são mobilizados os conhecimentos que o revisor de texto tem dos modelos de géneros de texto (cf. I. 2.1). O conhecimento que o revisor possui de diferentes géneros de texto, assim como as representações do contexto de produção da ação de linguagem irão permitir-lhe avaliar a adequabilidade do género selecionado. Isto não significa que o revisor deva perspetivar o texto como uma cópia de um determinado modelo, mas sim como um texto singular que possui, por um lado, características variáveis decorrentes da unicidade de cada texto e, por outro, características associadas ao género. Deste ponto de vista, o texto apresenta características relativamente estáveis que permitem identificar a sua pertença a um dado género, mas também uma mutabilidade decorrente da forma singular como cada agente da produção textual atualiza e adapta um modelo de género a cada ação de linguagem e a cada situação comunicativa.

Nas palavras de Florencia Miranda:

No processo de produção textual os sujeitos actualizam – adaptando-as sempre – as características associadas ao género a que recorrem. Nesse sentido, aquilo a que chamamos as ‘características’ de um género constituem parâmetros de textualização ou **parâmetros genéricos**.

Miranda, 2010: 153

Tendo em conta que os textos singulares são atualizações dos parâmetros de género, a avaliação que o revisor faz destes parâmetros efetua-se a partir da análise dos mecanismos de realização textual, que, por sua vez, correspondem “às opções particulares dos textos efetivamente produzidos, face aos parâmetros do género” (Coutinho, 2006: 7).<sup>34</sup>

Contudo, como nota Miranda (2010), não é possível estabelecer uma relação biunívoca entre os *parâmetros de género* e os *mecanismos de realização textual*, dado que o mesmo parâmetro pode ser atualizado através de diferentes mecanismos e os mecanismos dependem

---

<sup>34</sup> As noções de *parâmetros de género* e de *mecanismos de realização textual* e a sua distinção foram propostas e desenvolvidas em Coutinho *et al.* (2005).

das opções individuais e da singularidade de cada texto. Neste sentido, o revisor ao analisar os mecanismos de realização textual irá avaliar a atualização dos parâmetros de gênero. Porém, não deverá perspectivá-los como um conjunto de características obrigatórias e imutáveis num dado gênero, mas como elementos orientadores que, em parte, regulam a produção e a interpretação textual. Assim, é através dos mecanismos de realização textual que reconhecemos os parâmetros que indiciam a “identidade genérica”, ou seja, estes mecanismos desempenham a função de *marcadores de gênero* (cf. Miranda, 2010: 154).

Porém, o revisor deverá analisar dois tipos de marcadores de gênero: os marcadores *auto-referenciais*, ou seja, aqueles que expressam de forma explícita a categoria genérica do texto, como, por exemplo, as etiquetas genéricas que ocorrem no *peritexto* (*artigo de opinião, crônica, notícia, receita, recensão crítica*, entre outros), bem como os sintagmas nominais que ocorrem no corpo do texto e remetem de forma explícita para a categoria genérica do texto (“o presente artigo”, “nesta dissertação”) e, os *marcadores inferenciais*, que, ao contrário dos anteriores, indiciam de forma implícita a categoria genérica a que pertence o texto. Os *marcadores inferenciais*, ao contrário dos *auto-referenciais*, não são identificáveis isoladamente, ou seja, para que o revisor os identifique é necessário que apreenda, na globalidade do texto, a complexidade e diversidade dos mecanismos de realização textual (cf. Miranda, 2010: 155). Nesta perspectiva, consideramos que o padrão discursivo poderá constituir um marcador de gênero inferencial, ou seja, a forma como os tipos de discurso se organizam e emergem na globalidade do texto poderá indiciar a categoria genérica do texto em que ocorrem.

Como já foi referido, os gêneros de texto não são totalmente identificáveis a partir das características linguísticas, os tipos de discurso são identificados através das regularidades linguísticas que ocorrem na globalidade do texto, mas um tipo de discurso ocorre em diferentes gêneros (cf. I. 2.1, 2.2, 2.3). Todavia, como foi citado anteriormente, a propósito das afirmações de Bronckart, “é possível argumentar a favor da relativa estabilidade que se pode observar na ocorrência dos tipos na diversidade dos gêneros” (Miranda, 2010: 141). Neste sentido, apesar de os tipos de discurso não poderem ser por si só indícios da categoria genérica dos textos em que ocorrem, a articulação da predominância de um (ou mais) tipo(s) de discurso com a sua organização e emergência na globalidade do texto (padrão discursivo) constituem um marcador inferencial de gênero. Por outro lado, a identificação do gênero a partir do padrão discursivo vai também, em parte, depender dos conhecimentos que o revisor tem do gênero, dado que um conhecimento maior do gênero irá permitir-lhe identificar de forma mais eficaz eventuais



problemas ao nível do padrão discursivo. Para além disso, é igualmente relevante o facto de um género de texto ser mais ou menos padronizado, tendo em conta que os textos mais padronizados, isto é, com traços mais estabilizados, como, por exemplo, o *artigo científico* e a *recensão crítica*, tendem a apresentar um padrão discursivo mais estável. Nesta perspetiva, na revisão de um texto mais padronizado, as representações dos parâmetros genéricos tenderão a ser mais nítidas e estáveis, e o revisor detetará com mais facilidade algum traço cuja ocorrência não seja expetável no género. Por outro lado, a noção de *padrão discursivo* está relacionada com a emergência dos tipos de discurso, mas também com o plano de texto, que integra, como foi descrito anteriormente, em conjunto com os tipos de discurso (e modalidades de articulação), a camada mais profunda do modelo de arquitetura textual proposto por Bronckart: a *infra-estrutura geral do texto* (cf. I. 2.2). Tendo em conta que o plano de texto diz respeito à forma como se organiza o conteúdo temático na globalidade do texto e o padrão discursivo diz respeito à forma como os tipos de discurso se organizam e emergem na globalidade do texto, devemos entender que o padrão discursivo permite apreender, em parte, a globalidade do texto e, conseqüentemente, identificar o plano associado aos géneros mais convencionais. Deste ponto de vista, o revisor deverá ter em conta que a organização, a emergência e a articulação dos tipos de discurso em géneros mais convencionais são efetuadas pelo produtor textual de acordo com o plano de texto associado ao género. Neste sentido, apesar de não ser totalmente possível classificar os géneros a partir dos tipos de discurso, é sempre possível perspetivar alguma identidade discursiva.<sup>35</sup>

A terceira etapa do processo de revisão diz respeito à *seleção de estratégias*. Depois de ter avaliado o texto na etapa anterior, o revisor terá de tomar decisões, selecionando os aspetos que devem ser revistos e escolhendo as operações adequadas à correção dos diferentes tipos de problemas detetados. Assim, as decisões do revisor dependem, por um lado, dos critérios de revisão estabelecidos na primeira etapa, da avaliação do texto, bem como das representações e conhecimentos mobilizados nas etapas anteriores e, por outro lado, dos conhecimentos mobilizados nesta etapa do processo de revisão, nomeadamente, conhecimentos linguísticos específicos e conhecimento de estratégias adequadas à resolução de diferentes tipos de problemas, ou seja, um reportório de estratégias, cuja dimensão e alcance está intimamente

---

<sup>35</sup> Por exemplo, é pouco provável que um decreto-lei apresente os tipos de discurso relato e interativo.

ligada com a experiência do revisor. Um revisor mais experiente terá, naturalmente, um reportório mais alargado, bem como maior rapidez na tomada de decisões (cf. II. 3.).

Depois da tomada de decisões, segue-se a etapa da *execução*, na qual o revisor efetua as modificações necessárias à correção e melhoria do texto. Estas modificações poderão ser efetuadas ao nível da superfície do texto (formais) ou poderão incidir na profundidade do texto (conceituais). Todas as modificações efetuadas, tal como as decisões tomadas na etapa anterior, dependerão sempre dos critérios definidos anteriormente. Assim, as modificações executadas pelo revisor poderão passar pela correção, pela reformulação e pela modificação, bem como poderão integrar supressões, adições, inserções e comutações. Tal como na tomada de decisões, a experiência do revisor ao nível das práticas de escrita e de revisão textual é decisiva para a eficácia das revisões efetuadas.

Nesta última etapa, o revisor, depois da releitura do texto, efetua dois tipos de comparação: a comparação entre a representação do texto inicial (*memória de trabalho*) e o texto revisto (produto final do processo), e a comparação entre o exemplar de género (texto revisto) e o conhecimento que o revisor tem armazenado na *memória a longo prazo* do modelo de género que o texto deve materializar (cf. II. quadro 2, etapa 4).

## II. 5. A revisão de textos académicos numa perspetiva interacionista

No ponto anterior, apresentou-se e descreveu-se um instrumento de recurso para a prática de revisão de texto, no qual foram integrados componentes de alguns dos principais modelos elaborados para a descrição da tarefa de revisão, os princípios teóricos do Interacionismo Sociodiscursivo e a noção de *padrão discursivo*. Neste ponto, aplicamos esta proposta interacionista à revisão de textos académicos.<sup>36</sup>

Nesta proposta, é tido em consideração que a aplicação deste instrumento a um *corpus* constituído por textos revistos não permite dar conta de todas as especificidades e condicionalismos que intervêm num contexto real de revisão. Todavia, consideramos que este instrumento deve ser entendido como um modelo a seguir na prática de revisão de texto. Neste sentido, o que se pretende evidenciar nesta proposta é a aplicabilidade dos pressupostos do ISD e da noção de *padrão discursivo* no âmbito da atividade de revisão de texto.

---

<sup>36</sup> Só consideramos como sendo académicos os textos que são produzidos no contexto académico, como instrumentos de divulgação de conhecimento ou de avaliação numa determinada área científica. Deste modo, excluímos os textos produzidos no contexto académico que asseguram o funcionamento e a organização dos diversos serviços das entidades académico-científicas. A escolha de textos académicos deve-se, por um lado, ao facto de serem textos com características relativamente estáveis, ou seja, são textos mais padronizados e, por isso, considera-se que são textos cuja produção e revisão são feitas de acordo com um conjunto de características pré-estabelecidas e convencionadas por modelos anteriores (*arquitexto*) e, por outro lado, ao facto de se considerar que a proposta que aqui se apresenta é um contributo não só para os revisores de texto, mas também para os profissionais (docentes e investigadores) e estudantes, dado que são estes os principais produtores e recetores de textos académicos.

## II. 5.1 Apresentação do *corpus*

O *corpus* selecionado é constituído por textos académicos de duas áreas científicas distintas (a área da Linguística e a área da Sociologia).<sup>37</sup> Para a seleção e constituição do *corpus* foi tido em conta, por um lado, que o número de textos analisados deve permitir uma análise e conclusões relevantes e, por outro, que a sua análise deve ser feita dentro das dimensões pré-estabelecidas para a elaboração desta dissertação. Os textos da área científica da Linguística foram selecionados a partir de pesquisa na *Revista Portuguesa de Humanidades*, bem como na revista *Estudos Linguísticos/Linguistic Studies* (revista do Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa). Relativamente aos textos da área científica da Sociologia, a seleção foi feita a partir de pesquisa na revista *Análise Social* (revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa) e na revista *Sociologia* (revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto). No quadro abaixo, apresentam-se os oito textos que constituem o *corpus* (quatro de cada área científica), ou seja, quatro recensões críticas e quatro artigos científicos. Para além da informação bibliográfica dos textos, é indicada a área científica em que se enquadram (com a letra inicial), o género a que pertencem e uma sigla para identificar os textos sempre que são referidos. Tendo em conta que o objetivo deste trabalho de investigação não é a representatividade, não consideramos que o *corpus* constituído seja representativo dos dois géneros de texto, mas entendemos que o mesmo apresenta pistas pertinentes para futuras reflexões.

---

<sup>37</sup> Inicialmente, pretendia-se comparar textos de áreas científicas mais contrastivas, como por exemplo, comparar textos da área da Linguística com textos da área da Engenharia Civil. Porém, não foram encontrados textos do género *recensão crítica* na área da Engenharia Civil. Apesar de não ser possível tirar conclusões definitivas sobre a aparente inexistência do género na área, parece-nos relevante o facto de numa área das ciências exatas não serem produzidos textos de um género associado a um posicionamento crítico e a um confronto de perspetivas.

QUADRO 3 – INFORMAÇÃO BIBLIOGRÁFICA	ÁREA CIENTÍFICA	GÉNERO	TEXTOS
CUNHA, Luís Filipe; FERREIRA, Idalina; LEAL, António. (2010) “A distinção massivo/contável em diferentes categorias gramaticais”. In: <i>Estudos Linguísticos/Linguistic Studies</i> , n.º 5, Edições Colibri/CLUNL, Lisboa, pp. 163-175. Disponível em: <a href="http://www.clunl.edu.pt/resources/docs/revista/n5_fulltexts/51%20luís%20cunha%20et%20al.pdf">http://www.clunl.edu.pt/resources/docs/revista/n5_fulltexts/51%20luís%20cunha%20et%20al.pdf</a> >	L	ARTIGO	A1L
GRAÇA, Fernandes. (2008) “Expressões Idiomáticas: Frases Fixas Intransitivas do Português Europeu”. In: <i>Estudos Linguísticos/Linguistic Studies</i> , n.º 1, Edições Colibri/CLUNL, Lisboa, pp. 101-119. Disponível em: <a href="http://www.clunl.edu.pt/resources/docs/revista/n1_fulltexts/1f%20graca%20fernandes.pdf">http://www.clunl.edu.pt/resources/docs/revista/n1_fulltexts/1f%20graca%20fernandes.pdf</a> >	L	ARTIGO	A2L
COELHO, Zara Pinto. (2009) “Jovens no discurso da imprensa portuguesa: um estudo exploratório”. In: <i>Análise Social</i> , vol. XLIV, n.º 191, Lisboa, pp. 361-377. Disponível em: <a href="http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1244540575S0cYP5zm7Oh73TO4.pdf">http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1244540575S0cYP5zm7Oh73TO4.pdf</a> >	S	ARTIGO	A3S
DIX, Steffen. (2010) “As esferas seculares e religiosas na sociedade portuguesa”. In: <i>Análise Social</i> , vol. XLV, n.º 194, Lisboa, pp. 5-27. Disponível em: <a href="http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1268306960Y6kEE8vd8Li59CA4.pdf">http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1268306960Y6kEE8vd8Li59CA4.pdf</a> >	S	ARTIGO	A4S
CUNHA, Luís Filipe. (2009) Recensão crítica da obra: PEREIRA, Susana. (2009) “A Semântica do Objecto: Aspecto e Determinação Nominal”. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e Tecnologia. In: <i>Estudos Linguísticos/Linguistic Studies</i> , n.º 4, Edições Colibri/CLUNL, Lisboa, pp. 151-162. Disponível em: <a href="http://www.clunl.edu.pt/resources/docs/revista/n4_fulltexts/4i%20susana%20pereira%20et%20al.pdf">http://www.clunl.edu.pt/resources/docs/revista/n4_fulltexts/4i%20susana%20pereira%20et%20al.pdf</a> >	L	RECENSÃO	R1L
SILVA, Augusto Soares da. (2002) Recensão crítica da obra: BATOREO, Hanna Jakubowicz. (2000) “Expressão do Espaço no Português Europeu. Contributo Psicolinguístico para o Estudo da Linguagem e Cognição”. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e a Tecnologia. In: <i>Revista Portuguesa de Humanidades</i> , vol. VI, Braga, pp. 506-510. Disponível em: <a href="http://hanna-batoreo.planetaclix.pt/rec1.html">http://hanna-batoreo.planetaclix.pt/rec1.html</a> >	L	RECENSÃO	R2L
SOEIRO, José. (2012) “A precariedade como modo de vida?” Recensão crítica da obra: ALVES, Nuno de Almeida; CANTANTE, Frederico; BAPTISTA, Inês & CARMO, Renato Miguel do. (2011) “Jovens em Transições Precárias. Trabalho, Quotidiano e Futuro”. Lisboa: Mundos. In: <i>Sociologia</i> , Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, vol. XXIV, Porto, pp. 231-236. Disponível em: <a href="http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/10766.pdf">http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/10766.pdf</a> >	S	RECENSÃO	R3S
BRANDÃO, Miguel Quaresma. (2013) Recensão crítica da obra: MURTEIRA, Mário. (2011) “Portugal nas Transições - O Calendário Português desde 1950”. Lisboa: Sítio do Livro / CESO CI Portugal, com o apoio do INDEG/ ISCTE Business School. Coletânea “Economia e Sociedade”, n.º 1. In: <i>Sociologia</i> , Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, vol. XXVI, Porto, pp. 229-234. Disponível em: <a href="http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/11873.pdf">http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/11873.pdf</a> >	S	RECENSÃO	R4S

## II. 5.2 O gênero *artigo científico*

Um artigo científico é um texto acadêmico utilizado para a difusão e partilha de conhecimentos no âmbito de diferentes áreas científicas. Apesar de serem produzidos para diferentes tipos de destinatários, os textos deste gênero, independentemente da área científica em que se enquadram, têm objetivos comunicativos relativamente estáveis, entre os quais se destacam a transmissão de resultados de investigações, o aprofundamento de investigações já realizadas e a formulação de um problema ou de uma questão relevante. Nesta perspetiva, um artigo científico é geralmente entendido como um contributo original para uma determinada área do saber, ou seja, apesar de a sua produção poder ter como ponto de partida literatura publicada e investigações anteriormente realizadas (estado da arte), é fundamental que o artigo apresente um acréscimo de informação e de conhecimento para a respetiva área científica.

## II. 5.3 O gênero *recensão crítica*

A *recensão crítica* é um texto utilizado para tecer uma apreciação sobre uma determinada obra. Enquanto que no *artigo científico* o tema desenvolvido está focado no trabalho do próprio autor e na defesa do seu contributo, na *recensão crítica*, a apreciação do autor do texto é sempre feita em relação a um texto de um outro autor, ou seja, o que é posto em destaque é a relevância e o contributo da obra recenseada para a área em questão. Neste sentido, podemos dizer que a *recensão crítica* é um texto de confronto de perspetivas: a perspetiva do autor da obra recenseada, a perspetiva de outros autores que tenham tratado o tema e a perspetiva do autor da recensão.

Apesar do meio de circulação mais frequente ser o contexto académico, a *recensão crítica*, por vezes, é também utilizada como instrumento de avaliação nos diferentes níveis de ensino. As recensões aqui analisadas são textos elaborados por especialistas de Linguística e de Sociologia publicados em revistas destas áreas científicas.

## II. 6. Aplicação do instrumento de recurso

Como atrás foi descrito, o *artigo científico* e a *recensão crítica* são dois géneros de texto distintos com funções diferenciadas e, por isso, também é exetável que possuam características que os distingam entre si, bem como de outros textos académicos, e que os identifiquem. Assim, apesar de os objetivos iniciais da tarefa de revisão serem sempre a correção e a melhoria do texto, as diferentes características do *artigo científico* e da *recensão crítica* são fatores que condicionam os procedimentos do revisor ao longo das etapas que integram o processo de revisão.

Além disso, tal como em outros textos de natureza científica, na revisão de um artigo científico e de uma recensão crítica, deve ser tido em conta que a sua estrutura e apresentação devem estar de acordo com um conjunto de regras e convenções pré-estabelecidas pelas entidades responsáveis pela sua publicação (sobretudo, revistas científicas). Embora estas convenções não estejam estabelecidas de forma totalmente consensual, existem características e regras transversais a ser respeitadas.<sup>38</sup>

Tal como foi descrito no instrumento de recurso, na primeira etapa do processo de revisão, é fundamental que o revisor defina de forma clara o tipo de revisão e os seus níveis de intervenção, bem como os critérios orientadores para revisão do artigo científico ou da recensão crítica. Assim, o revisor deverá conhecer bem as instruções ou materiais fornecidos pela entidade responsável pela publicação do texto e, em alguns casos, pelo produtor do texto. A partir dos textos que integram o *corpus* não é possível saber de forma inequívoca quais é que foram as instruções dadas ou os critérios estabelecidos para a produção e revisão dos textos. Todavia, verifica-se, por um lado, que a apresentação e estrutura dos textos dos dois géneros são distintas e, por outro, que os textos do mesmo género tendem a apresentar uma estrutura e uma apresentação semelhantes.

Deste ponto de vista, apesar de terem sido produzidos por diferentes autores e, supostamente, revistos por diferentes revisores e publicados por entidades distintas,

---

<sup>38</sup> Para saber mais sobre regras e aspetos que devem ser tidos em conta na elaboração de artigos científicos, consultar as seguintes páginas:

[http://cesnova.fcsh.unl.pt/cms/files/conteudos/normas\\_revista.pdf](http://cesnova.fcsh.unl.pt/cms/files/conteudos/normas_revista.pdf)

<https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/2556/1/RCC%207.5.pdf>

verifica-se que grande parte das regras para a apresentação e estrutura dos artigos científicos e das recensões críticas estão relativamente convencionadas. Neste sentido, a intervenção do revisor deverá ser pautada por um harmonioso equilíbrio entre as convenções, as instruções inicialmente fornecidas e a unicidade de cada texto.

Em anexo, apresentamos dois quadros, nos quais são assinaladas as características da apresentação e da estrutura dos quatro artigos e das quatro recensões, de modo a dar conta dos elementos que estão convencionados, das oscilações entre as duas áreas científicas e das principais características que distinguem a estrutura e apresentação dos textos dos dois géneros. Os critérios que integram os quadros foram estabelecidos depois de compararmos os oito textos e de identificarmos as características comuns aos textos do mesmo género, bem como as características que distinguem os textos dos dois géneros (cf. Anexo A, quadros 1 e 2).

No caso dos artigos científicos, o título, o nome do(s) autor(es) do artigo, a entidade a que pertence o produtor do texto, o resumo e as palavras-chave em inglês, a referência completa da entidade responsável pela publicação e as conclusões do trabalho realizado são elementos comuns aos quatro textos. Porém, verifica-se que as conclusões apresentadas no artigo A3S são designadas por “notas finais” e no artigo A4S, apesar de o autor apresentar as conclusões do trabalho realizado, este opta por não as referir explicitamente no subtítulo que as antecede. Por outro lado, verifica-se que o resumo em português só ocorre nos artigos de Sociologia, enquanto que, nos artigos de Linguística, os autores apresentam apenas o resumo e as palavras-chave em inglês e optam pela inclusão de um breve resumo do tema e dos objetivos na introdução. Relativamente às recensões críticas, verifica-se que o nome do autor da recensão, o nome da instituição a que pertence, o nome da revista responsável pela publicação e um corpo do texto não seccionado são características comuns aos quatro textos. No entanto, verificamos que a disposição no espaço dos elementos que ocorrem na primeira página varia consoante a revista responsável pela publicação. Para além disso, constatamos que nas recensões críticas da área da Sociologia não é indicada a referência bibliográfica completa da obra recenseada na primeira página, mas apenas o título da obra. Outro aspeto bastante importante, que desenvolvemos mais à frente, é o facto de o marcador *auto-referencial* “recensão crítica” ocorrer no *peritexto* de três das quatro recensões. Para além de uma apresentação diferenciada, as recensões críticas distinguem-se dos artigos científicos pela



estrutura do corpo do texto. No caso dos artigos, o corpo do texto ocorre sempre dividido em pontos numerados ou secções, mas nas recensões o corpo do texto nunca ocorre dividido. Isto significa que a disposição das unidades textuais no plano de texto dos dois géneros é, por um lado, distinta, mas, por outro lado, relativamente estável nos textos dos dois géneros, ou seja, são textos que apresentam planos de texto convencionais.<sup>39</sup> Assim, é fundamental que o revisor esteja familiarizado com as regras socialmente convencionadas para a apresentação dos artigos científicos e com os diferentes critérios das revistas e entidades responsáveis pelas publicações, mas sem esquecer que algumas regras variam consoante a área científica.

Na primeira fase do processo de revisão, são relevantes as representações e conhecimentos que o revisor tem dos parâmetros do *contexto físico* e do *contexto sócio-subjetivo* da própria tarefa de revisão.<sup>40</sup> No processo de revisão, o revisor perspetiva o texto como uma ação de linguagem que se insere numa determinada prática social. Deste ponto de vista, é fundamental que o revisor considere os vários parâmetros do contexto de produção do artigo ou da recensão. Tendo em conta que no quadro do Interacionismo Sociodiscursivo defende-se que estes parâmetros influenciam o modo como o texto se organiza, devemos entender que o conhecimento destes parâmetros é decisivo para a definição da tarefa de revisão. Nos quadros em anexo, identificam-se os parâmetros que integram o *contexto físico* e o *contexto sócio-subjetivo* dos artigos e das recensões que constituem o *corpus* (cf. Anexo A, quadros 3 e 4).

A partir dos quadros apresentados em anexo, verificamos que, apesar das especificidades dos parâmetros do *contexto físico* da produção de cada um dos textos, os parâmetros do *contexto sócio-subjetivo* são semelhantes. Deste modo, o *artigo científico* e a *recensão crítica*, no que respeita ao quadro social em que são produzidos, ao estatuto social do enunciador e do destinatário, bem como aos objetivos da interação, são géneros de texto associados a parâmetros de ordem social relativamente estáveis. O conhecimento destes parâmetros na primeira fase do processo de revisão é determinante para a avaliação do texto na fase seguinte. Para além dos critérios e instruções fornecidas na etapa anterior,

---

<sup>39</sup> Mais adiante, na análise do *padrão discursivo*, é aprofundada a importância da disposição das unidades textuais no plano de texto dos textos dos dois géneros.

<sup>40</sup> Tendo em conta que não temos conhecimento dos parâmetros que contextualizam a revisão dos quatro artigos, não iremos desenvolver este aspeto.

o revisor avalia os parâmetros de *textualidade* dos artigos (Beaugrande & Dressler: 1981, 3).

Dependendo do tipo de revisão que é solicitada, ao revisor cumprirá ter diferentes níveis de intervenção. No caso de lhe ter sido solicitada uma revisão estritamente linguística, o revisor irá avaliar, sobretudo, os parâmetros centrados no próprio texto (*coesão* e *coerência*). Relativamente a estes, importa sublinhar que o rigor, a clareza e a objetividade são aspetos fundamentais nos textos académicos. A propósito dos aspetos a ter em conta na escrita de artigos científicos, Orlando Gomes faz as seguintes recomendações:

A escrita científica contém algumas especificidades: espera-se um discurso objetivo, sem floreios, simples nas palavras por mais sofisticadas que sejam as ideias. As frases demasiado elaboradas são de evitar, até porque, como referido na dica 2, a língua oficial da ciência é o inglês e a percentagem de nativos nesta língua no mundo inteiro é relativamente exígua; a simplicidade da linguagem é uma necessidade dos cientistas que pretendem disseminar conhecimento, fazer-se entender e entender os outros.

Gomes, 2012: 71

Assim, o revisor deve verificar se ocorrem problemas ao nível da *coerência* conceptual (significado, conteúdo): a utilização dos termos e dos conceitos deve ser pautada pela adequação e pelo rigor terminológico. Para além disso, a articulação/relação dos conceitos deve ser feita de forma clara e coerente, estando em conformidade com a área científica e com o tema do artigo ou da obra recenseada. Por outro lado, o revisor também avalia a *coesão* textual: é fundamental que o texto possua rigor e correção na linguagem utilizada (ortografia, gramática e pontuação) e que não sejam utilizadas expressões de estilo subjetivista e confessional, pouco adequadas à escrita científica.

Contudo, na presente proposta, defende-se que a avaliação dos textos não deve ser regida por critérios estritamente linguísticos porque, como foi referido anteriormente, a *textualidade* depende, em grande parte, da adequabilidade aos parâmetros do contexto de produção. Deste ponto de vista, para além dos já referidos parâmetros centrados no próprio texto, o revisor deve avaliar os parâmetros de *textualidade* relacionados com as condições de produção e receção dos textos, que, por sua vez, integram parte dos

parâmetros do contexto de produção já identificados pelo revisor na primeira fase do processo (cf. II. quadro 2, etapas 1 e 2). Na segunda fase do processo, a partir do conhecimento dos parâmetros do contexto de produção, o revisor também avalia a adequabilidade do gênero. Tendo como ponto de partida o conhecimento dos modelos de gênero, o revisor identifica os textos acadêmicos como sendo exemplares dos gêneros *artigo científico* e *recensão crítica*. Porém, o reconhecimento dos gêneros só é possível porque os textos possuem características relativamente estáveis que indiciam a sua “identidade genérica” (cf. Miranda, 2010: 154). Como foi referido anteriormente, os *mecanismos de realização textual* desempenham a função de *marcadores de gênero* porque atualizam os parâmetros genéricos. Neste sentido, o revisor, a partir das representações dos *parâmetros de gênero*, possui um determinado “horizonte de expectativas” em relação ao que pode ou não ocorrer num texto dos gêneros *artigo científico* e *recensão crítica*.

Além disso, como foi descrito atrás, os textos dos gêneros *artigo científico* e *recensão crítica* têm uma apresentação e estrutura distintas (cf. Anexo A, quadros 1 e 2). Por outro lado, foram identificadas algumas das características mais estáveis, ou seja, aquelas que estão presentes em quase todos os textos do mesmo gênero. Deste ponto de vista, estas e outras características dos textos, que indiciam o gênero a que pertencem, devem ser consideradas como *parâmetros genéricos* atualizados nos textos através dos mecanismos de realização textual com a função de *marcadores de gênero*.

Nos quadros em anexo, apresenta-se de forma sumariada os *marcadores de gênero* que consideramos mais relevantes para a identidade genérica dos textos dos gêneros em análise (cf. Anexo A, quadros 5 e 6).

A partir da análise dos quadros (5) e (6), verifica-se que a identificação do gênero a que pertence um texto não é possível se for tido em conta apenas a ocorrência isolada de um *marcador inferencial*, ou seja, apesar de estes darem pistas para a identificação do gênero é necessário analisar, por um lado, a sua ocorrência na globalidade do texto e, por outro, a coocorrência com outros marcadores, nomeadamente, os marcadores *auto-referenciais*. Nesta perspetiva, quando o revisor avalia um texto académico compara, através dos recursos disponíveis na sua memória textual (*memória a longo prazo*), as representações que possui dos parâmetros de gênero com a forma como são atualizados no texto a ser revisto (*memória de trabalho*) (cf. II. quadro 2, etapa 2). Deste ponto de

vista, as representações dos parâmetros de género permitem-lhe avaliar se a ocorrência de um determinado marcador é ou não adequada ao género. Além do mais, verifica-se que alguns *marcadores inferenciais* favorecem mais a identificação do género a que pertence um texto do que outros. É o caso da ocorrência inicial do resumo e das palavras-chave, dado que este é um marcador que ocorre apenas nos textos académicos.

Relativamente ao plano de texto, constata-se que os artigos científicos tendem a apresentar um plano de texto diferenciado das recensões críticas. Como atrás referido, o plano de texto diz respeito à forma como é organizado o conteúdo temático e integra, em conjunto com os tipos de discurso, a *infra-estrutura geral do texto* (cf. I. 2.2). Nos textos em análise, verifica-se, por um lado, que uma das características dos textos do género *artigo científico* é a divisão do corpo do texto em pontos numerados ou em secções, enquanto que os textos do género *recensão crítica* nunca apresentam o corpo do texto seccionado. Para além disso, como se analisa no próximo ponto deste trabalho, apesar de nos textos dos dois géneros ocorrerem, predominantemente, dois tipos de discurso (interativo e teórico), a sua emergência e organização na globalidade do texto é distinta. Assim, podemos considerar que se tratam de dois géneros de texto associados a diferentes planos de texto convencionais, que, por sua vez, envolvem formas estabilizadas de composição textual (tipos de discurso).

Deste ponto de vista, na avaliação do texto académico, o revisor também avalia o artigo científico ou a recensão crítica, a partir das representações que tem dos tipos de discurso, como planos de enunciação selecionados e organizados de acordo com o género. Neste sentido, será exetável para o revisor que no género *artigo científico* o discurso interativo ocorra nas passagens do texto em que o produtor sublinha a sua implicação no processo de investigação.<sup>41</sup> Por outro lado, também será exetável para o revisor que no género *recensão crítica* o discurso interativo ocorra no momento do texto em que o produtor faz a sua apreciação crítica da obra recenseada, mas também que o discurso teórico predomine nos momentos em que o produtor descreve a obra. Nesta perspetiva, o revisor não avalia isoladamente o plano de texto e os tipos de discurso que este envolve, mas avalia o **padrão discursivo**, ou seja, **avalia a forma como os tipos de discurso se**

---

<sup>41</sup> Em Coutinho (2004), a autora analisa a ordem do *expor* em dois géneros académicos: o *artigo didático* e o *artigo científico*. A partir desta análise, a autora conclui que a emergência do discurso interativo é distinta nos dois géneros, ou seja, essa emergência é regulada pelo plano de texto.

**organizam e emergem na globalidade do texto.** Tendo em conta que os géneros *artigo científico* e *recensão crítica* são géneros associados a um plano de texto convencional, é expectável que estes apresentem um padrão discursivo mais estável e, consequentemente, que o revisor reconheça com mais facilidade eventuais irregularidades na emergência dos tipos de discurso.

Ainda relativamente às etapas que integram o processo de revisão, depois da etapa da avaliação do texto segue-se a etapa da seleção de estratégias e, por último, a etapa da execução (cf. II. quadro 2, etapas 3 e 4). Tendo em conta que estas etapas já foram descritas anteriormente (cf. II. 4.) e que o *corpus* é constituído por textos revistos, não se irá propor tipos de estratégias e de modificações a aplicar na revisão dos textos dos dois géneros.<sup>42</sup> Por último, importa salientar o seguinte: no final do processo de revisão, o revisor faz uma releitura do texto e compara o texto revisto com a representação do texto inicial e com a representação do texto idealizado, bem como com o conhecimento que tem do modelo de género. Assim, o facto de os géneros *artigo científico* e *recensão crítica* serem mais estáveis e menos suscetíveis à variabilidade, faz com que o revisor possua um conhecimento menos vago das características que o texto revisto deve possuir após a revisão, ou seja, será capaz de avaliar com maior rigor se o produto final (texto revisto) tem as características de um exemplar de género.

---

<sup>42</sup> Contudo, na análise do padrão discursivo, discutimos a adequabilidade da emergência dos tipos de discurso em textos do género *recensão crítica*.

## Capítulo III

### O padrão discursivo dos géneros *artigo científico* e *recensão crítica*

No capítulo anterior, com a aplicação do instrumento de recurso à revisão de dois géneros de textos académicos, procurou-se evidenciar os contributos do Interacionismo Sociodiscursivo e da noção de *padrão discursivo* para a prática de revisão. Como foi discutido anteriormente, nesta proposta interacionista de revisão defende-se que, apesar de os tipos de discurso não permitirem totalmente a identificação genérica de um texto, a forma como estes se organizam e emergem na globalidade do texto permite ao revisor perspetivar alguma identidade discursiva nos géneros mais “convencionais”. Neste sentido, defende-se que o padrão discursivo permite a distinção de géneros e que esta noção tem aplicabilidade no âmbito da revisão dos textos académicos. Como anexo, é apresentada uma análise textual exemplificativa que dá conta da forma como deve ser feita a análise do padrão discursivo.

Tendo em conta que, como atrás se referiu, a questão central é saber se o padrão discursivo dos textos nos permite uma distinção dos géneros textuais, analisam-se as regularidades linguísticas dos textos (formas verbais, deíticos, entre outros) de modo a identificar os tipos de discurso que neles ocorrem, a forma como os tipos de discurso se organizam no plano de texto, as suas modalidades de articulação, bem como a forma como emergem na globalidade dos textos dos dois géneros. Assim, na análise exemplificativa como anexo, apresenta-se uma tabela para cada texto analisado constituída por seis colunas. A primeira coluna do lado direito serve para delimitar e identificar os segmentos textuais que fazem parte do *peritexto* e do corpo do texto. Na coluna “plano de texto”, é descrita a forma como o conteúdo temático se organiza na globalidade do texto (secções, pontos numerados, entre outros). Na terceira coluna, indicamos os tipos de discurso que ocorrem nas diferentes partes que integram o texto, assim como o papel que desempenham (principal ou secundário). Na quarta e na quinta coluna, especificamos os lugares de emergência do discurso teórico e do discurso interativo, com a indicação de parágrafos e com apresentação de alguns exemplos. As palavras grafadas a *bold* são exemplos de unidades linguísticas que nos permitem a identificação do tipo de discurso. Por último, na sexta coluna, indicamos a modalidade de

articulação de cada um dos tipos de discurso (fusão e/ou encaixe). O *corpus* em análise foi apresentado anteriormente (cf. quadro 3) e, tal como na aplicação do instrumento (cf. II. 6.), os textos são referidos na análise textual e nos anexos pela respetiva sigla.

Devido à dimensão do *corpus* e às dimensões pré-estabelecidas para a realização desta dissertação, optamos por fazer uma análise global dos textos. Assim, dado que não é possível apresentar uma análise linguística exaustiva, nos quadros como anexo (cf. Anexo B) e na análise que se segue, apresentamos apenas alguns exemplos, de modo a que fiquem explícitas algumas das características linguísticas que consideramos relevantes para a identificação dos tipos de discurso nos géneros analisados.

### III. 1. Análise

A partir de uma análise global dos oito textos, verifica-se que a ordem do *expor* é claramente predominante nos textos dos dois géneros, ou seja, a relação estabelecida entre as coordenadas temporais verbalizadas nos textos e as coordenadas do *mundo ordinário* da situação em que se realiza a ação de linguagem expressa, predominantemente, um valor de conjunção de temporal. Este valor de simultaneidade é identificável através da ocorrência, nos textos, de unidades linguísticas que remetem para a situação de enunciação: formas verbais no presente do indicativo (“...**verifica-se**...”, A1L, p. 171; A2L, p. 111; “...**mostra**...”, A3S, p. 375; “...**baseiam-se**...”, A4S, p. 5; “...**centra-se**...”, R1L, p. 151; “...**demonstra**...”, R2L, p. 3; “...**faz-se**...”, R3S, p. 233; “**Trata-se**...”, R4S, p. 229); formas verbais no pretérito perfeito e imperfeito do indicativo com valor de continuidade e relevância para o presente (“...**consultou-se**...”, A2L, p. 102; “...**identificámos**...”, A3S, p. 367; “Neste texto **tentei** descrever...”, A4S, p. 22), bem como formas verbais no pretérito perfeito composto (“...**têm sido**...”, R2L, p. 1) <sup>43</sup>; a

---

<sup>43</sup> Apesar de serem unidades linguísticas que expressam um valor de anterioridade em relação a T0 (tempo da enunciação/momento em que se realiza a ação de linguagem), têm um valor aspetual de continuidade, ou seja, trata-se da enunciação de acontecimentos que começaram no passado, mas que têm continuidade ou consequências no presente da enunciação e, por isso, não podemos considerar como sendo segmentos discursivos da ordem do *narrar*. Para além disso, sublinhe-se que “(...) a ocorrência de uma

presença de deícticos temporais que remetem para o presente da enunciação e de deícticos espaciais que assinalam uma relação de proximidade (“...**deste** trabalho...”, A1L, p. 163; “**Este** artigo...”, A2L, p. 101 / A3S, p. 361; “É **esta** situação...”, A4S, p. 6; “**Hoje** em dia...”, A4S, p.18; “**Aqui**...”, R1L, p. 156; “...**este** estudo...”, R2L, p. 1; “Trata-se **aqui**...”, R3S, p. 234; “...no **presente**, R4S, p. 234).

Todavia, verificamos que em dois dos artigos científicos de Sociologia e em um de Linguística, também emerge em determinados blocos textuais a ordem do *narrar* (cf. Anexo B, quadros 2, 3 e 4). No artigo A4S, o valor de disjunção temporal ocorre de forma mais marcada em algumas notas de rodapé (*peritexto*), na secção “As afirmações e reconfigurações históricas do catolicismo português...” (“...**foi** marcado...até ao **século XV**...”, R4S, p. 9) e na secção “Religiosidade institucional *versus* religiosidade popular uma tentativa de fenomenologia” (“Em **1908**...**deixou**...”, R4S, p. 19). Contudo, este valor de disjunção temporal visível, sobretudo, em unidades linguísticas que expressam um narrar autónomo (narração), articula-se em fusão (de forma menos delimitada) e em encaixe (de forma mais marcada e delimitada) com tipos de discurso na *ordem* do *expor* (teórico e interativo). No artigo A3S, o valor de disjunção temporal ocorre entre o primeiro e o último parágrafo da secção “O estudo”. Todavia, ao contrário do que observamos no artigo A4S, as formas verbais de primeira pessoa do plural remetem para os agentes da ação de linguagem: “...**seleccionámos**...”; “...**quisemos**...” (cf. A3S, p. 366). Neste sentido, enquanto que no artigo A4S ocorre a *ordem* do *narrar autónomo* (narração), no artigo A3S, emerge a *ordem* do *narrar implicado* (relato interativo), mas articulando-se em encaixe com a emergência do discurso interativo no último período desta secção: “...neste artigo **apresentamos**...”, cf. A3S, p. 367). Quanto ao artigo A2L, apesar de a *ordem* do *narrar* não emergir de forma tão significativa como nos artigos A3S e A4S, verificamos que, em alguns segmentos dos pontos 1.1 e 1.2, as formas verbais no pretérito perfeito (“...**foram**...”, “...**foi**...”, cf. p. 103) e o organizador temporal (“...**posteriormente**...”, p. 102) expressam um valor de anterioridade das ações verbalizadas em relação ao tempo em que se realiza a ação de linguagem.

---

determinada forma não chega (normalmente) para identificar um tipo de discurso – sendo antes a articulação das formas em ocorrência que permite fazê-lo” (Coutinho, 2008: 203).



Apesar de a análise efetuada ter sido global e não local, consideramos como sendo blocos textuais na *ordem do narrar* apenas as passagens em que o valor de disjunção temporal é expresso de forma marcada, nomeadamente, através de deícticos temporais e expressões adverbiais temporais que remetem, inequivocamente, para um segmento temporal disjunto do tempo da ação de linguagem: “**Num primeiro momento** selecionámos...” (cf. A3S, p. 366); “**A partir de 1860...**” (cf. A4S, p. 12); “**...no início do século XX...**” (cf. A4S, p. 13). No caso de expressões como “**...nos últimos anos...**” (A4S, p. 5), consideramos que estas expressam um valor de continuidade até ao presente da enunciação e, por isso, entendemos que não há disjunção temporal. Apesar da ocorrência da *ordem do narrar* nos artigos A2L, A3S e A4S, verificamos que a *ordem do expor* é sempre predominante. Para além disso, os segmentos na *ordem do narrar* surgem nos momentos dos textos em que é necessário referir factos históricos relevantes para o presente da enunciação e da investigação (A4S), bem como para contextualizar o próprio processo de investigação (A2L e A3S).

Por outro lado, também constatamos que em todos os textos tanto emerge o *expor autónomo* (discurso teórico) como o *expor implicado* (discurso interativo). O valor de implicação do agente produtor da ação de linguagem é identificável nos textos através das seguintes características: ocorrência de deícticos pessoais (“**...nos** parece...”, “**...nossa** hipótese...”, p. 168, A1L; “**...nossa...**”, “**...nós...**”, p. 1, R2L; “...para quem como **eu...**”, p. 235, R3S; ocorrência de formas verbais na primeira pessoa do singular e do plural (“**...desenvolvemos...**”, “**...consideramos...**”, p. 174, A1L; “**...caracterizamos...**”, “**...podemos...**”, p. 104, A2L; “**Partilhamos...**”, p. 363, “**...olharei** em seguida...”, p. 364, A3S; “**...proponho...**”, p. 22, “**...quero** sublinhar...”, p. 7, A4S; “**...diremos...**”, p. 162, R1L; “**...estou a lembrar-me...**”, p. 235, R3S); a presença de frases não declarativas (“...como poderá...enunciados?”, p. 161, R1L; “...e eles existem!”, p. 232, “A partir de que identidades?”, p. 235, R3S). Quanto ao valor de autonomia do agente produtor da ação de linguagem, este é identificável através das seguintes características: ausência de marcadores deícticos pessoais de primeira pessoa que remetam para o(s) agentes da ação; ocorrência de formas verbais impessoais e de terceira pessoa do plural e do singular (“**...manifesta-se...**”, p. 164, “... a autora **apresenta...**”, p. 165, A1L; “**...decidiu-se...**”, p. 103, A2L; “**...constrói-se...**”, p. 370, A3S; “**...baseiam-se...**”, p. 5, A4S; “...a autora **toma...**”, p.

151, R1L; “...**propõe-se...**”, p. 1 R2L; “**Trata-se...**”, p. 229, R4S); ausência de frases não declarativas; entre outras (cf. Anexo B).

Neste sentido, tal como defende Bronckart, se nos limitarmos à identificação dos tipos de discurso que ocorrem nos textos, não conseguiremos distinguir os géneros a que pertencem os textos. Isto significa que, tal como já referimos anteriormente, é necessário analisar a forma como emergem e se articulam os tipos de discurso na globalidade dos textos dos dois géneros.

Como foi atrás descrito (cf. II. 6.), os géneros *artigo científico* e *recensão crítica* apresentam planos de texto distintos, mas convencionais. Isso é visível na relativa estabilidade com que o conteúdo temático é organizado nos textos dos dois géneros. Em primeiro lugar, no que respeita aos elementos que integram o *peritexto*, verificamos que, apesar das oscilações que decorrem dos diferentes critérios das diferentes revistas das duas áreas científicas, a ocorrência da maioria dos elementos *peritextuais* parece estar convencionada. Contudo, constatamos que, nos textos do género *artigo científico* das duas áreas, apesar de a emergência do discurso teórico ser predominante no *peritexto*, também ocorrem marcas de interatividade em dois textos (cf. Anexo B: quadro 1 – A1L; quadro 4 – A4S). Nos textos do género *recensão crítica*, para além dos elementos *peritextuais* serem em menor número, nunca se verifica a emergência do discurso interativo.

Passando ao corpo do texto, já foi igualmente mencionado que a organização do conteúdo temático é distinta nos dois géneros, ou seja, é organizado por planos de texto distintos. Enquanto que nos textos do género *artigo científico* o conteúdo temático é organizado em pontos numerados ou secções, no género *recensão crítica* o corpo do texto nunca ocorre dividido, ou seja, o conteúdo temático é organizado segundo a ordem introdução (apresentação da obra recenseada), desenvolvimento (descrição da obra recenseada e conclusão (apreciação crítica), sem que as partes que constituem o todo (o texto) estejam delimitadas. Na verdade, apesar de nos textos dos dois géneros ocorrerem o discurso teórico e o discurso interativo, **a emergência dos tipos de discurso nos dois géneros de texto é regulada por planos de texto distintos.**

No que respeita aos textos do género *artigo científico*, observamos, primeiramente, que o discurso interativo emerge, predominantemente, no início e no fim dos pontos e secções que dividem o corpo do texto. Vejamos alguns exemplos desta

emergência: no artigo A1L, entre o segundo e o último parágrafo da introdução, no final do ponto 1, no início, a meio e no final do ponto 3, no início e no final do ponto 4, no início do ponto 4.2, no final do ponto 4.3, e em todos os parágrafos do último ponto (cf. Anexo B, quadro 1); no artigo A2L, no último parágrafo dos pontos 1.1, no início, a meio e no final de 2.1, no penúltimo parágrafo de 2.2.2, no último parágrafo do ponto 2.3.2, no início do ponto 2.3.4, no início e no final do ponto 4 (cf. Anexo B, quadro 2); no artigo A3S, no primeiro e nos últimos parágrafos da secção “Introdução”, no primeiro e segundo parágrafo da secção “Backgrounds”, no último parágrafo da secção “O estudo”, no primeiro parágrafo da secção “Tópicos, fontes, ações e papéis” e no final da secção “Notas finais” (cf. Anexo B, quadro 3); no artigo A4S, do primeiro ao terceiro parágrafo da secção “As ambivalências na tese da secularização”, no início e no fim da secção “A moldura metodológica”, no início e a meio da secção “As afirmações e reconfigurações...”, no primeiro e no terceiro parágrafo da secção “Religiosidade institucional...” e, por último, no primeiro, terceiro e no último parágrafo da secção “A sociedade portuguesa...”, (cf. Anexo B, quadro 4). A partir destes exemplos, verificamos que a emergência do discurso interativo nos textos do género *artigo científico* apresenta uma regularidade significativa. Apesar de serem textos de áreas científicas distintas e de apresentarem especificidades decorrentes das opções estilísticas de cada autor, constatamos que a emergência do discurso interativo não é aleatória, dado que esta ocorre nos momentos do texto em que é marcada a implicação do agente da ação de linguagem nas ações que são verbalizadas no texto, e que, por sua vez, integram o próprio processo de investigação. Apesar de o discurso interativo emergir a meio dos pontos e secções, ao nível do plano de texto esta emergência é mais regular e delimitada no início e no final de cada secção. Esta regularidade da emergência do discurso interativo nos textos do género *artigo científico* foi notada e analisada por Maria Antónia Coutinho (2004). Tal como verificamos na presente análise, a autora concluiu que o discurso interativo emerge “(...) em momentos-chave do plano, como a abertura e a conclusão de unidades macroestruturais” (Coutinho, 2004: 9). Para além disso, a autora verifica que a emergência do discurso interativo está “(...) diretamente associada ao próprio processo de investigação em curso, a implicação do agente produtor (investigador) faz-se preferencialmente nos momentos do texto em que a investigação é tematizada enquanto tal (...)” (Coutinho, 2004: 14). No que respeita à emergência do discurso teórico, verificamos que esta ocorre nos momentos do plano em que o sujeito da investigação

descreve o objeto ou a problemática em estudo (cf. Anexo B, quadros 1, 2, 3 e 4). Neste sentido, concluímos que a emergência dos tipos de discurso nos textos do género *artigo científico* é regulada pelo plano de texto associado ao género.

Relativamente aos textos do género *recensão crítica*, constatamos que o discurso interativo emerge de forma menos regular do que nos textos do género *artigo científico*. Apesar de a organização do conteúdo temático ser semelhante em todas as recensões, verificamos que o discurso teórico é predominante e que o discurso interativo emerge de forma relativamente pontual e diferenciada nos quatro textos. Nos textos R1L e R3S, o discurso interativo emerge de forma mais acentuada no final do corpo do texto, ou seja, nos momentos do plano em que o autor da recensão apresenta a sua perspetiva e faz a apreciação crítica da obra recenseada. Nestes textos, a perspetiva e o posicionamento crítico do autor da recensão são verbalizados através das formas verbais de primeira pessoa, dos pronomes pessoais, dos pronomes possessivos e das frases não declarativas (cf. R1L, p. 162; R3S, p. 235): “Como conclusão, **diremos** ...” (cf. R1L, p. 162); “... o elemento que **me parece** mais expressivo ...” (cf. R3S, p. 234); “... **estou a lembrar-me**, por exemplo ...” (cf. R3S, p. 235). Neste sentido, verificamos que a emergência mais marcada do discurso interativo está associada aos momentos do plano de texto em que o autor da recensão faz a apreciação da obra e aos momentos em que confronta as suas perspetivas com as que são tematizadas pelo autor da obra recenseada. Para além do mais, constatamos que a emergência do discurso teórico nos quatro textos está associada a dois momentos específicos do plano de texto das quatro recensões: a apresentação da obra recenseada (introdução) e a descrição da obra recenseada (desenvolvimento). Apesar de verificarmos que o discurso teórico é predominante, constatamos que o discurso interativo emerge esporadicamente e de forma pouco delimitada (fusão) na introdução e no desenvolvimento. Deste modo, a emergência pontual e pouco marcada do discurso interativo está associada aos momentos do plano em que o autor da recensão procura conduzir e situar o destinatário (recetor) na descrição da obra: “...como **acabámos** de ver...” (R1L, p. 154); “Compõem este estudo, pioneiro entre **nós**...” (R2L, p. 1); “...qualificação do **nosso** país...” (R3S, p. 233) (cf. Anexo B, quadros 5, 6, 7 e 8).

No entanto, no texto R4S, o discurso interativo emerge apenas no início da recensão (“...para **referirmos**...”, p. 229) e no final (“...**nos remete**...”, p. 233), ou seja, esta ausência coincide com o facto de o autor da recensão não procurar envolver e situar

o destinatário na descrição da obra recenseada. Por outro lado, verificamos que nos textos R2L e R4S a emergência do discurso interativo no momento do plano concernente à conclusão é inexistente no texto R2L e pouco marcada no texto R4S. Deste modo, constatamos que estas duas recensões são, das quatro analisadas, aquelas em que a perspectiva do autor e a apreciação crítica são menos evidentes. No caso de R2L, o autor apenas menciona que se trata de uma “...obra de maior relevância...” e “... um importante contributo...” (cf. R2L, p. 3). No texto R4S, o autor qualifica a obra recenseada como sendo um “...ensaio muito denso...” (p. 233). Nesta perspectiva, concluímos que a emergência pontual do discurso interativo nos momentos do plano de texto concernentes à introdução e à conclusão é relevante para a organização do conteúdo temático dos textos do género *recensão crítica*.

### III. 1.1 Aplicabilidade e contributos

Na análise apresentada, constatamos que a emergência e a articulação dos tipos de discurso são relevantes para a organização do conteúdo temático efetuada pelo plano de texto nos textos dos géneros em análise. A partir do exemplo das recensões críticas (R2L e R4S), verificamos que o facto de o discurso interativo não emergir de forma marcada no momento final do plano faz com que as perspectivas dos autores e a sua apreciação crítica não tenham a relevância que seria expetável em textos deste género. Neste sentido, numa perspectiva interacionista, consideramos que o texto R4S não apresenta um padrão discursivo adequado ao género *recensão crítica*, aproximando-se mais, no corpo do texto, do padrão discursivo dos textos do género *ficha de leitura*.<sup>44</sup> Quanto ao texto R2L, consideramos que a emergência do discurso interativo no momento final do plano de texto faria com que a perspectiva do autor e a sua apreciação crítica fossem marcadas de forma mais explícita – o que nos parece bastante adequado ao género. A partir desta análise exemplificativa, verificamos que é relevante que o revisor avalie se a organização, emergência e articulação dos tipos de discurso é feita pelo produtor do texto de acordo

---

<sup>44</sup> Geralmente, tal como no texto R4S, nos textos do género *ficha de leitura*, a apreciação crítica e a perspectiva do autor não são tão relevantes como no género *recensão crítica*.

com o plano associado ao género. Se os textos dos géneros académicos são mais padronizados, o padrão discursivo é, necessariamente, mais estável, porque a emergência e modalidade de articulação dos tipos de discurso são reguladas pelo plano de texto associado ao género. Deste ponto de vista, um conhecimento mais abrangente e profundo dos modelos de géneros académicos irá permitir ao revisor detetar com mais facilidade eventuais irregularidades na emergência e articulação dos tipos de discurso no plano de texto (cf. capítulo II, quadro 2, etapa 2 do processo de revisão). A partir destes exemplos, verificamos que os “desvios” ao padrão discursivo nos textos mais padronizados podem comprometer os objetivos da interação comunicativa. Nesta perspetiva, consideramos que, no âmbito da revisão, o revisor, depois da identificação do contexto de produção do texto e do género a que pertence, deve colocar questões como as seguintes: qual a finalidade de um texto do género *recensão crítica*? De que forma é que essa finalidade deverá ser verbalizada no texto? De que forma é que o conteúdo temático deverá ser organizado pelo plano e que tipos de discurso devem emergir nos diferentes momentos do plano?

Em suma, constatamos que a aplicação da noção de *padrão discursivo* à prática de revisão de texto permite ao revisor avaliar se o texto apresenta uma identidade discursiva adequada ao plano de texto associado ao género. Neste sentido, podemos afirmar que a análise do padrão discursivo dos textos dos géneros *artigo científico* e *recensão crítica* permite uma distinção dos géneros textuais. Assim, concluímos que a noção de *padrão discursivo* constitui um contributo relevante para novas perspetivas de análise dos textos e dos géneros. No quadro abaixo, apresentamos as características do padrão discursivo dos géneros analisados neste trabalho (cf. quadro 4).

**Quadro 4 – O padrão discursivo dos gêneros *artigo científico* e *recensão crítica***

Padrão discursivo do gênero <i>Artigo Científico</i>	Padrão discursivo do gênero <i>Recensão Crítica</i>
<p>Plano de texto convencional</p> <p>Organização do conteúdo temático: corpo do texto dividido em pontos numerados ou seções</p>	<p>Plano de texto convencional</p> <p>Organização do conteúdo temático: corpo do texto não dividido, organizado sequencialmente em <i>introdução</i>, <i>desenvolvimento</i> e <i>conclusão</i></p>
<p>Predominância da ordem do <i>expor</i></p> <p>Tipo principal: Discurso Teórico</p> <p>Tipos secundários: Discurso Interativo</p> <p>Ocorrência irregular da ordem do <i>narrar</i></p>	<p>Predominância da ordem do <i>expor</i></p> <p>Tipo principal: Discurso Teórico</p> <p>Tipo secundário: Discurso Interativo</p>
<p><b>Emergência do Discurso Interativo:</b> ocorrência em momentos-chave do plano de texto (predominantemente no início e no fim das seções/pontos que dividem o corpo do texto); no início, na formulação de hipóteses e na apresentação de problemas ou exemplos e no fim na sintetização de ideias</p> <p><b>Emergência do Discurso Teórico:</b> estado da arte, descrição do problema ou do objeto de estudo</p> <p><b>Emergência do Relato Interativo e da Narração:</b> enquadramento metodológico (Linguística), enquadramento histórico (Sociologia)</p>	<p><b>Emergência do Discurso Interativo:</b> ocorrência esporádica e não delimitada na introdução e no desenvolvimento (estratégia pontual de orientação e envolvimento do destinatário na descrição efetuada)</p> <p>Emergência de forma mais marcada e delimitada nos últimos parágrafos dos textos (perspetiva do autor da recensão e apreciação crítica da obra recenseada)</p> <p><b>Emergência do Discurso Teórico:</b> apresentação e descrição da obra recenseada</p>
<p>Modalidades de articulação dos tipos de discurso</p> <p>Encaixe: predominante</p>	<p>Modalidades de articulação dos tipos de discurso:</p> <p>Fusão: na introdução e desenvolvimento</p> <p>Encaixe: na conclusão</p>

## Conclusão

Tendo como ponto de partida o facto de que há falta de instrumentos de recurso para a prática de revisão de texto como atividade profissional que tenham em conta os aspetos contextuais e pragmáticos dos textos, bem como a diversidade dos géneros textuais e a sua dimensão social, apresentámos, nesta dissertação, uma proposta interacionista para esta prática, na qual foi integrado, para além dos pressupostos do Interacionismo Sociodiscursivo, a noção de *padrão discursivo*, por nós desenvolvida ao longo deste trabalho e num trabalho anterior, bem como os processos cognitivos e recursos que integram os modelos descritivos da revisão da escrita. Além disso, demonstrámos o contributo da noção de *padrão discursivo* para a distinção dos géneros textuais, bem como a sua aplicabilidade e vantagens no âmbito da revisão de texto.

Ao transpormos os princípios teóricos do Interacionismo para o instrumento de recurso que desenvolvemos para a prática de revisão, provámos, nesta proposta, que a revisão de texto não deve ser entendida como uma atividade exclusivamente focada na correção linguística, mas sim como uma atividade interativa, na qual o revisor não perspetiva o texto como uma mera unidade linguística, mas como uma ação de linguagem realizada no quadro de uma prática social com uma determinada função comunicativa. Deste ponto de vista, o revisor não poderá avaliar de forma adequada um texto se tiver como único critério a correção gramatical e ortográfica, ou seja, é fundamental que sejam tidos em conta os parâmetros do contexto em que foi produzido (cf. Bronckart, [1997] 1999: 93-94). Assim, é a partir do conhecimento destes parâmetros que o revisor poderá avaliar de forma adequada a *textualidade* do texto (cf. II. p. 39). Nesta proposta interacionista, verificámos que a transposição dos princípios teóricos do Interacionismo Sociodiscursivo para a prática de revisão permite dar conta de todos os aspetos que devem ser considerados na revisão de texto, nomeadamente, o conhecimento dos modelos de géneros e, mais especificamente, dos seus contextos de uso e das suas características estruturais, bem como das representações dos tipos de discurso, como planos de enunciação selecionados de acordo com o género (cf. II. quadro 2).

Por outro lado, demonstrámos que o conhecimento que o revisor tem dos géneros textuais depende, por um lado, da sua experiência no âmbito da prática da revisão e da familiaridade que tem com cada um deles e, por outro, do grau de maleabilidade de cada



género em si, dado que os géneros mais padronizados, que nós designamos por “convencionais”, tendem a apresentar características mais estáveis que permitem distingui-los e reconhecê-los como sendo exemplares de um determinado género.

Além disso, o facto de não ser possível distinguir os géneros de texto a partir dos tipos de discurso e de haver necessidade de encontrar uma unidade de estruturação que permita apreender a globalidade do texto e a distinção dos géneros textuais, conduziu-nos à apresentação e análise da noção de *padrão discursivo*. Assim, constatámos que é possível distinguir os géneros *artigo científico* e *recensão crítica* se analisarmos, na globalidade do texto, a forma como os tipos de discurso se organizam, se articulam e emergem ao nível do plano de texto. Por outro lado, demonstrámos que a relativa estabilidade do padrão discursivo dos géneros analisados permite perspetivar alguma identidade discursiva e, no âmbito da revisão de texto, avaliar se a organização, a articulação e a emergência dos tipos de discurso ocorrem de acordo com o plano de texto associado ao género.

Como foi mencionado inicialmente, ao longo deste trabalho, optámos por utilizar a expressão *revisão de texto* em vez da expressão *revisão linguística* precisamente porque pretendíamos apresentar uma proposta de revisão mais abrangente, que ultrapassasse os limites da tradicional correção ortográfica e gramatical dos textos. Neste sentido, apresentámos uma proposta para a prática de revisão, na qual o revisor se defronta com questões como as seguintes: quem é que foi o produtor do texto? Em que contexto foi produzido? Qual a sua finalidade? Quem são os destinatários do mesmo? O género é adequado? De que forma é adaptado o modelo de género? O texto cumpre a finalidade do género? A organização do conteúdo temático está de acordo com o género e cumpre a finalidade do mesmo? Que tipos de discurso e em que momento do plano emergem?

Em suma, nesta proposta, defende-se que rever o texto é **pensar o texto**.

Apesar de a proposta e análise apresentadas não permitirem chegar a conclusões definitivas e inequívocas, julgamos que são um contributo relevante para uma nova abordagem na prática de revisão de texto, bem como para novas perspetivas de análise dos textos e dos géneros textuais.

## Referências bibliográficas

ADAM, Jean-Michel. (1999) *Linguistique Textuelle. Des genres de discours aux textes*. Paris: Nathan.

ADAM, Jean-Michel. (2005) *La Linguistique Textuelle. Introduction à l'analyse textuelle des discours*. Paris: Armand Colin.

ALEIXO, Conceição Antunes. (2006) "Processos de revisão. Construir a vez e a voz da escrita". In: ALEIXO, Conceição. *A Vez e a Voz da Escrita*. Lisboa: DGIDC, pp. 73-96.

BAKHTINE, Mikhail. (1984) *Esthétique de la création verbale*. Paris: Gallimard.

BEAUGRANDE, Robert de & DRESSLER, Wolfgang. (1981) *Introducción a la lingüística del texto*. Barcelona: Ariel.

BENVENISTE, Émile. (1966) *Problèmes de linguistique générale*. Paris: Gallimard.

BERNÁRDEZ, Enrique. (2003) "El texto en el proceso comunicativo". In: *Revista de Investigación Lingüística*, vol. VI, n.º 2, pp. 7-28. Disponível em:

<<http://revistas.um.es/ril/article/view/5771/5621>>

BRONCKART, Jean-Paul. (1996) "Genres de textes, types de discours et opérations psycholinguistiques". In: *Voies livres*, vol. 78, Lyon, pp. 1-20. Disponível em:

<[http://fapsesrvnt2.unige.ch/Fapse/didlang.nsf/PubPublications/48B1DAD3665B04A541256CEF0035C728/\\$FILE/Bronckart-1996-Genres-types.pdf](http://fapsesrvnt2.unige.ch/Fapse/didlang.nsf/PubPublications/48B1DAD3665B04A541256CEF0035C728/$FILE/Bronckart-1996-Genres-types.pdf)>

BRONCKART, Jean-Paul. (1997) *Activité langagière, textes et discours. Pour un interactionisme socio-discursif*. Lausanne: Delachaux et Niestlé.

BRONCKART, Jean-Paul. ([1997] 1999) *Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sócio-discursivo*. Trad. Anna Raquel Machado. São Paulo: EDUC.

BRONCKART, Jean-Paul. (2001) "Langage et representations". In: DORTIER, J.-F. (Ed.). *Le langage. Nature, histoire et usage*. Auxerre: Sciences Humaines Editions, pp. 303-308. Disponível em:

<[http://fapsesrvnt2.unige.ch/Fapse/didlang.nsf/PubPublications/5BE8F2C63AEB7FE241256CEF0049CBC1/\\$FILE/Bronckart-2001-Langage-représ.pdf](http://fapsesrvnt2.unige.ch/Fapse/didlang.nsf/PubPublications/5BE8F2C63AEB7FE241256CEF0049CBC1/$FILE/Bronckart-2001-Langage-représ.pdf)>

BRONCKART, Jean-Paul. (2006) “Os gêneros de textos e os tipos de discurso como formatos das interações propiciadoras de desenvolvimento”. In: BRONCKART, Jean-Paul. *Atividade de linguagem, discurso e desenvolvimento humano*. Trad. Rosalvo Gonçalves Pinto. Campinas: Mercado de Letras, pp. 121-160.

BRONCKART, Jean-Paul. (2007) “A atividade de linguagem frente à LÍNGUA: homenagem a Ferdinand de Saussure”. In: GUIMARÃES, A. M. de Matos; MACHADO, A. R. & COUTINHO A. (Ed.), *O interaccionismo sociodiscursivo. Questões epistemológicas e metodológicas*. Campinas: Mercado de Letras, pp. 19-42. Disponível em:

<[http://fapsesrvnt2.unige.ch/Fapse/didlang.nsf/PubPublications/69279D8A5D017836C12573AD0055558A/\\$FILE/Bronckart-2007-Homenagem.pdf](http://fapsesrvnt2.unige.ch/Fapse/didlang.nsf/PubPublications/69279D8A5D017836C12573AD0055558A/$FILE/Bronckart-2007-Homenagem.pdf)>

BRONCKART, Jean-Paul. (2010) “La vie des signes en questions: des textes aux langues et retour”. In: BRITO, A. M.; SILVA, F.; VELOSO, J. & FIÉIS, A. (Ed.). *Textos Seleccionados, XXV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Porto: APL, pp. 11-40. Disponível em:

<[http://fapsesrvnt2.unige.ch/Fapse/didlang.nsf/PubPublications/CC447EA1F651181FC1257917005C422B/\\$FILE/Bronckart-2010-Vie-signes.pdf](http://fapsesrvnt2.unige.ch/Fapse/didlang.nsf/PubPublications/CC447EA1F651181FC1257917005C422B/$FILE/Bronckart-2010-Vie-signes.pdf)>

CASSANY, Daniel. (1993) *Reparar la escritura. Didáctica de la corrección de lo escrito*. Barcelona: Ed. Graó.

COUTINHO, Maria Antónia. (2003) *Texto(s) e Competência Textual*. Lisboa: Edição Fundação Calouste Gulbenkian.

COUTINHO, Maria Antónia. (2004) “A ordem do expor em gêneros académicos do português europeu contemporâneo”. In: *Caleidoscópio*, vol. II, n.º 2. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, pp. 9-15. Disponível em:

<<http://revistas.unisinos.br/index.php/calidoscopio/article/view/6445>>

COUTINHO, Maria Antónia. (2005) “Para uma linguística dos géneros de texto”. In: *Diacrítica*, n.º 19, vol. 1, pp. 73-88. Disponível em:

<[http://ceh.ilch.uminho.pt/publicacoes/Diacritica\\_19-1.pdf](http://ceh.ilch.uminho.pt/publicacoes/Diacritica_19-1.pdf)>

COUTINHO, Maria Antónia. (2006) “O texto como objeto empírico: consequências e desafios para a linguística”. In: *Veredas*. Disponível em:

<<http://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2009/12/artigo076.pdf>>

COUTINHO, Maria Antónia; GONÇALVES, Matilde; ALVES, Marisa; MIRANDA, Florencia & PINTO, Rosalice. (2005) “Parâmetros de género e mecanismos de realização textual: aspetos teóricos”. Comunicação integrada no Simpósio *O interacionismo sociodiscursivo em construção: desafios e posicionamentos*, 15.º. In: PLA (Intercâmbio de Pesquisas em Linguística Aplicada). PUC-SP – São Paulo / Brasil, maio de 2005.

COUTINHO, Maria Antónia. (2008) “Marcadores discursivos e tipos de discurso”. In: *Estudos Linguísticos/Linguistic Studies*, n.º 2, Edições Colibri/CLUNL, Lisboa, pp. 193-210. Disponível em:

<[http://www.clunl.edu.pt/resources/docs/revista/n2\\_fulltexts/21%20maria%20coutinho.pdf](http://www.clunl.edu.pt/resources/docs/revista/n2_fulltexts/21%20maria%20coutinho.pdf)>

DUARTE, Inês. (2000) *Língua Portuguesa: Instrumentos de Análise*. Lisboa: Universidade Aberta.

DUARTE, Inês. (2003) “Aspetos Linguísticos da Organização Textual”. In: MATEUS, Maria Helena *et al.* (orgs). *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho, pp. 85-122.

FIDALGO, Marta. (2014) *Guia para Revisores de Texto. Uma proposta para o exercício de uma profissão pouco (re)conhecida*. Dissertação de Mestrado em Consultoria e Revisão Linguística. Universidade Nova de Lisboa.

FONSECA, Joaquim. (1992) *Linguística e Texto/Discurso: teoria, descrição e aplicação*. Lisboa: Edição Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.

GOMES, Orlando. (2012) “25 Dicas para Publicação de Artigos em Revistas Científicas Internacionais”. In: *Revista de Ciências da Computação*, n.º 7. Disponível em: <<https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/2556/1/RCC%207.5.pdf>>

HALLIDAY, Michael A. K. & HASAN, Ruqaya. (1976) *Cohesion in English*. Londres: Longman.

HEURLEY, Laurent. (2006) “La révision de texte: L'approche de la psychologie cognitive”. In: *Langages*, 40e année, n.º 164. La révision de texte. Méthodes, outils et processus. pp. 10-25. Disponível em:

<[/web/revues/home/prescript/article/lgge\\_0458-726x\\_2006\\_num\\_40\\_164\\_2669](http://web.revues/home/prescript/article/lgge_0458-726x_2006_num_40_164_2669)>

JAUSS, Hans Robert. ([1970] 1993) *A Literatura como Provocação*. Trad. de Teresa Cruz. Lisboa: Vega.

MAINGUENEAU, Dominique. (1991) *L'Analyse du discours. Introduction aux lectures de l'archive*. Paris: Hachette.

MAINGUENEAU, Dominique. (2005) “As Categorias da Análise do Discurso”. In: MENENDEZ, Fernanda Miranda (org.). *Análise do Discurso. Atas do Seminário Internacional de Análise do Discurso*. Lisboa: Hugin Editores.

MAINGUENEAU, Dominique. (2006) “Discurso”. In: CHARAUDEAU, Patrick & MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de Análise do Discurso*. São Paulo: Editora Contexto, pp. 168-176.

MATEUS, Maria Helena & CARDEIRA, Esperança. (2007) *Norma e Variação*. Lisboa: Caminho.

MIRANDA, Florencia. (2008) “Gêneros de Texto e Tipos de Discurso na Perspetiva do Interacionismo Sociodiscursivo: Que Relações?”. In: *Estudos Linguísticos/Linguistic Studies*, n.º 1, Edições Colibri/CLUNL, Lisboa, pp. 81-100. Disponível em:

<[http://www.clunl.edu.pt/resources/docs/revista/n1\\_fulltexts/1e%20florencia%20miranda.pdf](http://www.clunl.edu.pt/resources/docs/revista/n1_fulltexts/1e%20florencia%20miranda.pdf)>

MIRANDA, Florencia. (2009) “O Discurso interativo em diferentes géneros: uma abordagem empírica”. In: *Estudos Linguísticos/Linguistic Studies*, n.º 3, Edições Colibri/CLUNL, Lisboa, pp. 365-381. Disponível em:

<[http://www.clunl.edu.pt/resources/docs/revista/n3\\_fulltexts/3v%20florencia%20miranda.pdf](http://www.clunl.edu.pt/resources/docs/revista/n3_fulltexts/3v%20florencia%20miranda.pdf)>

MIRANDA, Florencia. (2010) *Textos e géneros em diálogo: uma abordagem linguística da intertextualização*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

- MIRANDA, Florencia. (2012) “Os gêneros de texto na dinâmica das práticas da linguagem”. In: *Cadernos Cenpec*, vol. 2, n.º 1, São Paulo, pp. 121-139. Disponível em: <<http://cadernos.cenpec.org.br/cadernos/index.php/cadernos/article/viewFile/96/119>>
- NETO, Aristides Coelho. (2008) *Além da revisão: critérios para a revisão textual*. Brasília: Senac.
- PEREIRA, Maria Luísa Álvares. (2000) “As práticas de avaliação escrita”. In: PEREIRA, Maria Luísa Álvares. *Escrever em Português – Didáticas e Práticas*. Porto: Edições Asa, pp. 119-175.
- PETILLON, Sabine & GANIER, Franck. (2006) “ L'étude de la révision de texte: De la mono- à la pluri-disciplinarité”. In: *Langages*, n.º 164, pp. 3-9. Disponível em: <[http://www.vcharite.univ-mrs.fr/redactologie/IMG/pdf/Revision\\_du\\_texte.pdf](http://www.vcharite.univ-mrs.fr/redactologie/IMG/pdf/Revision_du_texte.pdf)>
- RASTIER, François. (2001) *Arts et sciences du texte*. Paris: P.U.F.
- RASTIER, François. (1995) “Pour une sémantique des textes”. In: *Cahiers de l'ILSL*, n.º 6, pp. 183-212.
- RICOEUR, Paul. (1986) *Du Texte à l'action. Essais d'herméneutique II*. Paris: Le Seuil.
- SAUSSURE, Ferdinand de. (2002) *Écrits de Linguistique Générale*. Paris: P.U.F.
- VOLOSHINOV, V. N. ([1929] 1977) *Le marxisme et la philosophie du langage*. Paris: Minuit.
- VYGOTSKY, Lev. (2007) *Pensamento e Linguagem*. Lisboa: Relógio d'Água.
- WEINRICH, Harald. (1973) *Le Temps: le récit et le commentaire*. Paris: Seuil.

## Referências do *Corpus*

BRANDÃO, Miguel Quaresma. (2013) Recensão crítica da obra: MURTEIRA, Mário. (2011) “Portugal nas Transições - O Calendário Português desde 1950”. Lisboa: Sítio do Livro / CESO CI Portugal, com o apoio do INDEG/ ISCTE Business School. Coletânea “Economia e Sociedade”, n.º 1. In: *Sociologia*, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, vol. XXVI, Porto, pp. 229-234. Disponível em:

<<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/11873.pdf>>

COELHO, Zara Pinto. (2009) “Jovens no discurso da imprensa portuguesa: um estudo exploratório”. In: *Análise Social*, vol. XLIV, n.º 191, Lisboa, pp. 361-377. Disponível em:

<<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1244540575S0cYP5zm7Oh73TO4.pdf>>

CUNHA, Luís Filipe. (2009) Recensão crítica da obra: PEREIRA, Susana. (2009) “A Semântica do Objecto: Aspecto e Determinação Nominal”. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e Tecnologia. In: *Estudos Linguísticos/Linguistic Studies*, n.º 4, Edições Colibri/CLUNL, Lisboa, pp. 151-162. Disponível em:

<[http://www.clunl.edu.pt/resources/docs/revista/n4\\_fulltexts/4i%20susana%20pereira%20et%20al.pdf](http://www.clunl.edu.pt/resources/docs/revista/n4_fulltexts/4i%20susana%20pereira%20et%20al.pdf)>

CUNHA, Luís Filipe; FERREIRA, Idalina; LEAL, António. (2010) “A distinção massivo/contável em diferentes categorias gramaticais”. In: *Estudos Linguísticos/Linguistic Studies*, n.º 5, Edições Colibri/CLUNL, Lisboa, pp. 163-175. Disponível em:

<[http://www.clunl.edu.pt/resources/docs/revista/n5\\_fulltexts/5i%20luis%20cunha%20et%20al.pdf](http://www.clunl.edu.pt/resources/docs/revista/n5_fulltexts/5i%20luis%20cunha%20et%20al.pdf)>

DIX, Steffen. (2010) “As esferas seculares e religiosas na sociedade portuguesa”. In: *Análise Social*, vol. XLV, n.º 194, Lisboa, pp. 5-27. Disponível em:

<<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1268306960Y6kEE8vd8Li59CA4.pdf>>

GRAÇA, Fernandes. (2008) “Expressões Idiomáticas: Frases Fixas Intransitivas do Português Europeu”. In: *Estudos Linguísticos/Linguistic Studies*, n.º 1, Edições Colibri/CLUNL, Lisboa, pp. 101-119. Disponível em:

<[http://www.clunl.edu.pt/resources/docs/revista/n1\\_fulltexts/1f%20graca%20fernandes.pdf](http://www.clunl.edu.pt/resources/docs/revista/n1_fulltexts/1f%20graca%20fernandes.pdf)>

SILVA, Augusto Soares da. (2002) Recensão crítica da obra: BATORÉO, Hanna Jakubowicz. (2000) “Expressão do Espaço no Português Europeu. Contributo Psicolinguístico para o Estudo da Linguagem e Cognição”. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e a Tecnologia. In: *Revista Portuguesa de Humanidades*, vol. VI, Braga, pp. 506-510. Disponível em:

<<http://hanna-batoreo.planetaclix.pt/rec1.html>>

SOEIRO, José. (2012) “A precariedade como modo de vida?” Recensão crítica da obra: ALVES, Nuno de Almeida; CANTANTE, Frederico; BAPTISTA, Inês & CARMO, Renato Miguel do. (2011) “Jovens em Transições Precárias. Trabalho, Quotidiano e Futuro”. Lisboa: Mundos. In: *Sociologia*, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, vol. XXIV, Porto, pp. 231-236. Disponível em:

<<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/10766.pdf>>

\*Todos os endereços de URL referenciados estavam ativos a 25 de março de 2015.



## ANEXO A: Quadros referentes à aplicação do instrumento

**Quadro 1 – Estrutura e apresentação dos textos do género *artigo científico***

Artigos científicos	A1L	A2L	A3S	A4S
Título do artigo científico	✓	✓	✓	✓
Nome do(s) autor(es) e da instituição a que pertencem	✓	✓	✓	✓
Resumo em português e palavras-chave			✓	✓
<i>Abstrat e keywords</i>	✓	✓	✓	✓
Referência completa da revista responsável pela publicação do artigo	✓	✓	✓	✓
Secção de introdução	✓	✓	✓	
Divisão do corpo do texto em pontos	✓	✓		
Divisão do corpo do texto em secções não numeradas			✓	✓
Secção de conclusões	✓	✓	✓	✓
Referências/ bibliografia <sup>45</sup>	✓	✓	✓	✓

---

<sup>45</sup> Nos artigos de Sociologia é utilizada a designação *bibliografia*, enquanto que nos artigos de Linguística é utilizada a designação *referências* (esta última é, a nosso ver, a mais correta).

**Quadro 2 – Estrutura e apresentação dos textos do gênero *recensão crítica***

Recensões críticas	R1L	R2L	R3S	R4S
Nome do autor da recensão	✓	✓	✓	✓
Nome da instituição a que pertence o autor da recensão	✓	✓	✓	✓
Referência bibliográfica completa da obra recenseada	✓	✓		
Nome da revista responsável pela publicação	✓	✓	✓	✓
Corpo do texto não dividido	✓	✓	✓	✓
Referências bibliográficas	✓		✓	✓

**Quadro 3 – Parâmetros do contexto de produção dos textos do género *artigo científico***

Parâmetros do contexto de produção	A1L	A2L	A3S	A4S
Contexto físico				
Lugar de produção	Centro de Linguística da Universidade do Porto	Universidade do Algarve	Universidade do Minho	Universidade de Lisboa
Momento de produção	2010	2008	2009	2010
Produtor(es)	Luís Filipe Cunha; Idalina Ferreira; Jorge Leal	Graça Fernandes	Maria Zara Pinto Coelho	Steffen Dix
Recetor(es)	Docentes, investigadores e estudantes	Docentes, investigadores e estudantes	Docentes, investigadores e estudantes	Docentes, investigadores e estudantes
Contexto sócio-subjetivo				
Lugar social	Instituição académico-científica	Instituição académico-científica	Instituição académico-científica	Instituição académico-científica
Posição social do emissor(es)	Investigadores	Investigadora	Investigadora	Investigador
Posição social do recetor(es)	Académicos e comunidade científica da área da Linguística	Académicos e comunidade científica da área da Linguística	Académicos e comunidade científica da área da Sociologia	Académicos e comunidade científica da área da Sociologia
Finalidade	Apresentar de forma credível e fundamentada um contributo relevante e original para a área científica	Apresentar de forma credível e fundamentada um contributo relevante e original para a área científica	Apresentar de forma credível e fundamentada um contributo relevante e original para a área científica	Apresentar de forma credível e fundamentada um contributo relevante e original para a área científica

**Quadro 4 – Parâmetros do contexto de produção dos textos do género *recensão crítica***

Parâmetros do contexto de produção	R1L	R2L	R3S	R4S
Contexto físico				
Lugar de produção	Centro de Linguística da Universidade do Porto	Universidade Católica - Braga	Universidade de Coimbra	Universidade do Porto
Momento de produção	2009	2002	2012	2013
Produtor(es)	Luís Filipe Cunha	Augusto Soares da Silva	José Soeiro	Miguel Quaresma Brandão
Recetor(es)	Docentes, investigadores e estudantes	Docentes, investigadores e estudantes	Docentes, investigadores e estudantes	Docentes, investigadores e estudantes
Contexto sócio-subjetivo				
Lugar social	Instituição académico-científica	Instituição académico-científica	Instituição académico-científica	Instituição académico-científica
Posição social do emissor(es)	Investigadores	Investigador	Investigador	Investigador
Posição social do recetor(es)	Académicos e comunidade científica da área da Linguística	Académicos e comunidade científica da área da Linguística	Académicos e comunidade científica da área da Sociologia	Académicos e comunidade científica da área da Sociologia
Finalidades	Apresentar de forma fundamentada uma apreciação de uma obra e do seu contributo para a área científica em questão	Apresentar de forma fundamentada uma apreciação de uma obra e do seu contributo para a área científica em questão	Apresentar de forma fundamentada uma apreciação de uma obra e do seu contributo para a área científica em questão	Apresentar de forma fundamentada uma apreciação de uma obra e do seu contributo para a área científica em questão

**Quadro 5 – Marcadores de género nos textos do género *artigo científico***

Artigos científicos	A1L	A2L	A3S	A4S
Marcadores <i>auto-referenciais</i>		A etiqueta genérica no corpo do texto: “este artigo”	A etiqueta genérica no corpo do texto: “este artigo”	A etiqueta genérica no <i>peritexto</i> (resumo): “deste artigo”
Marcadores <i>inferenciais</i>	<i>Abstract e Keywords</i>	<i>Abstract e Keywords</i>	<i>Abstract e Keywords</i>  Resumo e palavras-chave (PE)	<i>Abstract e Keywords</i>  Resumo e palavras-chave (PE)
	Nome da entidade académico-científica a que pertencem os autores do artigo	Nome da entidade académico-científica a que pertence a autora do artigo	Nome da entidade académico-científica a que pertence a autora do artigo	Nome da entidade académico-científica a que pertence o autor do artigo
	referência completa da revista onde foi publicado o artigo	referência completa da revista onde foi publicado o artigo	referência completa da revista onde foi publicado o artigo	referência completa da revista onde foi publicado o artigo
	Plano de texto: corpo do texto dividido em pontos numerados; secção de introdução e secção de conclusões	Plano de texto: corpo do texto dividido em pontos numerados; secção de introdução e secção de conclusões	Plano de texto: corpo do texto dividido em secções não numeradas; secção de introdução e secção de “notas finais”	Plano de texto: corpo do texto dividido em secções não numeradas; secções de introdução e de conclusões não indicadas

	Tipos de discurso: predominância da ordem do expor (discurso teórico e interativo)	Tipos de discurso: predominância da ordem do expor (discurso teórico e interativo)	Tipos de discurso: predominância da ordem do expor (discurso teórico e interativo)	Tipos de discurso: predominância da ordem do expor (discurso teórico e interativo)
--	---	---	---	---

**Quadro 6 – Marcadores de gênero nos textos do gênero *recensão crítica***

Recensões críticas	R1L	R2L	R3S	R4S
Marcadores <i>auto-referenciais</i>		A etiqueta genérica no <i>peritexto</i> : “recensão crítica”	A etiqueta genérica no <i>peritexto</i> : “recensão crítica”	A etiqueta genérica que ocorre no <i>peritexto</i> : “recensão crítica”
Marcadores <i>inferenciais</i>	Nome do autor da recensão;  nome da instituição acadêmico-científica a que pertence o autor da recensão	Nome do autor da recensão;  nome da instituição acadêmico-científica a que pertence o autor da recensão	Nome do autor da recensão  nome da instituição acadêmico-científica a que pertence o autor da recensão	Nome do autor da recensão  nome da instituição acadêmico-científica a que pertence o autor da recensão
	referência bibliográfica da obra recenseada	referência bibliográfica da obra recenseada	título da obra recenseada	título da obra recenseada
	nome da revista responsável pela publicação	nome da revista responsável pela publicação	nome da revista responsável pela publicação	nome da revista responsável pela publicação
	Plano de texto: corpo do texto não dividido	Plano de texto: corpo do texto não dividido	Plano de texto: corpo do texto não dividido	Plano de texto: corpo do texto não dividido

	Tipos de discurso: predominância do discurso teórico com emergência do discurso interativo em pontos-chave do texto	Tipos de discurso: predominância do discurso teórico com emergência do discurso interativo em pontos-chave do texto	Tipos de discurso: predominância do discurso teórico com emergência do discurso interativo em pontos-chave do texto	Tipos de discurso: predominância do discurso teórico com emergência do discurso interativo em pontos-chave do texto
--	--	--	--	--

## ANEXO B: Análise exemplificativa

**Quadro 1 – Análise do Padrão Discursivo – Artigo A1L**

ARTIGO A1L	PLANO DE TEXTO	TIPOS DE DISCURSO	EMERGÊNCIA DO DISCURSO TEÓRICO	EMERGÊNCIA DO DISCURSO INTERATIVO	MODALIDADES DE ARTICULAÇÃO DOS TIPOS DE DISCURSO
PERITEXTO	46	Discurso teórico  Discurso Interativo	Nos restantes elementos <i>peritextuais</i>	<i>Abstract</i>	
CORPO DO TEXTO	Ponto 0 Introdução <sup>47</sup>	Tipo principal: Discurso Interativo  Tipo secundário: Discurso Teórico	No 1º §  “...será o de <b>investigar</b> ...” (p. 163)	Do 2º§ ao último § deste ponto  “... <b>procuraremos</b> demonstrar ...”(p. 163); “... <b>começaremos</b> por ...” (p. 164)	Encaixe
	Ponto 1	Tipo principal: Discurso Teórico  Tipo secundário: Discurso Interativo	Do 1º § ao início do 5º § e no 6º §  “ <b>Considera-se</b> ...”(p. 164); “... <b>relaciona-se</b> com a ...”  (p. 164)	No final do 5º §, no 7º e nos restantes § até ao final deste ponto  “... onde <b>encontramos</b> ...” (p. 164);	Encaixe
	Ponto 2	Discurso Teórico	Em todos os §  “... a autora <b>apresenta</b> ...” (p. 165); “O terceiro teste <b>prende-se</b> ...” (p. 166)		
	Ponto 3	Tipo principal: Discurso Interativo	No 2º §, no 6º, no início do 7º, no 9º, do meio até ao final do 10º, no 11º, do meio até ao final	No 1º §, no 3º, no 4º, no 5º, a partir do meio do 7º §, no 8º, no início do 10º, no início 12º,	Encaixe

<sup>46</sup> Consideramos que integram o *peritexto* os seguintes elementos: título, nome dos autores do artigo e da instituição académica a que pertencem, o *abstract* (resumo em inglês) e o resumo em português, as *keywords* (palavras-chave), notas de rodapé e referência da revista responsável pela publicação do artigo.

<sup>47</sup> O texto que integra esta secção corresponde à tradução do resumo em inglês (*abstract*).



		Tipo secundário: Discurso Teórico	do 12º, no 13º, no 15º, início do 17º e final 18º§  “ A autora <b>sublinha ...</b> ” (p. 170)	14º, no 16º, final do 17º, no início do 18º e no último § deste ponto  “Se <b>atentarmos ...</b> ” (p. 166); “... <b>nos</b> faz supor ...” (p. 167); “... a <b>nossa</b> hipótese ...” (p. 168)	
	Ponto 4	Tipo principal: Discurso Interativo  Tipo secundário: Discurso Teórico	Do meio até ao final do 1º § e no final do 2º §  “... <b>verifica-se</b> a existência ...” (p. 171)	No início do 1º §, no início do 2º e no último § deste ponto  “... <b>iremos</b> desenvolver ...” (p. 171); “... <b>nos</b> afigura ...” (p. 171)	Encaixe
	4.1	Discurso Teórico	Em todos os §  “... <b>podem combinar-se</b> ...” (p. 171)		
	4.2	Tipo principal: Discurso Teórico  Tipo secundário: Discurso Interativo	No final do 1º § e nos restantes  “ <b>Vejam-se</b> os exemplos ...” (p. 172)	No início do 1º §  “Ao contrário do que <b>observámos</b> ...” (p. 172)	Encaixe
	4.3	Tipo principal: Discurso Interativo  Tipo secundário: Discurso Teórico	No 1º §, no 3º, no início do 4º, no meio do 5º e no 6º §  “ <b>Considerem-se</b> os exemplos ...” (p. 173)	No 2º §, no final do 4º, no início e no meio 5º e no último §  “ <b>Colocaremos</b> a hipótese ...” (p. 173)	Encaixe
	Ponto 5 Conclusões	Discurso Interativo		Em todos os §  “... <b>parece-nos</b> lícito ...” (p. 174)	
Peritexto	Referências	Discurso Teórico			

**Quadro 2 – Análise do Padrão Discursivo – Artigo A2L**

ARTIGO A2L	PLANO DE TEXTO	TIPOS DE DISCURSO	EMERGÊNCIA DO DISCURSO TEÓRICO	EMERGÊNCIA DO DISCURSO INTERATIVO	MODALIDADES DE ARTICULAÇÃO
PERITEXTO		Discurso Teórico	Em todos os elementos <i>peritextuais</i>		
CORPO DO TEXTO	Ponto 1	Tipo principal: Discurso Teórico	Em todos os § “Este artigo <b>apresenta</b> ...” (p. 101)		
	1.1	Tipo principal: Discurso Teórico  Tipo secundário: Narração (1º e 2º §)  “... <b>foram</b> obtidas..”  “... <b>posteriormente</b> ...” (p. 102)  Discurso Interativo	Do 1º ao penúltimo §  “... <b>observa-se</b> ” (p. 102)	No último § deste ponto  “Na próxima secção <b>apresentaremos</b> ...” (p. 103)	Encaixe
	1.2	Tipo principal: Discurso Teórico  Tipo secundário: narração (4º §)  “... <b>foi</b> encontrado ...”  (p. 103)	Em todos os §		Encaixe
	Ponto 2	Discurso Teórico	No 1º § (único)		
	2.1	Tipo principal:	No início do 1º §, no início do 2º § e nos restantes, exceto no 4º e no	No 2º e no 3º períodos do 1º e do 2º §; no 4º § e	Encaixe

		Discurso Teórico	último período do último §	no final do último § deste ponto <sup>48</sup>	Fusão
		Tipo secundário: Discurso Interativo	“... que <b>pode apresentar</b> ...” (p. 105)	“... nela <b>podemos</b> ...” (p. 104)	
	Subponto 2.2	Discurso Teórico	Em todos os §		
	2.2.1				
	2.2.2	Tipo principal: Discurso Teórico	Do 1º § ao início do 5º §; do 6º § ao 8º §;	Segundo período do quinto §, no 9º e no 13º § (penúltimo)	Encaixe
		Tipo secundário: Discurso Interativo	“ <b>Pode-se definir</b> ...” (p. 107)	“... <b>assimilamos</b> ...” (p. 108)	
	2.3	Discurso Teórico	Em todos os §		
	2.3.1	Tipo principal: Discurso Teórico	Do 1º ao último §, exceto no 8º, no 10º e no 12º§	No 8º, no 10º e no 12º §	Encaixe
		Tipo secundário: Discurso Interativo	“... <b>verifica-se</b> que essa ...” (p. 111)	“... não <b>trataremos</b> deles <b>aqui</b> ...” (p. 111)	
	2.3.2	Tipo principal: Discurso Teórico	Do 1º ao penúltimo §	No último §	Encaixe
		Tipo secundário: Discurso Interativo	“ <b>Considere-se</b> , por exemplo ...” (p. 112)	“... <b>podemos</b> confirmar ...” (p. 113)	
	2.3.3	Discurso Teórico	Em todos os §		
	2.3.4	Tipo principal: Discurso Teórico	No segundo período do 1º §; a partir do meio do segundo § até ao início do 3º §; no	No início do 1º do 2º§; no segundo período do 3º	Encaixe

<sup>48</sup>Para facilitar a exposição da análise textual de algumas secções/pontos e a sua interpretação, optou-se por não contabilizar para a indicação dos parágrafos as frases numeradas e outros exemplos.

		Tipo secundário: Discurso Interativo	4º §; no penúltimo e último § deste ponto  “... não se observa ...” (p. 114)	parágrafo e no 5º §  “... <b>designámos</b> a construção ...” (p. 114)	
	Ponto 3	Discurso Teórico	Em todos os §		
	Ponto 4  Conclusão e perspectivas	Tipo principal: Discurso Teórico  Tipo secundário: Discurso Interativo	No início do 1º §, no 2º e 3º §  “Para <b>este</b> estudo, <b>reuniram-se</b> ...” (p. 117)	No 1º e no último §  “... <b>julgamos</b> que a ...”; “Futuramente, <b>pretendemos</b> ...” (p. 117)	Encaixe
<i>Peritexto</i>	Referências	Discurso Teórico			

### Quadro 3 – Análise do Padrão Discursivo – Artigo A3S

ARTIGO A3S	PLANO DE TEXTO	TIPOS DE DISCURSO	EMERGÊNCIA DO DISCURSO TEÓRICO	EMERGÊNCIA DO DISCURSO INTERATIVO	MODALIDADES DE ARTICULAÇÃO
PERITEXTO		Discurso Teórico	Em todos os elementos <i>peritextuais</i>		
CORPO DO TEXTO  Secções não numeradas	Introdução	Tipo principal: Discurso Interativo  Tipo secundário: Discurso Teórico	No início e a partir do meio até ao fim do 1º §; no início e a meio do 2º §  “ <b>Este</b> artigo <b>chama</b> a atenção ...” (p. 361)	A meio do 1º §; no segundo período do 2º §; a partir do meio do 2º §, até ao final desta secção  “Também não <b>nos limitamos</b> ...” (p. 362)  Frases interrogativas (cf. p. 362)	Encaixe
	Secção “Backgrounds”	Tipo principal: Discurso Teórico  Tipo secundário:	Em todos os §, embora com emergência de DI no 1º e 2º §	A meio do 1º e do 2º §; no final do 2º §  “Não <b>estamos</b> a sugerir ...”	Encaixe

		Discurso Interativo	“... <b>ela deve ser conceptualizada</b> ...” (p. 363)	(p. 363)	
	Secção “O estudo”	Tipo principal: Relato interativo (em todos §)  “Num primeiro momento...” (p. 366)  “...seleccionámos...”; “...quisemos...” (p. 366)  Tipo secundário: Discurso Interativo		No final do último §  “...neste artigo apresentamos...”  (p. 367)	Encaixe
	Secção “Tópicos, fontes, actores e papéis”	Tipo principal: Discurso Teórico  Tipo secundário: Discurso Interativo	Em todos os §, exceto no 3º	A“... <b>identificámos</b> no conjunto ...” (p. 367)  3º §	Encaixe
	Secção “Crime e violência”	Tipo principal: Discurso Teórico  Tipo secundário: Discurso Interativo	Em todos os §  “se interessa ...” (p. 367)	No início do 3º § e a meio do último §  “Poderíamos pensar...” (p. 369)	Encaixe
	Secção “Vida profissional”	Discurso Teórico	Em todos os §		
	Secção “Vida social”	Discurso Teórico	Em todos os §		
	Secção “Notas finais”	Tipo principal: Discurso Teórico  Tipo secundário: Discurso Interativo	Do início até ao meio do 1º §; do início até meio do 2º §; no último §  “A análise apresentada <b>mostra</b> ...” (p. 375)	No penúltimo período do 1º §; desde o meio até ao final do penúltimo (2º) §  “... <b>diríamos</b> mesmo ...” (p. 376)	Encaixe

				Frase interrogativa (p. 376)	
<i>Peritexto</i>	Bibliografia	Discurso Teórico			

#### Quadro 4 – Análise do Padrão Discursivo – Artigo A4S

ARTIGO A4S	PLANO DE TEXTO	TIPOS DE DISCURSO	EMERGÊNCIA DO DISCURSO TEÓRICO	EMERGÊNCIA DO DISCURSO INTERATIVO	MODALIDADES DE ARTICULAÇÃO
PERITEXTO		<p>Tipo principal: Discurso Teórico</p> <p>Tipos secundários:</p> <p>Discurso Interativo</p> <p>Narração</p>	<p>Em todos os elementos <i>peritextuais</i>.</p> <p>Encaixe com Discurso Interativo no final do resumo, em algumas notas de rodapé (cf. notas 4 e 8; encaixe com narração (cf. notas 12 e 20)</p>	<p>No final do resumo</p> <p>Fusão com narração (cf. nota de rodapé 13); encaixe com narração (cf. nota 29)</p>	<p>Encaixe</p> <p>Fusão</p>
CORPO DO TEXTO	Secção “As ambivalências na tese da secularização”	<p>Tipo principal: Discurso Interativo</p> <p>Tipo secundário: Discurso Teórico</p>	<p>No início e no final do 1º §; Do início até ao meio do 2º §; no último §</p> <p>“Estas dificuldades <b>baseiam-se</b> ...” (p. 5)</p>	<p>No 1º §; no final do 2º §, no 3º §</p> <p>“... <b>podemos</b> observar ...” (p. 5)</p> <p>“... <b>quero</b> sublinhar neste artigo...” (p. 7)</p> <p>Frases interrogativas (p. 7)</p>	<p>Encaixe</p> <p>Fusão</p>
	Secção “A moldura metodológica”	Tipo principal:	A meio do 1º §	<p>Nos dois §</p> <p>“... <b>proponho</b>, em termos de</p>	

		Discurso Interativo	“Segue-se o período ...” (p. 9)	metodologia ...” (p. 8)	Encaixe
		Tipo secundário: Discurso Teórico			Fusão
	Secção “As afirmações e reconfigurações históricas do catolicismo português (séculos XIX e XX)”	<p>Tipo principal: Narração (em todos os parágrafos, articulando-se em fusão e encaixe com outros tipos)</p> <p>No 1º§ “...<b>nessa altura...</b> <b>começou</b> a ser...” (p. 10)</p> <p>“...<b>foi</b> marcado...at é ao <b>século XV...</b>” (p. 9)</p> <p>Tipos secundários: Discurso Teórico</p> <p>Discurso Interativo</p>	<p>Em todos os parágrafos (fusão e encaixe com o tipo narração e interativo)</p> <p>“... a argumentação é...” (p. 11)</p> <p>“<b>Hoje em dia</b>, Fátima <b>pode ser</b> compreendida ...” (p. 19)</p> <p>“...<b>poder-se-á concluir...</b>” (p. 19)</p>	<p>No início do 1º § (fusão com o tipo narração)</p> <p>“...<b>podíamos</b> afirmar...” (p. 9)</p> <p>No final do 1º § (encaixe com o tipo narração)</p> <p>“...<b>temos</b> de reconhecer...” (p. 10)</p> <p>No final do 7º§ “...<b>podíamos</b> concluir...” (p. 12)</p> <p>“...<b>podemos</b> afirmar ... <b>viveu...</b>” (p. 14)</p>	<p>Encaixe</p> <p>Fusão</p>
	Secção “Religiosidade institucional <i>versus</i> religiosidade popular: uma tentativa de fenomenologia”	<p>Tipo principal: Discurso Teórico</p> <p>Tipos secundários: Discurso Interativo; Narração</p> <p>No início do 1º e do 4º § “Em</p>	<p>Em todos os §</p> <p>“...<b>refere-se aqui...</b>” (p. 20)</p>	<p>No 1º § e a meio do 3º</p> <p>“...<b>lemos...</b>” (p. 19)</p>	<p>Encaixe</p> <p>Fusão</p>

		<p><b>1908...deixou...</b></p> <p>(p. 19)</p> <p><b>“...surgiram a partir de 1970...”</b></p>			
	<p>Secção “A sociedade portuguesa: secularizada, religiosa e católica”</p>	<p>Discurso Interativo</p> <p>Discurso Teórico</p>	<p>No 2º §; no 4º § e a meio do 5º §</p> <p>“Alguns estudos sociológicos <b>mostram ...</b>”</p> <p>(p. 22)</p> <p><b>“...pode-se afirmar...”</b></p>	<p>No 1º §; no 3º §; no início e no final do último § (5º)</p> <p><b>“Neste texto tentei descrever ...”</b></p> <p>(p. 22)</p> <p><b>“...somos confrontados ...”</b></p> <p>(p. 24)</p>	<p>Encaixe</p>
	Bibliografia	Discurso Teórico			



**Quadro 5 – Análise do Padrão Discursivo – Recensão R1L**

RECENSÃO R1L	PLANO DE TEXTO	TIPOS DE DISCURSO	EMERGÊNCIA DO DISCURSO TEÓRICO	EMERGÊNCIA DO DISCURSO INTERATIVO	MODALIDADES DE ARTICULAÇÃO
PERITEXTO	<sup>49</sup>	Discurso Teórico	Em todos os elementos <i>peritextuais</i>		
CORPO DO TEXTO	<b>Introdução</b>  Apresentação da obra recenseada	Discurso Teórico	1º- 4º §  “... <b>centra-se</b> em três temáticas ...”  “... a autora <b>toma</b> ...”  (p. 151)		
	<b>Desenvolvimento</b>  Descrição da obra recenseada (forma e conteúdo)	Tipo principal: Discurso Teórico  Tipo secundário: Discurso Interativo	11º- 53º §  “A autora analisa ...” (p. 153)  “A fechar o capítulo, <b>reflecte-se</b> ...” (p. 154)	No início do 12º §; no início do 18º e do 20º §; no meio do 21º e do 24º; a meio e no final do 42º §  “... como <b>acabámos</b> de ver ...” (p. 154)  “A teleonomia é- <b>nos</b> apresentada ...” (p. 158)	Fusão
	<b>Conclusão</b>  Apreciação crítica	Tipo principal: Discurso Interativo	No 57º §  “Um segundo desafio <b>prende-se</b> ...” (p. 161)	54 – 59 §, exceto no 57º  “Como conclusão,	Encaixe

<sup>49</sup> Título da obra recenseada, nome da autora da obra recenseada, nome do autor da recensão e da entidade académica a que pertence, referência completa da obra recenseada e referência completa da revista responsável pela publicação da recensão.

		Tipo secundário:		<b>diremos ...”</b> (p. 162)	
		Discurso Teórico		Frases interrogativas (cf. 58º §, p. 162)	

### Quadro 6 – Análise do Padrão Discursivo – Recensão R2L

RECENSÃO R2L	PLANO DE TEXTO	TIPOS DE DISCURSO	EMERGÊNCIA DO DISCURSO TEÓRICO	EMERGÊNCIA DO DISCURSO INTERATIVO	MODALIDADES DE ARTICULAÇÃO
PERITEXTO	50	Discurso Teórico	Em todos os elementos <i>peritextuais</i>		
CORPO DO TEXTO	<b>Introdução</b> Apresentação da obra recenseada	Tipo principal: Discurso Teórico  Tipo secundário: Discurso Interativo	1º §  “... estudar o espaço <b>convoca</b> ...” (p. 1)	Final do 1º §  “... <b>nossa</b> existência ...” (p. 1)	Fusão
	<b>Desenvolvimento</b> Descrição da obra recenseada (forma e conteúdo)	Tipo principal: Discurso Teórico  Tipo secundário: Discurso Interativo	2º - 5º §  “Os dois capítulos seguintes <b>trazem</b> ...” (p. 2)	No início e a meio do 3º §  “... entre <b>nós</b> ...” (p. 1)  “... toda a <b>nossa</b> existência ...” (p. 2)	Fusão
	<b>Conclusão</b> Apreciação crítica	Discurso Teórico	6º §  “... a presente obra <b>demonstra</b> ...” (p. 3)  “... <b>constitui</b> um importante contributo ...” (p. 3)		

<sup>50</sup> Título da recensão, referência completa da recensão e da obra recenseada.

**Quadro 7 – Análise do Padrão Discursivo – Recensão R3S**

RECENSÃO R3S	PLANO DE TEXTO	TIPOS DE DISCURSO	EMERGÊNCIA DO DISCURSO TEÓRICO	EMERGÊNCIA DO DISCURSO INTERATIVO	MODALIDADES DE ARTICULAÇÃO
PERITEXTO		Discurso Teórico	Em todos os elementos <i>peritextuais</i>		
CORPO DO TEXTO	<b>Introdução</b>  Apresentação da obra recenseada	Tipo principal: Discurso Teórico  Tipo secundário: Discurso Interativo	1º - 3º §  “... traça um retrato ...”  (p. 232)	No 1º §  “... centro do debate público, mediático e político do <b>nosso</b> país.” (p. 231)	Fusão
	<b>Desenvolvimento</b>  Descrição da obra recenseada (forma e conteúdo)	Tipo principal: Discurso Teórico  Tipo secundário: Discurso Interativo	4º - 9º §  “... a presente investigação <b>permite</b> ...”  (p. 232)  “... <b>faz-se</b> uma caracterização ...”  (p. 233)	No final do 4º §; no início do 5º §; no início do 8º §; no final do 9º §  “... e eles existem!” (p. 232)  “... qualificação no <b>nosso</b> país” (p. 233)  “... o elemento que <b>me parece</b> mais expressivo ...” (p. 234)  “... <b>estou a lembrar-me</b> , por exemplo ...”  (p. 235)	Fusão

	<b>Conclusão</b>  Apreciação crítica	Tipo principal: Discurso Interativo  Tipo secundário: Discurso Teórico	A meio do 10º §  “... a precariedade <b>induz</b> ...” (p. 235)	No 10º §  “Para quem, como <b>eu</b> ...” (p. 235)  Frases interrogativas (cf. p. 235)	Encaixe
--	--	--	---	--	---------

**Quadro 8 – Análise do Padrão Discursivo – Recensão R4S**

RECENSÃO R4S	PLANO DE TEXTO	TIPOS DE DISCURSO	EMERGÊNCIA DO DISCURSO TEÓRICO	EMERGÊNCIA DO DISCURSO INTERATIVO	MODALIDADES DE ARTICULAÇÃO
PERITEXTO		Discurso Teórico	Em todos os elementos <i>peritextuais</i>		
CORPO DO TEXTO	<b>Introdução</b>  Apresentação da obra recenseada	Tipo principal: Discurso Teórico  Tipo secundário: Discurso Interativo	1º §  “ <b>Trata-se</b> do penúltimo livro ...”  (p. 229)	A meio do 1º §  “...para <b>referirmos</b> duas das últimas ...” (p. 229)	Fusão
	<b>Desenvolvimento</b>  Descrição da obra recenseada (forma e conteúdo)	Discurso Teórico	2º - 9º §  “O autor <b>defende</b> ...” (p. 230)  “ <b>Sucedese</b> o capítulo 3 ...” (p. 231)		
	<b>Conclusão</b>  Apreciação do autor da recensão	Tipo principal: Discurso Teórico  Tipo secundário: Discurso Interativo	No 10º §  “... o autor <b>admite</b> ...”  (p. 233)	No final do 10º §  “... facto que <b>nos</b> remete” (p. 233)	Fusão

A DISTINÇÃO MASSIVO / CONTÁVEL  
EM DIFERENTES CATEGORIAS GRAMATICAI

LUÍS FILIPE CUNHA<sup>1</sup>  
(Centro de Linguística da Universidade do Porto<sup>2</sup>)

IDALINA FERREIRA  
(Centro de Linguística da Universidade do Porto)

ANTÓNIO LEAL  
(Centro de Linguística da Universidade do Porto)

*ABSTRACT: The main goal of this paper is to demonstrate that, contrary to Rothstein's (1999) assertions, data from European Portuguese support the idea that the count / mass distinction shows up in different grammatical domains besides the nominal one. After a brief survey of the properties underlying the count / mass distinction, we present and discuss Rothstein's main proposals, observing that, in EP, the opposition under analysis plays an important role at the verbal and adjectival domains. Finally, we pay special attention to predicative adjectives, concluding that the count / mass distinction can be taken to describe adequately some of their semantic characteristics. We propose a classification of adjectives into count, mass and indeterminate ones, according to their behaviour relative to quantifying and temporal locating adverbials.*

*KEYWORDS: semantics; quantification; the count / mass distinction; adjectives; quantifying adverbials.*

**0. Introdução**

O principal objectivo deste trabalho será o de investigar de que forma a distinção massivo/contável atravessa e afecta, para além dos nomes, outras classes de palavras, em particular verbos e adjectivos.

Tomando como ponto de partida a discussão de algumas das propostas adoptadas em Rothstein (1999), procuraremos demonstrar, ao contrário do

<sup>1</sup> Trabalho financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia – Programa POCI 2010.

<sup>2</sup> O Centro de Linguística da Universidade do Porto é uma Unidade de I&D financiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Programa FEDER/POCTI – U0022/2003).

que é defendido pela autora, que a distinção massivo/contável é pertinente tanto no interior do domínio verbal como no do domínio adjectival.

Nesse sentido, começaremos por caracterizar, ainda que em traços muito gerais, a distinção massivo/contável. Passaremos seguidamente à apresentação e discussão das propostas centrais de Rothstein (1999) à luz dos dados fornecidos pelo Português Europeu (PE). Finalmente, prestaremos especial atenção aos adjectivos, avançando com uma primeira hipótese de análise relativa à sua distribuição ao nível da distinção massivo/contável.

### 1. A distinção massivo/contável

Considera-se tipicamente que a divisão entre predicados massivos e predicados contáveis está relacionada com um par de propriedades básicas dos predicados: a divisibilidade e a cumulatividade (vejam-se, entre outros, Bunt, 1985; Link, 1983; Bach, 1986; Krifka, 1992; 1998).

A propriedade da divisibilidade prende-se essencialmente com a possibilidade de, quando uma entidade na denotação de um predicado é dividida, o resultado dessa divisão ser denotado pelo mesmo predicado. A propriedade da cumulatividade, por sua vez, relaciona-se com a possibilidade de a adição de duas entidades contíguas denotadas por um predicado comum se encontrar ainda na denotação desse mesmo predicado.

Estas propriedades aplicam-se não só a predicados nominais, como “farinha” ou “livro”, mas também a predicados verbais, como “ler o livro” ou “dormir”.

O paralelismo entre predicados nominais e verbais manifesta-se em vários fenómenos gramaticais. Um deles tem a ver com a forma como podemos individualizar ou ‘empacotar’ predicados que não podem ser contados, mas sim medidos. Há um paralelismo entre as expressões de quantificação de medição de predicados nominais massivos e as expressões de quantificação de medição temporal de eventualidades atéticas. Veja-se (1).

- (1) a. O João dormiu durante uma hora.  
b. O João comprou dois quilos de farinha.

O adverbial temporal durativo mede a eventualidade em (1a), ou seja, fornece uma medida padrão temporal que ‘empacota’ a situação, que, de outro modo, não apresentaria limites temporais definidos. O mesmo acontece em (1b), onde encontramos uma expressão quantificacional que fornece uma medida padrão que ‘empacota’ a denotação de uma entidade, que, de outra forma, não ostentaria limites espaciais definidos.

A semelhança entre os domínios nominal e verbal no que diz respeito às propriedades da divisibilidade e da cumulatividade está na origem de várias hipóteses de explicação para os mecanismos de denotação que se podem observar no seu interior, nomeadamente as propostas mereológicas de Bach (1986) e de Krifka (1992; 1998). Em ambos os casos, os autores assumem que tanto o domínio nominal, o dos objectos, como o domínio verbal, o das

eventualidades, são constituídos por entidades contáveis e entidades massivas.

A extensão da distinção massivo/contável também ao domínio adjectival foi proposta por autores como Bunt (1985). Contudo, e tal como Kleiber (1994), consideramos que a oposição em apreço não se pode basear nas propriedades da divisibilidade e da cumulatividade, tal como se defende para os domínios nominal e verbal, na medida em que as propriedades relevantes não podem ser aplicadas estritamente aos adjectivos, mas às expressões formadas pelo adjectivo e pelo nome que este modifica. Por outro lado, apresentaremos, ao longo deste trabalho, apenas adjectivos em contexto predicativo, na medida em que, quando ocorrem em posição atributiva, em combinação com expressões nominais, é o núcleo nominal que determina, em última instância, a natureza contável ou massiva de toda a expressão, não tendo o adjectivo qualquer interferência (para uma argumentação mais aprofundada, consultar Kleiber, 1994). Como veremos mais adiante, a noção de “delimitação”, aplicável também aos domínios nominal e verbal, será crucial no que respeita à caracterização dos adjectivos enquanto entidades massivas ou contáveis.

## 2. A proposta de Rothstein (1999)

Em Rothstein (1999), é apresentada uma proposta alternativa em relação ao tratamento semântico dos domínios adjectival e verbal, à sua natureza e às propriedades que os caracterizam.

Para começar, o domínio adjectival, tal como o verbal, é concebido como um domínio que compreende um conjunto de eventualidades. Para além disso, a oposição massivo/contável está intimamente relacionada com a oposição predicado adjectival/predicado verbal. Assim, a autora postula a existência, na estrutura argumental dos verbos, de um argumento evento de tipo davidsoniano, cujo domínio é constituído por situações de natureza contável, sejam elas de tipo estativo ou eventivo. Desta forma, todas as eventualidades projectadas por predicados verbais pertenceriam ao domínio contável, quer se trate de estados, quer de eventos de qualquer tipo. Por seu lado, os adjectivos teriam, na sua estrutura argumental, um argumento de tipo estativo, cujo domínio seria o dos estados massivos. Desta forma, todas as eventualidades projectadas por predicados adjectivais seriam não contáveis.

À semelhança do que tem sido proposto para a oposição massivo/contável no domínio nominal, a autora apresenta quatro testes para a verificação da distinção massivo/contável no domínio das eventualidades.

O primeiro teste tem a ver com a possibilidade de contagem. Tal como os nomes contáveis (mas não os massivos) podem ocorrer com quantificadores numerais, também todos os predicados verbais, mesmo os estativos, admitem a combinação com adverbais de contagem, do género de “N vezes”. Por seu lado, os predicados adjectivais não podem ser modificados por adverbais deste tipo.

O segundo teste prende-se com a questão da localização temporal. Assim, as eventualidades de tipo verbal podem ser localizadas temporalmente, enquanto os estados de origem adjectival não se revelam capazes, por si só, de receber qualquer tipo de localização temporal.

O terceiro teste prende-se com a viabilização de estruturas envolvendo modificação adverbial através de expressões que quantificam sobre eventualidades, do género de “sempre/todas as vezes que”, enquanto o quarto teste se relaciona com a possibilidade de o quantificador universal “each” poder ocorrer em posição de flutuação, afectando o sujeito, com predicados verbais, mas não com predicados adjectivais.

Segundo Rothstein (1999), os primeiros dois testes mostram que o domínio verbal é contável, na medida em que as entidades que o constituem exibem uma propriedade que as individualiza: a possibilidade de localização temporal. O terceiro teste mostra que existem funções cujo domínio se restringe a entidades de natureza contável. Finalmente, o quarto teste mostra que apenas eventualidades contáveis podem ser explicitamente distribuídas por indivíduos.

Para além desta distinção entre eventualidades contáveis (verbais) e eventualidades não contáveis (adjectivais), a autora propõe ainda que o verbo “be”, quando acompanhado de um Sintagma Adjectival (SADJ), denota uma função do domínio das entidades massivas para o das situações contáveis, funcionando como uma forma de “empacotar” um estado massivo não atómico numa eventualidade contável de cariz atómico. “Be”, sendo um verbo, projecta, na sua estrutura argumental, um argumento evento. Contudo, e ao contrário dos restantes verbos, ele não expressa qualquer propriedade desse argumento e, quando combinado com um SADJ, é criado um verbo complexo em que “be” introduz o argumento evento e o adjectivo introduz a propriedade que caracteriza essa eventualidade. Dito de outra forma, o adjectivo denota uma propriedade; o complexo formado por “be” e o SADJ denota o conjunto de eventualidades temporalmente delimitadas que instanciam a propriedade de “be ADJ”, ou seja, “be + ADJ” liga um estado massivo a uma eventualidade localizada que veicula as propriedades que este estado denota.

### 3. Alguns problemas manifestados pela análise de Rothstein (1999)

Se atentarmos nos dados respeitantes ao PF, constataremos que muitos aspectos da proposta de Rothstein (1999; 2004) que acabámos de apresentar enfrentam problemas de difícil resolução e que, em certa medida, terão de ser reformulados ou mesmo abandonados.

Em primeiro lugar, não é difícil encontrar construções que, embora remetendo inequivocamente para o domínio verbal, não podem, de forma alguma, ser integradas no conjunto das entidades de natureza contável, contrariamente ao que Rothstein defende. Na verdade, os estados de indivíduo não faseáveis (cf. Cunha, 2004) apresentam um comportamento que, de



acordo com os testes que a própria autora propõe, os integra, sem margem para dúvidas, no domínio massivo. Assim, é perfeitamente possível observar configurações integrando formas verbais que (i) não podem ser modificadas por adverbiais de contagem, como “N vezes” (cf. (2)-(3)); (ii) não se combinam com expressões que, de alguma forma, estabeleçam qualquer tipo de localização temporal (cf. (4)-(5)) e (iii) não podem comparecer no escopo de expressões que quantificam sobre eventualidades, do género de “sempre que” (cf. (6)-(7)).<sup>3</sup>

- (2) \* A Maria foi alta três vezes.
- (3) \* A minha mesa foi redonda três vezes.
- (4) \* A Maria foi alta na semana passada.
- (5) \* A minha mesa foi redonda ontem.
- (6) \* Sempre que a Maria é alta, joga basquetebol.
- (7) \* Sempre que a minha mesa é redonda, eu levo-a para a varanda.

Mesmo as situações que integram a classe aspectual dos processos parecem necessitar de um qualquer “enquadramento” em termos temporais ou espaciais para se poderem combinar, sem problemas, com adverbiais de contagem, o que, em última instância, nos faz supor que este tipo de eventos manifesta, ainda que apenas parcialmente, algumas das propriedades que caracterizam o domínio massivo (compare-se a anomalia semântica em (8) e (10) com a perfeita aceitabilidade de (9) e (11)).

- (8) A Rita nadou três vezes.
- (9) A Rita nadou três vezes na semana passada.
- (10) ? O Jorge dormiu três vezes.
- (11) O Jorge dormiu três vezes no Hotel Ibis.

Os exemplos que apresentámos até ao momento parecem comprovar que é perfeitamente possível encontrar, no conjunto das configurações construídas a partir de núcleos verbais, não só situações de cariz contável mas também eventualidades de natureza massiva. Uma tal observação põe claramente em causa a proposta de Rothstein, segundo a qual toda e qualquer predicação envolvendo uma forma verbal deveria pertencer ao domínio contável. Como tivemos oportunidade de constatar, pelo menos os estados de indivíduo não fascíveis comportam-se inequivocamente como entidades massivas.

Um problema semelhante pode ser observado quando consideramos o caso dos adjectivos. Na verdade, Rothstein assume que todos os Sintagmas Adjectivais (SADJ's) pertencem ao domínio massivo. No entanto, como procuraremos demonstrar em seguida, uma tal tomada de posição é demasia-

<sup>3</sup> Dado que não pode ser directamente aplicado ao Português Europeu, ignoraremos aqui o quarto teste proposto por Rothstein, a saber, o que se refere à compatibilidade com quantificadores distributivos flutuantes do género de “cach” (cada).

do forte, na medida em que a distinção massivo/contável também parece estender-se à classe dos adjectivos.

Considerem-se os seguintes exemplos, envolvendo SADJ's sem a presença de qualquer verbo copulativo na posição de complemento do verbo matriz *ver*:

(12) O João viu a Maria grávida duas vezes.

(13) A Rita viu o Pedro bêbedo duas vezes.

À primeira vista, frases como estas parecem ambíguas: numa das suas leituras, existe um único estado correspondente à gravidez da Maria ou à bebedeira do Pedro que é visto duas vezes pelo João e pela Rita, respectivamente. Ou seja, neste tipo de interpretação, o quantificador aplica-se somente ao evento representado na oração matriz, postulando-se a existência de duas situações de *ver* relativamente a um único e mesmo estativo. Porém, numa segunda interpretação, que nos parece, de resto, ser a mais natural, o quantificador aplica-se directamente à predicação veiculada pelo SADJ: neste caso, estarão obrigatoriamente em causa duas eventualidades diferentes em que a Maria se encontra grávida ou duas situações diferentes em que o Pedro se encontra bêbedo. Tendo em vista que nenhum verbo copulativo se acha representado neste tipo de estruturas, teremos forçosamente de reconhecer que são os adjectivos que, em última instância, vão ser os responsáveis pelo licenciamento das expressões de contagem e que, consequentemente, deverão ser considerados como denotando entidades contáveis de pleno direito.

O contraste entre a anomalia semântica revelada por uma frase como (14) e a plena aceitabilidade de uma configuração como (15) parece confirmar a nossa hipótese de que os SADJ's influenciam decisivamente a (im)possibilidade de contagem das predicações em que tomam parte:

(14) O professor pôs os alunos competentes na leitura (\* três vezes).

(15) O professor pôs os alunos nervosos (três vezes).<sup>4</sup>

Se, neste tipo de contextos, o adverbial de contagem apenas tivesse escopo sobre o constituinte de natureza verbal, tal como previsto por Rothstein (1999), um exemplo como (14) deveria ser perfeitamente aceitável, na medida em que daria conta da ocorrência de três eventos de *pôr* relacionados com um mesmo estado ("os alunos serem competentes na leitura"). Dado que os eventos veiculados pela forma verbal *pôr* são, por natureza, contáveis, nada explicaria a má formação desta frase, a não ser a possibilidade de associar directamente o adverbial de contagem à forma adjectival que, per-

<sup>4</sup> Sublinhe-se que, no presente trabalho, estamos a considerar apenas SADJ's em posição predicativa; não analisaremos aqui adjectivos com função atributiva. Para uma discussão da distinção massivo/contável no contexto de adjectivos em posição atributiva, veja-se Kleiber (1994).

tencendo ao domínio massivo, remete directamente para um estado de indivíduo não faseável. Em contrapartida, o carácter contável do adjectivo “nervoso” em (15) licenciaria, por seu lado, a presença do adverbial de contagem na frase em questão.

Assim, se, em estruturas como estas, assumirmos que os adverbiais de contagem se aplicam, de preferência, directamente aos SADJ’s e não às formas verbais da oração matriz, teremos uma explicação plausível para o contraste entre (14) e (15). No caso de frases como (15), os adjectivos pertencem ao domínio contável, admitindo, sem problemas, a presença dos quantificadores; já em estruturas como as representadas em (14), o adjectivo pertence ao domínio massivo e, nessa medida, não pode co-ocorrer com expressões de contagem, independentemente do verbo matriz que o selecciona.

A possibilidade de modificação por adverbiais de localização temporal que alguns Sintagmas Adjectivais parecem admitir sem problemas, tal como ilustrado em (16)-(17), constitui-se como mais um argumento em favor da hipótese de que também as formas adjectivais podem integrar estruturas de contagem:

(16) A vitória do FC Porto deixou os adeptos contentes no sábado e irritados na quarta.

(17) O canto dos pássaros pôs a Maria tranquila de manhã e cansada à tarde.

Embora seja particularmente difícil separar, em exemplos como estes, a componente verbal da adjectival, parece-nos plausível sustentar que, em circunstâncias adequadas, os modificadores temporais se aplicam, de facto, directamente às propriedades veiculadas pelos SADJ’s. Imagine-se, por exemplo, o seguinte cenário: o FC Porto ganhou um jogo no sábado contra o Nacional, marcando apenas um único golo. Os adeptos ficaram contentes devido à vitória. No entanto, na quarta-feira, um clube rival, o Braga, ganha o seu jogo contra o Guimarães por uma larga margem de golos, conseguindo assim alcançar a liderança do grupo de apuramento. A vitória do FC Porto é, agora, encarada como um mau resultado.

Neste contexto, embora nenhuma forma verbal capaz de introduzir directamente os SADJ’s, do género de *ser* ou de *estar*, se encontre representada, parece não haver dúvidas de que existem dois intervalos de tempo diferentes associados, cada um ao seu SADJ (no caso em apreço, o localizador temporal *no sábado* liga-se ao SADJ cujo núcleo é a forma *contentes*, ao passo que *na quarta* localiza o SADJ encabeçado por *irritados*).

Se estas observações estão correctas, então teremos mais um argumento em favor da ideia de que alguns adjectivos, mesmo na ausência de formas verbais, integram predicções de natureza contável.

Finalmente, Rothstein defende que a única função do verbo “be” (*ser/estar*) será a de realizar uma operação de “empacotamento” que serviria para converter SADJ’s de cariz massivo em predicados verbais de natureza contável. Uma tal estratégia de análise toma como ponto de partida o princípio de que “while an AP has its denotation in the non-atomic, mass

domain, be + AP has its denotation in the atomic, count domain.” (Rothstein, 1999: 373). A autora sublinha ainda que “be itself is not assigned to a particular lexical aspectual class, and that the result of applying be to an AP is not determined with respect to aspectual class” (idem: 403).<sup>5</sup>

Mais uma vez, este tipo de análise enfrenta problemas de grande relevância. Em primeiro lugar, se assumíssemos, tal como Rothstein, que a principal função dos verbos copulativos é a de proceder ao “empacotamento” de formas adjectivais massivas em predicções contáveis de natureza verbal, todas as estruturas envolvendo *ser/estar* + SAdj teriam de ser obrigatoriamente contáveis. No entanto, como tivemos oportunidade de constatar, não é isso que se observa quando atentamos nos dados: exemplos como os de (2)-(7) revelam claramente que *ser* pode participar, sem quaisquer dificuldades, em configurações não delimitadas de cariz massivo.

Em segundo lugar, a sistematicidade em termos de comportamento linguístico relacionada com a oposição entre *ser* e *estar* no PE coloca sérias reservas à hipótese de que estes verbos não veiculam qualquer tipo de informação de carácter aspectual. Na realidade, contrastes como os que podemos observar entre (18) e (19) ou entre (20) e (21) revelam que os factores de índole aspectual desempenham um papel fundamental neste género de construções.

- (18) A Maria é alegre.
- (19) A Maria está alegre.
- (20) O João é gordo.
- (21) O João está gordo.

O caso torna-se ainda mais complexo se tivermos em conta que se verificam importantes restrições no que toca à selecção de *ser* ou de *estar* com certos adjectivos. Com efeito, enquanto alguns SAdj's se combinam livremente com ambos os verbos (cf. (18)-(21)), outros existem que se restringem à co-ocorrência ou com *ser* ou com *estar* (cf. (22)-(25)):

- (22) \* A Maria é grávida.
- (23) A Maria está grávida.
- (24) A mesa é redonda.
- (25) \* A mesa está redonda.

Independentemente do tratamento que possa vir a ser adoptado para as diferenças ilustradas nos exemplos que acabámos de apresentar, é importante referir que, ao contrário do que Rothstein advoga, *ser* e *estar*, os correspon-

<sup>5</sup> Schmitt (2005) faz observações até certo ponto semelhantes a estas no que respeita ao tratamento do verbo *ser*, considerando-o como um mero “verbalizador”, i.e., a sua única função seria a de transformar estruturas linguísticas como os SAdj's em predicções cujo núcleo é uma forma verbal. Não nos será possível discutir aqui o trabalho desta autora, mas muitos dos nossos comentários às propostas de Rothstein podem facilmente ser-lhe aplicados.

dentes, no Português Europeu, ao verbo “to be” do Inglês, desempenham inegavelmente um papel bem mais complexo do que simplesmente o de “empacotar” adjectivos massivos em predicacões verbais contáveis.

#### 4. A distinção massivo/contável no domínio adjectival: alguns dados do PE

À luz da argumentação apresentada em 3., a hipótese que iremos desenvolver nesta secção será a de que também no domínio adjectival é relevante a distinção entre termos massivos e termos contáveis, pelo menos em contextos predicativos. Na verdade, verifica-se a existência de casos de adjectivos em posição predicativa que, independentemente de ocorrerem com *ser* ou com *estar*, manifestam um comportamento regular e sistemático quando combinados com adverbais de contagem. Desta forma, adjectivos “massivos” são sempre incompatíveis com adverbais de contagem, quer co-ocorram com *ser*, quer com *estar*, enquanto adjectivos “contáveis” são sempre compatíveis com adverbais de contagem nas mesmas condições.

Acrescente-se ainda que, como veremos mais à frente, há casos de adjectivos que aparentam ser termos não especificados no que diz respeito à distinção massivo/contável. Nestes casos, a ocorrência de *ser* ou de *estar* é relevante, visto que, em grande medida, vai determinar a (im)possibilidade de comparação dos adverbais de contagem.

Assumimos, com Mateus *et al.* (1989) e com Cunha (2004), que *ser* se constitui como suporte de predicados de indivíduo, ao passo que *estar* se associa a predicados de estádio; como veremos, no entanto, não se irá verificar uma correspondência directa entre esta distinção e a oposição massivo/contável no interior do domínio adjectival, pelo que se nos afigura justificável uma separação clara entre estes dois tipos de classificação.

##### 4.1. Adjectivos “contáveis”

Existem adjectivos que, tipicamente, podem ser considerados sempre como predicados contáveis, na medida em que se combinam com adverbais de contagem, independentemente do verbo copulativo com que comparecem. Vejam-se os seguintes exemplos:

- (26) a. O João foi feliz três vezes (ao longo da sua vida).  
b. O João esteve feliz três vezes (na semana passada).
- (27) a. A Maria foi gorda três vezes (durante a sua vida).  
b. A Maria esteve gorda três vezes (durante o ano passado).

Tanto em (26) como em (27), as predicacões com os adjectivos “feliz” e “gorda” podem combinar-se sem problemas com o adverbial de contagem “três vezes”, tanto nos casos em que comparece *ser* como nos casos em que surge *estar*, o que mostra que, à partida, a possibilidade de contagem não depende do verbo, mas do adjectivo.

A aplicação do teste de compatibilidade com localizadores temporais reforça esta conclusão. Na realidade, tanto na construção com *ser* como na construção com *estar*, em (28) e (29), respectivamente, os advérbios temporais aparecem sem problemas, fornecendo uma dada localização para as situações descritas.

- (28) a. O João foi feliz em 1984.  
b. O João esteve feliz na semana passada.  
(29) a. A Maria foi gorda (apenas) em 1984.  
b. A Maria esteve gorda (apenas) no Verão.

#### 4.2. Adjectivos “massivos”

Ao contrário do que observámos nos exemplos anteriores, alguns adjectivos nunca se combinam com advérbios de contagem, independentemente do verbo copulativo com que ocorrem. Vejam-se os exemplos em (30) e (31).

- (30) a. \* A Maria foi velha três vezes (cf. *A Maria é velha*).  
b. \* A Maria esteve velha três vezes (cf. *A Maria está velha*).  
(31) a. \* O chocolate foi delicioso três vezes (cf. *O chocolate é delicioso*).  
b. \* O chocolate esteve delicioso três vezes (cf. *O chocolate está delicioso*).

Em ambos os casos, a impossibilidade da ocorrência do advérbio “três vezes” indicia que “velho” e “delicioso” pertencem, não ao domínio dos termos contáveis, mas antes ao dos massivos, tanto quando ocorrem com *ser* como com *estar*.

Para além disso, estes adjectivos revelam também uma certa incompatibilidade quanto à combinação com advérbios de localização temporal, como se constata em (32) e (33), o que reforça a ideia de que “velho” e “delicioso” são, de facto, termos massivos.

- (32) a. \* A Maria foi velha em 1984.  
b. \* A Maria esteve velha no Verão passado.  
(33) a. \* O chocolate foi delicioso na semana passada.  
b. \* O chocolate esteve delicioso na semana passada.<sup>6</sup>

<sup>6</sup> Note-se que este exemplo se torna aceitável quando o nominal em posição de sujeito recebe uma interpretação que remete para a existência de múltiplas ocorrências espaço-temporalmente distintas do mesmo tipo, o que acaba por não ser relevante para a nossa discussão, na medida em que estamos a considerar a atribuição “directa” de propriedades a um dado indivíduo. Considere-se, por exemplo, o contexto de um bar que serve chocolate quente: as ocorrências de chocolate quente da semana anterior podem ter propriedades diferentes das ocorrências da semana seguinte, até porque se constituem necessariamente como indivíduos distintos entre si.

#### 4.3. Adjectivos não determinados quanto à distinção massivo/contável

Finalmente, pode ser identificado um terceiro grupo de adjectivos que não revelam, *a priori*, uma natureza marcadamente massiva ou contável, desempenhando a distinção entre *ser* e *estar* um papel preponderante quanto à atribuição do estatuto massivo ou contável ao todo da predicação. Considerem-se os exemplos (34) e (35):

- (34) a. \* O João foi doente três vezes (cf. *O João é doente*).  
 b. O João esteve doente três vezes.  
 (35) a. \* O sol foi vermelho três vezes (cf. *O sol é vermelho*).  
 b. O sol esteve vermelho três vezes.

Nestes casos, e ao contrário do que verificámos para os exemplos anteriores, os adjectivos “doente” e “vermelho” só ocorrem com adverbiais de contagem se o verbo copulativo for *estar*; na presença de *ser*, gera-se agramaticalidade.

A combinação com adverbiais de localização fornece o mesmo tipo de resultados. Assim, só com *estar* é possível a ocorrência de localizadores temporais, do género de “em 1984”, “na semana passada”, “no mês de Agosto” e “ao fim da tarde”, enquanto com *ser* este tipo de modificação não é de todo possível.

- (36) a. \* O João foi doente em 1984.  
 b. O João esteve doente na semana passada.  
 (37) a. \* O sol foi vermelho no mês de Agosto.  
 b. O sol esteve vermelho ao fim da tarde/no mês de Agosto.

A presente assimetria não se deve, obviamente, à informação veiculada pelo adjectivo, na medida em que este surge tanto em contextos em que admite contagem como em configurações em que ela não parece possível. Propomos, portanto, que o tipo de adjectivos em análise não deve ser especificado quanto ao traço massivo/contável.

Colocaremos a hipótese de que, em casos como estes, o comportamento observado se deve essencialmente à distinção entre *ser* e *estar*. Na verdade, *ser*, enquanto suporte de predicados de indivíduo, terá maiores dificuldades em comparecer em estruturas de contagem, ao passo que *estar*, sendo propiciador de predicados de estádio, se compatibilizará melhor com este tipo de estruturas. Ou seja, graças à informação veiculada pelos verbos copulativos, podemos dizer que, quando o adjectivo é “neutro” quanto à distinção massivo/contável, *ser* favorece a integração da predicação no domínio massivo, enquanto *estar* a integra no domínio contável. Sublinhe-se que a distinção massivo/contável que temos vindo a explorar não pode ser confundida com a oposição predicado de indivíduo/predicado de estádio. Na realidade, existem adjectivos que são apenas compatíveis com predicados de indivíduo, o que

se reflecte na selecção exclusiva do verbo *ser*, como ilustrado nos exemplos seguintes:

- (38) a. O João é católico.  
b. \* O João está católico.  
(39) a. Este papel é biodegradável.  
b. \* Este papel está biodegradável.

Por outro lado, existem adjectivos que são apenas compatíveis com predicados de estádio, sendo a selecção exclusiva do verbo *estar* um reflexo dessa característica, como se pode observar a seguir:

- (40) a. A Maria está grávida.  
b. \* A Maria é grávida.

Como vimos, pelos exemplos discutidos anteriormente, há, em PE, adjectivos que se comportam como termos massivos, outros que ostentam as propriedades dos termos contáveis e outros ainda que parecem não ser portadores de informação respeitante à distinção massivo/contável.

adjectivos	Combinação com "ser" + adverbial de conta- gem/localização temporal	Combinação com "estar" + adverbial de conta- gem/localização temporal
contáveis	Ser feliz três vezes/na semana passada	Estar feliz três vezes/na semana passada
massivos	* Ser velho três vezes/na semana passada	* Estar velho três vezes/na semana passada
indeterminados	* Ser doente três vezes/na semana passada	Estar doente três vezes/na semana passada

Quadro I – Classificação dos adjectivos quanto à distinção massivo/contável

## 5. Conclusões

Tendo em conta a análise que desenvolvemos com base nos dados do PE, parece-nos lícito concluir que, ao contrário do que é defendido em Rothstein (1999), a distinção massivo/contável é relevante, não só no domínio nominal, mas também nos domínios verbal e adjectival.

Afigura-se-nos ainda que o critério essencial para a diferenciação entre entidades massivas e contáveis – na medida em que parece aplicar-se a todos os domínios – é o da delimitação/não delimitação, que pode ser avaliado através da (im)possibilidade de contagem e de localização espacial e/ou temporal.

No caso específico do domínio adjectival, consideramos que deve ser feita uma divisão tripartida entre adjectivos massivos, adjectivos contáveis e adjectivos que não são especificados quanto a este parâmetro.



Finalmente, defendemos que, embora possam ter uma influência decisiva na determinação do carácter massivo ou contável da predicação, os verbos *ser* e *estar* estão longe de ser determinantes em termos absolutos. Na verdade, em muitos casos, a informação relevante veiculada pelos adjectivos sobrepõe-se à destes verbos que, no entanto, parecem manter a capacidade de veicular a distinção entre predicados de indivíduo e de predicados de estádio.

### Referências

- Bach, E. (1986). The Algebra of Events. *Linguistics and Philosophy* 9, pp. 5-16.
- Bunt, H. (1985). *Mass Terms and Model-Theoretic Semantics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Cunha, Luís Filipe (2004). *Semântica das Predicações Estativas: para uma Caracterização Aspectual dos Estados*. Dissertação de doutoramento. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Publicado (2007). Munique: Lincom GmbH.
- Kleiber, Georges (1994). L'opposition *Massif-Contable* et les adjectifs. In *Nominales. Essais de Sémantique Référentielle*. Paris: Armand Colin Éditeur, pp. 29-47.
- Krifka, Manfred (1992). Thematic Relations as Links between Nominal Reference and Temporal Constitution. In I. Sag & A. Szabolcsi (eds.) *Lexical Matters*. Stanford: Center for the Study of Language and Information, Leland Stanford Junior University, pp. 29-54.
- Krifka, Manfred (1998). The Origins of Telicity. In Susan Rothstein (ed.) *Events and Grammar*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, pp. 197-235.
- Link, G. (1983). The logical analysis of plurals and mass terms: a lattice-theoretical approach. In R. Bäuerle, C. Schwarze e A. von Stechow (eds.) *Meaning, use and interpretation of language*. Berlin: Walter de Gruyter, pp. 302-323.
- Mateus, Maria Helena M. et al. (1989). *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 2.<sup>a</sup> ed.
- Rothstein, Susan (1999). Fine-Grained Structure in the Eventuality Domain: the Semantics of Predicative Adjective Phrases and Be. *Natural Language Semantics* 7 (4), pp. 347-420.
- Rothstein, Susan (2004). *Structuring Events: a Study in the Semantics of Lexical Aspect*. Oxford: Blackwell Publishing Ltd.
- Schmitt, Cristina (2005). Semi-copulas. In Paula Kempchinsky & Roumyana Slabakova (eds.) *Aspectual Inquiries. Studies in Natural Language and Linguistic Theory*, Vol. 62. Dordrecht: Springer, pp. 121-146.

## EXPRESSÕES IDIOMÁTICAS: FRASES FIXAS INTRANSITIVAS DO PORTUGUÊS EUROPEU<sup>1</sup>

GRAÇA FERNANDES  
(Universidade do Algarve)

*ABSTRACT: the main goal of this study is the systematic collection, formal classification and linguistic description of the main syntactic properties of intransitive frozen sentences of European Portuguese. About 900 sentences of this type were collected from several lexicographic sources, both general and specialized dictionaries of idioms, as well as from corpora and from introspection. They were classified in three main formal classes (CPI, CPN and CPP). This research adopted the theoretical and methodological framework of Lexicon-Grammar, based on the har-rissian transformational operator-grammar. The main syntactic properties of these constructions were described and formalized into lexical-syntactic, binary matrices, in view of several applications, namely on natural language processing. For this, an experiment was conducted in order to apply the linguistic information encoded in the matrices to a large size corpus of journalistic text, by means of finite-state transducers, and was subsequently evaluated.*

*KEYWORDS: frozen sentences; idioms; European Portuguese; Syntax; Lexicon; Natural Language Processing/Computational Linguistics.*

### 1. Introdução

Este artigo apresenta de forma sucinta um estudo sobre frases fixas intransitivas do Português Europeu (Fernandes, 2007), mais precisamente as construções verbais fixas com um ou mais complementos preposicionais e sem complementos directos, tais como, por exemplo:

- (1) O Pedro deu à sola
- (2) A Maria não chega aos calcanhares da Ana
- (3) O Mário passou de cavalo para burro

O significado global destas frases pouco ou nada tem a ver com o significado individual dos seus elementos constitutivos nem com as propriedades sintáticas que estes verbos apresentam nas suas construções livres. Nelas o

---

<sup>1</sup> Uma primeira versão deste trabalho foi apresentada no II Fórum de Partilha Linguística (CLUNL, Julho de 2007).

verbo e os complementos são distribucionalmente fixos, ou seja, não admitem variação semanticamente previsível.

Assim, por exemplo: a expressão *ir para os anjinhos* ('morrer') apresenta-se obrigatoriamente com o complemento no diminutivo (\**O João foi para os anjos*); na construção *não chegar aos calcanhares de* ('ser incomparavelmente inferior a alguém em dado aspecto') não é possível substituir o nome parte-do-corpo por outro (\**A Maria não chega aos tornozelos / joelhos / canelas /... da Ana*); e, finalmente, na frase *passar de cavalo para burro* ('piorar de condição') não é possível permutar os dois complementos (\**O Pedro passou para burro de cavalo*) nem colocar qualquer desses nomes no plural (\**O Pedro passou de cavalos para burros*), nem sequer empregar o verbo numa construção transitiva (\**A Maria passou o Pedro de cavalo para burro*). Observa-se, por vezes, que o verbo de uma construção fixa pode apresentar diferenças estruturais relativamente ao número e tipo de complementos com que se constrói habitualmente em frases livres. Assim, por exemplo, o verbo *dar*, na sua construção de predicado de transferência (equivalente a 'oferecer') exige um complemento directo; contudo, na construção fixa, *dar à sola*, não é possível inserir nenhum grupo nominal nessa posição sintáctica: \**O Pedro deu (isso + essa coisa) à sola*. Noutros casos, o verbo apenas apresenta apenas restrições distribucionais, por vezes surpreendentes, mas mantém no geral a estrutura sintáctica da construção livre; assim acontece, por exemplo, no caso de *Neg chegar aos calcanhares de*, em que a combinação com o nome-parte-corpo é única, mas o complemento assemelha-se formalmente ao complemento locativo do verbo de movimento *chegar*: *A Maria não chega à prateleira de cima*. Como é evidente, todas estas restrições decorrem da combinatória particular que constitui cada uma destas frases fixas.

A classificação das construções fixas intransitivas foi feita na perspectiva da elaboração de um Léxico-Gramática da língua portuguesa, isto é, com o objectivo de alistar de forma sistemática e, tanto quanto possível, exhaustivamente este tipo de construções, descrevendo formal e explicitamente as suas principais propriedades sintácticas, com referência ao Português Europeu (Baptista, Correia & Fernandes, 2004, 2005, no prelo). Adopta-se o quadro teórico-metodológico do Léxico-Gramática, desenvolvido por M. Gross (1975, 1982, 1989, 1996) e baseado nos princípios da gramática transformacional de operadores de Z. S. Harris (1976, 1988, 1991).

### 1.1. Recenseamento e critérios de selecção

As frases fixas deste estudo foram obtidas a partir de várias fontes e posteriormente organizadas em classes, com base na sua estrutura formal. As frases fixas foram recolhidas essencialmente a partir de dicionários especializados em expressões idiomáticas (por exemplo, Santos, 1990), e dicionários de língua geral. Para complementar as frases já registadas, consultou-se ainda Vale (2001), do qual se seleccionou apenas as frases fixas comuns ao Português Europeu. Recorreu-se ainda a livros, jornais e revistas, a motores de busca, bem como à nossa competência de falante. Foi possível

constituir, com recurso a todas as fontes acima referidas, uma listagem inicial das frases verbais fixas intransitivas.

Devido ao extenso material recolhido, delimitou-se o conjunto das expressões a descrever, retendo apenas as expressões consideradas de uso corrente. Decidiu-se não integrar frases fixas com uma construção transitiva directa, por exemplo:

(4) O Zé bateu as botas

(5) O Pedro comeu gato por lebre

uma vez que as mesmas estão a ser objecto de um estudo autónomo (Correia, em prep.), as construções com sujeito fixo como se observa em:

(6) Ainda a procissão vai no adro

bem como as construções completivas:

(7) O Mário bradava aos quatro ventos que ali não havia golfinhos

Na próxima secção, apresentaremos sucintamente o quadro geral da classificação das frases fixas proposto por M. Gross (1982a, 1989) e os critérios de classificação das construções preposicionais com um ou dois complementos.

## 1.2. Classificação

A classificação das frases fixas foi feita com base no número e tipo de complementos que as constituem e segue de perto a proposta de M. Gross (1982, 1989) para as construções fixas do Francês. Na sua maioria, as construções aqui estudadas apresentam apenas um complemento preposicional (classe CP1) cuja estrutura interna que pode ser formalizada por:

$N_0$  V Prep  $C_1$

(8) A Ana cantou de galo

e em que o complemento fixo pode ser constituído por um grupo nominal simples, ou, eventualmente, conter um complemento determinativo distribucionalmente livre (classe CPN):

$N_0$  V Prep (C de  $N$ )<sub>1</sub>

(9) O Mário foi na conversa da Ana

Um pequeno número de construções apresenta dois complementos preposicionais (classe CPP) em que,

a) apenas um dos complementos é fixo com o verbo:

$N_0$  V Prep  $C_1$  Prep  $N_2$

(10) O Mário chegou à fala com a Ana

b) ou ambos os complementos são fixos com o verbo:

$N_0$  V Prep  $C_1$  Prep  $C_2$

(11) A Maria deu com a língua nos dentes.

Dado o reduzido número de expressões com dois complementos que foi encontrado, decidiu-se não desdobrar esta classe formal, indicando-se a natureza fixa ou livre dos complementos nas propriedades da respectiva matriz.

Na tabela 1 apresenta-se a classificação adoptada para este estudo e resume-se o estado actual do recenseamento até ao momento.

Classe	Estrutura	Exemplo	Efectivos
CP1	N <sub>0</sub> V Prep C <sub>1</sub>	O Pedro bateu com a porta 'abandonar'	624 (69%)
CPN	N <sub>0</sub> V Prep (C de N) <sub>1</sub>	O Pedro foi aos comos do João 'bater em alguém'	90 (11%)
CPP	N <sub>0</sub> V Prep C <sub>1</sub> Prep C <sub>2</sub>	O Pedro foi de cavalo para burro 'ficar pior do que se estava de início'	199 (20%)
Total			913

Tabela 1  
Classificação das frases fixas intransitivas do Português Europeu

Nesta tabela, a primeira coluna apresenta o código convencional que indica a classe formal das frases fixas; na segunda coluna, representa-se a estrutura sintáctica destas frases fixas; na terceira coluna um exemplo ilustrativo; e, finalmente, o número actual de efectivos da classe.

Após a recolha e classificação das frases fixas, observou-se que as construções com um complemento preposicional representam cerca de 80% das frases registadas, 69% em CP1 e 11% em CPN. Os restantes 20% são construções com dois complementos das quais 60% apresentam ambos complementos fixos. Evidentemente, estes números são provisórios, na medida em que estas listagens estão permanentemente a ser actualizadas, mas permitem desde já ter uma ideia aproximada da importância relativa de cada uma destas estruturas.

## 2. Propriedades Sintácticas

De seguida, apresentam-se as principais propriedades sintácticas que foram sistematicamente estudadas para este tipo de construções. Trata-se essencialmente de propriedades distribucionais, estruturais e transformacionais.

### 2.1. Propriedades distribucionais

As propriedades distribucionais dizem respeito às restrições lexicais, sintácticas e semânticas quanto ao preenchimento lexical das posições livres das frases fixas. Estas restrições são definidas da mesma forma como habitualmente caracterizamos as posições argumentais das frases livres (M. Gross 1982a, b; 1989). Para descrever as propriedades distribucionais relativas aos GN livres, seguimos a metodologia proposta por M. Gross (1975).

O conceito de nome humano – *Nhum* – (M. Gross, 1975: 47) é essencialmente de natureza semântica, mas pode ser associado a propriedades formais. Definimos as restrições distribucionais sobre uma posição sintáctica como *Nhum* quando nela podemos inserir nomes próprios como Mário. Pelo contrário, os *N-hum* serão todas as posições sintácticas em que tal não sucede.

O sujeito de todas as frases fixas deste estudo é distribucionalmente livre e pode ser lexicalmente preenchido:

a) por um nome humano (notado *Nhum*<sub>0</sub>):

(12) O Mário faltou à palavra dada

(13) O Mário bateu com o nariz na porta

b) e por um nome não-humano (*N-hum*<sub>0</sub>):

(14) O projecto veio por água abaixo

(15) O barco deu em seco

É interessante verificar que a notação *Nhum* não permite distinguir entre posições sintácticas preenchidas por um nome estritamente humano e aquelas em que nela podem ocorrer extensões de nome humano como, por exemplo, o nome de instituições:

(12a) (O Mário + a empresa) faltou à palavra dada

(13a) (O Mário + ?\*a empresa) bateu com o nariz na porta

(16) (O Mário + ?/?\*a empresa) foi desta para melhor

na medida em que se trata de distinções distribucionalmente muito finas, não as levamos em consideração neste momento.

Portanto, existem frases que admitem tanto nomes humanos como nomes não humanos na posição de sujeito sem que o seu significado se modifique ou sem que a frase se torne agramatical, por exemplo:

(17) (O Mário + o projecto da Câmara + a Economia) vai de mal a pior

Embora admita uma grande variedade de nomes, esta frase não admite completivas (M. Gross, 1975), infinitivas e/ou infinitivas introduzidas por *o facto de*:

(17a) \* (Que isto aconteça + fazer isto + o facto de a Maria ter feito isso) vai de mal a pior

Num reduzido número de casos, a oposição humano/não-humano não parece pertinente para caracterizar as restrições distribucionais sobre uma dada posição argumental.

A natureza distribucional do sujeito pode determinar o significado da construção fixa e levar à necessidade de proceder a desdobramentos lexicais. Tal pode verificar-se no caso de *N<sub>0</sub> falar por si* que pode apresentar duas construções fixas:

(i) *Nhum*<sub>0</sub> falar por si ('falar por iniciativa própria sem ter de prestar contas a mando de ninguém')

(18) O Mário fala por si

(ii) *N-hum*<sub>0</sub> falar por si- ('é evidentemente bom')

(19) O currículo da Ana fala por si

Relativamente às posições livres pós-verbais, um grupo nominal livre também pode ser lexicalmente preenchido por um *Nhum* exclusivamente:

(20) A Ana dava à língua com (a Maria + a mãe + o colega)

(20a) \*A Ana dava à língua com (o telefone + a vida)

Com certas frases, os complementos livres que são preenchidos por nomes locativos – notados *Nloc* – (Guillet & Leclère, 1992: 8-11), isto é, trata-se de complementos locativos, na medida em que respondem adequadamente às interrogativas com (Prep) onde?:

(21) O Mário deu com os costados no chão

P: Onde deu o Zé com os costados?

R: No chão.

Há, pois, que considerar duas construções distintas, provavelmente em relação diacrónica uma com a outra: por um lado, o emprego (fixo) literal de dar com os costados em *Nloc* – ‘cair’, ‘bater com as costas em *Nloc*’; por outro lado, o emprego (igualmente fixo) mas autonomizado do primeiro, em que o segundo complemento apresenta nomes como prisão, hospital, etc. e que significa ‘ir parar a’.

Não obstante, é possível encontrar alguns destes complementos com um preenchimento lexical relativamente restrito (designando ‘instituições’ e/ou ‘locais’), de que resulta uma interpretação global disfórica não composicional:

(22) O Mário deu com os costados (no hospital + na prisão)

P: Onde deu o Mário com os costados?

R: (no hospital + na prisão)

sendo estas frases interpretadas globalmente como ‘O Mário está doente’ ou ‘O Mário está preso’, respectivamente.

Em conclusão, como se poderá facilmente observar por uma leitura cursiva das matrizes, nas classes de construções aqui estudadas predominam, do ponto de vista do preenchimento lexical das posições argumentais livres, os grupos nominais do tipo humano; os grupos nominais não humanos são raros; não se observam casos de nomes não restritos; em alguns casos (raros), observamos complementos locativos.

## 2.2. Propriedades estruturais

### 2.2.1. Construções intrinsecamente pronominais

Tal como acontece nas frases livres, observam-se frases fixas em que o verbo apresenta uma construção intrinsecamente pronominal. Trata-se de construções em que o pronome reflexo não pode ser elidido nem substituído por um grupo nominal da mesma natureza distribucional mas não correferente ao sujeito:

(23) O Mário fez-se ao piso à Clara.

(23a) \*O Mário fez (o Mário + o Pedro) ao piso à Clara

(23b) \*O Mário fez ao piso à Clara

Nos casos como o do exemplo acima apenas sucede que, além da presença do pronome reflexo, há ainda que levar em conta outro complemento fixo com o verbo. Este tipo de construção pode observar-se em todas as classes aqui estudadas:

- (24) O Pedro pôs-se na alheta  
 (25) O Mário riu-se na cara do Pedro  
 (26) O Pedro está-se nas tintas para a Maria

Em alguns casos, a construção intrinsecamente pronominal já se observa nas construções livres do verbo:

- (25) O Pedro riu-se na cara da Rita  
 cp. (27) O Pedro riu-se (da Rita + E)

na construção fixa (25) o nome parte-do-corpo *cara* é distribucionalmente fixo com o verbo. Este verbo na construção livre (27) não admite um complemento locativo deste tipo, o verbo *rir* é, aliás, um exemplo interessante de conservação da propriedade sintáctica na medida em que constitui um dos raros casos em que, a par da construção pronominal, admitem também a construção sem o pronome reflexo:

- (25)=(28) O Mário riu(-se) na cara do Pedro  
 (27)=(29) O Mário riu(-se) (?do Pedro + E)

O caso de *bater-se em duelo* também constitui uma situação interessante na medida em que, a par da construção pronominal:

- (30) O Pedro bateu-se em duelo com o Mário  
 encontramos a construção transitiva:

- (31) O Pedro bateu o Mário em duelo

Trata-se de duas construções distintas na medida em que a construção pronominal não admite a substituição do pronome reflexo por um grupo nominal:

- (30a) \*O Pedro bateu (o João + ao João) em duelo com o Mário  
 mas a construção transitiva não admite a pronominalização reflexa do complemento directo (pois este nunca pode ser correferente do sujeito):

- (31a) \*O Pedro bateu-se (= o Pedro) em duelo

As construções intrinsecamente pronominais, conquanto não constituam uma situação excepcional na sintaxe do verbo, levantam problemas de formalização interessantes na perspectiva do seu processamento automático.

Na medida em que o pronome reflexo não pode derivar da redução de um grupo nominal, ele não deve ser levado em conta na representação dos actantes do predicado. Por outro lado, nas condições sintácticas em que se dá a atracção do clítico para a posição pré-verbal (por exemplo, subordinadas, interrogativas parciais, presença de sujeitos indefinidos, certos advérbios quantificadores, etc.) é necessário levar em conta esta permuta do pronome reflexo aquando da identificação da expressão fixa.

### 2.2.2. Construções com negação obrigatória

Certas frases fixas podem ainda apresentar uma construção com negação obrigatória. Pode-se definir esta propriedade como consistindo no facto de uma frase só poder existir na negativa, geralmente expressa por um advérbio de negação (*não*), sem o qual a frase perde o seu valor idiomático ou, eventualmente, pode até tornar-se inaceitável:



- (32) O Mário não passa da cepa torta  
 (32a) \*O Mário passa da cepa torta

A negação não se expressa apenas com o advérbio *não*, verificando-se que, em muitos casos, podem ocorrer outros advérbios de negação, como por exemplo *jamais*, *nem*, *nunca*, entre outros:

(google, 27.01.06<sup>2</sup>): Um Ferrari jamais chega aos calcanhares de um Porsche em estradas normais. Existe um que o consegue acompanhar e mesmo supera-lo, caso esteja a chover <sic> ou a...

Ext 1438109 (des, 98a): Ficou a festinha dos adeptos benfiquistas, que podem nem perder pela demora.

Ext 467893 (pol, 95a): Talvez lhe valha a tradição parlamentar portuguesa no que toca a comissões de inquérito: nunca dão em nada e absolvem sempre o Governo.

A natureza sintático-semântica complexa da negação faz com que, por vezes, esta se possa exprimir de formas variadas o que tem consequências para a identificação automática deste tipo de expressões em textos.

As construções verbais intrinsecamente negativas podem, porém, ocorrer (superficialmente) na afirmativa quando acompanhadas de certos advérbios que ‘enfraquecem’ o carácter afirmativo da proposição, como é o caso de certas construções de mal, dificilmente, entre outros:

Ext 410172 (nd, 94b): [...] quando Cerveira Pereira, enfraquecido pelas febres, mal se tendo nas pernas, [...]

Ext1055194 (soc, 91b): [...] os próprios funcionários consideram que dificilmente chegam para as encomendas.

Em rigor, não se trata de construções negativas, na medida em que não envolvem advérbios de negação. Assimilamo-los, contudo, às construções intrinsecamente negativas, na medida em que estas frases se tornam inaceitáveis se não apresentarem qualquer forma de modalização:

Ext 26357 (des, 93b): Estou com gripe, febres altas e quase não me tenho nas pernas.

cp. \*Estou com gripe, febres altas e quase me tenho nas pernas

A expressão da negação pode também fazer-se a um nível mais elevado da estrutura sintáctica da frase, como sucede no exemplo seguinte, em que o valor negativo se encontra expresso por meio da conjunção subordinativa *sem*:

Ext 748104 (soc, 94a): Cinco soldados da Grã-Bretanha e de Hong Kong lá voltaram a ver a cara dos seus, sem terem ganhado para o susto.

<sup>2</sup> Todos os exemplos notados *google*, seguidos de data, foram retirados de [www.google.pt](http://www.google.pt) e os exemplos notados Ext foram retirados de [www.linguateca.pt](http://www.linguateca.pt), por esse motivo não foram atribuídos números a estes exemplos.

Outra forma de marcação da negação consiste no emprego de um sujeito 'negativo', como sucede no caso dos pronomes indefinidos *ninguém* ou *nenhum*:

Ext 28339 (des, 93b): Mas, neste particular, também ninguém chega aos calcanhares do ucraniano Sergey Bubka.

Neste caso, o valor restritivo negativo destes pronomes sobre a determinação do sujeito permite a expressão deste tipo de construções na afirmativa. Situação semelhante ocorre quando o sujeito é preenchido por pronomes com valor restritivo, como *único*:

Ext 117271 (pol, 93b): O único que fugiu à regra foi Jean-Claude Duvalier.

Além destas expressões, em que as restrições sobre a determinação do sujeito permitem que a construção se apresente na afirmativa, registamos ainda casos em que o sujeito aparece determinado por um advérbio quantificador com valor restritivo semelhante, como sucede em:

Ext 110476 (soc, 91a): Apenas a Sexta-Feira Santa e o Natal fogem à regra.

O advérbio *apenas*, com um valor determinativo, incide sobre o sujeito da frase, restringindo a sua referência. A frase só é interpretável em contraponto com outros *N* (o conjunto de nomes de <dias feriados>, neste caso) que "não fogem à regra".

Portanto, o significado destas expressões intrinsecamente negativas mas expressas na afirmativa não é composicional e só se deixa interpretar por referência à construção canónica, com a negação obrigatoriamente expressa.

Em síntese, a expressão da negação pode ou não fazer-se explicitamente. Quando está expressa (o que no corpus consultado constitui o caso mais geral), a negação é introduzida por diversos processos, entre os quais avulta o emprego dos advérbios de negação (sobretudo *não*), de pronomes indefinidos negativos (*ninguém*, *nenhum*) ou de determinantes com valor restritivo na posição de sujeito da construção (*apenas*, *único*); tanto o valor negativo, *stricto sensu*, como o valor restritivo sobre a determinação do sujeito podem ainda manifestar-se em operadores de nível superior (por exemplo, conjunções com valor negativo), o que confirma o carácter intrinsecamente negativo da construção idiomática. Um número residual de casos, em que estas expressões aparecem superficialmente na afirmativa, conquanto sejam mais difíceis de analisar, resultam da interacção entre o significado dos operadores de ordem superior e a construção idiomática que sob eles se encontra encaixada, o que tem como resultado, para a interpretação global da expressão, um valor negativo.

Para terminar, referimos ainda um caso especial, o da expressão (*Neg*) *dar em nada*, que tanto ocorre na negativa como na afirmativa sem que o seu significado global se altera:

Ext 35122 (eco, 93b): Tornaremos muito claro aos nossos parceiros que, ou o banco central europeu virá para Frankfurt, ou todo este negócio não dará em nada.

= Todo este negócio dará em nada.

Ext 70741 (soc, 94b): Mas há diferenças: enquanto a CGTP pensa que a concertação dará em nada, a UGT acredita que, se Cavaco Silva quiser, o negócio far-se-á

= A concertação não dará em nada

Nestes casos, a presença ou ausência do advérbio de negação não altera o significado global da expressão. Tal comprova a não composicionalidade do significado da frase fixa.

### 2.3. Propriedades transformacionais

As transformações são relações parafrásticas, de equivalência sintáctica e semântica entre frases (Harris, 1964, 1991), podendo, pois, ser também consideradas como operações formais que ‘deformam’ uma frase produzindo uma outra frase equivalente. De um modo geral, as frases fixas apresentam maiores restrições à aplicação de operações transformacionais do que as frases livres. Contudo, o facto de as transformações poderem ocorrer nas construções fixas demonstra que estas operam sobre estruturas sintácticas independentemente do significado dessas construções (M. Gross, 1989). Nas próximas secções, descrevem-se as principais propriedades transformacionais que se observam nas frases fixas em estudo.

#### 2.3.1. Pronominalização

A pronominalização (ou redução a pronome) é uma propriedade transformacional muito geral das frases livres e que ocorre igualmente em algumas frases fixas. É a operação que substitui um grupo nominal por um pronome adequado, como é o caso da frase:

(33) O Pedro foi à cara da Ana

(33a) O Pedro foi à cara dela

Nesse sentido, apenas os GN livres das frases fixas podem ser objecto de pronominalização, já que a não composicionalidade da combinação verbo-constante lexical implica que esta última não tenha valor referencial.

Os complementos determinativos livres de *C* podem, naturalmente, pronominalizar-se. Assim, por exemplo, nas frases com a estrutura:

$N_0$  V Prep  $C_1$  de  $N$

de que é exemplo a construção *puxar pela língua de N*:

(23) A Maria puxou pela língua do Paulo

verifica-se que é possível a redução do GN livre *do Paulo* a pronome oblíquo:

[Pron. Obl.] = A Maria puxou pela língua dele

Porém, com a expressão *ir ao pêlo de N*, que apresenta uma estrutura sintáctica semelhante:

(34) O Mário foi ao pêlo do Pedro

verifica-se que essa pronominalização já não pode ocorrer:

(34a) \*O Mário foi ao pêlo dele

Torna-se, pois, necessário descrever para cada construção o conjunto de pronominalizações que sobre elas podem operar ou, inversamente, que lhes estão interditas. A possibilidade da pronominalização de um GN depende de condições formais mas também de factores lexicais, nomeadamente dos elementos lexicais da construção em que este se encontra.

Neste estudo, consideraram-se as seguintes situações de redução a pronome:

- redução de complemento determinativo a pronome possessivo (*de N = Pos*);
- redução de GN a pronome oblíquo (*ObI*).

Os complementos dativos resultantes da reestruturação do GN são sempre pronominalizáveis (pela forma dativa dos pronomes pessoais), razão por que não trataremos deles aqui.

Na classe CP<sub>1</sub> não há complementos determinativos. A estrutura sintáctica e a fixidez dos seus complementos não permitem, pois, este tipo de transformação.

Trataremos em primeiro lugar da redução do complemento determinativo a pronome (*de N = Pos*). É na classe CPN que encontramos a maior parte das construções com complemento determinativo. A maioria das frases inseridas em CPN aceita a redução a possessivo:

(35) A Paula caiu nos braços do Pedro

o complemento determinativo *do Pedro* poderia ser reduzido a pronome possessivo *os seus*:

[Pron. Pos.] = A Paula caiu nos seus braços

No caso da redução a pronome oblíquo dos complementos determinativos livres (já ilustrado acima), verifica-se que apenas 15% das frases não admitem esta operação:

*Nhum<sub>0</sub>* puxar pela língua de *Nhum<sub>1</sub>*

(23) A Maria puxou pela língua da Carla

Relativamente ao preenchimento lexical dos complementos determinativos, na maior parte destas frases fixas ocorrem os nomes humanos.

Na classe CPN observámos alguns complementos em que tanto podem ocorrer nomes humanos como nomes não-humanos. Tal é o caso da construção:

*Nhum<sub>0</sub>* cair na armadilha de *N+/-hum<sub>1</sub>*

que encontramos atestada no *corpus*:

Ext 566247 (clt, 94a): P. – Para cair na armadilha do Borges?

Ext 305811 (nd, 98b): Na defesa e na política externa está o retrato de um governo que se deixou cair na armadilha da gestão corrente.

Ext 329760 (pol, 94a): Cabe-nos preparar a nossa participação nessa revisão do Tratado sem precipitações, e sem cair na armadilha dos debates estereotipados sobre o modelo institucional.

Naturalmente, a redução a pronome só ocorre quando o complemento se encontra preenchido por *Nhum*:

[Pron. Obl.]= Para cair na armadilha dele?

[Pron. Pos.]= Para cair na sua armadilha?

já que não é adequado estabelecer qualquer relação anafórica entre estes pronomes e *GN=N-hum* como os que observámos nos exemplos acima:

[Pron. Obl.]= ?\*Na defesa e na política externa está o retrato de um governo que se deixou cair na armadilha dela.

[Pron. Pos.]= ?\*Na defesa e na política externa está o retrato de um governo que se deixou cair na sua armadilha.

[Pron. Obl.]= ?\*Cabe-nos preparar a nossa participação nessa revisão do Tratado sem precipitações, e sem cair na armadilha deles.

[Pron. Pos.]= ?\*Cabe-nos preparar a nossa participação nessa revisão do Tratado sem precipitações, e sem cair na sua armadilha.

Para tal, a língua recorre a pronomes determinativos como o emprego dos demonstrativos:

[Pron. Dem.]= [...] cair (nessa + naquela + nesta) armadilha # os debates.

[Pron. Dem.]= [...] cair (nessa + naquela + nesta) armadilha # a gestão corrente

Apesar de as pronominalizações só afectarem cerca de 10% das frases fixas deste estudo – essencialmente na classe CPN – é de notar que a grande maioria destas estruturas sintácticas reúne as condições formais para a aplicação das pronominalizações.

Os diferentes tipos de pronominalização dos complementos livres das frases fixas foram sistematicamente investigados, verificando-se que esta propriedade depende em grande medida dos elementos lexicais que formam a combinatoria fixa destas expressões.

### 2.3.2. Reestruturação Dativa

Outra das transformações que pode operar nas frases fixas deste estudo é a Reestruturação Dativa [Rdat]. Considere-se, por exemplo, as frases:

(36) O João foi às trombas do Pedro

[Rdat]= O João foi às trombas ao Pedro

A Reestruturação Dativa – tal como lhe chama Leclère (1995) – é um tipo específico de reestruturação que divide um grupo nominal (as trombas do Pedro) em dois constituintes as trombas e ao Pedro, passando o complemento determinativo (do Pedro) a complemento dativo (ao Pedro), o qual passa então a estar sintacticamente ligado de forma mais directa ao verbo (ir). As frases com o complemento dativo resultante desta transformação são, em geral, mais naturais se este se encontrar pronominalizado:

(36a) O João foi-lhe às trombas

Ora, tal relação não se observa em:

(37) A Maria fala pela boca da Ana

(37a)\*A Maria fala pela boca à Ana

(37b)\*A Maria fala-lhe pela boca

Tal como noutras situações, podemos confirmar que apenas uma análise caso a caso permite delimitar adequadamente o domínio de aplicação desta operação formal.

### 2.3.3. Construções simétricas

Outra propriedade transformacional das frases fixas descritas neste trabalho é a Simetria. Trata-se de construções nas quais se observa que dois constituintes de idêntica natureza distribucional estabelecem com o verbo uma mesma relação semântica. Esta relação implica reciprocidade entre os dois constituintes, que se dizem simétricos, o que faz com que os grupos nominais, que ocupam essas posições estruturais, possam permutar entre si e que possam aparecer coordenados numa mesma posição sintáctica sem que, apesar disso, o significado global da frase se altere. Nas construções com grupos nominais simétricos coordenados, é também possível inserir, facultativamente, uma cópia pronominal (*entre si, um Prep o outro*):

(30a) O João bateu-se em duelo com o Pedro

é equivalente a:

(30a) = (36b) O Pedro bateu-se em duelo com o João

e ambas são equivalentes a:

= (30c) O Pedro e o João bateram-se em duelo

= (30d) O João e o Pedro bateram-se em duelo

Além disso nas construções com *GN* simétricos coordenados, é possível inserir, facultativamente, uma cópia pronominal (*entre si, um Prep o outro*):

(30c') = (30d') (O Pedro e o João + O João e o Pedro) bateram-se em duelo (E + entre si + um com o outro)

A escolha da cópia pronominal (*entre si* ou *um com o outro*) parece depender da construção em causa. Assim, por exemplo, na frase:

(38a) A Maria passou a vias de facto com a Ana

= (38b) A Ana passou a vias de facto com a Maria

= (38c) A Maria e a Ana passaram a vias de facto (\*entre si + uma com a outra)

= (38d) A Ana e a Maria passaram a vias de facto (\*entre si + uma com a outra)

observa-se que a cópia pronominal *entre si* não é aceitável ao contrário do que sucede na construção *bater-se em duelo*.

#### 2.3.4. Construções pseudo-conversas

As construções a que chamamos Pseudo-Conversas são estruturas que permitem a permuta de dois constituintes em torno do verbo e do complemento fixo, mantendo a frase o mesmo significado global e sem que se alterem os papéis temáticos desses argumentos, mas invertendo a orientação do processo. Trata-se pois de uma operação semelhante à Conversão, que se observa nas construções predicativas nominais com verbo-suporte, operação descrita por G. Gross (1989, 1996) para o Francês, e, para o Português, entre outros, por Baptista (1997a,b). No caso, porém, das frases fixas aqui estudadas não há nomes. As frases seguintes são ilustrativas desta operação:

- (39) O João deu no focinho do Pedro  
 (39a) = O João deu no focinho ao Pedro [Rdat]  
 (40) = O Pedro apanhou no focinho do João [Pseudo-Conv]

Adaptando a terminologia usada por G. Gross (1989), designámos a construção de tipo 'activo', exemplificada em primeiro lugar (a), por construção standard, e à construção de tipo 'passivo', exemplificada em (40), chamamos construção pseudo-conversa. Na constante, pode ocorrer um pequeno paradigma de nomes parte-do-corpo (*cabeça, cachola, cara, coirão, focinho, toutiço, trombas, coco*). Os verbos mais frequentes nestas construções são *dar* e *ir*, nas frases standard, de orientação activa; nas frases Pseudo-Conversas, de orientação passiva, observam-se os verbos *comer*, *apanhar* e *levar*. Note-se que tanto *dar* como os outros verbos *comer*, *apanhar* e *levar* são, nas construções nominais, verbos-suporte (Baptista, 1997a,b). Porém, nestas expressões não existem nomes predicativos, não sendo, pois, possível atribuir-lhes esse estatuto sintáctico, como se observa:

- (41) O João deu uma bofetada ao Pedro  
 (42) = O Pedro apanhou uma bofetada do João [Pseudo-C]

Contudo, nas frases (39)-(40) não se observa nenhum nome predicativo pelo que não é adequado considerar *dar* e *apanhar* como verbos-suporte. Também não nos parece adequado, porque demasiado *ad hoc*, derivar as construções do exemplo (39)-(40) da redução de um *Npred* na medida em que não é possível prever o conjunto de *Npred* que poderiam ocupar essa posição:

- (39) ?O João deu (uma bofetada + um murro) no focinho do João  
 (40) ?O Pedro apanhou (uma bofetada + um murro) no focinho do João

Ainda assim, o significado global destas frases exprime um acto violento (Baptista, 1997a,b; 2005a,b) e, nesse sentido, o conjunto de nomes que exprimem esse tipo de predicados (sem envolver instrumentos) é relativamente restrito. Por outro lado, note-se que o conjunto de nomes na posição *C* designa, genericamente nomes parte-do-corpo ou são nomes que, nesta construção, adquirem essa interpretação particular (cornos, *focinho*, *fuças*, *trombas*, etc.). Essa distribuição é igualmente a que se observa nas constru-

ções com nome predicativo de actos violentos. A análise destas expressões por redução de um nome predicativo poderia, pois, encontrar nestes argumentos alguma força.

Contudo, verifica-se que, para além destas expressões, encontramos frases do tipo standard sinónimas (ou quase) em que o verbo não é *dar* mas sim *ir*:

(43) O Pedro foi a (os cornos + o focinho + as fuças + as trombas) (de + a) o João

(Note-se a melhor aceitabilidade do complemento determinativo nestes casos). Ora, verbo *ir* não é nunca um suporte adequado dos nomes predicativos de actos violentos, o que impede de analisar estas últimas expressões por redução de um nome predicativo.

Dadas as diferentes preposições em jogo, as relações da Pseudo-Conversão não foram objecto de um tratamento transformacional, tendo sido classificadas separadamente nas matrizes.

### 3. Experiências sobre um *corpus*

Procedeu-se a algumas experiências de aplicação a um *corpus* das gramáticas formais elaboradas a partir dos dados linguísticos já formalizados. Seleccionaram-se 100 frases fixas, consideradas as mais correntes, da classe CP1 – e aplicaram-se as gramáticas a um (*sub*)*corpus* de texto jornalístico, de grandes dimensões – o CETEMPúblico (aproximadamente 180 milhões de palavras), recorrendo a técnicas de transdutores de estados finitos. Para o efeito, utilizou-se o software UNITEX (Paumier 2004) e os recursos lexicais do português com ele disponibilizados.

Utilizou-se como *corpus* um fragmento do CETEMPúblico contendo todos os extractos que apresentavam o verbo e o elemento nominal que com ele forma a expressão fixa, permitindo entre ambos uma janela de até 5 palavras. Deste modo, assegura-se que neste *corpus* estão presentes todas as instâncias das expressões idiomáticas seleccionadas, de forma a poder calcular a cobertura / *recall* das gramáticas.

A metodologia aqui seguida segue as propostas inicialmente formuladas por Senellart (1998) e implementadas por Silberstein (2001) no sistema INTEX, e posteriormente implementadas, com modificações, no sistema UNITEX, por Paumier (2004). Com este software, foi construído um grafo de referência (também chamado grafo-padrão, v. fig.1) que faz referência aos elementos lexicais e às propriedades léxico-sintácticas constantes das matrizes por meio de variáveis. Estas variáveis remetem para as colunas respectivas da matriz, onde tais elementos ou propriedades estão formalizados. A intersecção do grafo de referência com a informação presente nas matrizes permite produzir, automaticamente, um transdutor de estados finitos (*fst*). Este *fst* é então aplicado ao *corpus* em modo de fusão (*merge*), servindo, então, para identificar estas expressões em texto, acrescentando a cada instância





cas ocorrerem nos textos sem quaisquer inserções de elementos espúrios. A experiência revelou, porém, algumas limitações próprias deste tipo de representação (inserções, auxiliares, etc.) as quais deverão poder ser ultrapassadas por meio de ferramentas mais complexas, baseadas numa análise sintáctica prévia do texto.

#### 4. Conclusão e perspectivas

Para este estudo, reuniram-se um número considerável de expressões idiomáticas que foram formalmente classificadas e descritas. Julgamos que a sistematicidade e o cuidado posto na selecção deste léxico permite, desde já, considerar que se trata de uma base empírica satisfatória para um estudo mais aprofundado deste tipo de expressões em Português.

A proposta de classificação de M. Gross (1982, 1989) revelou-se adequada à análise das expressões em estudo. Procedeu-se à descrição sistemática das principais propriedades sintácticas (distribucionais, estruturais e transformacionais) encontradas nas frases, o que mostrou a pertinência da metodologia do Léxico-Gramática, na medida em que estas propriedades parecem depender da íntima relação entre o léxico e a sintaxe das expressões linguísticas.

As experiências de aplicação da informação do léxico-gramática codificada nas matrizes a um corpus de textos reais, de grandes dimensões, demonstraram que os métodos de estados finitos, baseados no reconhecimento de cadeias de palavras, permitem uma identificação bastante satisfatória revelando porém algumas limitações (decorrentes sobretudo da inserção de elementos, da presença de verbos auxiliares, etc.), as quais requerem uma análise sintáctica prévia do texto.

Futuramente, pretendemos aplicar a totalidade das gramáticas e os grafos de referência à totalidade do *corpus* do CETEMPúblico, bem como alargar o campo de trabalho ao estudo comparativo de várias línguas. Julgamos ainda ser possível utilizar os recursos já produzidos para verificar a adequação/utilidade de métodos estatísticos na identificação de expressões fixas.

#### Referências

- Baptista, Jorge 1997a. Sermão, tarefa e facada: Uma classificação das construções conversas dar-levar. In *Seminário de Linguística* 1. Faro: Universidade do Algarve – UCEH, pp. 5-37.
- Baptista, Jorge 1997b. Conversão nomes parte-do-corpo e reestruturação dativa. In Castro, Ivo. (ed.). *Actas XII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística* I. Lisboa: APL/Colibri, pp. 51-59.
- Baptista, Jorge 2005a. Instrument nouns and fusion. Predicative nouns designating violent actions. In Leclère, Christina *et al* (eds.). *Lexique, Syntaxe et Lexique-Grammaire. Papers in honour of Maurice Gross. Linguisticae Investigationes*

- nes Supple-menta* 24. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins Pub-Co, pp. 31-40.
- Baptista, Jorge 2005b. Construções Simétricas: complementos e argumentos. In Rio Torto *et al.* (org.). *Estudos de Homenagem ao Prof. Doutor Mário Vilela* 1. Porto: FLUP, pp. 353-367.
- Baptista, Jorge, Anabela Correia & Graça Fernandes 2004. Frozen Sentences of Portuguese: Formal Descriptions for NLP. *Workshop on Multiword Expressions: Integrating Processing, International Conference of the European Chapter of the Association for Computational Linguistics*. Barcelona (Spain). 26 de Julho de 2004, Barcelona, ACL, pp. 72-79.
- Baptista, Jorge, Anabela Correia & Graça Fernandes 2005. Léxico-gramática das frases fixas do português europeu. Breve presentación. *Cadernos de Fraseoloxía Galega* 7. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, pp. 41-53.
- Baptista, Jorge, Anabela Correia & Graça Fernandes (no prelo). Frozen Sentences of Portuguese: a preliminary survey. *Proceedings of the 1st Iberian Workshop on Contrastive Grammar*. Faro, Portugal, Novembro de 2005.
- Correia, Anabela (in prep). *Léxico-Gramática das Frases Fixas do Português Europeu – Construções Transitivas*. (Tese de Mestrado). Faro: Universidade do Algarve-FCHS.
- Fernandes, Graça 2007. *Léxico-Gramática das Frases Fixas do Português Europeu*. (Tese de Mestrado). Faro: Universidade do Algarve-FCHS.
- Fernandes, Graça & Jorge Baptista, 2007a. Reconhecimento automático de expressões idiomáticas em corpus – algumas experiências. *Proceedings of TIL'2007 – V Workshop em Tecnologia da Informação e da Linguagem Humana*. Rio de Janeiro, Brasil. Junho 2007.
- Fernandes, Graça & Jorge Baptista, 2007b. Frozen sentences on large corpus: an experiment. *26th International Colloquium on Compared Lexicon and Grammar*. Bonifacio (Corse du Sud). Outubro 2007, Paris: Univ. Marne-la-Vallée, pp. 49-56.
- Fernandes, Graça & Jorge Baptista (no prelo). Frozen Sentences with Obligatory Negation. in *Linguistic Challenges for Natural Language Processing*. *Cadernos de Fraseoloxía Galega*.
- Gross, Gaston 1989. *Les constructions converses du français*. Droz: Genève.
- Gross, Maurice 1975. *Méthodes en syntaxe*. Paris: Hermann.
- Gross, Maurice 1982. Une classification des phrases “figées” du français. *Revue Québécoise de Linguistique* 11 (2). Montréal: UQAM, pp. 151-185.
- Gross, Maurice 1982. Simple sentences. *Text Processing, Proceedings of Nobel Symposium* 51. Stockholm: Almqvist Wiksell, pp. 297-317.
- Gross, Maurice 1989. Les Expressions Figées, Une description des expressions françaises et ses conséquences théoriques. *RT* 8. PRC-IL. Paris: Université Paris 7 – LADL.
- Gross, Maurice 1996. Lexicon-Grammar. in Brown, K. & J. Miller (eds.). *Concise Encyclopaedia of Syntactic Theory*. Oxford: Pergamon Press, pp. 224-259.
- Guillet, Alain & Christian Leclère, 1992. *La structure des phrases simples en français 2: les constructions transitives locatives*. Genève: Droz.

- Harris, Zellig 1964. *The Elementary Transformations* (=Transformations and Discourse Analysis Papers 54.) Philadelphia: University of Pennsylvania.
- Harris, Zellig 1976. *Notes du cours de syntaxe* (trad. M. Gross). Paris: Le Seuil.
- Harris, Zellig 1981. *Papers on Syntax*. Dordrecht/ Boston/ London: D. Reidel Pub. Co.
- Harris, Zellig 1988. *Language and Information*. New York: Columbia University Press.
- Harris, Zellig 1991. *A Theory of Language and Information. A Mathematical Approach*. Oxford: Clarendon Press.
- Leclère, Christian 1995. Restructuration dative. *Language Research* 31-1. Language Research Institute. Seoul: Seoul National University.
- Paumier, Sebastian 2004. *UNITEX – Manuel d'utilisation*. Paris: Univ. Marne-la-Vallée.
- Paumier, Sebastian 2006. *UNITEX – Manuel d'utilisation*. <http://ladl.univ-mlv.fr/>
- Senellart, Jean 1998. Reconnaissance automatique des entrées du lexique-grammaire des phrases figées. In Lamiroy, Beatrice (ed.). *Le Lexique-Grammaire. Travaux de Linguistique* 37. Bruxelles: Duculot. pp. 109-125.
- Silberstein, Max 2001. *INTEX (Manuel)*. Paris: ASSTRIL/LADL.
- Vale, Oto 2001. *Expressões Cristalizadas do Português do Brasil: uma proposta de tipologia*. Tese de doutoramento. Araraquara: Universidade Estadual Paulista.
- Santos, António 1990. *Novos Dicionários de expressões idiomáticas*. Lisboa: Edições Sá da Costa.

Maria Zara Pinto Coelho\*

*Análise Social*, vol. XLIV (191), 2009, 361-377

## Jovens no discurso da imprensa portuguesa: um estudo exploratório

A investigação tem realçado o poder do discurso dos *media* na constituição da “juventude” como uma categoria homogénea e problemática. Este artigo apresenta os resultados de um estudo exploratório sobre este discurso, praticamente inexplorado no contexto nacional. Não tendo pretensões de representatividade nem de generalização, examina o conteúdo e o estilo dos textos sobre jovens publicados durante uma semana nos principais jornais e revistas de informação geral, tendo em conta algumas das suas condições de produção, a forma como estes manifestam e constituem um modo de controlo da acção discursiva dos jovens e propiciam a reprodução de conhecimento, atitudes e ideologias adultocéntricas.

**Palavras-chave:** *media*; discurso; jovens; representações; “ageísmo”.

### Young people in the Portuguese press discourse: an exploratory study

Previous research has shown how media discourse presents youth as a homogeneous and problematic category, but in Portugal media coverage of youth remains unexplored. This article is a summary of an exploratory study about this discourse, containing a detailed analysis of all reports about young people published during the period of a week in the major newspapers and news magazines. Within its limitations, it examines the contents and the style of news reports, having in mind some features of newspaper production, the way these discursive features reveal and constitute a form of controlling youth discursive action and propitiate the reproduction of ageistic knowledge, attitudes and ideologies.

**Key-words:** *media*; discourse; youth; representations; ageism.

## INTRODUÇÃO

Este artigo chama a atenção para o modo como os jovens são representados nos jornais e nas revistas de informação geral em Portugal, oferecendo pistas para uma análise do discurso produzido por estas instituições, e para o papel deste discurso no processo de reprodução discursiva de desigualdades entre jovens e adultos. As assimetrias de poder entre jovens e adultos,

\* CECS, Universidade do Minho, Departamento de Ciências da Comunicação, Campus de Gualtar, 4710 Braga, Portugal. e-mail: zara@ics.uminho.pt.

enquanto grupos sociais, resultam (e manifestam-se), entre outros aspectos, num acesso privilegiado à imprensa (activo, como protagonistas, e passivo, como meras referências), facto amplamente demonstrado em vários estudos. O controlo das possibilidades da acção discursiva dos jovens que esta desigualdade origina é muito importante, se levarmos em conta que estamos a falar de um dos discursos públicos mais influentes não só pela sua credibilidade, como pela sua vasta difusão. Este controlo deve ser entendido em termos cognitivos, já que a exclusão ou secundarização das vozes dos jovens implica que o conhecimento accionado neste discurso (e produzido pelo mesmo) seja necessariamente parcial e, como tem sido mostrado, muitas vezes selectivo e negativo, propiciando, portanto, a reprodução de atitudes e de ideologias que legitimam a dominação dos adultos sobre os jovens. Em especial, se os leitores (mulheres e homens) não tiverem acesso a outro tipo de informação que forneça modelos de relações entre jovens e adultos que os ajudem a problematizar a ideologia dominante.

Importa realçar que se trata de um estudo exploratório. Como tal, não pretende produzir conclusões generalizáveis sobre os tipos de discurso ou de representações dos jovens nos *media* nacionais. Também não nos limitamos a explorar o tipo de representações já identificadas na literatura relativa a outros contextos. Procurou-se documentar exaustivamente todos os tópicos abordados nos textos seleccionados, bem como todas as escolhas estilísticas relevantes, comparando as coberturas feitas pelos diversos tipos de revistas e jornais incluídos no *corpus*. A preocupação não foi saber se as representações são boas ou más, verdadeiras ou falsas, mas analisá-las segundo o trabalho cognitivo e político que realizam. Que tipo de conhecimento e de opiniões sociais expressam ou excluem? Que formas particulares de identidade e de “agência” (*agency*) privilegiam? Que efeitos poderão ter essas escolhas nas representações que os grupos de meia-idade fazem sobre os jovens? E que efeitos poderão ter nas representações que os jovens fazem de si mesmos enquanto grupo? Será que possibilitam uma *agência* juvenil crítica, socialmente responsável, empenhada e participativa por parte dos jovens? Ou será que, pelo contrário, apoiam a posição subordinada e marginal dos jovens e lhes retiram ainda mais poder na vida pública portuguesa? O estudo exploratório que fizemos não nos permite responder de forma cabal a estas perguntas, dado que apenas analisamos uma semana da cobertura jornalística de assuntos relacionados com jovens. Mas não é por isso que elas deixam de ser importantes, pois serviram para estruturar a análise dos textos e poderão ser úteis na definição de futuras investigações.

#### BACKGROUND

362 Ainda que a fase da vida rotulada como “adolescência” ou “juventude” seja estabelecida segundo critérios cronológicos e biológicos, ela deve ser

conceptualizada em primeiro lugar como uma construção discursiva (Androutsopoulos e Georgakopoulou, 2003; Besley, 2005), social (Pais, 1993) e cultural (Lesko, 2003; Wyn e White, 1997), que denota o que é ser jovem em relação ao que é interpretado como ser criança ou adulto, em contextos históricos e culturais particulares (Fornäs, 1995). Nestes processos, as forças em jogo estão longe de serem iguais. Partilhamos a ideia de que os grupos de meia-idade, nas sociedades ocidentais, pertencem a um grupo privilegiado e de que os grupos de indivíduos mais jovens e mais velhos são forçados a dependerem socialmente desse grupo (Bradly, 1995). Constituem um grupo privilegiado no sentido em que funcionam como a norma relativamente à qual os restantes grupos de idade são definidos como “outros”, um poder que pode ser explicado, entre outras coisas, pelo controlo e acesso privilegiado que têm ao discurso dos *media* e ao discurso público em geral. Sobre os grupos de jovens são poucas as fontes de informação alternativas disponíveis para os grupos de meia-idade: os pares, a casa, a escola e os *media* tradicionais continuam a ser as suas principais fontes de informação. Embora os leitores não adoptem passivamente a informação e opiniões implícitas ou explícitas dos *media* que usam, o seu quadro interpretativo e avaliativo para “assuntos relacionados com jovens” é desenvolvido, pelo menos parcialmente, em função dessa informação.

Investigações anteriores, ainda que relativas a outros países europeus (sobretudo anglo-saxónicos), mostram que os grupos de meia-idade e os adultos, em geral, têm um controlo quase total dos *media* impressos que lhes são dirigidos (Giroux, 1998; Thurlow, 2007). Evidenciam também que os jovens tendem a ser representados como criminosos e desviantes, por um lado, e como vítimas vulneráveis, por outro, e às vezes das duas formas em simultâneo (e. g., Griffin, 1993). Contudo, estes tipos de representações da juventude como um grupo causador de problemas, ou como estando “em risco”, não são os únicos. Outras representações já identificadas são as que constroem a juventude como particularmente dotada, enérgica, vigorosa e divertida (Hebdige, 1988), ou como sendo “a esperança para o futuro” (Wyn, 2005). Em todas estas representações, o referencial, ou perspectiva, é o mesmo: o dos adultos. Não estamos a sugerir que os jovens não têm nenhum tipo de acesso ao discurso dos *media* ou ao discurso público em geral. Como sabemos, a cultura popular nas sociedades ocidentais actuais é diversa e contraditória e integra outras formas de expressão juvenil alternativas ou marginais (na arte, nos desportos, nos *media* electrónicos, na música; Pais, 2001). Referimo-nos ao acesso dos jovens a tipos de discurso público que ajudam a modelar as políticas públicas e a promover o discurso cívico e a reflexão crítica, como é o caso do discurso da imprensa escrita *mainstream*, e aí, como mostram estudos anteriores, a norma continua a ser adultocêntrica. A marginalidade discursiva dos jovens, o facto de os quadros

discursivos prevalecentes serem construídos por adultos de meia-idade e assentarem na subjectividade adulta como norma, constitui apenas um dos aspectos das relações de poder envolvidas neste tipo de desigualdade social. Mas um aspecto essencial, já que a legitimidade é condição necessária para que o poder dos grupos de meia-idade possa funcionar. O discurso e a comunicação são vitais neste processo. Através deles são comunicadas as representações sociais, os motivos, as razões e os objectivos que justificam e permitem a manutenção do controlo exercido pelos grupos de meia-idade. Por outras palavras, o discurso dos *media* em foco neste estudo não é apenas um sintoma ou um sinal do problema do *ageísmo* (Bradly, 1995). Reproduz e ajuda a produzir as representações e acções *ageístas* dos e entre os grupos de meia-idade. No entanto, a desigualdade entre estes grupos envolve outras dimensões, para além da simbólica ou discursiva, e será para elas que olharei em seguida com base em informação produzida pela sociologia portuguesa (Ferreira, 2006; Pais, 2001; Pais *et al.*, 2005).

À semelhança de outros países europeus, o que é hoje tornar-se e ser adulto em Portugal tem lugar num terreno cada vez mais labiríntico, volátil, imprevisível e contraditório (Pais, 2001). As complexidades e incertezas que marcam os processos de transição juvenis na contemporaneidade são inseparáveis das mudanças vividas nas últimas três décadas em Portugal no mercado de trabalho, no Estado-providência, no sistema educativo e nas dinâmicas culturais e práticas sociais (Pais *et al.*, 2005). Um emprego “para toda a vida” é algo que a população jovem não pode considerar certo ou garantido, dada a crescente flexibilização e precariedade laboral (Figueiredo *et al.*, 1999; Ferreira, 2006). Os jovens são e têm sido os mais afectados pelo desemprego, pelo subemprego e pelo não-emprego (Pais, 2001). Há também que considerar o prolongamento da escolarização e, concomitantemente, o retardamento da inserção profissional (Figueiredo *et al.*, 1999) e a progressiva intensificação da dependência familiar (Pappámikail, 2004; Pais *et al.*, 2005).

A extensão das trajectórias escolares e o progressivo adiar da emancipação material dos jovens em relação à família têm sido acompanhados por uma reconfiguração dos sistemas culturais e normativos juvenis, nomeadamente pela relevância crescente de valores associados à experimentação, à diversão e à expressão, uma valorização que poderá facilitar estes processos, e de valores que paradoxalmente podem inibir e inibir-se por causa do atraso da emancipação, a saber, a autonomia, a independência, a realização pessoal e o desenvolvimento individual (Pais, 1999).

Todos estes factores têm contribuído para condicionar as trajectórias juvenis, ao mesmo tempo que as põem mais em jogo. O mesmo é dizer, parafraseando Machado Pais, que “as voltas e mais voltas” que a vida dá são expressas num “fazer-se à vida” e até num “fazer pela vida”, ou seja, em buscas autónomas de trajectórias através das quais os jovens procuram



adaptar-se às circunstâncias mutáveis. Neste “fazer-se à vida”, os caminhos são múltiplos e baralhados e não têm um rumo fixo ou predeterminado. Estão marcados pelo princípio da reversibilidade, por um recorrente movimento *yó-yó* no plano da vida familiar, escolar e profissional (Pais, 2001, p. 65). No entanto, o progressivo reforço da autonomização no desenhar dos percursos de vida juvenis colide com a prevalência de assimetrias e hierarquias sociais ao nível dos graus de acesso a recursos culturais, sociais e económicos e com a prevalência de dinâmicas sociais tradicionais, ainda que de forma menos intensa (Ferreira, 2006). A classe social de origem continua a influenciar os resultados escolares, quer em termos de duração do percurso, quer em termos do sucesso escolar (Cabral e Pais, 1998), e estas diferenças de capital escolar intervêm, ainda que de forma não linear, nos processos individualizados de construção biográfica. O mesmo se pode dizer das desigualdades de género. Não obstante a crescente feminização do sistema de ensino português, nomeadamente nos seus níveis mais elevados, as mulheres jovens estão mais sujeitas a cenários de desemprego e as jovens com certificados escolares mais baixos são as mais afectadas pelo trabalho precário de baixa qualidade. Inversamente, verifica-se um envolvimento crescente em lugares de chefia, de direcção e quadros e uma tendência de aproximação entre a taxa de actividade masculina e a feminina (Vieira, 2006). Outro dos factores estruturais importantes a considerar é o fraco sistema de apoio estatal, que, num quadro crescente de incerteza, aumenta o potencial gerador de dependência dos jovens em relação aos pais (Pappámikail, 2004). A pesquisa sociológica mostra que as relações entre as variáveis antes abordadas são bastante problemáticas e mostra também a natureza contraditória e movediça das estruturas materiais e simbólicas que pautam os percursos juvenis num cenário de globalização (Jeffrey e McDowell, 2004).

#### O ESTUDO

Tendo esta investigação sociológica como *background*, desenvolvemos um estudo exploratório para tentar perceber a representação dos jovens portugueses no discurso jornalístico. Incidiu sobre textos ( $n = 340$ ) publicados em jornais diários e em revistas semanais de informação geral nacionais no decorrer da semana de 17 a 24 de Outubro de 2006, nos seguintes periódicos: *Correio da Manhã (CM)*, *24 Horas*, *Diário de Notícias (DN)*, *Jornal de Notícias (JN)*, *Público*, *Tal & Qual*, *Expresso*, *Sol*, *Focus*, *Visão* e *Sábado*. Motivos de natureza prática estiveram na base da escolha de uma semana, e desta semana em particular: pareceu-nos ser a forma mais expedita e segura de conseguir reunir informação no quadro de um projecto desenvolvido em sala de aula com alunos da licenciatura de Comunicação

Social da Universidade do Minho, cujo início coincidiu com o arranque do ano lectivo. Estamos, obviamente, conscientes das limitações e dos eventuais desvios decorrentes destes constrangimentos e chamamos a atenção para o facto no decorrer da análise.

Num primeiro momento seleccionámos todos os textos em que apareciam as palavras “jovem” e “adolescente”, ou outras dos respectivos campos semânticos, palavras relacionadas com os diversos estatutos dos jovens (“filho”, “estudante”) e textos que abordavam assuntos relacionados com as vivências dos jovens, mesmo que não tivessem as palavras-chave escolhidas. Dado que os conteúdos de alguns textos não abordavam assuntos relacionados com jovens, procedemos a uma segunda selecção semântica, de que resultaram duas categorias: “textos com jovens” e “textos sobre jovens”. A primeira categoria engloba textos em que os jovens são actores (principais ou secundários) nos eventos narrados e a segunda reúne textos que abordam assuntos relacionados com a vida dos jovens.

Para analisar o *corpus* inspirámo-nos na análise crítica do discurso (Bloor e Bloor, 2007; Fairclough e Wodak, 1997; Weiss e Wodak, 2003). Centrámos a atenção no género editorial dos textos recolhidos, nos títulos, nas relações entre os títulos e o corpo da notícia, nos tópicos ou temas, nas relações entre tópicos e géneros editoriais e no posicionamento dos textos na primeira página dos jornais. A investigação anterior tem mostrado a importância destes traços discursivos tanto em termos jornalísticos (Richardson, 2007) como em termos mais psicológicos, relacionados com os processos de compreensão dos textos e da sua influência sobre as avaliações que os leitores fazem das histórias relatadas (van Dijk, 2005). Fizemos também uma análise mais detalhada de cada um dos textos. Analisámos o estilo, ou seja, o modo como se escreve sobre os jovens, nomeadamente ao nível das escolhas lexicais e das estruturas sintácticas. Quisemos avaliar a forma como são designados ou identificados, qual o ponto de vista adoptado, as acções, a posição e os papéis que lhes são atribuídos, bem como as implicações semânticas dessas escolhas (Fowler, 1991; van Leeuwen, 1997). Para além disso, pretendemos saber quem aparece como fonte, quem é citado (ou não) e de que forma — um traço que deu mais informação sobre a questão do acesso, passivo ou activo, dos jovens ao discurso (van Dijk, 2005). Examinámos também “o não dito”, o que é sugerido ou fica implícito, tanto no que respeita aos temas abordados como também ao nível dos textos em concreto, uma dimensão do discurso especialmente relevante na análise dos textos jornalísticos, dada a ideologia jornalística dominante, pautada pelos valores da objectividade, neutralidade e imparcialidade (Gans, 1980; van Dijk, 2005). Estas estruturas discursivas permitiram identificar os tipos de jovens incluídos no discurso, os tipos de acções e de papéis que lhes são conferidos e os domínios da vida pública ou privada a que são associados.

Contribuíram também para evidenciar as exclusões, um traço discursivo deveras relevante em termos cognitivos e sociais, pois o que não é realçado pelos *media* tende a ser excluído da agenda pública em geral. As estruturas discursivas antes referidas estão relacionadas directamente com as condições do processo de produção das notícias. Não são “inerentes” aos textos jornalísticos. Cada uma delas pressupõe escolha e decisão (Fairclough, 1995; Kress, 1990) e cada escolha pressupõe conhecimento, opiniões, atitudes e ideologias mais ou menos conscientes da parte dos jornalistas (van Dijk, 1988a e 1998b).

Analisámos exhaustivamente todos os tópicos abordados nos textos seleccionados, bem como todas as escolhas estilísticas relevantes, comparando as coberturas feitas pelos diversos tipos de revistas e jornais incluídos no *corpus*. No entanto, neste artigo apresentamos apenas uma selecção desses resultados e discutimos sumariamente alguns traços que nos pareceram mais relevantes, convocando para a discussão o conhecimento produzido pelos estudos dos *media* e pela sociologia.

#### TÓPICOS, FONTES, ACTORES E PAPÉIS

Durante a semana analisada, a frequência, o tamanho e o destaque da cobertura de acontecimentos ou situações em que os jovens são actores na narrativa (notícias com jovens) são reduzidos. O crime é o assunto dominante da cobertura jornalística feita pelo *Correio da Manhã*, seguido pelo *24 Horas*, *Jornal de Notícias*, *Público* e *Diário de Notícias*. Este é um tema a que não é dada qualquer importância nos semanários analisados, a não ser no *Tal & Qual*, e, relativamente às revistas de informação geral, apenas a *Focus* se interessa pelo assunto. Ainda que com importância relativa muito menor face ao destaque dado à criminalidade juvenil, acontecimentos ou situações ligados à vida de profissionais jovens, sobretudo na área do desporto e do entretenimento, são também objecto das notícias que contam com jovens como protagonistas. Para terminar, importa referir os outros tópicos que identificámos no conjunto de notícias classificadas como sendo “notícias com jovens”, embora a sua presença em termos quantitativos seja insignificante. Dizem respeito a acções desenvolvidas por jovens estudantes do ensino superior e por juventudes políticas. Apesar da insignificância da sua percentagem, importa notar que os acontecimentos ou acções em foco no domínio universitário ou são de natureza negativa (“Estudantes protestaram contra propinas e Bolonha”, *DN*, 20 de Outubro de 2006) ou tratam de excepções positivas (“Alunos do Minho ganham campanha”, *JN*, 18 de Outubro de 2006). Relativamente às juventudes políticas, o discurso assume um tom factual ou neutro (“Juventudes do PS e do PSD lançam pacto ‘geracional’”, *DN*, 17 de Outubro de 2006).

Os textos em que se fala sobre jovens, mas em que não lhes é atribuído o papel de actores no acontecimento narrado, têm uma frequência reduzida e neles os jovens merecem, na maior parte dos casos, apenas uma breve referência. O leque de temas incluídos abrange a área da educação, do emprego e desemprego, da saúde, das novas tecnologias, das políticas juvenis, das políticas sociais, da família, dos acidentes de trabalho e dos comportamentos ou valores juvenis. Apesar de incluir artigos de opinião e algumas reportagens, o género jornalístico mais escolhido por todos os jornais e revistas para abordar os temas antes referidos continua a ser a notícia. Ora o conhecimento produzido pela sociologia dos *media*, centrado na produção jornalística, mostra que o investimento (material, simbólico) posto na produção da notícia é menor quando comparado, por exemplo, com a reportagem, um dado que poderá evidenciar que a imprensa atribui pouca importância a assuntos sociais fundamentais na vida dos jovens portugueses.

#### CRIME E VIOLÊNCIA

O conhecimento científico sobre o processo de produção das notícias mostra claramente que o crime “faz notícia” na base dos mesmos critérios de noticiabilidade que são aplicados noutras áreas. Evidencia também que a cobertura do crime é vista e tratada, quase sempre, como rotina, resultando na atribuição de espaços pequenos e na produção de notícias breves, escritas de forma impessoal e abreviada (Hall *et al.*, 1978). Outro factor que explica a relevância noticiosa do crime é o facto de este ser uma violação da imagem consensual da sociedade, que envolve um acordo sobre o que é normal, louvável e aceitável, em que assentam as práticas jornalísticas (Cohen e Young, 1973). O crime, como diz Hall *et al.* (1978, p. 66), envolve o lado negativo desse consenso, já que a lei define o que uma sociedade julga serem os tipos ilegítimos de acção. Mas, a um nível mais profundo, o crime tem uma função positiva: representa uma oportunidade para reafirmar simbolicamente os valores de uma sociedade e os limites da sua tolerância. Este processo de demarcação de fronteiras alimenta imagens do tipo “nós” e “eles”, o qual está associado à estigmatização e à exclusão de diversos grupos sociais.

No que diz respeito à cobertura dos crimes cometidos por jovens na semana em estudo, a diferença entre os diários no tipo de crimes referidos não é dramática, sendo o pequeno furto de rua o crime mais representado, por vezes associado à violência corporal, seguido do crime de tráfico de drogas, sendo comum a todos a publicação de peças que cobrem casos de assassinio violento (de familiares, colegas ou namorados). No que diz respeito às fontes, verifica-se também uma convergência entre os vários periód-

dicos; as fontes usadas são predominantemente oficiais e, com muita frequência, as informações são dadas quando o processo de resolução do crime já foi iniciado. O mesmo acontece em peças mais longas, em que se dá a voz a representantes das autoridades. Tal significa que a perspectiva a partir da qual são narrados os acontecimentos é a das autoridades policiais ou judiciais. Assim, ainda que se trate de crimes cometidos por jovens, a ênfase não é posta nas suas acções nem na sua “agência”, mas antes nas acções policiais ou judiciais. Em termos linguísticos, isto é visível no tipo de vocábulos usados para descrever as acções e caracterizar os actores (e. g., “deteve”, “suspeitos”), no papel passivo atribuído aos jovens no relato das acções, ou na nominalização das mesmas (e.g. “tráfico”, “furtos”, “roubos”), e também no facto de os actores jovens nunca serem citados ou parafraseados. No entanto, nos relatos de crimes violentos cometidos por jovens, como é o caso do homicídio, verifica-se uma tendência contrária: a ênfase é colocada no crime cometido e na “agência” do ou da jovem, tanto no corpo da notícia como no título (e. g.: “Jovem que matou com ácido regressa a tribunal”; “Matou ex-companheira com golpes de arma branca”, *JN*, 23 de Outubro de 2006).

Poderíamos pensar que esta escolha é motivada pela natureza do crime, que representa o crime mais grave contra pessoas, e pelo facto de a violência ser fonte de “noticiabilidade”. Todavia, os dados mostram que nos poucos casos de notícias em que se aborda a violência contra jovens se verifica o contrário: a escolha de construções passivas e/ou de nominalizações para descrever os crimes cometidos (e. g.: “Julgado por matar jovem”, *JN*, 23 de Outubro de 2006; “Homem condenado em Arouca a dez anos e meio de cadeia por maus tratos à mulher e aos filhos”, *Público*, 24 de Outubro de 2006).

A principal diferença entre os jornais analisados parece estar relacionada com o tipo de títulos das notícias sobre crime, quando os há, claro, já que as notícias breves não incluem título e este foi o género jornalístico mais usado pelos diários na semana analisada. Assim, nos jornais que prestam mais atenção ao crime, a saber, o *CM*, o *24 Horas* e o *JN*, são também mais frequentes as menções explícitas a quem cometeu o crime, associadas a referências ao tipo de instrumento utilizado (“facas”, “armas”) e ao local da ocorrência (“metro”, “rua”, “gasolineiras”). Notem-se, contudo, algumas diferenças formais entre estes jornais. O *CM* e o *24 Horas* optam pela concessão de espaços maiores e por grandes manchas de imagem, enquanto o *JN* prefere as notícias breves.

Desta breve síntese sobre a cobertura do crime cometido por jovens ressalta a tendência dos diários para mitigar a “agência” destes actores sociais, para os retratar mais como alvos ou objectos passivos das autoridades judiciais, do que como agentes de acções. No entanto, estas escolhas

não implicam uma mitigação da culpa nem da negatividade das acções, já que todos os actos atribuídos aos jovens são de natureza negativa, o mesmo se podendo dizer em relação ao léxico escolhido para os caracterizar como passivamente envolvidos na narração da acção (e. g., “detidos”, “suspeitos”). Têm como efeito atribuir uma imagem de impotência aos jovens face às forças policiais e judiciais e, por contraste, fornecer uma imagem de eficácia às acções das autoridades. Esta imagem de impotência pode derivar e ao mesmo tempo contribuir para reforçar opiniões negativas estereotipadas que associam os jovens à falta de competências, em geral, ou à in experiência, uma vez que certos relatos relacionados com o pequeno crime sugerem a imagem de que os jovens são “presas fáceis”. Isto é visível, por exemplo, nas escolhas lexicais usadas para identificar os jovens ou para descrever a acção policial (“pequenos larápios”, “apanhados”, “foi apanhado”), ou na ridicularização de roubos mal sucedidos (“Idoso despacha assaltantes com artes marciais”, *Público*, 24 de Outubro de 2006).

Mais relevante para o accionamento de estereótipos e de preconceitos negativos contra jovens na leitura deste tipo de cobertura noticiosa é o facto de na descrição dos criminosos ser muito frequente a referência à aparência associada à idade (e. g., “um jovem de 21 anos”) ou ao papel (e. g., “jovens traficantes”, “jovens suspeitos”, “jovens detidos”). Na semana analisada, a referência a esse pormenor, a essa diferença física, não ocorre quando o crime é cometido por um adulto ou por indivíduo de meia-idade. Não encontramos nenhum título do tipo “indivíduo de meia-idade apanhado a traficar droga” nem nenhuma descrição das autoridades do género “jovem detido por agente de meia-idade”. O facto de se fazer referência à aparência jovem do criminoso, ainda que possa reproduzir o discurso das fontes de informação usadas pelos jornalistas, ou possa estar associada à rotina jornalística, à falta de espaço, à necessidade de brevidade ou a qualquer outro critério funcional ou editorial entre os muitos apontados nos estudos da produção jornalística, constitui uma forma de identificar o grupo ou grupos a que o criminoso está associado. Ou seja, não se está apenas a relatar o crime que alguém cometeu, ou a fazer referências aos intervenientes pelo papel que desempenham nas acções relatadas (“suspeitos”, “detidos”), mas está-se simultaneamente a classificar alguém em termos do que essa pessoa é de forma mais ou menos inevitável. Portanto, a escolha de expressões do tipo “jovens detidos” cria uma associação entre o papel desempenhado na história — e note-se a sua conotação negativa — e aquilo que se é de uma forma mais ou menos inevitável: jovem. Por detrás da atribuição de um papel constrói-se uma identidade, demarcam-se fronteiras, o que favorece o afastamento do leitor em relação aos jovens em causa. Dada a natureza negativa do papel e o facto de este tipo de relato não incluir, regra geral, qualquer tipo de enquadramento ou de explicação das razões que levaram ao crime, a refe-

rência à aparência jovem do criminoso pode sugerir a existência de uma relação elucidativa entre a pertença a um grupo e o crime cometido. Desta forma implícita, são veiculadas explicações do crime baseadas em opiniões negativas estereotipadas sobre jovens: “cometem crimes porque são jovens, e as pessoas nesta idade causam problemas”. Simultaneamente, a referência à aparência física do criminoso, que, em termos empíricos, pode parecer inocente, no contexto deste tipo de notícia projecta significados e valores sociais no referente, instigando associações a crenças estereotipadas negativas sobre características pessoais, sociais ou culturais relacionadas com os jovens, o que seguramente não ocorrerá noutros contextos em que a palavra “jovem” apareça associada a actos ou estados vistos como positivos. Dirlamos assim que esta estratégia referencial constitui uma forma de essencializar o criminoso — está a agir segundo a sua essência — e de essencializar as acções dos jovens — agem assim porque são jovens, isto é, problemáticos. Em qualquer dos casos, anula a escolha humana das acções em causa. Como não se identificam forças externas que possam explicar o crime, reforça-se, mais uma vez, a imagem de impotência dos jovens. Não face às autoridades, mas face à sua própria natureza: mais do que agir segundo a sua natureza ou cultura, são “agidos” por ela. No contexto de representações mais condescendentes sobre os jovens, em que estes surgem como um grupo em risco, ou seja, como vítimas fáceis, este tipo de representação poderá ter o efeito de atenuar ou de absolver a culpa dos jovens criminosos, já que não podem ser moralmente responsabilizados — embora aqui se levante o problema de o crime ser, por definição, uma acção intencional. Mas tem o efeito perverso de os tratar como inferiores aos adultos, desumanizando-os, para além de neutralizar eventuais conotações de resistência ou de provocação que este tipo de acto possa ter. No quadro de representações mais punitivas que representam os jovens como causadores de problemas, a associação deste grupo ao problema social do crime apenas, ou sobretudo, como consequência da idade poderá ter o efeito de reforçar a demonização dos jovens criminosos e de facilitar assim a sua exclusão social. Isto porque, ao subtrair-se o crime do seu contexto estrutural, se nega qualquer relação entre os crimes cometidos por jovens e os processos e estruturas políticas, económicas e culturais em que eles vivem.

#### VIDA PROFISSIONAL

O *Diário de Notícias* é o diário que se ocupa mais com este tipo de assuntos, e isso pode ser explicado pela publicação de um caderno dedicado à série televisiva *Morangos com Açúcar*, que evidencia uma clara estratégia de inclusão de jovens leitores no público deste diário. No entanto, em termos de diversidade dos tópicos tratados, o *DN* não se distingue dos restantes

jornais, diários ou semanários, e o mesmo acontece em relação às revistas de informação geral. No desporto, a atenção reparte-se entre os casos de sucesso e os acontecimentos rotineiros, sendo similar o tratamento dado às jovens estrelas, dividindo-se as notícias entre o sucesso profissional e a vida mundana das mesmas. Futebolistas, actores e actrizes nos *media*, em especial na televisão, constituem o tipo de profissionais a quem é dada maior importância, com referências pontuais, em especial nos semanários, a jovens artistas (música, cinema, teatro) e a jovens emigrantes. Trata-se de um tipo de cobertura que, em contraste com a cobertura da criminalidade juvenil, é positiva ou neutra, embora tenhamos encontrado uma referência a um caso de *doping* (“Campeão português repreendido”, *CM*, 18 de Outubro de 2006). A forma como são referidos estes actores constitui mais uma evidência desse tratamento preferencial. Ao contrário do que se verifica na descrição de jovens envolvidos em actividades ilícitas, os jovens profissionais tendem a ser referidos em termos da sua identidade única, sendo nomeados tipicamente de uma forma informal: através de nomes próprios e/ou referidos em termos da actividade que desenvolvem. O mesmo se pode dizer da forma como são representadas as suas acções, dada a ênfase posta na “agência” individual, nas lutas e vitórias e nas características pessoais positivas, nomeadamente no papel que desempenham nesse sucesso. A palavra “jovem” ou “jovens”, quando surge neste tipo de notícia, e nem sempre surge — é a partir do conhecimento cultural que o leitor faz essa inferência —, adquire significados distintos dos que são activados na leitura das notícias sobre o crime: está associada ao relato de acções ou acontecimentos positivos ou neutros, adjectiva nomes próprios (e. g., “jovem modelo Daniella Cicarelli”, *CM*, 18 de Outubro de 2006) ou nomes comuns (e. g., jovem actriz) e aparece também associada a adjectivos de natureza positiva (e. g., “jovem talento”). Este tipo de escolhas estilísticas personaliza e individualiza os jovens representados e avalia-os como dignos de admiração. Neste quadro, a voz de certos grupos de jovens tem direito a ser citada ou parafraseada, como seria de prever, pelo que sabemos acerca dos modos de tratamento habituais de figuras públicas no jornalismo da imprensa escrita (van Leeuwen, 1997). Tendo em conta o elevado valor que é atribuído à individualidade em muitas esferas da nossa sociedade, estes jovens tornam-se pontos de identificação para o leitor, em especial para os jovens leitores ou leitoras, e alimentam entre os mais velhos mitologias da juventude, relacionando-a com “a idade de ouro”.

#### VIDA SOCIAL

A educação é a área a que é dada mais atenção nesta semana, sendo 372 predominante no *Público*, nos semanários *Expresso* e *Sol*, e ocupa a segunda



posição na cobertura do *Jornal de Notícias* e do *Diário de Notícias*. Razões de ordem conjuntural podem explicar estas preferências, relacionadas com a publicação na semana analisada dos *rankings* das escolas secundárias e com a greve dos professores do ensino secundário. Apesar de este ser um assunto tipicamente juvenil e da importância da escola na modelação das transições juvenis, o certo é que os jovens estudantes figuram nestas notícias como meras referências, frequentemente apenas de forma implícita. Mais uma vez, os jornais privilegiam o ponto de vista oficial e institucional (e. g., governo, ministros, tribunais, universidades, comissões especializadas, associações profissionais, directores, professores, líderes de opinião) e excluem o dos alunos. Se nas notícias sobre o crime se compreende o privilégio dado às fontes oficiais, uma vez que o crime, como diz Stuart Hall *et al.* (1978, p. 699), está menos aberto do que outros assuntos públicos a definições competitivas e alternativas — desde já, porque os criminosos, em virtude de o serem, não são nem uma fonte “legitimada”, no sentido em que lhes foi retirado o direito de resposta até que “paguem a sua dívida à sociedade”, nem uma fonte organizada —, não se compreende nem se pode aceitar que se escrevam notícias sobre *rankings*, políticas educativas, greves dos professores, mas também sobre o ensino profissional, o abandono escolar, os acidentes nas escolas, os problemas com os exames de acesso à universidade, sem dar voz aos jovens estudantes. Esta exclusão pode ser mais ou menos radical, sendo radical nos casos em que não deixa sequer marcas na representação: excluem os alunos e as suas actividades. Quando entram na representação, são-lhes atribuídos papéis de natureza passiva, sendo na maior parte das vezes representados no papel de “assistidos” pelas instituições em causa: “Aumento de formação profissional para alunos”; “Jovens carenciados poderão ter bolsas para continuar a estudar”, *JN*, 24 de Outubro de 2006; “É no pré-escolar que começamos a prepará-los”, *Público*, 21 de Outubro de 2006. Na melhor das hipóteses, são activados como “aqueles que sentem” quando o foco incide nos problemas: “Tribunal traz esperança aos alunos de química”; “Alunos ambiciosos e corpo docente estável são trunfos”; “Escola do interior luta contra a desmotivação”, *JN*, 21 de Outubro de 2006. Na pior das hipóteses, culpabilizados pela má prestação das escolas em termos de *ranking* (“Não querem estudar, basta-lhes ter 10”; “A escola secundária de Vilar Formoso está nos últimos lugares do *ranking*”, *Sol*, 21 de Outubro de 2006) ou condenados pelos seus comportamentos “fúteis”, desrespeitosos e “inconsequentes” e assim indirectamente culpabilizados pelo insucesso ou abandono escolar (“De calças de ganga descaídas, unhas pintadas e leitor Mp3 à mão, Patrícia Leitão, de 13 anos, e as suas amigas, entram pelo portão da Escola Secundária do Restelo com a pose e a roupa certa. As três parecem saídas de um *casting* dos *Morangos com Açúcar*. Mas, ao contrário das personagens da novela juvenil, os seus problemas não

se limitam aos amores e desamores semeados entre a biblioteca e a cantina. O início conturbado do ano lectivo tem-lhes roubado o espaço nas conversas sobre rapazes ou compras no *shopping*”, *Expresso*, 21 de Outubro de 2006; “O país que desiste. O que leva 40% dos jovens portugueses a sair da escola antes do tempo? Que perspectivas têm? Onde foram parar os seus sonhos? Carlos, Hélder, Raquel, João e dois Tiagos não viram futuro nas aulas. Estavam enganados. Esqueceram-se de que há um dia depois de amanhã”; “Como muitos adolescentes, João Janeiro, agora com 23, teve queda para opções sem sentido e preferiu a “zana” (boémia) às aulas — “não tinha motivação”. Dedicava-se então a uma banda de *rock* pesado com amigos de Portalegre, embebedando-se com eles. Os pais bem avisaram: “se não estudares, não vais ser ninguém”. Mas o rapaz estava noutra. Tinha três reprovações no currículo e “nenhum gosto” pelas lições desde os tempos de um colégio privado da diocese — “padreiros, meninos da mamã e... eu”, *Visão*, 19 de Outubro de 2006).

Este tipo de descrições e explicações estereotipadas do insucesso ou abandono escolar tem, no entanto, uma utilidade: a de excluir a hipótese de a escola estar enganada, de os adultos que a fazem e que sobre ela escrevem estarem a deixar fugir cada vez mais a realidade que pretendem modelar. Como diz Machado Pais (2001, p. 414), o que predomina nas escolas é uma cultura prescritiva — que se justifica pela massificação do ensino, sujeito cada vez mais a economias de escala — que pensa o futuro como algo já feito. Mas o futuro vai-se fazendo, de preferência de forma participada, envolvendo os jovens. Infelizmente, na escola, como nos jornais que a contam, as perspectivas tão diversificadas dos jovens de pouco valem.

Outro aspecto a salientar no tratamento jornalístico sobre jovens na escola, mas também sobre as áreas sociais antes apontadas, é a tendência para os tratar como dados estatísticos, transformando-os no objecto de cálculo económico racional: “Na área da educação Portugal tem apenas 35 mil jovens na via profissional”, *JN*, 22 de Outubro de 2006; “Listas com os resultados das 587 secundárias nas oito disciplinas com mais alunos”, *Público*, 21 de Outubro de 2006; “5 mil vagas para trinta mil candidatos”, *Expresso*, 21 de Outubro de 2006. Poder-se-ia pensar que razões de natureza conjuntural estão na base deste tratamento. Mas os dados relativos à semana analisada mostram o contrário: verifica-se a mesma tendência de agregação na área da saúde: “Estima-se que 400 mil jovens integrem, anualmente, a estatística dos mais pesados, na Europa”, *JN*, 19 de Outubro de 2006; do emprego: “120 desempregados apoiados”, *CM*, 23 de Outubro de 2006; dos valores: “Em Portugal em 2004 quase 70 por cento dos jovens até aos 24 anos consideravam-se europeus”, *Público*, 20 de Outubro de 2006. Quando a agregação é usada para realizar a modalidade de frequência, transforma os jovens em vítimas passivas, representação que num clima moral adequado pode levar

a pedidos de maior controlo ("De acordo com dados da Netpanel da Marktest, 8 mil portugueses, entre os 15 e os 24 anos, são viciados na Internet", *DN*, 19 de Outubro de 2006; "O perigo espreita em cada clique [...] a maior parte das crianças e jovens navega na Internet sem qualquer tipo de protecções e restrições", *Sol*, 21 de Outubro de 2006) ou a transformá-los numa ameaça para a saúde e ordem pública. Leiam-se estes extractos retirados de um artigo de opinião escrito a propósito de uma reportagem televisiva sobre o alcoolismo juvenil: "Os números divulgados impressionam e alarmam [...] evidenciou os esquemas dissimulatórios que miúdos imberbes fabricam com convívências várias, a predeterminação para a bebedeira como expediente de valorização interrelacional, a existência de sofisticados aliciamentos", *DN*, 22 de Outubro de 2006.

#### NOTAS FINAIS

A análise apresentada mostra que o acesso activo (como protagonistas) e passivo (como referências) dos jovens ao discurso jornalístico é limitado, tal como é limitado o seu acesso a outros recursos socialmente escassos. Estamos perante um discurso ancorado num referencial fortemente adultocêntrico. De uma forma genérica, poder-se-ia dizer que a representação dominante nesta semana é de natureza negativa, assente no estereótipo do jovem problemático e em que não se reconhece aos jovens o direito de se expressarem sobre problemas e situações que protagonizam. Mesmo em tópicos como a educação, a saúde, o emprego e, em geral, assuntos sociais, os jovens são tratados a propósito dos problemas que criam para as autoridades ou enquanto elementos geradores de problemas em que as autoridades podem ajudar. Iniciativas próprias, auto-organização, acção política, investigação, contributos positivos para a economia, a vida social, ou para a cultura, domínio em que os jovens mostram maior iniciativa e acção, não merecem grande destaque, embora estejam presentes. Como mostrámos antes, para serem retratados de forma positiva, os jovens têm de ter comportamentos profissionais excepcionais ou pertencer ao grupo das jovens estrelas mediáticas. Esta diferença no tratamento jornalístico aponta a necessidade de os estudos futuros sobre este tema explorarem o modo como a idade e a classe social interferem na representação que os *media* produzem sobre os jovens.

A ênfase na ideia de que os jovens têm ou causam problemas, de que são pouco autónomos, e a exclusão do que podem ser problemas *para* os jovens (e não problemas *dos* jovens) podem intensificar os processos de categorização negativa, acentuando as diferenciações simbólicas entre quem aparentemente subverte e quem se diz atingido, e não dão espaço para interrogações

sobre o modo como os sistemas educativo, de formação profissional e produtivo influenciam os diversos processos de transição dos jovens. Também não restituem a complexidade das situações sociais concretas nem possibilitam a escuta, a participação, suscitando mesmo incompreensão e possíveis efeitos de ricochete. Cabe então perguntar: serão mais perigosos os jovens ou a sua marginalização discursiva? Nenhuma cidadania pode ser reivindicada quando o acesso à participação e à autonomia é vedado (Pais, 2005). Ser jovem, no discurso jornalístico produzido no decorrer da semana analisada, é uma espécie de princípio causal que, ao invés de exigir explicação, parece fornecê-la. Nesta semana, este discurso não fomenta, diríamos mesmo que dificulta, uma cidadania activa por parte dos jovens.

O estudo exploratório realizado aponta para a possibilidade de a realidade nacional do discurso jornalístico sobre jovens não ser muito diferente da de outros países europeus, mas esta será uma questão a averiguar em futuros projectos de investigação.

#### BIBLIOGRAFIA

- ANDROUTSOPOULOS, J., e GEORGAKOPOULOU, A. (eds.) (2003), *Discourse Constructions of Youth Identities*, Amsterdão, John Benjamins.
- BESLEY, T. (2005), "The genealogy of discourses of youth". Disponível em [www.ioc.ac.uk/pesgb/x/Besley.pdf](http://www.ioc.ac.uk/pesgb/x/Besley.pdf).
- BLOOR, M., e BLOOR, T. (2007), *The Practice of Critical Discourse Analysis. An Introduction*. Nova Iorque, Hodder Arnold.
- BRADLY, H. (1995), *Fractured Identities Changing Patterns of Inequality*, Cambridge, Polity Press.
- CABRAL, M. V., e PAIS, M. (coord.) (1998), *Jovens Portugueses de Hoje*, Oeiras, Celta.
- COHEN, S., e YOUNG, J. (eds.) (1973), *The Manufacture of News: Social Problems, Deviance and the Mass Media*. Londres, Constable.
- FAIRCLOUGH, N. (1995), *Media Discourse*, Londres, Arnold.
- FAIRCLOUGH, N., e WODAK, R. (1997), "Critical discourse analysis: an overview". In T. A. van Dijk (ed.), *Discourse Studies: A Multidisciplinary Introduction*, Londres, Sage, vol. 2, pp. 147-168.
- FERREIRA, V. (coord.) (2006), *A Condição Juvenil Portuguesa na Viragem do Milénio. Um Retrato Longitudinal através de Fontes Estatísticas Oficiais: 1990-2005*, Lisboa, Instituto Português da Juventude.
- FIGUEIREDO, A. L., SILVA, C., e FERREIRA, V. (1999), *Jovens em Portugal. Análise Longitudinal de Fontes Estatísticas: 1960-1995*, Oeiras, Celta Editora.
- FORNAS, J. (1995), "Youth, culture and modernity". In J. Fornäs e G. Bolin (eds.), *Youth Culture in Late Modernity*, Londres, Sage, pp. 1-11.
- FOWLER, R. (1991), *Language in the News: Discourse and Ideology in the Press*, Londres, Routledge.
- GANS, H. (1980), *Deciding What's News*, Nova Iorque, Vintage Books.
- GIRoux, H. A. (1998), "Teen-age sexuality, body politics, and the pedagogy of display". In J. Epstein e S. Prosser (eds.), *Youth, Youth Culture, and Identity*, Malden, MA, Basil Blackwell, pp. 24-55.
- GRIFFIN, C. (1993), *Representations of Youth: The Study of Youth and Adolescence in Britain and America*, Cambridge, Polity Press.

Steffen Dix\*

*Análise Social*, vol. XLV (194), 2010, 5-27

## As esferas seculares e religiosas na sociedade portuguesa

O objectivo principal deste artigo consiste em redesenhar as fronteiras e as sobreposições entre as esferas seculares e as esferas religiosas dentro da modernidade portuguesa. Metodologicamente, pretendo uma aproximação histórico-sociológica, comparando sobretudo as reconfigurações do catolicismo português em quatro épocas marcadas por diferentes condições socioculturais. Assim, proponho uma releitura dos processos da secularização em Portugal.

**Palavras-chave:** secularização; religião; história; sociologia.

### The secular and religious spheres in Portuguese society

This article seeks to redesign the borders and the overlaps between the secular and religious spheres of Portuguese society. In methodological terms, I propose an historical-sociological approach, comparing especially the reconfigurations of Portuguese Catholicism under different socio-cultural conditions during the 19th and 20th centuries. On the basis of this analysis, I revisit the dual perspective of being either religious or secular, and try to recognize the simultaneous existence and the link between the religious and secular spheres in a modern European society.

**Keywords:** secularization; religion; history; sociology.

### AS AMBIVALÊNCIAS NA TESE DA SECULARIZAÇÃO

A questão sobre o papel e a importância da religião numa sociedade moderna é um assunto público e fez parte, desde sempre, dos debates das ciências sociais. Porém, nos últimos anos surgiram cada vez mais dificuldades em compreender as dinâmicas da religião enquanto fenómeno social. Estas dificuldades baseiam-se principalmente em algumas afirmações contraditórias acerca da religião. Por um lado, chegam-nos repetidamente notícias sobre um declínio contínuo da prática religiosa, sobre igrejas vazias e sobre um abandono crescente da fé e das verdades religiosas. Por outro lado, no espaço público podemos observar com alguma frequência fenómenos que

---

\* ICS, Universidade de Lisboa, Av. Professor Aníbal de Bettencourt, 9, 1600-189 Lisboa, Portugal. e-mail: [steffen.dix@ics.ul.pt](mailto:steffen.dix@ics.ul.pt).

não parecem estar em consonância com uma aparente queda da importância da religião. O sucesso dos dias mundiais da juventude católica, um cardeal português que desperta alguma irritação pública ao falar abertamente de um “monte de sarilhos” provocados pelo casamento entre pessoas de religiões diferentes, o apelo permanente para a importância de um diálogo inter-religioso, ou o actual conflito em alguns países europeus acerca da construção de mesquitas, são apenas alguns exemplos de como assuntos religiosos (ou anti-religiosos) continuam a estar omnipresentes na nossa vida quotidiana. É esta situação contraditória que dificulta uma explicação conveniente sobre a situação da religião em sociedades modernas europeias. Parece que a religião em sociedades modernas oscila incessantemente entre a ausência e a presença, ou seja entre a invisibilidade e a visibilidade.

Um dos obstáculos principais para compreender cientificamente o fenómeno religioso consiste sobretudo no uso da(s) tese(s) da secularização, que aparece actualmente quase como uma palavra-chave para explicar a situação religiosa nas sociedades europeias. Contudo, a concepção da secularização revelou-se nos últimos tempos cientificamente pouco satisfatória, em particular, por duas razões. Em primeiro lugar, não existe nenhum consenso teórico sobre a interpretação da secularização<sup>1</sup>, que é, muitas vezes, marcada por um certo traço paradoxal. Por um lado, não há dúvidas sobre a existência dos processos da secularização que transformaram as sociedades europeias, nas quais se verificou, nos últimos anos, uma queda evidente da prática religiosa e da influência política ou moral das instituições religiosas, ou geralmente uma autonomização da sociedade civil perante as instituições religiosas institucionalizadas. Por outro lado, existem vários indícios de que as mesmas instituições religiosas não estão dispostas a aceitar o papel marginal que lhes foi atribuído pelas teorias da secularização (Casanova, 1994, p. 5). Em segundo lugar, é possível observar em alguns estudos sociológicos a tendência para explicar realidades diferentes através de uma só ideia geral. Mesmo em espaços geográficos relativamente pequenos, como a Europa, não existe nenhuma situação religiosa homogénea que possa ser descrita através de um único modelo teórico. Particularidades nacionais, culturais e históricas impedem explicações que se baseiem simplesmente numa perspectiva global. Se as diversas condições (culturais, estruturais, institucionais) da modernização não permitem pensar em apenas *uma* modernidade, e considerando que não podemos falar apenas de *uma* forma de cristianização homogénea, temos de reconhecer que poderá haver também diversos tipos de secularização. Isto é, a situação religiosa na Europa não pode ser relatada partindo apenas de um modelo genérico da secularização (Greeley,

---

6 <sup>1</sup> Um excelente resumo geral sobre a história, as actuais dificuldades e o futuro do conceito da secularização encontra-se em Gorski e Altinordu (2008).

2003, p. 215)<sup>2</sup>. Estas dificuldades teóricas conduzem à necessidade de encontrar explicações para uma situação religiosa concreta que não se baseiem apenas numa narrativa geral da secularização. Por outras palavras, temos de concordar com Jürgen Habermas (2008, p. 36), que exigiu recentemente uma “nova maneira de ler a tese da secularização”, ou com Hans Joas (2007, p. 977), que procura um “cenário mais plausível” perante a secularização.

Como no resto da Europa, também em Portugal a religião parece ao mesmo tempo presente e ausente. Embora estudos quantitativos tenham verificado um óbvio declínio das práticas religiosas e do prestígio social da Igreja católica desde os anos 60, e sobretudo 70, quero sublinhar neste artigo a hipótese de que a realidade religiosa continua a ter — ao lado de uma realidade secular — um papel significativo na construção da contemporaneidade portuguesa. Assim, procuro identificar histórica e sociologicamente algumas das dinâmicas mais importantes da religião dentro da sociedade portuguesa. Para o reconhecimento das mesmas pretendo responder principalmente a duas perguntas complementares: como é que a religião institucionalizada actuou e actua dentro da sociedade portuguesa, ou quais são historicamente as suas técnicas de afirmação ou reconfiguração? E será possível encontrar em Portugal uma realidade religiosa ligada apenas indirectamente às instituições eclesiais? Contudo, a minha intenção principal não é uma resposta integral a estas perguntas, mas sim uma tentativa de *redesenhar em traços largos as fronteiras e as sobreposições entre as esferas seculares e as esferas religiosas*. Com este objectivo em mente, e tendo em conta que o censo de 2001 apenas indicou, quando comparado com alguns outros países europeus, uma percentagem relativamente reduzida de portugueses que se identificavam como membros de uma religião não católica (2,49%), vou limitar-me, na minha argumentação, a observar as formas tradicionalmente mais importantes em Portugal, tais como o catolicismo português e a religiosidade popular. Isso não significa, no entanto, que a problemática da diversificação ou pluralização religiosas — patente sobretudo nos centros urbanos do país — deva ser menosprezada. Pelo contrário, devíamos sublinhar que existe uma necessidade urgente de continuar com estudos sociológicos e antropológicos que se dedicam à proliferação das minorias religiosas e de novas formas de religiosidade individual em Portugal<sup>3</sup>. Em termos práticos, procuro com-

<sup>2</sup> Neste sentido, David Martin (2005) fala concretamente de uma *variety of secularization stories*. Em vez de defender uma única teoria geral da secularização, seria mais interessante percorrer caminhos diferentes, nos quais o religioso e o secular se podem cruzar. Ou seja, a variedade das histórias da secularização devia ter também em conta a hipótese de que a secularização não precisa de ser necessariamente exterior aos fenómenos religiosos.

<sup>3</sup> Em relação a uma perspectiva geral sobre os aspectos quantitativos e qualitativos, ou acerca dos efeitos socioculturais das pequenas alternativas religiosas num mercado dominado pelo catolicismo, compare, entre outros, os estudos de Steffen Dix (2009), Helena Vilaça (2006),

preender certas incoerências que se revelaram em alguns dos inquéritos quantitativos sobre questões religiosas. Estas discrepâncias consistem, por exemplo, na diferença entre uma taxa relativamente baixa das práticas religiosas (16,2%, nula; 41,2%, rara; 15,5%, irregular; 27,1%, regular) (Cabral, 2001, p. 24)<sup>4</sup> e uma taxa bastante alta daquelas que se reconhecem como pessoas religiosas (88,0%) e que acreditam em Deus (96,4%) (Halman, 2001, pp. 81 e 86).

Embora estes estudos quantitativos mostrem claramente tendências gerais, ou possam ser usados para uma comparação entre países diferentes, os mesmos continuam relativamente problemáticos no que diz respeito a afirmações genéricas sobre a significância ou a influência da religião na vida moderna. Tendo em consideração que a religião não é um fenómeno constante e imutável com um conteúdo fixo, certas declarações — por exemplo, sobre a frequência da missa — referem-se apenas às condições históricas e sociais de um sistema religioso específico durante um período concreto de tempo. Ou seja, o valor religioso e social da frequência da missa no início do século XXI não pode ser lido da mesma maneira que o valor de uma missa no fim do século XVIII. É especialmente esta incongruência histórico-fenomenológica que torna difícil a relação axiomática entre um declínio da prática religiosa e a secularização de uma sociedade. Em consequência, é necessário repensar a perspectiva dualista de se ser *ou* religioso *ou* secular, tentando reconhecer a existência simultânea e a ligação entre as esferas religiosas e secularizadas numa sociedade moderna. Por outras palavras, a religião não tem de ser procurada *além*, mas sim *dentro* da modernidade. Esta pressuposição será um ponto central da argumentação seguinte.

#### A MOLDURA METODOLÓGICA

Na tentativa de estabelecer uma visão mais clara da ligação e da sobreposição das esferas religiosas e secularizadas em Portugal, proponho, em termos de metodologia, um estudo que compara sociologicamente diferentes épocas históricas. Devido sobretudo à limitação do espaço para este estudo, começarei no século XIX, quando surgiram alguns dos primeiros textos pré-sociológicos sobre a situação religiosa em Portugal. Ou seja, para perceber o dinamismo do catolicismo português e a sua situação actual farei uma comparação sinóptica com três épocas anteriores que representam

---

Luís Aguiar Santos (2002). Um projecto extremamente inovador que investiga a pluralidade cristã nos imigrantes africanos e brasileiros em Portugal (“Atlântico cristão”) é coordenado neste momento no ICS-UL por Ramon Sarró.

<sup>4</sup> Devíamos acrescentar que estes números são de facto bastante relativos. Em comparação com o resto dos países europeus, Portugal continua a ter uma alta prática religiosa, superada apenas por outros países católicos, como a Polónia, a Irlanda ou Malta.



constelações divergentes entre religião e realidade sociocultural. A primeira abordagem histórica prende-se com o período do liberalismo. Segue-se o período da I República e, finalmente, o tempo do Estado Novo. A comparação destes três períodos históricos com a actualidade permitirá uma visão clara da dinâmica social da religião em diferentes contextos socioculturais. Tendo em conta que o catolicismo português se viu confrontado, especialmente nos últimos dois séculos, com enormes mudanças socioculturais, esta comparação histórica oferece uma excelente possibilidade de estudo, permitindo saber quais são as técnicas da afirmação e da reconfiguração de uma religião pública. Supondo que o catolicismo português continua a ser perfeitamente capaz de interagir com um mundo social em contínuas transformações, as suas competências ou técnicas de afirmação podem ser classificadas, por enquanto, através de quatro grupos principais: (a) intervenção em questões éticas ou sociais; (b) intervenção, correcção ou crítica de decisões políticas ou económicas; (c) manutenção das crenças e costumes tradicionais; (d) estabilização das identidades nacionais. Para além destas competências principais, podem também existir outras menores, tais como o controlo ou a regulação da pluralidade religiosa ou alguns serviços indirectos (Davie, 2007). Numa comparação sumária destas competências dentro da história religiosa de Portugal perceberemos se o actual declínio da influência moral e política da religião, ou seja a secularização, é um fenómeno irreversível e típico apenas da segunda metade do século XX.

A segunda parte constitui uma fenomenologia sintética do catolicismo oficial e da religiosidade popular. Por outras palavras, numa aproximação à situação religiosa em Portugal, temos de reconhecer que há uma certa religiosidade fora da regulamentação ou da estruturação da Igreja católica. E, existindo fora das instituições religiosas oficiais, esta forma de religiosidade esquia-se a quase todas as medições quantitativas. Sob a religiosidade popular entendo, por enquanto, uma certa virtuosidade religiosa que é (ao contrário da superstição ou da heresia) aceite, tolerada e de vez em quando apropriada pela Igreja católica. Apenas uma análise da relação entre catolicismo tradicional e religiosidade popular oferece uma imagem mais completa da situação religiosa em Portugal.

#### AS AFIRMAÇÕES E RECONFIGURAÇÕES HISTÓRICAS DO CATOLICISMO PORTUGUÊS (SÉCULOS XIX E XX)

Reconhecendo que o espaço geográfico de Portugal foi marcado, pelo menos até ao século XV, por uma certa pluralidade religiosa (Dix, 2008) e que a cristianização sistemática começou apenas a partir do fim da Idade Média ou da Contra-Reforma (Almeida, 1974, p. 19), podíamos afirmar que

a suposta “idade dourada” do catolicismo português corresponde, *grosso modo*, às décadas depois do início da expansão portuguesa até à era pombalina. A Igreja católica portuguesa controlou a prática religiosa especialmente a partir do Concílio de Trento (1545-1563) e durante o Antigo Regime, sendo detentora de um vasto poder económico, de uma autoridade ideológica e de “um papel importante na moldagem das mentalidades e na orientação dos comportamentos e atitudes” (Neto, 1993, p. 265). Neste caso, não existe a mínima dúvida de que a Igreja influenciou profundamente, pelo menos durante mais de trezentos anos, as questões éticas ou sociais e as decisões políticas ou económicas da sociedade portuguesa. Durante este período, a Igreja católica conservou as crenças e costumes tradicionais e estabilizou (ou criou) a identidade nacional. Todavia, a situação mudou drasticamente com a política antijesuíta do marquês de Pombal e sobretudo com a emergência do liberalismo. Nessa altura, a religião, bem como a prática religiosa, começou a ser visivelmente desvalorizada. A partir dos anos 20 do século XIX, muitos protagonistas liberais mostraram abertamente uma postura anticongregacionista<sup>5</sup> e na sociedade portuguesa surgiram sinais de uma secularização crescente. Apesar de tudo, a religião oficial da nação portuguesa foi declarada no artigo 17 da Constituição de 1822 como “*catholica apostolica romana*”. Porém, o catolicismo perdeu nos anos seguintes cada vez mais a sua vitalidade, embora ainda suplantasse as tendências laicas que se começavam a evidenciar na sociedade portuguesa<sup>6</sup>. Mesmo que não se possa falar de uma secularização sistemática conduzida pelos liberais, temos de reconhecer que este desenvolvimento anticlerical (mas não propriamente anticatólico) atingiu uma dinâmica própria e que, a acreditarmos em alguns testemunhos, Portugal revelava já, cinquenta anos mais tarde, o aspecto de um país bastante secularizado, pelo menos se olharmos para os sectores urbanos mais intelectualizados. Contudo, mesmo observando a sociedade em geral e as representações exteriores da religião na segunda metade do século XIX, o catolicismo institucional degenerou socialmente para uma convicção superficial supostamente incapaz de tocar interiormente uma grande parte da população. Acerca da religiosidade baseada nos dogmas eclesiásticos, o ensaísta Ramalho Ortigão escreveu por volta de 1870 o seguinte:

Nunca se foi menos religioso, no sentido dogmático desta palavra, do que hoje em dia. A descrença austera e consciente nuns, irreflectida, palavrosa

---

<sup>5</sup> Em relação aos alvos concretos e às diferentes fases da “secularização dos bens religiosos” durante o liberalismo, v. Neto (1993, pp. 265-283).

<sup>6</sup> À primeira vista, considera-se que uma igreja do Estado possui alguns privilégios. Contudo, no caso de Portugal, aconteceu o contrário, e a relação estreita funcionava mais como um controlo ou um jogo para a Igreja católica. A relação estreita com o Estado teve para a Igreja católica, nos anos seguintes, um efeito sufocador, como foi sublinhado em 1870 por Oliveira Martins (1948 [1870]).

e insolente noutros, invadiu por infiltração todas as camadas sociais, a ponto de ser provável que numa igreja, como na Semana Santa, inteiramente cheia de *fiéis* sinceramente *devotos*, se não encontre um só *crente* perfeitamente *convicto*. Para a multidão, o dogma, ou é uma coisa indiferente, ou uma coisa desconhecida, ou uma coisa refutada [Ortigão, 2007 (1870?), p. 781]<sup>7</sup>.

Na mesma altura, Oliveira Martins escrevia sobre a frágil vitalidade religiosa dentro da sociedade portuguesa, propondo já muito cedo uma separação rigorosa entre Estado e Igreja. A argumentação é extremamente interessante, tendo em conta que Oliveira Martins viu nesta separação uma via para aumentar a religiosidade geral dos portugueses. Devido a um regulamento sufocante do Estado, a Igreja não pôde desenvolver todas as suas capacidades. E, como o catolicismo era considerado a religião oficial do Estado, já ninguém estava disposto, ou considerava necessário, testemunhar convictamente o seu próprio credo católico. Ou seja, o “amigo oficial” da Igreja revelava-se o seu “pior inimigo”. Em consequência disso, o catolicismo em Portugal degenerou durante o século XIX para uma “conveniência social”, mantendo apenas simbolicamente a sua função como laço social:

A religião, entre nós, é uma conveniência social para os políticos; uma superstição elegante para as mulheres, um velho hábito banal para o povo, para o maior número. Um sentimento consciente, imperativo, fecundo, isso é que ela já não é para ninguém [...] Oficialmente, nas estatísticas, há 4 milhões de cristãos em Portugal. Realmente, nos corações, há 4 milhões de indiferentes [Martins, 1948 (1870), pp. 23-24]<sup>8</sup>.

E confiando nas observações da princesa italiana Maria Rattazzi, é possível verificar que mesmo o clero português tinha naquela altura um aspecto bastante “secular”, e um interesse relativamente reduzido em assuntos religiosos, simulando apenas as orações diárias:

Aqui, o clero simula que reza [...] O clero é uma relíquia, a sua religião uma forma convencional [...] O padre português não estabelece a menor

<sup>7</sup> Todavia, Ramalho Ortigão (2007 [1870?], pp. 781-783) sublinha, apenas algumas linhas depois destas frases, a sua simpatia pelas “tradicionais cerimónias do cristianismo latino”, que existe fora dos muros da Igreja e das doutrinas eclesiásticas. Este “cristianismo latino” é um cristianismo “popular e poético” que continua ainda com os seus claros vestígios da tradição pré-cristã.

<sup>8</sup> No caso de Oliveira Martins, devíamos acrescentar que se trata de um dos vários autores em que a análise social se cruza com uma certa preocupação acerca do valor social da religião. Quase antecipando a ideia central de Émile Durkheim, o historiador português indica que esta indiferença religiosa podia provocar uma ruptura de um laço social, que o mesmo considerou um dos mais importantes.

separação com os outros homens, nem nos hábitos externos, nem nos internos, não curando de parecer uma individualidade de essência superior [...] Passeia pelas ruas como um verdadeiro secular; frequenta os teatros e as sociedades, fuma, conversa e chega mesmo, não raro, especialmente se reside no campo, a organizar suave e discretamente uma família de que se constitui chefe [Rattazzi, 1881, pp. 18-19]<sup>9</sup>.

Embora esta descrição possa parecer talvez um pouco desproporcionada, é possível verificar que as transformações socioeconómicas da segunda metade do século XIX deram à sociedade portuguesa cada vez mais um aspecto secular. A partir de 1860 começou uma nova onda de expropriações de bens dos conventos, igrejas, misericórdias ou seminários. Justificavam-se estas expropriações com os efeitos positivos para o progresso geral da agricultura, a obtenção de maiores rendimentos e a melhoria do mercado financeiro. Em consequência destas medidas, o poder económico e a influência social da Igreja ficaram seriamente enfraquecidos (Neto, 1993, pp. 279-281). Todavia, parece que o liberalismo reconheceu no catolicismo ainda uma certa função ao nível da manutenção dos laços interiores da sociedade portuguesa. As expropriações foram pensadas para consolidar o orçamento nacional, e o anticlericalismo da altura dirigiu-se especialmente contra um catolicismo ligado às ideias tradicionalistas ou miguelistas<sup>10</sup>. De qualquer maneira, em termos de afirmação e reconfiguração, poder-se-á dizer que nos últimos anos do século XIX o catolicismo português foi enfraquecido numa grande parte das suas competências, pelo menos em termos de uma afirmação ideológica ou institucional. Não sabemos ainda até que ponto existia nesta época, na sociedade portuguesa, uma relação verdadeiramente íntima com o conteúdo do catolicismo, ou se este mais não era do que uma convenção social relativamente superficial. Certo é que a influência social ou política do catolicismo tendia para um nível historicamente muito baixo, conseguindo apenas uma lenta reorganização religiosa a partir da chamada “questão social” (Ferreira, 2002, pp. 44-50). Sumariamente, podíamos concluir que as tendências laicistas ou secularizadoras tiveram já um efeito bastante visível, sobretudo na população urbana, embora ainda incapazes de atingir a consciência colectiva, entre outras razões, por causa dos resquícios

<sup>9</sup> De uma forma interessante, segue-se a este parágrafo um outro em que a princesa italiana expõe uma religiosidade popular viva que se manifesta sobretudo na participação em festas públicas. Assim, a religião do português revela-se na sua predilecção pelos “actos externos do culto”, embora esta seja provocada principalmente por um certo tédio (Rattazzi, 1881, p. 72).

<sup>10</sup> Para informações mais detalhadas acerca da “estratégia descristianizadora nas vésperas da República” e da “laicização” da sociedade portuguesa entre 1865 e 1911, v. Fernando Catroga (1988).

de tradições arcaicas ou da religiosidade popular, descritas por Ramalho Ortigão ou Maria Rattazzi como realidades bastante vivas.

Apenas a partir do Concílio Vaticano I e dos debates seguintes sobre o ultramontanismo, o anticlericalismo em Portugal ganhou, com os republicanos (e nomeadamente com Afonso Costa), uma dimensão cada vez mais agressiva. Esta reacção culminaria entre 1910 e 1913 numa “excitação geral de ânimos” acerca da questão religiosa (Valente, 1974, pp. 204-213). Por outro lado, embora tenha surgido durante os últimos anos do século XIX um certo renascimento nos meios católicos, as instituições religiosas tiveram problemas visíveis para afirmar as suas competências, gastando todas as suas forças no combate para manter a própria sobrevivência<sup>11</sup>. Com base nestas condições, não é de estranhar que no início do século XX os portugueses que mantinham uma prática religiosa não excedessem o limiar dos 10%. Confiando nas declarações que o jornalista e católico militante Gomes dos Santos expôs no seu opúsculo *O Catolicismo em Portugal*, existiam em 1906, entre 5 milhões de portugueses, apenas 5000 católicos praticantes, ou seja: “Dos cinco milhões de católicos que se atribuem a Portugal, nem um décimo são católicos práticos” (Santos, 1906, pp. 24-25). A imagem do catolicismo e da sua influência na sociedade, tal como apresentada neste opúsculo, é catastrófica. A maior parte destes católicos praticantes era composta por mulheres que viviam, como era de esperar, no Norte do país. As pessoas que se confessavam não seriam mais do que 10 000 em todo o país. E, finalmente, foi constatado que mesmo nesta percentagem dos católicos praticantes quase não existia ninguém que soubesse com alguma clareza o que o catolicismo significava. Para além disso, há neste pequeno folheto uma comparação curiosa entre Lisboa e Paris, que conhecia nesta altura, de acordo com Gomes dos Santos, uma vitalidade religiosa bastante mais elevada. Enquanto aos domingos as igrejas lisboetas estavam quase vazias, nas casas de Deus da capital da Revolução Francesa não existia, mesmo nos dias úteis, quase nenhum lugar livre (Santos, 1906, pp. 24-25). E a conclusão deste texto não é menos dramática. O catolicismo português no início do século XX foi totalmente incapaz de estabelecer os fundamentos da sociedade ou de intervir na vida social. Mais do que isso, o catolicismo tinha de *reconquistar* a sociedade através de um desempenho mais activo, ou seja, por via da fundação de uma sistemática *acção católica* que pudesse interferir na vida nacional.

<sup>11</sup> Nesse sentido, em 1903 o núncio apostólico Aiuti declara o seguinte: “O clero encontra-se agora em condições melhores do que aquelas em que se encontrava 20 ou 25 anos atrás; digo um pouco melhores porque, entretanto, foram abertos os seminários em todas as dioceses, mas a sua organização e a formação literária, científica e eclesiástica dos seus alunos deixa muito a desejar e as tristes consequências disso são manifestamente a ignorância e o pouco bom comportamento de muitos eclesiásticos assim educados” (cit. in Clemente, 2002, p. 90).

Olhando sumariamente para as tendências do século XIX, podemos afirmar que Portugal viveu nesta altura uma certa secularização, sobretudo da população urbana, e que a Igreja católica se mostrou cada vez mais incapaz de perseguir a sua estratégia tradicional, marcada até então quase completamente por uma relação estreita com o Estado. Já nos primeiros anos do século XX se revelou, nomeadamente na sociedade urbana, uma insignificância crescente da Igreja católica em termos éticos, sociais ou políticos. A prática religiosa tendeu para um nível bastante baixo e o “ser católico” degenerou claramente, como já foi referido mais acima, para uma conveniência superficial.

Porém, a separação oficial entre Estado e Igreja em 1911, a que se seguiu uma agressiva política anti-religiosa por parte dos republicanos, foram os principais factores que provocaram um resultado inesperado, despertando na Igreja católica um espírito de combate e mais tarde uma onda de religiosidade popular. A política anti-religiosa implementou medidas rigorosas, tais como a proibição do ensino católico, a legalização do divórcio, a abolição dos feriados religiosos ou a proibição do juramento religioso em tribunal (Catroga, 2006, p. 365). Parece que o influente republicano Afonso Costa terá dito que o catolicismo, entendido por ele como uma “peste medieval”, estaria extinto em Portugal em duas gerações (Valente, 1974, p. 205). Embora não existam provas palpáveis de que esta profecia tenha sido mesmo de Afonso Costa, poder-se-á tomar como certo que apenas um rumor desta espécie chegou para alertar a militância católica. E, de facto, nesta altura foi possível verificar a validade sociológica da *lex tertia* de Newton, que diz que cada acção provoca uma reacção mútua<sup>12</sup>. A partir da segunda década do século XX, o catolicismo português tornou-se cada vez mais dinâmico, agora tentando estimular activamente a profissão de fé dentro da população<sup>13</sup>. Esta nova militância católica e a recristianização da sociedade ganharam, a partir da terceira década do século XX, cada vez mais terreno, particularmente

<sup>12</sup> Ou seja, a militância anticatólica, ou em geral anti-religiosa, despertou quase imediatamente o espírito militante dos católicos. Em relação a uma contextualização da questão religiosa na I República, v. o estudo de Maria Lúcia de Brito Moura (2004).

<sup>13</sup> De uma certa maneira, podíamos dizer que a separação entre Estado e Igreja provocou exactamente o efeito contrário daquele que foi desejado pelos republicanos. Ou seja, a política anti-religiosa dos republicanos impulsionou a viragem do catolicismo para a sociedade e assim, mais tarde ou mais cedo, uma recristianização da mesma. Desta maneira, Oliveira Martins (1948 [1870]), no seu texto *Liberdade de Cultos*, teve absolutamente razão ao afirmar que o resultado principal desta separação seria um aumento da vitalidade religiosa. Sumariamente, e ao contrário do que se pode pensar, seria possível afirmar que a constituição do catolicismo como religião do Estado em 1822 iniciou um processo de laicização da sociedade. E, dentro do mesmo raciocínio, podíamos concluir que a separação entre Estado e Igreja em 1911 provocou a médio prazo, em combinação com a política anticlerical dos republicanos, uma certa cristianização da sociedade.

através da fundação da *União Católica*, de várias publicações ou da criação de associações católicas. O lema desta renovação católica foi designado por *Instaurare Lusitanum in Christo* e visou “restabelecer em nossa pátria a civilização cristã” (Fontes, 2002, p. 143). Contudo, antes desta renovação, com um início ainda um pouco tímido, houve em Portugal um acontecimento que parece algo contraditório com a baixa religiosidade institucional diagnosticada nos anos anteriores. As aparições de Fátima, em 1917, ganharam rapidamente uma *popularidade* extrema e confrontaram o catolicismo português com uma certa ambiguidade. Embora as aparições só tenham sido oficialmente reconhecidas pelo bispo de Leiria em 1930, existem vários sinais de que a Igreja católica já percebera perfeitamente, a partir de 1920, o valor simbólico de Fátima em termos de uma recristianização da sociedade portuguesa (Barreto, 2002, pp. 36-37). Por outro lado, há vários indícios que permitem admitir que o fenómeno de Fátima tem a sua origem numa forte erupção da religiosidade popular, verificável ainda hoje em dia através da ladainha, das novenas e das inúmeras estampas populares<sup>14</sup>. Tendo em conta que as estruturas clericais em Portugal foram, depois dos anos do liberalismo e da I República, bastante enfraquecidas e debilitadas, convém repensar as palavras conhecidas do cardeal Cerejeira segundo as quais “foi Fátima que se impôs à Igreja” (Cerejeira, 1943, p. 272). Ao contrário do pensamento do cardeal, seria hoje em dia mais convincente sublinhar o papel importante de Fátima na recristianização de Portugal<sup>15</sup>. Combinando as fortes predilecções nacionais por Nossa Senhora, um certo sentido de predestinação de Portugal e a multiplicação dos altares e das imagens, o fenómeno de Fátima desenvolveu nos anos seguintes uma matriz identitária e uma dinâmica própria, transformando o catolicismo popular português numa espécie de religiosidade nacional, que não pode ser comparada com outras formas de catolicismo. As aparições de Fátima tiveram, com certeza, um papel importante na tentativa de recristianizar a população portuguesa, embora esta recristianização

<sup>14</sup> Ou seja, a ambiguidade consiste, como observou Bruno Cardoso Reis, no facto de o contacto imediato entre um crente e um fenómeno sagrado (o que devia ser entendido como uma expressão de religiosidade popular) poder ser considerado “uma ameaça ao papel da autoridade mediadora *clerical* como depositária e intérprete única da revelação”. Por outro lado, pode oferecer a possibilidade de renovar o carisma sacral dessa autoridade, desde que seja possível enquadrar esse novo contacto com a divindade na tradição, ou seja, que ele respeite as instituições religiosas existentes” (Reis, 2001, p. 257). Por outras palavras, se a Igreja católica não tivesse tido desde o início a capacidade de se apresentar como autoridade mediadora das aparições, o fenómeno de Fátima poderia ser hoje, pelo menos teoricamente, uma forma de religiosidade popular, existindo em paralelo e como concorrente do catolicismo português.

<sup>15</sup> Acerca de algumas das primeiras ideias (sobretudo do cónego Manuel Nunes Formigão, conhecido como o “apóstolo de Fátima”) ligadas concretamente à recristianização de Portugal através de Fátima, v. José Barreto (2002, p. 37).

talvez não tenha correspondido sempre à ortodoxia católica. Para além das convicções teológicas, e a partir de um ponto de vista historiográfico imparcial, seria necessário confirmar que a Igreja católica aproveitou o fenómeno de Fátima para a sua própria reconfiguração e afirmação<sup>16</sup> e que as aparições de 1917 significam hoje em dia um dos pilares mais importantes do catolicismo português. Um acontecimento verdadeiramente importante acerca da reorganização do catolicismo português ocorreu em 1926, visando sobretudo uma reestruturação interior. Neste mesmo ano realizou-se o Concílio Plenário Português, que foi marcado pelo programa principal da “reconquista cristã” ou “restauração católica” da sociedade e mostrou os seus primeiros resultados a partir de 1930. Esta reorganização interior foi ligada a vários pontos, começando com uma reformulação dos poderes territoriais da Igreja e acabando com a estimulação da confissão pública dos católicos (Fontes, 2002, pp. 164-177). A “reconquista cristã” culminou finalmente na fundação da *Acção Católica Portuguesa* (ACP) em 1933, que teve o seu apogeu entre 1940 e 1950 e influenciou a vida religiosa pelo menos até aos anos 1960-1970<sup>17</sup>. Marcada por um grande espírito nacionalista, a “reconquista cristã” da ACP assumiu duas perspectivas. Em primeiro lugar, procurou-se uma cristianização geral da sociedade sob o lema “levar Jesus às almas e trazer as almas a Jesus”. Em segundo, surgiu um aspecto social que procurou, “além do levantamento e da formação religiosa [...] também a defesa económica das classes actualmente oprimidas” (Ferreira, 1999, p. 26). Através de uma organização bastante complexa ligada às profissões (agrário; escolar; independente; operário; universitário), ao sexo, ao meio social e à idade, a ACP tentou abranger teoricamente a população inteira. Definida através dos seus estatutos como uma organização vocacionada para o apostolado dos leigos, a ACP dedicou-se sobretudo à difusão dos princípios católicos na vida individual, familiar e social. Partindo assim da base da sociedade, o catolicismo conseguiu interagir novamente com a dinâmica social, convertendo novamente a sociedade portuguesa. Ou seja, o Estado Novo pode ser visto como a “institucionalização de uma Nação ‘essencialmente cristã’” (Almeida, 2008, p. 23) e a Igreja católica tornou-se, à semelhança do que se passava em Espanha, ideológica e institucionalmente (ao lado das forças armadas), um dos principais apoios do Estado Novo. Embora a separação entre o Estado e a Igreja católica não se tenha alterado com a Concordata de 1940 (Portugal continuou a ser oficialmente um Estado não confessional), deu-se nos anos seguintes uma simbiose, ou coabitação íntima, entre os

<sup>16</sup> A segunda afirmação do cardeal Cerejeira resumiu-se na frase “a Igreja não carece de Fátima” (1943, p. 272). Esta afirmação também se revelou historiograficamente errónea, como se pode verificar nos estudos bem documentados de José Barreto (2002).

<sup>17</sup> Uma tentativa mais pormenorizada para definir as etapas da evolução da ACP encontra-se em Ferreira (1999, p. 27).



dois<sup>18</sup>. Este contrato entre o Vaticano e o Estado português significou um restabelecimento de uma parte importante dos privilégios que a Igreja antigamente possuía, reconhecendo, por exemplo, a “propriedade dos bens que anteriormente lhe pertenciam” (Torgal, 2004, p. 109). De uma certa maneira, poder-se-á falar de um negócio bastante rentável para os dois lados. A Igreja legitimou ideologicamente o Estado, que ofereceu, em contrapartida, vários privilégios, como a exclusividade no ensino religioso, alguns benefícios fiscais, ou o monopólio da assistência religiosa nos hospitais, nas prisões, nas forças armadas, etc. Assim, a Igreja católica conheceu entre 1930 e 1960 uma fase extremamente fértil, e a sua afirmação e reconfiguração, iniciando de facto uma recristianização dos portugueses<sup>19</sup>, sufocou quase por completo todas as aspirações seculares dentro da sociedade.

Contudo, esta reconfiguração ou afirmação tomaria já nos finais dos anos 1950 um rumo um pouco diferente, quando surgiram alguns sinais que apontavam para uma certa “descristianização” da população portuguesa e para a transformação exterior e interior do catolicismo português<sup>20</sup>. Enquanto a hierarquia eclesiástica continuou relativamente fiel ao regime salazarista, nasceu uma contestação entre alguns católicos que foi designada inicialmente pelo cardeal Cerejeira por *erro progressista* com “inspiração marxista” (Barreto, 2002, p. 122). Esta contestação tornou-se nos anos seguintes uma oposição católica, transformando já o aspecto geral do catolicismo. Sem querer pormenorizar esta oposição católica<sup>21</sup>, é possível afirmar que a mesma significou um dos primeiros passos para uma moderna pluralização do catolicismo português. Esta tendência foi acelerada nos anos 60 pelo II Concílio do Vaticano (1962-1965), que tentou adaptar o catolicismo “às condições do nosso tempo”. Contudo, este *aggiornamento* da Igreja católica provocou em Portugal um resultado ambíguo. Considerando que a ditadura salazarista esteve nesta altura numa situação de isolamento por causa da sua política colonial, seria possível intuir que o Concílio e, nomeadamente, a constituição pastoral *Gaudium et Spes* e a encíclica *Pacem in Terris* (1963)

<sup>18</sup> António Costa Pinto (1992, p. 127) fala de um “núcleo ideológico e político comum Igreja/regime”.

<sup>19</sup> Esta recristianização é verificável através de vários factos. Neste ponto pode-se, por exemplo, recorrer a alguns dados quantitativos, tais como a percentagem dos casamentos católicos (1930, 73,3%; 1935, 76,2%; 1940, 77,8%; 1945, 85,5%; 1950, 86,6%; 1960, 90,7%) ou a evolução do número de seminaristas (1930, 2239; 1940, 3533; 1946, 4173; 1952, 4345; 1956, 4174) (v. Fontes, 2002, pp. 201 e 209).

<sup>20</sup> Uma reacção quase imediata à esta “descristianização” foi a criação do *Secretariado de Informação Religiosa* (SIR) em 1959, que teve como objectivo analisar esta tendência social e propor uma estratégia que permitisse a inversão destes processos. Sobre o cruzamento da chamada “sociologia religiosa” e da “sociologia da pastoral” no SIR, v. Nuno Estêvão Ferreira (2006, pp. 81-132).

<sup>21</sup> Nos últimos anos foram publicados vários trabalhos, por vezes algo controversos, acerca da oposição católica ao Estado Novo, tais como os estudos de Manuel Braga da Cruz (1998), José Barreto (2002, pp. 119-175), Joana Lopes (2007) ou João Miguel Almeida (2008).

foram encarados pela hierarquia eclesiástica, tradicionalista e fiel ainda ao regime, com grande desconfiança. Agarrados às antigas colónias, o Estado e a Igreja em Portugal recusaram-se inicialmente a ler “os sinais do tempo”. Esta postura despertou, por um lado, a já latente oposição intracatólica (os católicos progressistas, que começaram a representar uma verdadeira pluralidade interior do catolicismo português) e, por outro lado, um enorme afastamento dos crentes a partir dos anos 60 (IPOPE, 1973; França, 1981).

Em relação à oposição católica contra o Estado Novo, a transição para o sistema democrático deu-se com uma certa suavidade. Tentando evitar os erros crassos da I República, os primeiros governos democráticos não tomaram nenhuma posição anticlerical. No entanto, o catolicismo em Portugal sofreu a partir de 1974 uma transformação essencial. Para além da crescente pluralidade interior<sup>22</sup>, houve uma transformação quase imediata de uma Igreja que apoiou os poderes de um Estado totalitário para uma Igreja que critica os poderes de um Estado democrático. Ou seja, enquanto a Igreja patrocinou em grande parte as decisões políticas, económicas, éticas ou sociais do Estado Novo, a mesma mostrou, sob condições democráticas, cada vez mais uma posição crítica. Hoje em dia, o catolicismo reconfigura-se sobretudo através de protestos contra alguns efeitos éticos, morais ou sociais de uma modernidade secular que são reconhecidos, na perspectiva de uma mundividência cristã, como negativos. Exemplos relativamente recentes são, entre outros, a crítica, em 2002, ao novo Código do Trabalho (com uma argumentação semelhante à do Partido Comunista ou dos sindicatos)<sup>23</sup> ou, actualmente, o protesto contra o casamento entre pessoas do mesmo sexo<sup>24</sup>. Ou seja, o catolicismo perdeu apenas gradualmente a sua importância na sociedade portuguesa, pois permanece, sob uma outra forma social, um factor significativo na construção de uma sociedade moderna, criticando algumas decisões éticas, sociais, políticas e económicas. Para além das suas críticas, o catolicismo português afirma-se através da manutenção das crenças e costumes tradicionais ou da estabilização da identidade nacional. Uma das referências principais neste ponto é Fátima, que, não obstante ter sido declarada “altar do mundo”, é apresentada como garante do catolicismo popular português. De acordo com uma perspectiva oficial religiosa, Fátima “tem proporcionado aos católicos portugueses caminhos renovadores na vivência da fé” (Azevedo,

---

<sup>22</sup> Neste sentido convém chamar a atenção para o *catholic effect* que foi mencionado sobretudo pela sociologia da América do Norte. Numa comparação entre países com diferentes monopólios religiosos, o *catholic effect* significa principalmente uma maior vitalidade religiosa nos países católicos por razões de uma maior pluralidade intra-religiosa dos sistemas católicos (cf., por exemplo, Laurence R. Iannaccone, 1992, ou Rodney Stark e James C. McCann, 1993).

<sup>23</sup> “Novo Código do Trabalho preocupa hierarquia da Igreja Católica” (*Público*, 2-10-2002).

<sup>24</sup> “Igreja pode apelar ao voto contra partidos que apoiam casamento entre homossexuais” (*Público*, 11-2-2009).

2003). De uma certa maneira, seria possível afirmar que Fátima, tal como o próprio catolicismo português, mudou simbolicamente as suas funções, afirmando-se e reconfigurando-se a partir das circunstâncias sociopolíticas. Depois do seu início como manifestação anti-republicana, o Santuário de Fátima tornou-se uma espécie de “centro espiritual internacional do anticomunismo” (Barreto, 2007, p. 502) e revelou-se assim como um pilar importante da política do Estado Novo (Manuel, 2001). Hoje em dia, Fátima pode ser compreendida simbolicamente como um epicentro e pilar do catolicismo popular português, o qual seria, na sua forma actual, impensável sem a *Nossa Senhora de Fátima*. Em especial, entre os meses de Maio e Outubro, Fátima assume o cariz de uma verdadeira religião de massa.

Resumindo, nos últimos duzentos anos da história do catolicismo português pôde-se verificar que Portugal viveu fases diferentes, nas quais a sociedade portuguesa oscilou entre a esfera secular e a esfera católica, sem mostrar claramente um rumo definitivo. Embora se deixem afirmar, em tempos actuais, tendências nítidas para uma vida cada vez mais secular, Portugal está marcado ainda pela sua tradição católica (e anticlerical) e por um certo catolicismo “difuso”, que continuam a influenciar os comportamentos e atitudes sociais, ou seja, num sentido weberiano, a “ética económica” e a “ética política” dos portugueses.<sup>25</sup> De uma certa maneira, poder-se-á concluir que no Portugal moderno, assim como no resto da Europa do Sul, permanece em alguns casos uma “memória colectiva” — marcada pelo catolicismo — que continua a influenciar as actividades políticas e os costumes sociais dos indivíduos (Manuel e Mott, 2006, p. 66). Por outro lado, e este é um fenómeno sociologicamente bastante complexo e interessante, os contextos sociais “não deixam também de influenciar a religiosidade” dos indivíduos (Pais, 2001, p. 231) e a religião institucional. Assim, o catolicismo foi nos últimos duzentos anos um factor social importante na vida dos portugueses, conseguindo sempre afirmar-se e reconfigurar-se no espaço público através de diferentes formas sociais.

#### RELIGIOSIDADE INSTITUCIONAL *VERSUS* RELIGIOSIDADE POPULAR: UMA TENTATIVA DE FENOMENOLOGIA

Em 1908, o filósofo espanhol Miguel de Unamuno deixou algumas anotações interessantes sobre a paisagem religiosa em Portugal. No seu texto *Las Animas del Purgatorio en Portugal* lemos os parágrafos seguintes:

Es muy frecuente oír a los portugueses que es el suyo un pueblo irreligioso; que aquí, en Portugal, los problemas de religión no interesan de

<sup>25</sup> Uma interessante interpretação desta ideia em relação ao mundo moderno encontra-se em José Casanova (1994, pp. 231-233).

veras a nadie. Paréceme que en esto, como en otras cosas, padecen una ilusión [...] La religiosidad portuguesa [...] hay que ir a buscarla por debajo de las formas regulares y canónicas de la religión oficial. Por debajo de ella palpita y vive aún cierto naturalismo que tiene mucho de pagano y no poco de panteísta [...] Hay aquí siempre latente una cierta religiosidad pagana [Unamuno, 1985 (1908), p. 144].

Unamuno refere-se aqui, concretamente, à religiosidade popular, e mais de um século depois desta observação permanecem ainda algumas dificuldades em descrever este fenómeno, que escapa sistematicamente aos estudos quantitativos. E, de facto, o Sul católico da Europa continua a ser um verdadeiro tesouro para as manifestações da religiosidade popular (Ebertz e Schultheis, 1986), e a realidade religiosa destes países católicos não se deixa perceber por completo sem recorrer a estas expressões. Considerando que a religiosidade popular pode ser entendida como um “inventário das diferenças”, que se encontra numa interdependência complementar ou oposição conflituosa com o “monopólio do poder espiritual” da religião católica, temos de identificar estes espaços que permitem uma certa autonomia espiritual do indivíduo (Esteves, 1986, pp. 65-66). Isto significa uma separação ou identificação daqueles elementos que não se deixam, histórica ou socialmente, encaixar no “capital religioso” ou no cânon dos “bens da salvação” (*Heilsgüter*) da religião oficial. Trata-se de uma certa virtuosidade religiosa (*Virtuosenreligiosität*) que historicamente ainda não foi, ou socialmente não pode ser, monopolizada pelo sistema religioso oficial (Weber, 2002 [1920], pp. 599-600). Na sua relação com o monopólio religioso, a religiosidade popular existe constitutivamente sempre numa correlação entre a absorção/tolerância e a estigmatização, ou entre a instrumentalização e a ignorância. Empiricamente, podemos verificar a existência de variadíssimos elementos da religiosidade popular dentro do catolicismo português que já não podem ser identificados como tais por razões de uma absorção ou instrumentalização histórica. Por outro lado, existem ainda outros elementos que estão geralmente ligados a crenças ou cultos locais e que são tolerados ou ignorados por parte da hierarquia eclesiástica, mantendo assim uma certa independência. Com base nos estudos das ciências sociais dos últimos anos acerca desta matéria, especificam-se, no caso de Portugal, algumas formas de religiosidade popular que se relacionam com o anticlericalismo popular (ou oposição ao padre), com os santos, com as festas populares e com os cultos a Nossa Senhora (Esteves, 1986, pp. 68-72).

Em relação ao anticlericalismo popular surgiram a partir de 1970 vários estudos que sublinham que este não é simplesmente um fenómeno intelectual das elites urbanas (Cutileiro, 1977). Partindo de um forte sentimento de desconfiança, o padre local é encarado pela população rural muitas vezes

como um representante de uma hierarquia supra-regional (um “forasteiro”) que tenta regularizar ou corrigir teologicamente algumas crenças ou costumes tradicionais. Em consequência disso, e sem provocar propriamente uma inimizade aberta, o sacerdote pode torna-se alvo de anedotas, de histórias satíricas e de críticas<sup>26</sup>, mostrando-se, em alguns casos, incapaz de direccionar as convicções da população local (Riegelhaupt, 1982). Compreendido como uma forma complementar, pode existir ao lado do padre oficial um “bruxo” tradicional ou moderno que é consultado, por exemplo, para fins terapêuticos ou para certos exorcismos (Pina Cabral, 1989, pp. 211-240).

Um outro elemento importante no âmbito da religiosidade popular é a veneração a santos, que são, na sua maioria, rurais<sup>27</sup> e que correspondem geralmente à necessidade humana de ter um modelo e uma afirmação da própria fé. Para além de uma certa especialização em relação a um domínio concreto (doenças, amor, paz, etc.), a maioria dos santos está ligada a uma localidade, estabelecendo assim um forte laço social (Esteves, 1986, p. 70). As romarias anuais, especialmente em zonas de emigração, em honra do “nosso” santo representam uma profunda expressão da unidade regional e da ligação à terra de origem (Sanchis, 1983, p. 40). As promessas e os ex-votos permitem ao crente uma autonomia religiosa que se encontra limitada dentro da religião institucionalizada.

Na sua ligação com o culto dos santos e com os ciclos da vida humana, as festas representam um dos aspectos centrais da religiosidade popular (Isambert, 1982). Embora haja nas festas continuamente um cruzamento entre a regulação eclesiástica e a virtuosidade religiosa de grupos locais, existem, empiricamente, possibilidades de identificar fenómenos que se esquivam à ortodoxia católica. Para além das provocações lúdicas ou sexuais destas festas, foram fragmentariamente identificados alguns “elementos mágicos frequentemente tirados de cultos antigos” (Sanchis, 1983, p. 328). Ou seja, uma festa revela geralmente alguns elementos que criam “um espaço de afrontamento [...] contra a Igreja” (Esteves, 1986, p. 71). A sua ligação íntima aos ciclos da vida, do ano ou do agrário permite chamar a estas festividades uma espécie de “religiosidade sazonal” (*Saisonreligiosität*) (Ebertz e Schultheis, 1986, p. 22), e os participantes tornam-se assim, convivendo também com a parte teologicamente controlada, “religiosos ou cristãos sazonais”.

Como já foi sugerido em cima, existe em Portugal uma forte inclinação para os cultos de Nossa Senhora, entre os quais predomina a devoção a

<sup>26</sup> Uma excelente classificação destas críticas encontra-se em João de Pina Cabral (1989, p. 237).

<sup>27</sup> Em relação a um santo urbano, v. o estudo de José Machado Pais sobre o Dr. Sousa Martins (1994).

Nossa Senhora da Conceição e sobretudo a Nossa Senhora de Fátima. O pilar mais importante do catolicismo português é, de uma certa forma, o culto mariano, que deve ser visto como um elemento fundamental da religiosidade popular, conservando os recursos maternos dentro de uma religião dominada por um onipotente papado paternal. Tendo em consideração os fortes mecanismos da integração pelo lado do catolicismo oficial, a identificação fenomenológica dos elementos da religiosidade popular dentro dos cultos marianos representa um desafio iminente para a sociologia ou a antropologia da religião.

Embora possa parecer o contrário, a religiosidade popular permanece em Portugal, ao lado da enorme concorrência por parte da secularização e do catolicismo, uma realidade social sem a qual a paisagem religiosa do país não pode ser descrita integralmente. Uma exposição completa das esferas religiosas em Portugal continua a necessitar da identificação das diferentes formas de religiosidade popular, dos seus efeitos na sociedade local e no indivíduo e da sua relação com o catolicismo oficial.

#### A SOCIEDADE PORTUGUESA: SECULARIZADA, RELIGIOSA E CATÓLICA

Neste texto tentei descrever esquematicamente as sobreposições entre as esferas seculares e as esferas religiosas na sociedade portuguesa durante os últimos duzentos anos, chegando à conclusão de que não existe nenhuma linearidade nos processos da secularização. Acrescentei uma breve fenomenologia da religiosidade popular com o objectivo de mostrar a necessidade de considerar com mais atenção esta esfera religiosa para descrever fielmente a variedade dentro da paisagem religiosa em Portugal. Em suma, proponho um esquema multidimensional que permita reconhecer as esferas seculares e as esferas religiosas em três níveis diferentes, mas interligados: (a) sociedade; (b) sistema religioso tradicional; (c) indivíduo (Dobbelaere, 2009, pp. 602-610).

Relacionados com a herança anticlerical e outras componentes, tais como a industrialização ou a democratização, pode-se afirmar que a sociedade portuguesa apresenta fortes indícios de uma secularização manifesta. Todavia, dentro desta secularização é possível observar uma estratificação geográfica e social. Para além da conhecida clivagem entre o “Norte católico” e o “Sul anticlerical”, existe em Portugal uma nítida diferenciação em termos de escalões etários, nível de escolaridade, género, “capital cultural” e rendimento familiar. Alguns estudos sociológicos mostram claramente que as camadas sociais menos favorecidas tendem principalmente para um nível mais alto de religiosidade (Cabral, 2001, pp. 31-42) ou para um catolicismo

mais “ritualista, moralista e tradicional” (Pais, 2001, pp. 193-196)<sup>28</sup>. Porém, é necessário acrescentar que existe uma espécie de religiosidade que se revela actualmente na sociedade portuguesa através de alguns *ritos de passagem* (casamento, baptizado, etc.) e da participação em romarias ou festas locais (religiosidade popular). Por outro lado, a secularização em Portugal não pode ser compreendida historicamente como um processo linear que elimina automaticamente as esferas religiosas da sociedade, mas sim como uma amplitude não simétrica, na qual alternam fases periódicas da secularização e da dessecularização<sup>29</sup>. Confrontado com diferentes condições socioculturais, o catolicismo tradicional em Portugal teve nos últimos duzentos anos magnitudes e amplitudes diferentes no que diz respeito à sua intervenção em questões éticas ou sociais, à sua crítica em relação a decisões políticas ou económicas, à sua manutenção das crenças e costumes tradicionais ou à sua estabilização das identidades nacionais. Olhando para a actualidade portuguesa, não há a mínima dúvida de que o catolicismo tem cada vez mais dificuldades em defender o seu domínio tradicional na formação directa das mentalidades, sobretudo através da prática religiosa ou da transmissão geracional de conteúdos religiosos. O catolicismo português, no entanto, tenta afirmar e reconfigurar a sua influência nas esferas dos valores políticos, económicos, éticos, estéticos (e ainda outros), nomeadamente através da sua forte presença nos *media*, mostrando assim uma resistência religiosa contra a “ideologia” da secularização ou modernização<sup>30</sup>. A médio prazo será necessária uma observação mais atenta destes processos de reconfiguração do catolicismo no espaço público para fornecer declarações sobre a relação entre o religioso e o secular dentro da sociedade portuguesa. Esta observação representa um dos grandes desafios para a actual sociologia da religião (Martin, 2005). Por enquanto pode-se afirmar que a Igreja católica mantém em Portugal o seu monopólio, conseguindo desenvolver estratégias relativamente inovadoras para afirmar a sua posição no espaço público e para influenciar processos de modernização. Por outro lado, o monopólio religioso não significa automaticamente que a crescente pluralidade religiosa, particularmente nos centros urbanos de Portugal, não seja capaz de afectar

<sup>28</sup> Uma explicação desta estratificação foi introduzida recentemente na sociologia da religião através da *secure secularization thesis*, que estabelece empiricamente uma relação entre religiosidade e desigualdade económica (Norris e Inglehart, 2007, pp. 31-57).

<sup>29</sup> O conceito da dessecularização tornou-se conhecido na sociologia da religião nomeadamente a partir de uma edição de Peter L. Berger (1999). No contexto da minha argumentação, trata-se sobretudo da tentativa de recomposição ou reafirmação de instituições religiosas no espaço público.

<sup>30</sup> Em relação à “ideologia” da secularização é possível observar nos últimos anos várias intervenções que podem ser, por exemplo, sociológicas (Casanova, 1994, pp. 11-39) ou, paralelamente, filosóficas e teológicas (Habermas e Ratzinger, 2005).

a tradição católica em Portugal. Como já indicado na introdução, existe ainda uma certa urgência em continuar a estudar esta forma de reconfiguração da paisagem religiosa em Portugal.

Um outro momento essencial na descrição das sobreposições entre o secular e o religioso é a análise das competências de sistemas religiosos em relação a uma “secularização interior” (Luckmann, 1967). No que diz respeito a esta secularização interior, podemos, por enquanto, reconhecer um ponto importante. Para além da sua típica função espiritual, notamos historicamente no catolicismo português fases de uma reestruturação organizacional e de uma atenção reforçada para problemas da vida quotidiana, ou seja para assuntos *seculares*. Esta capacidade significou a possibilidade de reconfiguração, particularmente em épocas que necessitaram de uma adaptação forçada a novas condições socioculturais. Em termos práticos, somos confrontados com uma crescente pluralização interior que é promovida actualmente pela própria Igreja católica (Fontes, 2002, pp. 248 e 327), permitindo assim um balanço entre inadaptação e adaptação ao mundo moderno. Este balanço é estrategicamente bastante interessante, tendo em conta o facto óbvio de que nem todos os efeitos da modernização têm de ser necessariamente positivos.

A moderna extensão das esferas seculares não provoca apenas uma reacção das esferas religiosas no espaço público, mas também nos espaços individuais. A reformulação da religião em espaços individuais iniciou-se, sobretudo, com a queda da tradicional autoridade religiosa e foi designada nos últimos anos, nomeadamente a partir da tese da privatização da religião (Luckmann, 1967), através de vários conceitos, como os de “religiosidade *bricolage*” ou “religião *à la carte*”. Embora a perda da religião tradicional não signifique obrigatoriamente um aumento da procura religiosa individual, verificou-se nos últimos anos um aumento das ofertas religiosas. No caso de Portugal, no entanto, não existem ainda pesquisas empíricas que permitam conceder informações fiáveis sobre a maneira como o catolicismo tradicional vai sendo substituído, pelo menos parcialmente, por uma espiritualidade mais individual. Porém, não seria muito surpreendente encontrar na sociedade portuguesa indivíduos que complementam, por exemplo, uma peregrinação anual a Santiago de Compostela com aulas semanais de *yoga*.

Sintetizando, devíamos mais uma vez sublinhar que na sociedade portuguesa nunca houve uma mudança linear do religioso para o secular. Mais correcto seria dizer que o catolicismo tradicional tenta adaptar-se às condições de uma secularização crescente. Contudo, esta adaptação não pode ser entendida como um acordo simples com estas condições, mas sim como um desafio que é acompanhado por protestos ou correcções. Neste sentido, o catolicismo português da segunda metade do século XX não é necessariamente uma antinomia ou uma oposição perante a modernização. Pelo contrário,



modernizando-se a si próprio, e assumindo uma função crítica perante algumas decisões na vida sociocultural ou como agente regularizador da religiosidade popular, o catolicismo português deve ser entendido como elemento formador de *uma* modernidade que é singular e típica apenas da sociedade portuguesa. Isto é, a modernidade e a secularidade da sociedade portuguesa seriam hoje em dia algo diferentes sem o catolicismo tradicional. Ao reconhecer que a religião é uma parte intrínseca da modernidade (Casanova, 1994, p. 234), torna-se mais fácil explicar algumas das contradições numéricas acima indicadas. Assim, e sem ser contraditório ou banal, seria possível afirmar que Portugal é modernamente um país ao mesmo tempo secularizado, religioso e católico. Neste sentido, e em relação à exigência de uma “nova maneira de ler a tese da secularização” de Habermas, seria talvez útil abandonarmos a ideia de que religião e modernização têm de ser inevitavelmente antagónicas. A análise do caso português assim o sugere.

#### BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, C. A. F. (1974), “Paganismo: sua sobrevivência no Ocidente peninsular”. In S. A., *In Memoriam António Jorge Dias*, vol. 2, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, pp. 17-37.
- ALMEIDA, J. M. (2008), *A Oposição Católica ao Estado Novo 1958-1974*, Lisboa, Edições Nelson de Matos.
- AZEVEDO, C. M. (2003), “Catolicismo português e Fátima”. In *Paróquias de Portugal*, disponível em <http://www.paraquias.org/noticias.php?n=3417>.
- BARRETO, J. (2002), *Religião e Sociedade*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- BARRETO, J. (2007), “Rússia e Fátima”. In C. M. Azevedo e L. Cristino, *Enciclopédia de Fátima*, Estoril, Principia, pp. 500-503.
- BERGER, P. L. (ed.) (1999), *The Desecularization of the World: Resurgent Religion and World Politics*, Grand Rapids, Eerdmans Publishing Company.
- CABRAL, M. V. (2001), “Prática religiosa e atitudes sociais dos portugueses numa perspectiva comparada”. In J. P. Pais, M. V. Cabral e J. Vala (eds.), *Religião e Bioética — ASP 2*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 21-71.
- CASANOVA, J. (1994), *Public Religions in the Modern World*, Chicago e Londres, The University of Chicago Press.
- CATROGA, F. (1988), “O laicismo e a questão religiosa em Portugal (1865-1911)”. *Análise Social*, xxiv (100), pp. 211-273.
- CATROGA, F. (2006), *Entre Deuses e Césares: Secularização, Laicidade e Religião Civil*, Lisboa, Almedina.
- CEREJEIRA, M. G. (1943), “Fátima e a Igreja”. In M. G. Cerejeira, *Obras Pastorais*, vol. 2, Lisboa, União Gráfica, pp. 269-279.
- CLEMENTE, M. (2002), “A vitalidade religiosa do catolicismo português: do liberalismo à República”. In C. M. Azevedo (ed.), *História Religiosa de Portugal*, vol. 3, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, pp. 65-127.
- CRUZ, M. B. da (1998), *O Estado Novo e a Igreja Católica*, Lisboa, Editorial Bizâncio.
- CUTILEIRO, J. (1977), *Ricos e Pobres no Alentejo. Uma Sociedade Rural Portuguesa*, Lisboa, Sá da Costa.
- DAVIE, G. (2007), “Vicarious religion: a methodological challenge”. In N. T. Ammermann (ed.), *Everyday Religion: Observing Modern Religious Lives*, Nova Iorque, Oxford University Press, pp. 21-35.

**A SEMÂNTICA DO OBJECTO:  
ASPECTO E DETERMINAÇÃO NOMINAL\***

SUSANA PAULA GOMES PEREIRA  
FCG / FCT

LUÍS FILIPE CUNHA  
(Centro de Linguística da Universidade do Porto)

Com a obra *A Semântica do Objecto: Aspecto e Determinação Nominal*, Susana Pereira centra-se em três temáticas de inegável relevância para os estudos linguísticos: a delimitação e caracterização do conceito de Objecto; o papel que o Objecto desempenha na classificação aspectual da predicação em que ocorre e as correlações que se estabelecem entre os domínios nominal e verbal no que respeita à interpretação final dos enunciados.

Muitas das questões abordadas – como é, por exemplo, o caso do papel desempenhado pela determinação nominal na estruturação aspectual da predicação na sua globalidade ou das ligações entre diferentes domínios da gramática – estão, actualmente, no centro das preocupações e da investigação de um vasto conjunto de linguistas.

Inscrito no enquadramento fornecido pela Teoria das Operações Predicativas Enunciativas (TOPE), desenvolvida, entre outros, por A. Culioli, o presente trabalho não deixa, contudo, de entrar em constante diálogo com diferentes orientações teóricas, procurando explorar a diversidade de concepções e de pontos de vista que subjazem aos temas que nele são considerados.

Ao longo do texto, a autora toma explicitamente a opção por uma análise transcategorial, evitando o estabelecimento de fronteiras claras entre sintaxe, semântica e pragmática. Se uma tal tomada de posição permite um tratamento integrado da enunciação, encarada como uma relação de interdependências dinâmicas e indissociáveis, não deixa, contudo, de levantar, por vezes, alguns problemas no que respeita à elaboração de testes empíricos para a identificação do funcionamento de elementos linguísticos particulares.

A primeira parte da obra é inteiramente consagrada à delimitação e caracterização do conceito de Objecto. Assim, no primeiro capítulo, são

---

\* Pereira, Susana (2009). *A Semântica do Objecto: Aspecto e Determinação Nominal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e Tecnologia.

*Estudos Linguísticos/Linguistic Studies*, 4, Edições Colibri/CLUNL, Lisboa, 2009, pp. 151-162

problematizadas as definições de transitividade e de Objecto. Relativamente à transitividade, observa-se a inadequação das abordagens estritamente alicerçadas no léxico, na semântica ou na sintaxe, realçando-se a dificuldade em obter uma definição consensual para este termo. Passa-se, seguidamente, à discussão dos critérios que habitualmente presidem à identificação do Objecto Directo. A autora demonstra a insuficiência de alguns dos testes tradicionalmente utilizados para a caracterização do Objecto Directo, em particular o da passivização, o da ocorrência de participios absolutos, o da comparência de participios em posição predicativa e o da formação de adjetivos em -vel. É igualmente debatida a capacidade de pronominalização acusativa dos SNs com função de Objecto. Como resultado da discussão apresentada, é defendida a ideia de que os critérios formais de base morfossintáctica não permitem estabelecer uma relação estável entre a identificação de um Objecto Directo e a classificação de um dado predicador verbal como transitivo ou intransitivo.

Abordam-se, em seguida, as propostas de análise que dissociam a componente sintáctica e a componente semântica do Objecto, apresentando-se oposições como aquelas que se estabelecem entre Objecto Gramatical e Objecto Lógico ou entre Objecto Directo e Argumento Interno. Reconhecendo a relevância deste tipo de análise para o estabelecimento de testes fiáveis para a identificação do Objecto, a autora observa, contudo, que uma tal tomada de posição conduzirá inevitavelmente à desvinculação entre as noções de Objecto e de transitividade. Neste âmbito, são observados casos em que não existe correspondência directa entre a estrutura argumental dos verbos e a sua realização sintáctica, focando-se, em particular, as construções de Objecto nulo e a possibilidade de ocorrência de Objectos cognatos ou Objectos “sombra”. Como consequência, é colocada a hipótese de que a transitividade ou intransitividade não pode ser associada ao verbo, enquanto item lexical, mas à construção ou ao uso que dele se faz.

No sentido de responder aos problemas colocados pelas propostas de análise anteriormente apresentadas, recorre-se à noção de transitividade escalar. Segundo esta concepção, a transitividade será encarada como “graduável” e o Objecto será identificado a partir de um conjunto de propriedades prototípicas. A transitividade passa a ser entendida como uma realidade “multifactorial”, ou seja, como envolvendo um conjunto de parâmetros que estarão na base da construção de uma escala relativamente à qual as predicções podem ser avaliadas. Como consequência, a transitividade passa a ser definida como uma relação que se estabelece no todo da frase e que, nessa medida, se torna, pelo menos até certo ponto, relativamente autónoma da informação lexical veiculada pelo verbo, encontrando-se, pelo contrário, indissociavelmente ligada à interacção dinâmica que se estabelece entre múltiplos factores interdependentes.

Segundo este ponto de vista, também a caracterização do Objecto deverá ser feita a partir de um conjunto multidimensional de propriedades, constituindo-se uma “zona Objecto” que funcionará, igualmente, como uma escala de avaliação, cujo centro será ocupado pelo Objecto prototípico. A “zona

Objecto” tornará possível estabelecer um feixe de propriedades que, no seu conjunto, irão permitir dar conta dos diferentes tipos de Objectos, facilitando o reconhecimento dos invariantes semânticos que os identificam.

Por fim, e após a discussão das múltiplas dificuldades que as diferentes concepções previamente apresentadas lhe suscitam, a autora opta por uma definição estritamente posicional de Objecto. Nessa medida, adopta a perspectiva segundo a qual o complemento de ordem 1, ou C1, se constitui como um termo que completa um esquema sintáctico associado a um dado verbo, sem que isso acarrete outros tipos de implicações acerca da relação entre ambos. C1 é entendido como uma posição operativa, desprovida de qualquer informação adicional. A identificação do Objecto passa a ser exclusivamente posicional, sem implicações interpretativas ou relacionais; trata-se, por conseguinte, apenas da segunda posição numa relação predicativa, encarada de forma inteiramente neutra. Paralelamente, a transitividade passa a ser concebida como mera regulação nocional das construções enunciativas.

Apesar disso, C1 não deixa de desempenhar um papel de grande relevância na relação predicativa, na medida em que, dado o seu estatuto de especificador do verbo, se encontra envolvido nas operações quantitativas e qualitativas que determinam as propriedades aspectuais da frase.

O segundo capítulo da primeira parte vai, pois, ser dedicado a uma primeira abordagem relativa ao papel semântico que o Objecto desempenha no domínio aspectual.

Para tal, são-nos primeiramente apresentados conceitos como os de Aspecto e Aktionsart. A autora discute a pertinência do estabelecimento de uma fronteira clara entre Aspecto Gramatical e Aspecto Lexical. Nesse sentido, observa as interações que se estabelecem entre a oposição perfectivo vs. imperfectivo e o funcionamento das diversas classes aspectuais de predicacões. Na medida em que se reconhece a existência de uma interdependência recíproca e dinâmica entre os componentes lexicais e gramaticais, é tomada a opção por uma visão global dos fenómenos aspectuais. O aspecto será, assim, concebido como o produto complexo de um conjunto de factores que contribuem de forma indissociável para a determinação do perfil temporal interno da predicação. Esta tomada de posição permite colocar em evidência o carácter composicional que se constitui como uma das propriedades fundamentais para a identificação da categoria Aspecto.

Na sequência destas observações, a autora analisa os diversos factores envolvidos na determinação do aspecto global de uma predicação, destacando a importância da contribuição do Sujeito, das propriedades dos verbos, da presença e natureza de sintagmas preposicionais, de certos adverbais temporais, sem esquecer, naturalmente, o papel desempenhado pelo Objecto Directo. Nessa medida, reconhece-se a necessidade de proceder a um cálculo dinâmico de interdependências que ultrapasse a mera soma das contribuições isoladas de cada constituinte, de acordo com o princípio da composicionalidade.

Finalmente, é prestada alguma atenção ao contributo dado pelo Objecto Directo em estreita ligação com a noção de telicidade. São revistas algumas

propostas que, na literatura, ligam as propriedades referenciais do SN Objecto Directo (em particular o seu carácter contável ou não contável) à interpretação télica ou atélica das predicções em que comparece. No entanto, são aduzidos argumentos que conduzem à consideração de que o conceito de telicidade se revela, em certos aspectos, algo insuficiente.

É igualmente explorado o conceito de papel aspectual, como forma de articular a relação entre o verbo e as propriedades semânticas dos argumentos com que se combina. Assim, certos tipos de argumentos podem conferir um término, um percurso ou uma medida à eventualidade que integram. Torna-se, neste contexto, necessário investigar a contribuição dos Objectos Directos para a caracterização aspectual das predicções. Tanto a natureza do objecto (i.e., o seu cariz massivo ou contável) como o tipo de determinação associado ao SN em questão vão ser de crucial importância para a computação aspectual global das eventualidades.

A fechar o capítulo, reflecte-se sobre a proximidade existente entre a determinação verbal e a determinação nominal. Tomando a tricotomia discreto – denso – compacto como ponto de partida, observa-se como esta se revela perfeitamente adequada para dar conta de aspectos relevantes tanto para o domínio nominal quanto para o verbal, podendo, por conseguinte, ser utilizada como uma estratégia de unificação para as duas realidades em apreço.

Como ilustração da transcategorialidade que aqui é defendida, são consideradas duas formas de paralelismo entre o domínio nominal e verbal: (i) a partilha de propriedades aspectuais que se verifica entre as predicções com núcleo verbal e as nominalizações que delas podem ser derivadas e (ii) a relação estreita entre nomes e verbos no que respeita à composição aspectual global da predicção, com reflexo bastante evidente em noções como a de incrementalidade ou a de homomorfismo.

Após a discussão aprofundada dos conceitos básicos de Objecto e de Aspecto, que, como acabámos de ver, constitui o objecto central da Parte I, a segunda parte do presente trabalho irá debruçar-se sobre os diferentes tipos de relações que se podem estabelecer entre a determinação verbal e C1.

No primeiro capítulo da segunda parte procura-se explicitar o conceito de determinação verbal, considerada como uma operação de determinação e localização relativamente a um sistema de coordenadas enunciativas. Nesta perspectiva, deixa de fazer sentido falar de determinação nominal e de determinação verbal enquanto domínios separados ou autónomos, na medida em que ambos interagem dinâmica e indissociavelmente na construção referencial do enunciado. Argumenta-se, por conseguinte, em favor de uma visão transcategorial e transversal da determinação, concebida como operação geral de quantificação / qualificação sobre o enunciado.

O segundo capítulo apresenta-nos a tricotomia discreto – denso – compacto na construção de ocorrências de processo. Inicialmente concebida para descrever diferenças no interior do domínio nominal, a oposição em causa é alargada ao domínio verbal, demonstrando-se a sua operatividade para dar conta de importantes divergências ao nível aspectual. Defende-se, em parti-

cular, que os diferentes tipos de formatação considerados podem revelar-se de grande utilidade para a compreensão do papel de C1 no todo da predicação e para a sistematização dos valores que este pode revestir, tendo em conta o tipo de operações (de natureza quantitativa e qualitativa) em que se encontra envolvido. Sublinha-se, mais uma vez, a importância que C1 pode assumir na estruturação temporal interna da predicação, nomeadamente o impacto da presença vs. ausência do Objecto ou a natureza da formatação da ocorrência do nominal que instancia C1, dada, sobretudo, pelo tipo de determinação que lhe está associado.

O terceiro capítulo é inteiramente dedicado à análise de configurações em que se manifesta o funcionamento compacto das situações. A formatação compacta de eventualidades é concebida como incapaz de estabelecer qualquer tipo de delimitação, seja intrínseca, seja situacionalmente. Nessa medida, a formatação compacta é-nos apresentada como uma realidade puramente qualitativa, em que apenas se verifica a atribuição de propriedades a C0. Na formatação compacta são atribuídas propriedades fora de qualquer tipo de ancoragem ou de localização situacional, verificando-se apenas a instanciação da noção. Defende-se a ideia de que a formatação compacta depende da conjugação de diferentes factores, nomeadamente a ruptura da localização tipicamente fornecida pelo Presente do Indicativo e uma não delimitação do domínio nocional. A não instanciação de C1 é igualmente encarada como fundamental, dado que qualquer tipo de fragmentação ao nível do domínio acarretaria obrigatoriamente a sua delimitação.

No sentido de ilustrar o funcionamento compacto, a autora procede ao estudo de nomes derivados em -or que, em contexto predicativo com determinante 0 e na ausência de qualquer tipo de complementos, parecem atribuir directamente propriedades a C0, na medida em que, nestas circunstâncias, não se verifica qualquer tipo de fragmentação do domínio.

Defende-se seguidamente que, sempre que C1 se encontra representado, a atribuição directa de propriedades é automaticamente bloqueada. Uma tal tomada de posição é justificada pela ideia de que C1 opera obrigatoriamente um qualquer tipo de fragmentação no domínio. Em consequência, postula-se uma distinção entre construções de atribuição de propriedades, associadas à formatação compacta, e estruturas de tipo habitual, que realizam uma formatação de tipo denso. Propõe-se, pois, que C1 opera sempre quantitativamente sobre a predicação, não permitindo interpretações puramente qualitativas.

São também apresentados alguns exemplos tradicionalmente considerados como de Objecto nulo que correspondem, afinal, a uma estratégia conducente à atribuição directa de propriedades a C0, sendo proposto que, nestes casos, a ausência de C1 é requerida para a homogeneidade qualitativa do domínio nocional. Assim, não estaríamos perante Objectos vazios, mas antes face a configurações diferenciadas que promovem interpretações independentes. Nesta perspectiva, a oposição entre verbos transitivos e intransitivos passa para segundo plano, na medida em que todos os verbos permitiriam a instanciação ou a não instanciação de C1, em conformidade com o tipo de formatação seleccionado.

Exploram-se ainda casos em que a expressão da formatação compacta implica alguma forma de graduação ou de intensificação, fazendo-se igualmente referência a verbos que não se revelam compatíveis com este tipo de perspectivação, em particular porque C1 tem de estar obrigatoriamente representado na predicação.

Em seguida, são investigadas as propriedades que caracterizam as nominalizações com sufixo -or em contexto predicativo, sendo defendida a ideia de que existe uma relação próxima entre a possibilidade de derivar este tipo de nominalizações e a viabilização de ocorrências de formatação compacta de situações associada às formas verbais que lhes dão origem.

O terceiro capítulo fecha com uma síntese da investigação levada a cabo até ao momento, destacando-se a ideia central de que C1 opera obrigatoriamente um qualquer tipo de partição no domínio, sendo, por conseguinte, totalmente incompatível com a expressão da formatação compacta.

No quarto capítulo, a autora volta a sua atenção para os casos que instanciam a formatação densa. Nesse sentido, observa que a formatação densa é aquela que revela maior instabilidade enunciativa, na medida em que supõe alguma tensão entre valores quantitativos e qualitativos. A interacção entre determinações internas e determinações externas irá, na maioria dos casos, permitir a estabilização das enunciações.

Partindo da análise de nominais que instanciam este tipo de estrutura, reconhece-se que a formatação densa corresponde a um caso intermédio e instável em que nem quantificação nem qualificação são predominantes. Para estabilizar este género de configurações será fundamental a consideração de determinações extrínsecas, nomeadamente no que diz respeito ao estabelecimento de localizações situacionais. O papel desempenhado pelos vários tipos de modificadores em ocorrências de natureza densa será, pois, de grande relevância para a sua estabilização.

Em 4.2. são tratados alguns exemplos de situações de natureza densa em que C1 não se encontra representado. Aqui a estabilização enunciativa pode ser propiciada por diferentes elementos linguísticos. É o caso de adverbiais temporais e quantificacionais em estruturas que exprimem habitualidade ou de tempos gramaticais, como o pretérito perfeito, que localizam a situação no eixo temporal em estruturas que dão conta de processos episódicos. Estes casos ilustram a importância das determinações externas no que toca à fragmentação do domínio nocional e no que respeita à estabilização deste género de ocorrências através da sua ancoragem situacional.

Como mais uma ilustração da grande relevância que os factores de determinação externa manifestam na estabilização de ocorrências, a autora concentra a sua atenção no funcionamento dos adverbiais temporais introduzidos por *durante* e *em*. É sustentada a ideia de que os referidos adverbiais temporais interferem efectivamente na construção das eventualidades em que participam, funcionando como estabilizadores de formatação densa.

Conclui-se, por conseguinte, que são vários os factores que, numa relação de interdependência, contribuem para a estabilização dos predicados densos. A estabilidade constitui-se como uma condição necessária no que se

refere ao funcionamento denso de uma enunciação e, no que às configurações de natureza verbal diz respeito, depende, tipicamente, da articulação entre determinações internas (papel desempenhado por C1 na relação prediativa) e determinações externas (elementos linguísticos que propiciam a ancoragem situacional).

Finalmente, no quinto capítulo, é estabelecida a distinção entre telos enunciativo e telos nocional, o que irá abrir caminho para a fundamentação da separação entre formatações densas e discretas ao nível da predicação. Um telos nocional é construído a partir das propriedades primitivas das noções envolvidas, em particular das propriedades dos nominais que instanciam C1. Por seu lado, o telos enunciativo encontra-se dependente de um vasto conjunto de operações enunciativas de cariz temporal, aspectual, quantificacional, que, em interacção dinâmica, constroem um ponto terminal; esse término, no entanto, terá de ser encarado como extrínseco à relação prediativa básica. Apenas o telos nocional, que assenta na correlação entre o verbo e C1, licencia o surgimento de um estado resultante. Na construção de predicações discretas, a fronteira final é conferida pela comparência de um telos nocional. Caso esse telos nocional não esteja presente, sendo substituído por um telos enunciativo, o resultado final será uma predicação de tipo denso. Assim, a presença e as características intrínsecas de C1 vão ser fundamentais para a obtenção de situações de natureza discreta, na medida em que é a construção do Objecto que condiciona a existência de um ponto terminal inerente ou telos nocional.

Tomando em consideração a interacção entre as operações qualitativas e quantitativas envolvidas, torna-se finalmente possível integrar as diferentes classes aspectuais de predicações na tricotomia discreto – denso – compacto. Assim, os estativos, na medida em que não ostentam qualquer tipo de fronteiras, configuram operações qualitativas, inscrevendo-se na formatação compacta. Já as actividades, cujas fronteiras são construídas extrinsecamente, remetem para a formatação densa. As eventualidades que, de alguma forma, integram um telos nocional, i.e., *accomplishments* e *achievements*, são tipicamente associadas a um funcionamento discreto. Sublinhe-se, no entanto, que, segundo esta perspectiva, a noção de recategorização de situações deixa de fazer sentido, na medida em que o valor aspectual de um enunciado é avaliado como uma construção enunciativa global, não sendo conferidas *a priori* propriedades aspectuais a cada uma das partes que o constituem.

A terceira parte do presente trabalho é inteiramente dedicada ao estudo do papel desempenhado por C1 na estruturação aspectual das predicações. Na realidade, vai ser defendida a ideia de que os diferentes estatutos que C1 pode assumir terão impacto directo na caracterização aspectual das eventualidades.

No primeiro capítulo é prestada alguma atenção à determinação no interior do domínio nominal e o impacto que esta tem na caracterização global da predicação. São igualmente apresentados e discutidos alguns conceitos e oposições importantes para a clarificação do papel de C1 no todo da predica-



ção como os de operação de construção vs. operação de especificação; ocorrências nocionais vs. ocorrências situacionais; singularização vs. discernibilidade.

A autora passa, em seguida, à análise de diferentes configurações associadas a C1 e ao seu impacto no que respeita à caracterização aspectual da predicação, sendo conferido especial destaque ao papel desempenhado pela determinação nominal neste processo.

Assim, no capítulo 2, é discutida a função desempenhada por C1 com estatuto de especificador. C1 especificador é caracterizado como um elemento, não necessariamente único, que, entre outros possíveis, promove a actualização do grupo de instanciáveis. Isto significa que C1 especificador não contribui para a delimitação aspectual da predicação, sendo a localização situacional a responsável pela formatação densa dos enunciados.

C1 especificador é caracterizado como pertencendo obrigatoriamente à ordem das entidades de tipo denso, sendo, no Português, tipicamente associado a um determinante zero.

Já C1 com estatuto de delimitador, que é analisado no capítulo 3, estabelece com a predicação uma dupla relação localizadora de construção e de especificação. Neste caso, não se trata apenas de actualizar um elemento indiferenciado da classe de instanciáveis mas antes de proceder a uma operação de identificação. Nesse sentido, C1 delimitador apresenta sempre um valor de referência único. Participando activamente na localização da situação, C1 delimitador tem um papel aspectual relevante: na medida em que estrutura o domínio nocional da relação predicativa, promove a formatação discreta da eventualidade em que ocorre.

C1 delimitador pertence tipicamente à ordem das entidades de tipo discreto, sendo em Português associado à determinação estabelecida pelo artigo definido.

Ao construir uma fronteira de completamento que pode ser ou não atingida, um valor de mira, C1 delimitador vai permitir alargar a discussão do conceito de telicidade. Nessa medida, propõe-se a substituição da divisão binária rígida entre télico e atélico pelo conceito de teleonomia. A teleonomia é-nos apresentada como uma construção de valor modal cujos resultados se encontram na estrita dependência do todo da enunciação. A natureza modal associada ao conceito de teleonomia permite dar conta das interacções que se estabelecem entre C1 delimitador e outros tipos de elementos linguísticos que eventualmente remetam para a suspensão do atingir da fronteira final. Será esta interacção entre determinações internas e determinações externas que nos irá ajudar a compreender melhor o designado paradoxo do imperfectivo.

Seguidamente é explorado um terceiro estatuto associado a C1: C1 quantificador. Envolvendo tipicamente a determinação por meio do indefinido singular, C1 quantificador remete para as operações de singularização e de discernibilidade. Nessa medida, C1 quantificador contribui para a formatação discreta da predicação em que comparece. No entanto, tendo em conta que, nestes casos, não se verifica qualquer delimitação, não é possível a con-

cretização de um estado resultante. C1 quantificador limita-se, pois, a construir uma operação de extracção ou de singularização, diferindo, nesse sentido, de C1 delimitador que licencia a ocorrência de um estado consequente. O contraste de funcionamento entre estes dois estatutos de C1 é sobretudo visível ao nível do seu comportamento no contexto do pretérito perfeito composto, de *acabar de* e de *já*.

No capítulo 4 são investigadas outras construções que envolvem C1 quantificador, nomeadamente aquelas em que intervêm os designados nomes de quantidade ou de medida. Os quantificadores procedem a uma operação de extracção no interior do domínio nominal, permitindo a discretização de nominais densos ou o estabelecimento de relações de meronímia quando combinados com nominais discretos. Também nestes casos, C1 quantificador funciona como um singularizador de ocorrências de processo mas não como um delimitador teleonómico, uma vez que não é activado um estado consequente. Os numerais parecem igualmente favorecer uma leitura quantificacional do Objecto em que se encontram integrados.

São ainda abordados os casos em que a operação de determinação é estabelecida ao nível lexical, destacando-se as relações de hiponímia / hiperonímia propiciadas pela comparência de C1 quantificador. Nestas circunstâncias, verifica-se a lexicalização da relação predicativa que se substitui à extracção no interior da classe de instanciáveis.

Independentemente de ostentarem características diferenciadas, os vários estatutos que C1 pode assumir só poderão ser determinados através da sua realização efectiva em cada enunciado concreto.

No sentido de ilustrar a interdependência que se verifica entre determinações internas e determinações externas ao nível da caracterização aspectual das situações, a autora investiga o funcionamento do marcador *até*. *Até* constrói um percurso ao longo de um dado intervalo e uma fronteira final que, no entanto, é extrínseca em relação à entidade sobre a qual incide a operação. Assim, embora marque uma fronteira ou limite, *até* não comporta em si valores de teleonomia, não determinando, por conseguinte, a formatação da predicação. Um tal papel continua a ser desempenhado por C1. Isto significa que o marcador *até* e C1 interagem dinamicamente na construção do valor aspectual da predicação em que se encontram representados.

O último capítulo da terceira parte é dedicado ao papel desempenhado por C1 em operações de natureza estritamente qualitativa. É o que se passa, por exemplo, com os objectos cognatos que, tipicamente, são acompanhados de um modificador. Nestes casos, verifica-se uma falsa extracção centrada numa propriedade diferencial qualitativamente relevante; C1 não opera uma verdadeira discretização, remetendo apenas para uma alteridade qualitativa. Como consequência, os objectos cognatos funcionam qualitativamente, na medida em que predicam sobre C0, não tendo influência directa sobre caracterização aspectual da predicação que se inscreve no funcionamento compacto.

Um outro caso em que o Objecto não influi na determinação aspectual da predicação parece ser aquele em que C1 funciona unicamente como

suporte de uma predicação sobre C0. Também aqui não se verifica a fragmentação do domínio e, assim, a eventualidade inscreve-se na formatação compacta.

A quarta e derradeira parte da obra é dedicada à relação que se estabelece entre C1 e a noção de estado resultante.

No primeiro capítulo são analisados e discutidos os diferentes valores que o marcador *já* pode assumir, dependendo do contexto em que ocorre. Assim, em combinação com o Presente do Indicativo, *já* constrói uma transição ou fronteira entre duas classes de instantes em que são validados dois estados de coisas divergentes; *já* actua ao nível do domínio temporal. Com o Presente do Indicativo, C1 especificador não altera significativamente o valor temporal da construção. Pelo contrário, a instanciação de C1 delimitador promove a singularização da eventualidade, favorecendo uma interpretação em que *já* remete para a imediatez.

No contexto do Pretérito Perfeito, *já* assume um comportamento bastante diferente. Expressa, tipicamente, a singularização de uma situação num conjunto de instantes relevante. Quando se combina com C1 delimitador, *já* estabelece o intervalo de tempo ocupado pelo estado resultante. A instanciação de C1 delimitador implica a ocorrência singular e discreta de uma situação; *já* facilita a construção de um intervalo semi-aberto em que o estado resultante validado por C1 decorre. A instanciação de C1 especificador anula a construção de ocorrências singulares, favorecendo, pelo contrário, uma interpretação em que obtemos um conjunto de situações que se repetem, i.e., uma leitura de tipo iterativo. *Já* constrói um intervalo em que é validada a existência de um número indeterminado de ocorrências de uma dada eventualidade com duração ou relevância actual.

O último capítulo deste trabalho é inteiramente dedicado à caracterização da noção de estado resultante. Com base no estatuto de C1, é estabelecida a diferença entre estado resultante e estado contíguo. Em seguida, é prestada alguma atenção à expressão linguística da resultatividade, em particular através das construções C1 + *estar* + Particípio Passado flexionado e *ter* + C1 + Particípio Passado flexionado. Defende-se uma relação estreita entre a teleonomia, a presença de C1 delimitador e a construção de um estado resultante.

Em suma, não temos quaisquer dúvidas em afirmar que o presente trabalho nos traz uma contribuição de inegável relevância para uma melhor compreensão de diferentes fenómenos linguísticos. Em particular, oferece-nos novas perspectivas de análise que possibilitam um conhecimento mais aprofundado no que diz respeito à redefinição do conceito de Objecto e aos fenómenos aspectuais que a ele se encontram ligados. Ao investigar os diversos estatutos que C1 pode assumir, as configurações que os SNs que actualizam o Objecto podem revestir, bem como o seu impacto no que se refere à interpretação aspectual das predicções, esta obra permitiu-nos ter uma visão renovada sobre as relações entre determinação nominal e determinação verbal. A transcategorialidade que aqui é assumida conduz-nos, por

outro lado, a encarar os diferentes factores linguísticos como participantes indissociavelmente interligados na construção do enunciado.

Se é certo que nos são fornecidas respostas esclarecedoras para muitas das problemáticas abordadas, não deixam, contudo, de subsistir desafios e questões em aberto que próximos trabalhos precisam de ter em conta. Destacaremos, em seguida, três interrogações que a presente análise suscitou e que poderão ser objecto de investigação futura.

Um primeiro desafio prende-se com o estatuto do argumento seleccionado pelos verbos inacusativos. Se, na linha da definição puramente posicional que aqui é proposta, o concebermos como C0, a análise parece não fornecer quaisquer pistas para uma explicação adequada das diferenças notórias, em termos de comportamento linguístico, que se observam entre os SNs que o realizam e os sujeitos de verbos inergativos. Mais problemático ainda parece ser o facto de que os argumentos de verbos inacusativos desempenham um papel relevante na determinação aspectual da predicação em que comparecem, na medida em que, nas circunstâncias adequadas, licenciam um estado resultante, aproximando-se, neste aspecto, dos C1s com estatuto de delimitador (cf. “O gato morreu”, “O gato está morto”; “O jogador caiu”, “O jogador está caído”; “O barco encalhou”, “O barco está encalhado”). Se, pelo contrário, assumirmos que o argumento dos verbos inacusativos é, na realidade, C1, então uma definição estritamente posicional deste conceito terá de ser definitivamente abandonada.

Um segundo desafio prende-se com a grande heterogeneidade que se pode constatar no interior do domínio denso ao nível das eventualidades. Na realidade, é defendido que tanto estruturas envolvendo habitualidade (cf. “O João estuda matemática todos os dias”), quanto ocorrências situacionais singulares indeterminadas (i.e., os processos, na terminologia de Moens (1987); cf. “O João correu durante meia hora”) configuram a formatação densa. Um tal facto deixa sem resposta a questão relativa ao papel aspectual que a quantificação sobre situações desempenha no sistema delineado. Por outras palavras, como poderá a hipótese desenvolvida ao longo deste trabalho acomodar os efeitos aspectuais que a quantificação sobre situações (por exemplo, através da expressão da habitualidade) acarreta para as interpretações finais dos enunciados?

Finalmente, será interessante reflectir sobre as propriedades aspectuais de construções como “O João vende livros” (no sentido de “O João é vendedor de livros”) ou “A minha impressora imprime folhas A3” (no sentido de “A minha impressora tem a capacidade de imprimir folhas A3”). Pertencerão estas configurações ao domínio compacto ou ao denso? Caso a opção seja pela formatação compacta, qual o papel desempenhado por C1 nestas estruturas? Pelo contrário, caso sejam integradas na formatação densa, quais poderão ser as propriedades, em termos aspectuais, que nos permitem distingui-las de enunciados como “O João fuma”, inequivocamente situados no domínio compacto? Ou seja, se, em termos puramente teóricos, a divisão entre formatação densa e formatação compacta de situações poderá não suscitar grandes dúvidas, importa esclarecer, ao nível empírico, quais os com-

portamentos linguísticos que caracterizam cada um dos domínios e que, na prática, permitem estabelecer a distinção entre ambos.

Como conclusão, diremos que, ao fornecer perspectivas inovadoras relativamente ao estudo do conceito de Objecto, da sua relação com o Aspecto e das interações que se estabelecem entre os domínios nominal e verbal, esta obra será de grande interesse não só para investigadores na área da semântica e da linguística em geral, mas também para estudantes, professores de Português e todos quantos se interessem pela caracterização e pelo funcionamento deste tipo de estruturas da língua.

### Apreciação Crítica da Dissertação de Doutoramento

**SILVA, Augusto Soares da (2002), Recensão crítica in: *Revista Portuguesa de Humanidades*, Ano 2002, Vol. 6, Fasc. 1 - 2, 506- 510.**

HANNA JAKUBOWICZ BATORÉO, *Expressão do Espaço no Português Europeu. Contributo Psicolinguístico para o Estudo da Linguagem e Cognição*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2000, 930 pp.

Se estudar o Espaço convoca vários saberes, também é verdade que o mesmo constitui uma das áreas mais transparentes da interdependência entre linguagem e cognição. Não é por acaso que nas duas últimas décadas, marcadas pelo estudo da mente e do cérebro, tem estado constantemente presente quer como objecto quer como sujeito e tanto ao nível teórico como meta-teórico na construção do paradigma cognitivo em Psicologia, Neurociências, Linguística, Inteligência Artificial, Antropologia, entre outras ciências cognitivas. justamente no quadro da Linguística Cognitiva, predominantemente desenvolvida por G. Lakoff, R. Langacker e L. Talmy, que não só os marcadores linguísticos do espaço (com destaque para preposições, verbos e deícticos) têm sido objecto de muitos dos trabalhos mais relevantes como as principais teorias, métodos e agendas deste novo paradigma linguístico estão enformadas pelo próprio espaço: é o caso da *gramática cognitiva* de R. Langacker, inicialmente denominada *gramática espacial*, da *teoria da metáfora conceptual* de G. Lakoff e M. Johnson, da *teoria dos espaços mentais* e da *integração conceptual* ("blending") de G. Fauconnier e M. Turner, da *dinâmica de forças* e da tipologia espacial de L. Talmy ou ainda, com origem na Psicologia Cognitiva, da *teoria do protótipo* de E. Rosch. Destas investigações linguísticas e psicológicas e de outras psicolinguísticas e antropológicas sobre a aquisição da linguagem espacial, com destaque para os trabalhos experimentais de M. Bowerman, M. Hickmann e H. Hendriks, convergem evidências sobre a função primordial do espaço na cognição humana, quer na organização da nossa própria existência quer na estruturação de outros domínios.

Neste vasto espaço *cogn(osc)itivo* que se situa a presente obra, decorrente de uma ligeira adaptação da dissertação de doutoramento em Linguística (Psicolinguística) apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa em 1996. Resultado de uma investigação desenvolvida no Laboratório de Psicolinguística da mesma Faculdade (dirigido por Isabel Hub Faria, que também orientou aquela dissertação), mas que reflecte uma longa e diversificada experiência de estudo e actividade da Autora, de nacionalidade polaca, dedicada à expressão do espaço, com raízes nos primeiros escritos de sua compatriota Anna Wierzbicka, propõe-se este trabalho, partindo do pressuposto "moderadamente whorfiano" de que as línguas diferem na estrutura semântica que apresentam, analisar a *interface expressão linguística - cognição espacial* na variante europeia da língua portuguesa, num enquadramento amplamente interdisciplinar, marcado sobretudo pela Psicologia Cognitiva e pela Linguística Cognitiva, e tendo por suporte experimental cento e vinte narrativas provocadas, produzidas por sessenta adultos e sessenta crianças falantes nativos do português europeu.

Compõem este estudo, pioneiro entre nós e um dos primeiros orientados pela perspectiva da linguística cognitiva, seis extensos capítulos, seguidos de uma muito completa e actualizada bibliografia e de anexos, que incluem o *corpus* das narrativas referidas, transcrito e analisado segundo o sistema *CHILDES*. No capítulo introdutório, é feita uma revisão global dos estudos sobre o espaço em diversas áreas do saber, desde a Filosofia, Lógica, Matemática, Física, Geometria e Astronomia até à Psicologia, Antropologia, Artes, Literatura e Linguística, mostrando como a problemática espacial tem sido abordada ora ontologicamente, indagando a forma e o grau de existência objectiva, ora psicologicamente e portanto do ponto de vista subjectivo. Seguem-se dois capítulos de enquadramento teórico, metodológico e descritivo, evidenciando ambos a importância da *revolução cognitiva* (ou antes de duas revoluções cognitivas) para os estudos da linguagem e, especialmente, para a conceptualização/cognição espacial e sua expressão

linguística, com destaque para o domínio psicolinguístico da compreensão, produção e aquisição da linguagem. O capítulo 2 contrasta a concepção *modular* desenvolvida pela linguística também cognitiva de N. Chomsky e a concepção *holística* mais recentemente elaborada pela Linguística Cognitiva de G. Lakoff, R. Langacker ou L. Talmy e pela Psicolinguística Cognitiva de E. Clark, D. Slobin ou M. Bowerman. Merecem especial discussão os diferentes modelos de aquisição e desenvolvimento da linguagem, quer os tradicionais, como sejam o comportamentalismo de Skinner, o inatismo de Chomsky, o construtivismo de Piaget e a teoria da aprendizagem de Pinker, quer os mais recentes, como o modelo competitivo e o modelo conexionista. O capítulo 3 foca, dentro desta área de investigação interdisciplinar sobre Linguagem e Cognição, a problemática do Espaço, como percepção, representação, cognição, expressão linguística e aquisição. Ainda nestes dois capítulos, apresentado o enquadramento teórico da Linguística Cognitiva, muito especialmente os trabalhos sobre padrões de conceptualização e lexicalização do espaço desenvolvidos por Leonard Talmy. Partindo dos pressupostos da Teoria Localista, nomeadamente da hipótese de que toda a nossa existência tem um substrato cognitivo espacial, e das fundamentações *espaciais* da Semântica (e Gramática) Cognitiva, conclui-se com a explanação da tipologia espacial elaborada por L. Talmy tanto para o movimento como para a localização (que inclui os elementos Figura, Fundo, Deslocação, Percurso, Modo/Causa) tendo em vista a determinação de primitivos cognitivos e/ou linguísticos do Espaço - àqueles são acrescentados a verticalidade, área espacial, inclusão, suporte, contacto, ligação e ainda características dimensionais abstractas tais como ponto, linha, plano, volume. Esta proposta de primitivos espaciais de Talmy é cruzada com a de Anna Wierzbicka sobre os primitivos linguísticos em geral e com os estudos psicolinguísticos do espaço a nível interlinguístico de Melissa Bowerman, Maya Hickmann, Dan Slobin e Ruth Berman. Termina o capítulo 3 com questões antropológicas, envolvendo oposições como *esquerda/direita*, e seguindo de perto os resultados do Grupo de Antropologia Cognitiva do Max-Planck Institute de Nijmegen (Holanda), actualmente liderado por Stephen Levinson.

Os dois capítulos seguintes trazem a investigação original sobre a conceptualização/expressão do espaço no português europeu, um ao nível sistémico e o outro ao nível da produção textual. O capítulo 4 analisa vários marcadores gramaticais, lexicais e contextuais, observando as suas idiossincrasias e as interdependências existentes na expressão de referências espaciais, temporais e aspectuais. Merecem destaque as preposições e locuções prepositivas, expressões deícticas, muitos verbos espaciais, a gramaticalização da construção *tomar* + V e a organização espacial do texto. A partir da tipologia de Talmy, são determinados o *protótipo espacial* e os vários *padrões de lexicalização* do espaço no português europeu. Aquele revela uma clara predominância da expressão do eixo vertical, da relação de inclusão e dos pontos limítrofes (e não importância da orientação do eixo lateral). Estes incluem o padrão de localização estática e três casos específicos do padrão de movimento (*andar*; *tomar*, *agarrar*, *pegar*; *levar*, *trazer*), ocorrendo em todos a fusão da Deslocação e do Percurso (o padrão prototípico do português), e ainda padrões de não-lexicalização destes dois elementos e padrões centrados no Fundo, na Figura e no Modo. Verifica-se que o esqueleto espacial do português europeu é constituído por vinte e nove marcadores linguísticos, dos quais mais de metade são verbos e os outros são seus satélites, predominantemente preposições e advérbios, e todos permitem definir a Existência, a Localização estática, o Movimento da Figura em relação ao Fundo e, neste último, os marcos fundamentais de Origem, Percurso, Direcção e Alvo. Definindo o esquema imagético da localização como "Figura colocada espacialmente em relação ao Fundo", são analisados os marcadores locativos (preposições e locuções prepositivas), estruturados em função das orientações dos eixos vertical ('cima'/'baixo') e sagital ('frente'/'trás'), bem como das relações de inclusão e proximidade, com destaque para *em*, descrito como "marcador topológico de base", e *a*, "marcador espacial típico". Demonstra-se ainda que o vocabulário centrado na Figura é muito rico e produtivo, ao passo que o vocabulário centrado no Fundo tende mais à metaforização. Na última secção, são analisados os factores linguísticos, cognitivos e culturais na definição do modelo espaço-temporal do texto, com destaque para a definição de 'frente' na ordem linear da escrita. Todo o capítulo 4, que inclui um conjunto de vinte e oito quadros de sistematização de

estruturas espaciais, constitui assim uma bem fundamentada e consistente tipologia do espaço em português europeu, identificando ao mesmo tempo as restrições que a língua portuguesa efectua sobre os primitivos espaciais de carácter cognitivo, identificados no capítulo anterior. Por seu lado, o capítulo 5 é dedicado à análise psicolinguística da expressão do espaço, mais especificamente da sua produção e aquisição, nas cento e vinte narrativas provocadas. Caracterizada a metodologia de recolha e codificação, definidos os parâmetros espaciais destas narrativas constituídas por *Histórias do Cavalo e do Gato* (de acordo com as técnicas de experiências provocadas de Maya Hickmann) e tomando em conta as variáveis língua, história narrada, tipo de protagonista e idade, o estudo determina *quando* e *como* as crianças portuguesas estabelecem o *enquadramento espacial*, por um lado, e a *ancoragem espacial*, por outro, factores considerados fundamentais na expressão do espaço e definidos em função da referência nominal (expressão da *figura* e do *fundo*) e verbal (tipo de relacionamento entre *figura* e *fundo*). A idade dos sete anos é apontada como o limiar na aquisição da expressão espacial e mostra-se que a conceptualização do espaço por parte dos adultos se operacionaliza tanto do ponto de vista cognitivo como sócio-cultural. Entre outros resultados da análise experimental, é destacada a importância da variável *idade* no desenvolvimento da referência e expressão espaciais nos textos produzidos e comprovado o facto de que factores linguísticos, cognitivos e sócio-culturais interagem e interpenetram-se na expressão do espaço ao nível da produção oral. Finalmente, no capítulo 6 são inventariados os resultados da análise e propostos novos caminhos de investigação da interface entre linguagem e cognição espaciais que envolvem questões de carácter sintáctico-semântico, prosódico, de variação linguística e de aquisição de língua não-materna. Obra pioneira em Portugal nos estudos linguísticos do Espaço, várias razões fazem dela uma obra da maior relevância, não só para quem se ocupa da temática espacial, como no contexto do actual paradigma das Ciências da Cognição. Primeiro, a natureza globalizante da análise, cruzando saberes de várias ciências, predominantemente da Linguística, Psicologia e Antropologia, e orientando-se em função de critérios não apenas linguísticos, mas também cognitivos e culturais. Segundo, e em consequência do anterior, a abundância e riqueza de informação e fundamentação que disponibiliza ao linguista e ao psicolinguista e os caminhos que abre no tão vasto domínio de investigação da Linguagem e Cognição. Terceiro, a parametrização da tipologia do espaço no português europeu que propõe, determinando o seu protótipo, os seus padrões de lexicalização e os seus marcadores linguísticos e as restrições que a língua portuguesa efectua sobre os primitivos espaciais cognitivos, e tudo com base na análise de vários sectores do léxico/vocabulário espacial. Quarto, os resultados psicolinguísticos sobre produção, compreensão e aquisição da linguagem espacial, que contrariam a teoria chomskyana da modularidade e confirmam as hipóteses linguísticas e cognitivas de L. Talmy e os métodos e resultados psicolinguísticos de M. Bowerman, M. Hickmann e H. Hendriks. Quinto, a comprovação psicolinguística das interligações entre espaço, tempo e aspecto, espaço, posse e pertença e ainda espaço, existência e negação. Por último, a presente obra demonstra bem a vitalidade teórica e metodológica tanto da Linguística Cognitiva como da Psicolinguística Cognitiva e constitui um importante contributo para a compreensão de um domínio fundamental da cognição humana como é o da conceptualização e verbalização do Espaço.

Augusto Soares da Silva  
Universidade Católica - Braga

[topo](#)  
[voltar](#)

Esta página: <http://hanna-batoreo.planetaclix.pt/rec1.html>  
Actualização: Janeiro de 2011



Sociero, José - A precariedade como modo de vida? Recensão crítica do livro *Jovens em Transições Precárias...*  
*Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXIV, 2012, pág. 231-236

## A precariedade como modo de vida?

Recensão crítica do livro

*Jovens em Transições Precárias. Trabalho, Quotidiano e Futuro.*

José Sociero<sup>1</sup>

Universidade de Coimbra

É provável que, quando Nuno de Almeida Alves e a equipa do Observatório das Desigualdades iniciaram a investigação que veio dar origem a este livro, não imaginassem a centralidade que o tema da precariedade juvenil iria assumir no espaço público no ano de 2011. É certo que a problemática das transformações no mundo do trabalho, das transições difíceis dos jovens, dos processos de precarização do emprego, de prolongamento da dependência e de adiamento da emancipação da juventude não só estavam latentes como tinham dado origem, em anos anteriores, a alguns fenómenos de mobilização coletiva – de que são exemplo movimentos como o MayDay, o FERVE, os Precários Inflexíveis, entre outros. Mas seria a “Geração à Rasca” e a expressiva manifestação do 12 de março de 2011 que trariam esse assunto, diretamente, para o centro do debate público, mediático e político no nosso país. De resto, não foi apenas em Portugal que estes problemas – uma condição juvenil marcada pelo desemprego, pela precariedade, pelo desencanto com as instituições políticas e pela frustração em relação a um futuro que não parece trazer nenhuma previsibilidade nem garantia de uma vida melhor – deram origem a grandes mobilizações.

<sup>1</sup> Licenciado em Sociologia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Porto, Portugal). Doutorando em Relações de Trabalho, Desigualdades Sociais e Sindicalismo pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra/Centro de Estudos Sociais (Coimbra, Portugal). E-mail: ziro\_s@yahoo.com

O último relatório da Organização Internacional do Trabalho sobre a situação da juventude refere-se a esta como uma “geração perdida”. Com a generalização de formas precárias de emprego, com taxas de desemprego jovem a rondar os 25% no Norte de África e os 18% na Europa (41,6% em Espanha, cerca de 35% em Portugal), com a disseminação da pobreza assalariada (onde os jovens surgem de forma desproporcionada: 23,5%), com os jovens a constituírem já a maioria dos desempregados de longa duração, a OIT salienta que têm sido eles a pagar o preço mais alto em termos de emprego ao longo da crise que se instalou desde 2008 e que os protestos que este ano tiveram lugar no Norte de África, mas também em Espanha, Inglaterra ou Grécia, encontram aqui a sua raiz fundamental (OIT, 2011: 3-6).

O livro *Jovens em Transições Precárias* traça um retrato deste fenómeno a partir de entrevistas a 80 indivíduos entre os 18 e os 34 anos que se encontram em postos de trabalho pouco qualificados e de baixa remuneração, refletindo sobre o modo como as suas trajetórias têm impacto não apenas na esfera laboral mas na instalação da precariedade como modo de vida, com quotidianos marcados pela imprevisibilidade, por “um estado de limite quase permanente”, com uma relação problemática com o futuro, tornando-se difícil projetar prospetivamente a vida.

Uma das maiores virtualidades deste livro passa precisamente por trabalhar uma amostra em que os jovens licenciados não são dominantes, ao contrário do peso que têm tido no espaço público e na construção das representações e dos discursos sociais sobre este tema no espaço mediático, talvez pelo protagonismo que aquele segmento tem tido nos movimentos que surgiram ao longo de 2011. Assim, a presente investigação permite desconstruir a ideia da homogeneidade das transições precárias, e fá-lo através de uma tipologia que cruza formação escolar acumulada e profissão desempenhada, dando origem a quatro categorias de jovens trabalhadores: executantes de escolaridade superior, executantes de escolaridade intermédia, executantes de escolaridade elementar e operários. Sem negar que haja alguns elementos de tipicidade juvenil (e eles existem!), o estudo permite perceber que, ao nível das inserções laborais, das estratégias mobilizadas, das trajetórias familiares e de pares, dos rendimentos, dos graus de autonomia (nomeadamente residencial e financeira) e do modo como se projetam os futuros laborais, cada um destes grupos vive a precariedade e a transição para a vida adulta de forma muito diversa.

Ainda que centrado nos testemunhos e nas experiências dos 80 jovens com trabalhos pouco qualificados e com baixa remuneração que foram entrevistados, o livro enquadra essas narrativas nas tendências de recomposição da estrutura ocupacional e nas mudanças ocorridas ao nível da educação e da qualificação no nosso país, em particular no período entre 2000 e 2010. O aumento muito significativo das qualificações da população empregada, de profissionais e técnicos, de postos de trabalho pouco qualificados no setor de serviços e a diminuição do trabalho manual são o pano de fundo destas alterações. O estudo defende que existe em Portugal uma associação particularmente forte “entre qualificação académica e enquadramento ocupacional” (p. 36), dando origem a uma forte hierarquização credencialista. Esta ocorre, contudo, num contexto em que o emprego disponível não absorve as qualificações, fazendo com que uma parte da população mais credenciada só tenha como oportunidade funções menos qualificadas, ocupando postos de trabalhos intermédios, o que funciona como forma de compressão salarial e pressão sobre os que detêm qualificações intermédias, que ocupam postos desqualificados. Esta realidade pode gerar situações diferenciadas: adequação entre formação e ocupação, mas com vínculo precário; inadequação entre a formação e a função desempenhada, mesmo com vínculo adequado à profissão; e adequação entre formação e posto de trabalho, mas com remuneração reduzida, com as consequências que se imagina nas restantes esferas da vida.

Ao nível da precariedade contratual, faz-se uma caracterização da evolução na última década: aumento da contratação a termo, com particular incidência no setor dos serviços; proliferação do trabalho informal e irregular, nomeadamente dos “falsos recibos verdes”; existência de *part-time* e de pluriatividade, sobretudo entre jovens estudantes que acumulam formação e trabalho. Um aspeto interessante é que as contratações regulares (sem termo, a termo incerto ou a termo certo) são mais frequentes entre os operários e é entre os executantes de escolaridade superior que mais proliferam as situações de informalidade e flexibilidade, nomeadamente o falso trabalho autónomo. Um outro elemento é a confirmação da associação entre o processo de precarização e a emergência do que se vem chamando de “geração *low cost*” (Chauvel, 2008): as recompensas salariais dos jovens precários situam-se abaixo da média praticada para as mesmas funções em situação de contratação regular.

Tratando-se de uma amostra de jovens com inserções desqualificadas, seria expectável que se confirmasse a frequência de percursos de escolaridade curtos, escolhas de cursos com reduzidas oportunidades no mercado de trabalho e trajetórias dependentes do (fraco) nível de capital social. É interessante verificar como, no conjunto dos entrevistados, se chega à conclusão que as redes familiares e de sociabilidade são absolutamente determinantes na obtenção de emprego, em particular no caso dos jovens mais descapitalizados. As tendências de alongamento, complexificação e deslinearização dos percursos de transição entre escola e trabalho são confirmadas por este estudo, sendo que é no setor dos serviços que aqueles são particularmente “longos, sinuosos e diversos” (p. 68).

No que diz respeito à autonomia e aos rendimentos, o elemento que me parece mais expressivo é o da importância da “família-providência”. A rede de suporte familiar, seja relativamente ao apoio económico, ao auxílio com tarefas domésticas e guarda de crianças, seja mesmo a ajuda em géneros, é determinante nos processos de autonomização destes jovens. Trata-se aqui não apenas do adiamento da saída de casa dos pais, que é um dado recorrente – um estudo recente revelava mesmo que cerca de 60% dos jovens adultos entre os 18 e os 34 anos vivem na casa dos seus pais (Eurostat, 2010) – mas ainda, neste caso, de um prolongamento da dependência em relação aos ascendentes. Mesmo nas situações em que já existe autonomia residencial, ela é dependente ou pelo menos apoiada pelos pais. Claro que, também neste domínio, a classe conta: as estratégias de autonomização variam consoante a escolaridade, a situação contratual e a remuneração, podendo este apoio familiar funcionar nalguns casos, como no das classes mais capitalizadas, como forma de proteção num período de espera por ofertas de emprego mais qualificadas ou mais satisfatórias.

É porventura em relação ao futuro que se verificam as maiores disparidades. Ele pode ser para alguns jovens, como assinala esta obra, “um horizonte fechado a partir do qual não conseguem perspectivar um caminho ou possibilidades alternativas” (p. 110) ou pode ser, para outros, “um campo mais ou menos viável e realizável de oportunidades” (*ibidem*). A opção dos autores é criar uma tipologia de “projeções cumulativas” – que passam pela mobilização estrategicamente orientada dos recursos que se possuem ou pela aquisição de novos recursos – e de “projeções não cumulativas” – independentes de qualquer mobilização de recursos. A maioria dos entrevistados formulam projeções deste último tipo, sejam elas contingentes (“não posso ver o dia de

amanhã, porque não sei”), orientadas para a imobilidade (prolongamento mais ou menos linear da situação em que se está) ou para a descontinuidade (nomeadamente através de projetos de emigração). Este capítulo, que é o último do livro, permite perceber de que forma o tipo de reflexividade destes jovens é marcado pelo risco de perder o emprego, pelos imprevistos socioeconómicos, pela incerteza, pelo desgaste do quotidiano. Ou seja, como se situam nos antípodas das teses mais entusiastas que fizeram a apologia da improvisação reflexiva do futuro e até do suposto potencial libertador do trabalho flexível e do “modelo biográfico” no mundo laboral (estou a lembrar-me, por exemplo, de Giddens e mesmo de Beck).

Em Portugal, têm-se realizado, nos últimos anos, vários trabalhos importantes sobre a questão da precariedade laboral, com enfoques diferentes. O campo da sociologia portuguesa tem produzido dados relevantes e reflexões oportunas sobre este fenómeno. O livro *Jovens em Transições Precárias* é um momento significativo deste percurso. Para quem, como eu, tem tentado refletir sobre o cruzamento entre as transformações no mundo do trabalho, o novo regime do capitalismo marcado pela precariedade, a condição juvenil no nosso país e as dinâmicas de ação coletiva (movimentos e sindicatos), este livro aguça ainda mais a vontade de uma investigação que tente desbravar este caminho. Com efeito, se a precariedade induz dificuldades crescentes de identificação e mobilização a partir do coletivo de trabalho, se quebra velhas solidariedades operárias, se se combina com a construção de *habitus* realistas e conformistas em relação ao futuro, a verdade é que, num contexto de agravamento do fosso entre a crescente escolarização da juventude e a frustração das expectativas de mobilidade que essa maior qualificação poderia gerar, a precarização, a dificuldade de autonomização, o alongamento e a complexificação das transições para a vida adulta geram igualmente sentimentos de frustração e ressentimento que podem dar origem a fenómenos de ação coletiva. O ano de 2011 demonstrou que a precariedade é não apenas uma condição laboral e social mas também uma categoria de mobilização política. Assim sendo, como podem as ciências sociais contribuir para perceber os processos que produzem essa mobilização? Como caracterizar as modalidades de ação coletiva que têm sido experimentadas? A partir de que identidades? Quais as diferenciações e clivagens a que obedecem? Que narrativas e formas de classificação da realidade se confrontam na descrição desta realidade? Como reagem a ela as

instituições? Eis algumas outras questões que a sociologia pode e deve tomar como objeto do seu ofício.

#### Referências bibliográficas

- ALVES, Nuno de Almeida; CANTANTE, Frederico; BAPTISTA, Inês; CARMO, Renato Miguel do (2011), *Jovens em Transições Precárias. Trabalho, Quotidiano e Futuro*, Lisboa, Mundos Sociais.
- CHAUVEL, Louis (2008), “L’horizon obscurci des jeunes générations”, in Stéphane Beaud, Joseph Confavreux e Jade Lindgaard (dir.), *La France Invisible*, Paris, La Découverte.
- EUROSTAT (2010), “51 million young EU adults lived with their parent(s)”, in *Statistics in focus* 50/2010. [Consult. a 14.01.2012]. Disponível em: [www.epp.eurostat.ec.europa.eu](http://www.epp.eurostat.ec.europa.eu).
- OIT (2011), “Global Employment Trends for Youth update”. [Consult. a 29.01.2012]. Disponível em: [www.ilo.org](http://www.ilo.org).

Brandão, Miguel Quaresma – Recensão crítica do livro *Portugal nas Transições - O Calendário Português...*  
*Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXVI, 2013, pág. 229-234

### Recensão crítica do livro

#### *Portugal nas Transições – O Calendário Português desde 1950*

Miguel Quaresma Brandão<sup>1</sup>

*Universidade do Porto*

Trata-se do penúltimo livro de Mário Murteira: um ensaio económico e sociológico de 167 páginas, publicado pelo Sítio do Livro, numa edição da CESO CI Portugal, que adicionou mais um título bibliográfico à vasta obra publicada deste conceituado economista, Professor Emérito e Professor Catedrático Jubilado do ISCTE-IUL, recentemente falecido, que foi agraciado, no ano de 2009, com o «Prémio Carreira» da Ordem dos Economistas e condecorado, em agosto de 2010, com a Primeira Classe da Medalha de Mérito, pela Presidência da República de Cabo Verde, para referirmos duas das últimas distinções que foram atribuídas a um dos *founding fathers* da investigação e do ensino das Ciências Sociais em Portugal, na década de 50 do século XX, com Adérito Sedas Nunes, e que se podem considerar o corolário do reconhecimento contínuo do seu longo percurso académico e científico, realizado quer em Portugal, quer no estrangeiro.

Com uma pequena introdução, denominada «Notas Prévias» (MURTEIRA, 2011: 7-9), de Américo Ramos dos Santos (ISEG-UTL e Presidente do Grupo CESO CI) e com um prefácio poetizado (*idem*: 17-18) de José Manuel Rolo (ICS-UL), este livro de Mário Murteira pretende fazer “uma leitura aprofundada, embora sintética, do trajecto da economia e sociedade portuguesas desde 1950” (*idem*: 13), ao aplicar, em

<sup>1</sup>Investigador Integrado do Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Fundação Universidade do Porto. Linha de Investigação “Trabalho, Emprego, Profissões e Organizações”. Bolsiço de Investigação Científica da Fundação para a Ciência e Tecnologia, I.P., do Ministério da Educação e Ciência. Doutorando em Sociologia (DS-FLUP) (Porto, Portugal). Endereço de correspondência: Instituto de Sociologia | Faculdade de Letras da Fundação Universidade do Porto | Torre B, 2º Piso, Gabinete 251 | Via Panorâmica, s/n | 4150-564 Porto | Portugal. E-mail: mbrandao@letras.up.pt

termos estruturais, o conceito económico e sociológico de ‘*transição*’ para dar inteligibilidade científica aos processos socioeconómicos de mudança, dando conta, neste caso específico, do fluir espontâneo e endógeno da trajetória do Estado-nação português durante as últimas seis décadas, enquadrado nos processos substanciais de transição que costumam ocorrer à escala mundial. O autor defende que esses processos correspondem, na realidade, a modos diferentes de olhar, ou interpretar, o fluir genérico de “um único processo de transição, que é afinal a própria corrente da História” (*idem*: 19), pelo que a procura interpretar retrospectivamente, pondo em prática o princípio metodológico, enunciado na «Apresentação» (*idem*: 13-15), que consiste em comparar “o ‘presente’ com múltiplos ‘passados’” (*idem*: 13), tentando conhecer “com a objectividade possível, o ‘onde vimos’ e ‘onde estamos’” (*idem*: 14), de tal modo que, na sua opinião, embora não se possa conhecer o sentido da corrente histórica, o olhar pela História é entendido como “um dos melhores fundamentos para descortinar os possíveis futuros que nos aguardam” (*idem*: 20), nesta época caracterizada por “transições, indeterminações e, afinal, perplexidades, sobre os caminhos do Homem do século XXI” (*idem*: 19-20).

O livro é organizado em quatro capítulos que se complementam com um «*Post-Scriptum*: 2011, Em Plena Crise» (*idem*: 153-157) e com um «Anexo Estatístico» (*idem*: 158-167), composto por nove gráficos e seis quadros estatísticos, agrupados em cinco grandes temas e com comentários de elucidação científica, que ilustram, com dados económicos e demográficos, provenientes de várias fontes, a essência daquilo que é descrito e defendido ao longo do corpo do texto.

O capítulo 1, «Transições em Contexto de Crise», começa por descrever os três processos substanciais de transição que costumam ocorrer nas sociedades contemporâneas e que se inter-relacionam: ‘a transição para o mercado global’ (a denominada ‘globalização económica’) (*idem*: 20-22), ‘a transição para a economia de mercado’ (*idem*: 22-23) e ‘a transição para a economia baseada no conhecimento’ (*idem*: 23-24), com a referência consequente a algumas das tendências a eles associadas (*idem*: 24-31). Segue-se uma abordagem detalhada da recente crise económica e financeira (*idem*: 31-34), realçando a sua especificidade em relação às do passado, visto que é gerada por um novo tipo de capitalismo, “ávido de dinheiro e desregulado, que contamina a chamada economia real de fragilidade e incerteza (...) fortemente condicionado por movimentos especulativos do capital”, alegando que “surge um aparente consenso sobre a necessidade de encontrar novas formas de regulação do



capitalismo” (*idem*: 33-34). Considera, no entanto, que a fase crítica destes processos substanciais de transição tem um lado positivo e prenuncia uma descontinuidade, com a constituição concomitante do denominado “terceiro setor” ou “economia solidária”, no âmbito da economia de mercado (*idem*: 35-38).

O capítulo 2, «Anomalias do Calendário Português», caracteriza, em sete fases, qualificadas com um título identitário que revela os acontecimentos essenciais que ocorreram em cada uma delas, a trajetória socioeconómica de Portugal, desde a década de 50 do século XX até à contemporaneidade, reportando-a aos processos de transição descritos no capítulo anterior. Mário Murteira, ao debruçar-se sobre o assunto principal do livro, defende a ideia de que a ditadura corporativa, personificada por António de Oliveira Salazar, devido ao seu forte fechamento em relação a influências exógenas, funcionou “como armadura protectora do contágio da dinâmica histórica desse tempo”, tendo provocado um “penoso e tardio ‘acerto de calendário’ no tempo global” (*idem*, p.40), marcado “por uma resistência obstinada ao que o regime de Salazar apelidava de ‘ventos da História’, acompanhada da preservação dum sistema colonial obsoleto” (*idem*, p.41), até àquela que, na sua opinião, foi a grande rutura de 1974/75, que originou a transição para a democracia parlamentar, o fim do império colonial português e, passado pouco mais de uma década, o começo da integração de Portugal no projeto europeu. Essas fases (*idem*: 41-60) são perspectivadas a partir de vários indicadores, desde o tempo da sociedade pré-moderna do Estado Novo até à fase atual em que Portugal está integrado no espaço político e económico da União Europeia.

Sucede-se o capítulo 3, que é o mais longo deste ensaio, «Portugal no Sistema Mundial», constituído por duas grandes partes homónimas, separadas, que começa por caracterizar a configuração do sistema económico português, descrevendo as características e a evolução do capitalismo português durante o Estado Novo e durante o tempo da democracia parlamentar (*idem*: 61-75), entrecortados pelo período curto de transição para uma suposta “economia socialista” (*idem*: 62-64), apesar do autor constatar que “nem antes nem depois de 1974, esse sistema esteve explícita ou implicitamente fundado num modelo de economia de mercado de pura inspiração liberal” (*idem*: 61), ainda que se verifique, atualmente, uma tendência geral para a liberalização do sistema económico, com a redução da participação direta do Estado na atividade económica, tendo-se acelerado “a integração no mercado global e também a integração para a economia de mercado no quadro europeu, mas em contrapartida tem

sido lento o processo de construção duma economia ‘baseada no conhecimento’” (*idem*: 75).

Para ajudar a compreender o atraso da trajetória portuguesa, faz a caracterização das grandes tendências demográficas, dos movimentos migratórios e da estrutura do emprego desde 1950 (*idem*: 75-78), que são entendidos como “fundo contextual com óbvias implicações no ‘atraso’ português” (*idem*: 75) e que o condicionam. Por essa razão, esses elementos são descritos com algum pormenor, seguindo-se a apresentação de propostas, em vários domínios (*idem*: 79-82), para “retomar e acelerar a convergência real da economia no contexto da integração europeia, assegurando, ao mesmo tempo, maior coesão social” (*idem*: 79), referindo as atuações que são necessárias realizar, através de “uma engenharia de reformas”, procedente do poder político (*idem*: 82). Segundo Mário Murteira, o atraso de Portugal deve-se a fundamentos culturais e surge daquilo que designa por ‘ideologia portuguesa’ (*idem*: 83-88), uma noção de cunho *schumpeteriano* que se refere à “visão do mundo” (incluindo, nessa visão, o próprio sujeito do conhecimento, condicionado pela sua ideologia, com consciência ou não do facto) que “os portugueses têm de si mesmo e do seu posicionamento no mundo em que vivem” (*idem*: 83) e que é causa e efeito do atraso português, consistindo num complexo nacional de inferioridade que os conduz a hipervalorizar e a imitar o que se faz “lá fora” e a desprezar o que se faz “cá dentro”. Este fenómeno costuma estar associado àquilo que o autor denomina de ‘indecisão’, que é a incapacidade frequente dos portugueses, quer a nível individual, quer ao nível das organizações, de tomar decisões em tempo útil, ignorando a sua base empírica e o tempo histórico.

Um exemplo extremo da ‘indecisão’ dos portugueses é a sua experiência tardia da descolonização. Devido a esse facto, é feita a descrição daquilo que mudou na ideologia e na visão do desenvolvimento das antigas colónias portuguesas, desde a primeira vaga de independências em África até ao presente (*idem*: 88-104). Também é realçada a circunstância de que a descolonização alterou o posicionamento da economia portuguesa no sistema da economia mundial, com o declínio das relações económicas entre Portugal e as ex-colónias e a consequente integração do Estado-nação português no espaço europeu, subordinado à dominância e às orientações políticas e económicas dos países centrais da Europa, defendendo a necessidade, no início deste século XXI, de haver uma estratégia para a reposicionar, apresentando dois cenários alternativos possíveis, que serão expostos no capítulo seguinte (*idem*: 104-109).

No capítulo 4, «Os Futuros no Século XXI», o último capítulo, faz-se uma explicação estrutural do atual atraso português, adotando os fenómenos de ‘ideologia portuguesa’ e de ‘indecisão’ como pontos de partida, que originam um sentimento de desconfiança recíproca entre os indivíduos nas organizações e retardam o processo decisório, aos quais se acrescenta um duplo condicionamento: o *gap* entre as gerações e a repartição desigual de rendimento e de riqueza na sociedade portuguesa, que o sistema de ensino consolida em vez de superar, devido ao facto de existir, na sua opinião, uma “democracia política”, apenas formal, e não uma “democracia económica”. Para obter uma panorâmica das causas do atraso português nas últimas décadas, é apresentado o modelo social do período democrático, bem como é feita a explicitação de algumas hipóteses relativas à evolução do sistema do mercado global, por condicionarem o futuro socioeconómico de Portugal (*idem*: 111-123). Em consequência, o autor apresenta, agora com muito mais detalhe, os dois cenários genéricos antes referidos, que se alicerçam a partir das dimensões desse modelo social e constituem visões alternativas dos futuros possíveis para o Estado-nação português: o Cenário I, Integração na Deriva Periférica, “que corresponde ao aprofundamento da integração portuguesa no quadro ibérico, sem questionar o aprofundamento da integração europeia. Trata-se de perspectivar uma gradual diluição da identidade portuguesa” nesse quadro, com “acentuada periferação na Europa” (*idem*: 107 e 123-126), e o Cenário II, Identidade Própria e Valorização da Diferença, entendido como o mais desejável mas também como o mais improvável, no qual são apresentadas medidas concretas e soluções adequadas para a superação desse atraso, e que consiste na “afirmação de identidade própria, ou valorização da nossa diferença, num processo de globalização”, “não apenas no contexto europeu, mas também aberta a outras áreas, designadamente o conjunto dos países de língua portuguesa e países como a China e a Índia, de crescente influência na economia mundial, e com os quais Portugal tem laços históricos e culturais específicos” (*idem*: 107-109 e 126-143).

É a partir do confronto entre esses dois cenários possíveis para o futuro da economia e da sociedade portuguesas, que este ensaio, muito denso e de âmbito macroeconómico e macrosociológico, constrói a sua conclusão, descrevendo aquilo que é possível e provável acontecer a Portugal, no atual contexto de crise económica e financeira, quase generalizada por todos os países (*idem*: 145-157). Em face das atuais circunstâncias políticas e económicas, o autor admite que o primeiro cenário ocorrerá com mais probabilidade, apesar de ser indesejável, facto que nos remete para a citação

Brandão, Miguel Quaresma – Recensão crítica do livro *Portugal nas Transições - O Calendário Português...*  
*Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXVI, 2013, pág. 229-234

da *Ode Marítima* de Fernando Pessoa (Álvaro de Campos), que faz a abertura do livro e que parece revelar o verdadeiro sentimento de Mário Murteira, quer enquanto cidadão, quer enquanto cientista social, perante a situação de Portugal no presente e perante a sua evolução no futuro: “Dentro de mim há um só vácuo, um deserto, um mar nocturno.”

#### **Referências bibliográficas**

MURTEIRA, Mário (2011), *Portugal nas Transições – O Calendário Português desde 1950*, Lisboa, Sítio do Livro / CESO CI Portugal, com o apoio do INDEG/ ISCTE Business School. Colectânea “Economia e Sociedade”, nº 1.